

SÔNIA PEREIRA LAUS

A UDN EM SANTA CATARINA

(1945 - 1960)

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em História do
Centro de Ciências Humanas da U-
niversidade Federal de Santa Ca-
tarina, como requisito parcial à
obtenção do grau de MESTRE EM
HISTÓRIA

Florianópolis

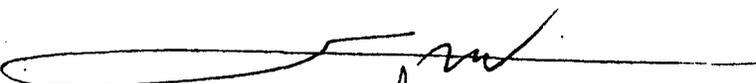
1985

A UDN EM SANTA CATARINA

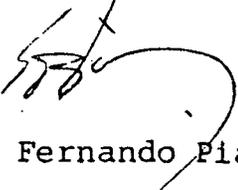
(1945 - 1960)

SÔNIA PEREIRA LAUS

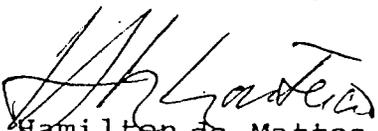
Dissertação julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orien-
tador e Membros da Banca Exami-
nadora, composta pelos Profs.
Drs.:



Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa



Prof. Walter Fernando Piazza



Prof. Hamilton de Mattos Monteiro



0.221.114-3

UFSC-BU

Florianópolis, 28 de novembro de 1985.

AGRADECIMENTOS

Externo meus sinceros agradecimentos:

- . ao professor Dr. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, mais que um orientador, um amigo que aliou ao trabalho da orientação acadêmica, a sensibilidade em acompanhar e compreender os graves problemas de ordem pessoal por nós atravessados.
- . ao professor Dr. Walter Fernando Piazza pelas sugestões e esclarecimentos valiosos.
- . aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual, principalmente à bibliotecária Eliane Bahia cuja atenção e colaboração nos foi fundamental.
- . aos funcionários do Arquivo e da Biblioteca do T.R.E. pela boa vontade e incentivo às pesquisas.
- . ao Gú, pelo estímulo e presença constante.

À memória de meu pai, à Tânia e ao
tio Osvaldo, pelas nossas intermi-
náveis discussões políticas à mesa
do almoço.

SUMÁRIO

Lista de Anexos	8
Lista de Abreviaturas	10
Introdução	13
I ANTECEDENTES HISTÓRICOS	
1. Reflexos da Revolução de 30 em Santa Catarina: as novas estruturas de poder	20
2. A Queda do Estado Novo: Ação e Reação	32
3. A Formação da UDN à Nível Nacional	43
II A FORMAÇÃO DA UDN EM SANTA CATARINA	
1. Das Origens	48
2. A Organização Partidária	52
III LUTA PELO PODER	
1. A Campanha de 45	67
1.1. Fevereiro de 1946: O Continuismo na Administração pública	89
2. A 2a. Convenção Anual e seus Reflexos à Nível Estadual	100
2.1. A Reestruturação do Partido em Santa Catarina	
2.1.1. A Segunda Convenção Estadual	105
3. A UDN Catarinense e o Pacto Político do Governo Dutra	113
3.1. A 3a. Convenção Estadual	122
3.2. A Campanha de 1947	139
3.3. A Assembléia Constituinte Estadual	144

3.3.1. O Partido e a Constituinte Estadual...	146
3.3.1.1. A Comissão Constitucional	150
3.4. As Eleições Municipais de 1947.....	163
3.5. As Eleições Municipais de 1949	169
Anexos	171
IV A CONQUISTA DO PODER	
1: As Eleições de 1950	173
1.1. Antecedentes	173
1.1.1. O Quadro Nacional	173
1.1.2. O Quadro Estadual	176
1.2. 3 de Outubro de 1950: A Oligarquia Konder Born- hausen chega ao poder.....	186
Anexos	189
V O GOVERNO IRINEU BORNHAUSEN: UM UDENISTA ATÍPICO	
1: O Quadro Nacional	196
2. A Composição do Governo	199
3. A Ação Administrativa do Governo	214
4. As Articulações para as Eleições de 54	223
4.1. A Convenção Estadual de Abril	227
4.2. A Luta pela Preservação do Poder: Uma Lideran- ça Fabricada	230
5. As Eleições de 54: Uma Derrota Moral	233
6. O Início da Desagregação. A Campanha Sucessória de 1955.....	239
6.1. O Quadro Nacional	239
6.2. A Luta pelo Controle do Partido: As Eleições Es- taduais de 1955.....	244
6.2.1. A 6a. Convenção Estadual	257
Anexos.....	261

VI O GOVERNO JORGE LACERDA

1. Antecedentes	269
2. Um Governo com Rédeas Curtas	275

VII O GOVERNO HERIBERTO HULSE: A OLIGARQUIA PERDE O PODER

1. As Eleições de 1958	292
2. As Eleições de 1960	297

CONCLUSÃO	302
------------------------	-----

ANEXOS	303
---------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	330
---	-----

LISTA DE ANEXOS

1. Algumas emendas propostas pela UDN e rejeitadas111
2. Mapa da apuração geral das eleições municipais realizadas à 23 de novembro de 1947.....120
3. Divisão regional do Estado de Santa Catarina. Municípios que compõem cada zona134
4. Eleições estaduais de 1950 - Governador.....135
5. Eleições de 1950 - Senador e Suplente136
6. Eleições de 1950 -Câmara Federal e Assembléia Legislativa137
7. Eleições municipais de 1950.....138
8. Eleições municipais de 1950 - resultados finais por Município e partido139
9. Divisão regional do Estado de Santa Catarina em 1954 e municípios que compõem cada zona186
10. Eleições federais de 1954 - Senado Federal187
11. Eleições federais de 1954 - Câmara Federal.....188
12. Eleições estaduais de 1954 - Assembléia Legislativa ...189
13. Eleições municipais de 1954 - Prefeitos eleitos190
14. Eleições federais de 1955 - Presidência e Vice-Presidência da República191
15. Eleições estaduais de 1955 - Governo do Estado192
16. Mapa do Estado de Santa Catarina com a divisão regional-julho de 1958 218
17. Divisão regional - municípios que compõem cada zona - 1958 219
18. Eleições federais de 1958 - Senado Federal 220

19. Eleições federais de 1958 - Suplentes e Senadores.....	221
20. Eleições federais de 1958 - Câmara federal	222
21. Eleições estaduais de 1958 - Assembléia Legislativa	223
22. Eleições estaduais de 1960 - Governo do Estado.....	224
23. Eleições estaduais de 1960 - Vice-Governador	225
24. Eleições Federais de 1960 - Presidência da República ...	226
25. Eleições Federais de 1960 - Vice-Presidente da Repú- blica	227
26. Eleições municipais - prefeitos eleitos	228
27. Diretórios estaduais da UDN de Santa Catarina eleitos após 1949	229

LISTA DE ABREVIATURAS

AST	Aliança Social Trabalhista
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPOLIS	Florianópolis
H.G.C.B	História Geral da Civilização Brasileira
PC	Partido Comunista
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Liberal
PL	Partido Libertador
PQE	Plano de Obras e Equipamentos
PR	Partido Republicano
PRC	Partido Republicano Catarinense
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SC	Santa Catarina
S.Frcº do Sul	São Francisco do Sul
STE	Superior Tribunal Eleitoral
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRE-SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

RESUMO

O presente trabalho constitui-se numa síntese da trajetória da oligarquia Konder Bornhausen em direção ao poder em Santa Catarina, fato que se mesclou ao surgimento e consolidação da União Democrática Nacional no Estado.

Estando esta trajetória ligada às transformações ocorridas no Estado desde a Revolução de 30, passando pelo Estado Novo e mais especificamente às transformações a nível nacional e regional decorrentes da queda de Vargas e da implantação do chamado período da Redemocratização, nossa análise abrangeu este universo temporal.

Em sua realização utilizamo-nos fundamentalmente da pesquisa em jornais de época, da documentação contemporânea (original e editada), que enriquecemos com o uso de entrevistas gravadas segundo a metodologia desenvolvida pela história oral. Toda análise repousa sobre vasta produção historiográfica e tem a preocupação de situar-se em relação à ela.

ABSTRACT

The present work is a summary of the trajectory of the Konder-Bornhausen oligarchy in Santa Catarina, which is closely linked to the emerging and consolidation of the " União Democrática Nacional" in the State.

This trajectory is connected to transformations occurred in Santa Catarina, since the 1930 Revolution, passing through the "Estado Novo" and specifically to national and regional transformations as result of Vargas'fall and of the implantation of the so called Redemocratization period; our analysis covers this temporal universe.

For its accomplishment, we made use of research in newspapers of the period and contemporary documentation (originals and published), enriched by interviews recorded as required by the Oral History methodology.

This analysis is based on a vast historiographical production although assuming an independent critical posture.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo demonstrar que a União Democrática Nacional foi o agente utilizado pela emergente oligarquia Konder Bornhausen em busca da hegemonia política no Estado de Santa Catarina.

Ao optarmos pelo estudo da União Democrática Nacional e mais especificamente pela análise da forma utilizada pela citada família em atrelar sua caminhada em direção ao poder e ao desenvolvimento do partido no Estado, objetivamos abrir as portas para o preenchimento de uma lacuna existente na historiografia catarinense, qual seja a do estudo de sua história política contemporânea. Essa é uma tendência da moderna historiografia brasileira, que vem analisando regionalmente também a história contemporânea, para que se tenha uma visão globalizante do período, saindo-se dos estereótipos analíticos calcados nos acontecimentos dos grandes centros decisórios sem levar em conta as especificidades regionais. A produção historiográfica sobre o período é incipiente numericamente no Estado. Em 1983 foi publicado o trabalho de Carlos Alberto Silveira Lenzi, intitulado "Partidos e políticos em Santa Catarina"* que, por ser muito abrangente, embora tenha se transformado em um clássico, deixou aos pesquisadores a tarefa de aprofundar as pesquisas sobre os acontecimentos que o autor muitas vezes apenas sugeriu ou apresentou sinteticamente dada a já citada abrangência de sua obra.

Em 1984 foi publicada a tese do professor Carlos Humberto P. Corrêa *, que analisa a Revolução de 30 em Santa Catari

na e as mudanças na ordem política estadual decorrentes daquela revolução. Esse estudo, que chega até o estabelecimento do Estado Novo e seus reflexos em Santa Catarina, nos estimulou a continuá-lo, no intuito de que a evolução política catarinense pudesse ser entendida com a profundidade que a pesquisa científica requer.

Detectados os espaços a preencher, optamos pelo estudo da trajetória da União Democrática Nacional em terras catarinenses.

O universo por nós analisado compreendeu o período que vai de 1945, quando a queda de Vargas acelerou o processo de criação de novos partidos, a 1960, quando a oligarquia Konder Bornhausen perdeu o poder em Santa Catarina, com a derrota da União Democrática Nacional no pleito de 3 de outubro.

Para estabelecer um elo lógico aos acontecimentos deste período, retrocedemos a título de esclarecimento, a uma análise da situação estadual decorrente da Revolução de 30.

Nossa primeira opção como metodologia de trabalho, foi a utilização da técnica de História Oral. Tal técnica não foi possível ser de todo utilizada, tendo em vista a pouca receptividade dos ex-udenistas consultados à idéia de relatarem seus envolvimento com os fatos por nós analisados.

O mesmo se deu com o acesso aos arquivos particulares, os quais não nos foram claramente negados mas, subjetivamente dificultados.

No Arquivo Público Estadual também não encontramos documentação significativa sobre o tema em estudo.

Constatada a absoluta carência documental sobre a épo-

ca e principalmente sobre partidos políticos no Estado, optamos por priorizar a pesquisa em jornal, já que existem coleções completas à disposição dos pesquisadores na Biblioteca Pública Estadual.

Os jornais escolhidos foram basicamente "O Estado" e o "Diário da Tarde", ambos publicados em Florianópolis e que, apesar de representarem formalmente a situação e a oposição, na verdade defendiam os mesmos interesses econômicos, quais sejam, o da oligarquia catarinense, vista num todo homogêneo, qual uma classe social da qual a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático seriam simples facções decorrentes da ruptura provocada no seio da mesma, na Primeira República e depois, mais acentuadamente em 1935. O choque entre os dois diários era puramente político e era estabelecido pela forma como cada um se comportava na defesa dos partidos dos quais eram porta-vozes.

Do interesse inicial por aqueles dois órgãos da imprensa, nos estendemos à pesquisa no jornal "A Gazeta", que até o início do governo Irineu Bornhausen foi pessedista, passando posteriormente a apoiar o governo udenista em troca do auxílio governamental à promoção de melhorias no jornal. Pesquisamos, também, o jornal "Região Serrana", de propriedade de Aristiliano Ramos, publicado em Lages. De orientação udenista até dezembro de 1946, a partir daí, com os choques havidos entre seu proprietário e o partido, passou a ser um jornal declaradamente independente, mas ainda, porta-voz do chefe serrano e da facção por ele liderada.

Acessoriamente foram consultados outros jornais, como

"A Nação", de Blumenau, e "A Notícia", de Joinville, sempre que o esclarecimento de algum fato se fez necessário.

Com o levantamento realizado nestes órgãos, foi possível traçar uma trajetória lógica dos fatos nos quais a oligarquia se envolveu em sua luta pelo poder.

Encarados não como órgãos apenas informativos mas, principalmente como formadores de opinião, tais jornais foram vistos não como fontes objetivas de verdade histórica, mas, através da subjetividade implícita em seu discurso, como esclarecedores dessa verdade.

Como fontes complementares à pesquisa, nos utilizamos do "Diário Oficial do Estado de Santa Catarina", dos mapas de resultados eleitorais do TRE-SC, bem como de publicações daquele órgão onde os dados foram sistematizados. Foram pesquisados ainda, os documentos referentes à UDN arquivados no TRE, que se resumem a documentos pessoais de candidatos e atas das convenções regionais extraordinárias, ambos constantes da juntada de documentos necessária ao registro de candidatos, bem como, as fichas com relação nominal dos membros dos diretórios regionais e municipais, de 45 a 65. Utilizamos, ainda, das mensagens enviadas pelos governadores à Assembléia Legislativa e dos discursos por eles pronunciados durante suas gestões. A complementação necessária às informações levantadas foi obtida em entrevistas com ex-integrantes do partido.

Optamos por dividir nosso relato em três etapas básicas, quais sejam, as referentes aos três períodos governamentais que abrangem o período estudado. Estas etapas correspondem à fase de formação do partido, a de sua consolidação e pos

terior decadência, todas elas atreladas à trajetória da oligarquia Konder Bornhausen.

Em nossa análise, priorizamos o fato político, no objetivo de aprofundá-lo, mas não excluimos a idéia de que o fato histórico é um fato total. Por isso relacionamos os diversos níveis, tanto o econômico como o social, nos quais o processo político analisado esteve envolvido.

Procuramos ainda enquadrar tal oligarquia e sua prática na realidade histórica que a cercou, no intuito de fazer uma sistematização da história catarinense no período, se bem que este não seja nosso objetivo básico, ficando, portanto, tal sistematização, apenas alinhavada.

Pretendemos neste trabalho demonstrar os métodos utilizados pela oligarquia para a manutenção de seu domínio sobre o partido, sua luta pelo poder, bem como de que maneira as lutas internas provocadas por esse domínio levaram a oligarquia e conseqüentemente, o partido à perda do poder.

Por último, esclarecemos que nos utilizamos da terminologia utilizada pela historiografia tradicional para o termo oligarquia, já que, mesmo utilizando-se de novas técnicas, apoiada em novas bases, numa evolução natural condicionada pelos diversos fatores que determinam o seu poder e a sua autoridade, a oligarquia utiliza-se do mandonismo local e de práticas como o nepotismo e o empreguismo como forma de se perpetuar no poder. Nesta prática, a oligarquia se utiliza fartamente da máquina eleitoral do governo para a manutenção de seu poder, escamoteando por trás da pregação do voto livre e secreto e de ideais democráticos, o emprego do modelo mandonista herda

do dos coronéis da Primeira República.

* Veja-se as obras citadas nas Referências Bibliográficas.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

I - ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1. Reflexos da Revolução de 30 em Santa Catarina

Em Santa Catarina, à semelhança do ocorrido em outros Estados da Federação, a Revolução de 30, que pôs fim ao sistema político da Primeira República, deixou marcas vigorosas.

A derrubada dos Konder¹ e do Partido Republicano Catarinense, criou condições para que uma nova ordem política fosse gradualmente delineada no Estado, já que "A política catarinense que se desenvolveu durante o período da Primeira República caracterizou-se, então, pela luta pelo poder entre dois líderes estaduais, Lauro Müller e Hercílio Luz, porque eram lideranças naturais que se implantaram em planos diferentes, o nacional e o estadual.

Afora as divergências de Hercílio com Felipe Schmidt no primeiro governo deste e com Gustavo Richard, o processo político catarinense foi de um continuismo oligárquico em que as preocupações maiores estavam em deixar no poder os membros de um Partido Único, unidos entre si por laços consanguíneos. Assim, Lauro Müller não se privou de colocar à testa do Governo seu primo Felipe Schmidt por duas vezes, seu irmão Eugênio Müller

¹Adolfo Konder, chefe do P.R.C. desde 1926, quando foi eleito Presidente do Estado, até 1930. Foi Secretário da Fazenda e Obras Públicas de Hercílio Luz e herdeiro da oligarquia do Partido Republicano em Santa Catarina.

ler (vice-governador de Vidal Ramos), e, indiretamente o cunhado de Schmidt, Fúlvio Aducci que ocupou o governo poucos dias antes da Revolução de outubro de 1930"².

Lideranças regionais, tais como as de Aristiliano Ramos³ e Rupp Júnior⁴ a partir de seu desempenho na Revolução, conquistaram projeção estadual, juntamente com Nereu Ramos⁵, fundador do Partido Liberal em 27 e revolucionário em 30.

Do apoio à candidatura Vargas através da Aliança Liberal, a qual se engajaram, estes três elementos vão estar em posição de destaque no comando revolucionário em 30, bem como,

²CORREIA, Carlos Humberto P. Um Estado entre duas Repúblicas, a Revolução de Trinta e a Política em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1984, p.25-6.

³Filho e substituto eventual de Belisário Ramos, líder Republicano de Lages e Interventor Municipal reeleito por quase 30 anos, Aristiliano Ramos foi Deputado Estadual de 1916 à 1921 e dos principais líderes revolucionários em 1930 no planalto catarinense. Foi também, ligado a políticos gaúchos, principalmente, a Flores da Cunha.

⁴Henrique Rupp Jr., foi Deputado oposicionista de 1921 à 1924. Hercilista até 21, naquele ano engajou-se na Reação Republicana de Nereu Ramos.

Filho de chefe político de Campos Novos, foi um dos articuladores da Revolução de 30 no Estado.

⁵Deputado Estadual de 1910 à 1912 e de 1919 à 1921. Fundador da Reação Republicana em 1921, em 29, antes de engajar-se na Aliança Liberal, estava exercendo a advocacia.

CORREIA, Carlos Humberto P. op. cit. passim.

nos desdobramentos que a Revolução sofrerá em Santa Catarina.

O princípio básico da derrubada das oligarquias nortea-
dor da Revolução de 30 a nível Federal, como já disse, encon-
trou ressonância na emergente oposição ao Partido Republicano
dos Konder, a nível estadual. Mas ao mesmo tempo em que uné es-
tas lideranças, foi um elemento desagregador já que, a desarti-
culação daquela oligarquia acabou por propiciar a instauração
de uma outra, representante dos interesses agrário-pastoris no
Estado, a da família Ramos, de Lages.

A ação política de Nereu Ramos, montando um forte es-
quema de sustentação estadual e articulando alianças inter-es-
taduais e de apoio federal⁶, foi fundamental para tal instaura-
ção, ao mesmo tempo em que, gradativamente, foi gerando defec-
ções entre os revolucionários da primeira hora.

As lideranças que após 30 se organizam politicamente
sob a égide do Partido Liberal que ressurgue em 31, não vão man-
ter sua coesão por muito tempo. Após a vitória da Revolução, o
o jogo de interesses estaduais se acirra no seio do Partido. A
primeira defecção clara será a de Rupp Jr., em represália a

⁶As relações de Nereu Ramos com Getúlio Vargas são cordiais e
de apoio mútuo e suas ligações constantes com elementos do
Partido Libertador do Rio Grande do Sul, com Joaquim Francis-
co de Assis Brasil e Batista Luzardo, bem como, suas ligações
ostensivas com o Partido Democrático de São Paulo já denuncia-
das por Rupp Jr. a Oswaldo Aranha em 31, são peças fundamen-
tais desse esquema. Sobre o tema, ver CORRÊA, C.H. op.cit. p. 92-4.

prepotência de Nereu Ramos⁷. Aquele político fundará em Santa Catarina a Legião Revolucionária, criada a nível nacional por Oswaldo Aranha e que "representava uma amalgama de objetivos te^unentistas, do programa do Partido Democrático de São Paulo, da Aliança Liberal e de idéias tomadas do fascismo europeu"⁸.

Surgida apenas como um movimento em junho de 31, ao fiⁿal daquele mesmo ano a Legião Revolucionária transformou-se em Partido Político sob a denominação de Legião Republicana Ca^tarinense, a qual passa a ser oposição ao Partido Liberal de Nereu Ramos.

Seu objetivo básico era assegurar a realização do programa Revolucionário e combater a Interventoria de Assis Bra^sil⁹, que por desconhecimento da política catarinense se envol^ve e apoia mais do que devia, elementos ligados ao derrubado Partido Republicano Catarinense. Além disto, principalmente ,

⁷CORREIA, C.H. op. cit. p.86.

⁸FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: Os militares e a revolução de 30. Org. de FIGUEIREDO, Eurico Lima. RJ, Paz e Terra. 1979. p.99.

⁹O combate da Legião Republicana ao Interventor não é contun^dente, já que desde setembro de 31, Rupp Jr. recebe do mesmo o cargo de Presidente da Comissão Central de Sindicâncias, com ascendência sobre todas as comissões do Estado. Seu maior com^bate se dirige aos Secretários, principalmente Cândido Ramos e Manoel Pedro da Silveira, da Fazenda e do Interior e Jus^titia, guiados por Nereu Ramos. CORREIA, C. H. op. cit. p. 94-7.

e aqui a disputa estadual pelo poder se evidencia, a Legião Republicana Catarinense tentava impedir o crescimento do poderio dos Ramos.

Pertenciam à Legião Republicana Catarinense, além de Rupp Jr., Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, Otávio Vargas Neves, Gil Costa, Antônio Bittencourt, Gentil João Barbatto, Juvêncio Campos, Roberto Paulo Wendhausen, José Arthur Boiteux, João Bayer Filho, Acastro de Campos, Fidêncio Melo Filho, Lázaro Bastos, Carlos Guerreiro Krüger, Saturnino Luz, Gil Ungaretti, José Antunes Martins, Severino Corrêa, Simão Ruas e Renato Medeiros Barbosa¹⁰ :

Alguns destes nomes aparecerão mais tarde, quando da formação da UDN.

Outra defecção no seio das lideranças liberais, começa a se delinear em 32. Neste ano, Nereu Ramos adere ao movimento legalista¹¹ lançado pelo Partido Libertador do Rio Grande do Sul e pelo Partido Democrático de São Paulo. Aristiliano Ramos, primo de Nereu, não o acompanhou nesta decisão, permanecendo fiel à Vargas.

Começaram então aí as divergências entre estes dois lí

¹⁰ CORRÊA, C.H. op. cit. p.96.

¹¹ Em abril de 32, o Partido Liberal Catarinense lança nota oficial colocando-se ao lado da Frente Única Riograndense. Em outubro do mesmo ano Nereu Ramos deixa a Presidência do Partido por ter perdido o apoio da maioria de seus correligionários para a causa que abraçara, qual seja, a da volta imediata da constitucionalização do País.

deres revolucionários. Tais divergências não impediram que em 11 de setembro de 34 Nereu Ramos fosse elevado à Presidência do Partido, mas, irão se acirrar precisamente neste ano, quando o então Interventor Federal e seu primo, ambos revolucionários, ambos Ramos, ambos originários do Partido Liberal, vão desencadear uma feroz luta pelo poder a ser conquistado nas eleições estaduais marcadas para maio de 35.

É importante que se observe que, ao mesmo tempo em que esta disputa pelo poder na qual Nereu Ramos, com a habilidade política que Aristiliano não soube ter, ocupa os espaços vitais no seio do Partido e consegue a indicação como candidato ao governo e a posterior vitória, irá marcar também o rompimento definitivo entre os dois políticos e uma nova composição para o cenário político catarinense.

Antes de nos atermos às mudanças geradas por este último conflito, é importante que retornemos a já exposta premissa de que as forças revolucionárias de 30, a nível estadual, vão gradualmente perdendo sua coesão, em decorrência das manobras políticas em defesa de causas e interesses diversos.

Já em fevereiro de 33¹² foi lançado o manifesto do que seria o futuro Partido Social Evolucionista, estimulado pelo Interventor Ruy Zoboram e tendo como presidente Manoel Pedro da Silveira, que era seu Secretário do Interior e Justiça. Este Partido que "deveria enfraquecer os já existentes, minados

¹² CORRÊA, C.H. op. cit. p.141, 142.

por políticos do antigo regime, portanto, regionalmente divididos por interesses locais, pela formação ou continuação do poder das oligarquias"¹³, leva para seus quadros uma parcela do Partido Liberal Catarinense. Isto sem contar com o fato de que desde março de 32, com a fundação do club 3 de outubro, novas correntes de pensamento, tais como a Liga Eleitoral Católica¹⁴ e a Liga Pró Estado Leigo¹⁵, dividem as opiniões do eleitorado. Mas, e para o nosso estudo é fundamental, é também neste momento, que antecede as eleições de maio de 33, período portanto, incentivador para que as forças políticas em estado latente se revigorem, que irá ressurgir no cenário político, o Partido Republicano Catarinense. Derrubado em 30, mas não extermiado pela Revolução, já desde 31, com a Legião Republicana, os membros daquele extinto partido vem aos poucos reaparecendo na política estadual, cultivando lenta e sutilmente seu caminho de volta¹⁶.

O manifesto do Partido Republicano foi lançado em 08 de fevereiro de 1933, possivelmente embalado pela constatação

¹³ CORREIA, C.H. op. cit. p.140

¹⁴ A Liga Eleitoral Católica foi fundada em 04.12.32. Seu objetivo era apoiar e cooperar com os candidatos católicos. Op. cit. p. 147.

¹⁵ Fundada em maio de 33. Objetivando a não intromissão do clero na política, era constituída por elementos adeptos da maçonaria, do espiritismo e presbiterianos. Op. cit.p.147.

¹⁶ Pertenciam à Legião Republicana os antigos membros do Partido Republicano: Bayer Filho e José Arthur Boiteux.

de que as forças revolucionárias não tinham tanto poder no Estado, já que estavam divididas e que um candidato de origem republicana¹⁷ fora indicado em abril de 32 para a substituição do Interventor Assis Brasil.

Em novembro de 1933, o Partido Republicano aliou-se à Legião Republicana¹⁸ para concorrer às eleições que foram adiadas para o mês de dezembro e lançou o manifesto da coligação de nominada "Por Santa Catarina". Se para a Legião Republicana esta aliança traz os votos do Partido Republicano que aumentam numericamente seu respaldo popular contra um inimigo poderoso, qual seja, Nereu Ramos, para os Republicanos é uma porta que se abre em sua tentativa de se verem representados no parlamento.

Ressurge então em condições de lutar contra a ortodoxia revolucionária, a nível estadual, o Partido representante dos vícios contra os quais a Revolução de 30 havia lutado.

A força da Coligação foi mostrada nos resultados das eleições à Constituinte, onde uma diferença a menos de dois mil votos¹⁹ e a vitória em dezessete municípios contra dezenove do

¹⁷ O candidato foi o Almirante Henrique Boiteux, indicado por Henrique Rupp Jr. e aceito por Vargas. Recusa o cargo por ser Republicano histórico, crítico e vítima da Revolução. Em seu lugar foi indicado seu irmão, o Capitão de Fragata Lucas Boiteux, que aceitou mas não foi nomeado por intervenção dos Ramos.

¹⁸ É preciso que se tenha clareza sobre o fato de que, embora divididos à nível estadual, à nível federal todas as facções nas quais se dividiu o Partido Liberal, apoiavam Vargas.

¹⁹ Partido Liberal: 12.146 votos; Coligação por Santa Catarina: 10.150 votos; P.S.E.: 1.098 votos;
CORREIA, op. cit. p. 169.

Partido Liberal, fez com que Adolfo Konder fosse à Assembléia Constituinte Federal, juntamente com Nereu Ramos, Arão Rebelo e Carlos Gomes de Oliveira, todos estes últimos do Partido Liberal. Surge então, a partir deste momento, uma segunda grande força política no Estado, representante de significativa parcela do eleitorado, como comprovaram as eleições.

Esta força foi novamente testada nas eleições de outubro de 34 para as Assembléias Estadual e Federal, quando, mostrando mais uma vez seu poder de cooptar insatisfações, reverte radicalmente o equilíbrio na representação política do Estado, trazendo para as suas fileiras o Partido Social Evolucionista, fiel da balança a partir da polarização verificada nesta eleição.

Observe-se que o salto dado pelos Republicanos se deu em plena Interventoriã Aristiliano Ramos²⁰, incansável defensor dos princípios revolucionários, presidente do Partido Liberal e que com sua indicação pelo Governo Federal, mostrou prestígio junto aquele governo provisório, levando o Partido ao poder estadual.

A "Coligação", a partir da Convenção de Blumenau, de 7 de setembro de 1934, registrou em seu novo nome este salto. A partir daquela data passou a se chamar "Coligação Republicana Por Santa Catarina", ligada às oposições nacionais e conse-

²⁰ Aristiliano Ramos foi empossado em 19 de abril de 1933, após ser indicado por Vargas para substituir Ruy Zboram.

guindo dividir quase ao meio o eleitorado catarinense, elegend-o a 14 de outubro dois deputados federais contra quatro do Partido Liberal e quinze deputados estaduais contra dezesseis do Partido do Governo²¹.

Após esta rápida análise das mudanças na representação política do Estado, que se segue a um curto período de existência solitária do Partido Liberal - que embora único e sustentáculo da revolução no Estado, levou três anos para se impor como representante efetivo da nova ordem - podemos voltar à análise da quebra definitiva no seio daquele Partido, quando da disputa entre Nereu e Aristiliano Ramos pela indicação à candidatura ao governo nas eleições de 35 pelo mesmo Partido Liberal.

Revolucionário fiel à Vargas, passando incólume pela Revolução Constitucionalista de 32 e fervoroso lutador para que o governo do Estado fosse entregue a um catarinense, Aristiliano Ramos, embora não se manifeste a princípio, já que era o Interventor, se apresentou como candidato natural às eleições indiretas ao governo do Estado em 35. Por outro lado, Nereu Ramos, hábil político, trabalhou o Partido desde as eleições anteriores visando eleger deputados de sua corrente, dei-

²¹ Os deputados federais eleitos pela "Coligação" foram: Abelardo Wenceslau da Luz e Henrique Rupp Jr. Os deputados estaduais foram: Álvaro Catão, Accacio Moreira, Heriberto Hulse, João de Oliveira, Severiano Maia, Marcos Konder, Cid Campos, Sylvio Ferraro, Arthur Costa, Cid Gonzaga, Henrique Voight, Renato Barbosa, João Gualberto e Agripa de Castro Faria. Os dados referentes à esta eleição estão em CORREIA, C. H. op. cit. p. 181-2.

xando o Interventor sem respaldo.

A 25 de abril de 35 o Diretório e os Deputados do Partido Liberal elegem Nereu Ramos candidato do Partido, obrigando Aristiliano Ramos, o interventor que por inabilidade política perdeu o controle de seu Partido, a buscar efetivamente o apoio das oposições coligadas, com as quais já mantinha contatos há algum tempo e onde se preparava o lançamento de uma candidatura comum às várias facções, que seria a de Álvaro Catão.

Numa manobra digna de um hábil político - que não conseguira ser no decorrer dos últimos acontecimentos - Aristiliano Ramos substituiu o comandante da Força Pública, nereusista, pelo General Valgas Neves, Republicano, ao mesmo tempo em que reintegra os oficiais daquela Força, demitidos em 30 e 32. Nomeia Bayer Filho, da Legião Republicana, para chefe da Polícia, passa o governo catarinense para Fontoura Borges e se lança candidato ao governo com o apoio do Partido Republicano, das oposições coligadas e dos Liberais dissidentes. Só não consegue atrair para si o Partido Social Evolucionista que se decide por Nereu Ramos.

É importante que se observe que este gesto extremo, esta guinada violenta de Aristiliano Ramos, compactuando com seus inimigos do antigo regime, se deu às vésperas das eleições²² e representou seu último recurso contra a esmagadora ação nereusista pela supremacia no Partido e no Estado.

²² Aristiliano deixa o governo a 28.04.35 e a 30 do mesmo mês se deram as eleições.

Derrotado por Nereu, Aristiliano traz consigo parcela significativa do Partido Liberal e as oposições coligadas, força perigosa contra as pretensões do novo governador. Mas, a forma com que conduziu os fatos após sua posse, mostrou que o governador soube manter seu respaldo a nível federal, não deixando que a oposição, em princípio bem relacionada naquela esfera, via Rupp Jr. e Aristiliano, minasse suas bases de apoio.

Vargas apoia Nereu contra os pedidos de boicote feitos por aqueles líderes oposicionistas, seus antigos aliados.

Perdidas as eleições, a "Coligação Republicana Por Santa Catarina" se desfez. Rupp Jr. e Adolfo Konder se deslocam para o Rio de Janeiro, onde representam seus partidos e Aristiliano funda a 25 de agosto de 35 o Partido Republicano Liberal, formado pela dissidência do Partido Liberal que o apoiara em abril²³.

Nas eleições municipais, marcadas para março de 36, Nereu Ramos confirma o poder da máquina administrativa que domina com perfeição, elegendo 30 dos 43 prefeitos municipais²⁴.

O Partido Republicano vence no único município em que

²³ Composição do P.R.L.: Aristiliano Ramos - Presidente; Thiago de Castro - Vice; Braz Limongi - Secretário; José da Costa Moellmann - Tesoureiro.

Membros: Plácido Olímpio de Oliveira, Fontoura Borges do Amaral, Antenor Morais, Dorval Melchiades, José Müller e Trinda de Cruz. CORRÊA, C. H. op. cit. p.218.

²⁴ CORRÊA, C. H. op. cit. p.220.

se apresentou sozinho, Itajaí, elegendo Irineu Bornhausen²⁵, cunhado de Adolfo Konder. Nos outros municípios em que se apresentou em coligação com a Legião Republicana, só conseguiu vencer em um.

Enfraquecida com a derrota, a oposição sofreu seu golpe fatal com o fechamento dos Partidos em 37 quando da implantação do Estado Novo que, a nível estadual, confirma Nereu Ramos na Interventoria.

Sem condições legais para se reorganizar, os chefes oposicionistas e suas hostes permanecerão num latente ostracismo político até os primeiros extertores do regime totalitário, implantado por Vargas em 37.

2. A Queda do Estado Novo: Ação e Reação

A nível nacional, o sistema de poder implantado por Vargas em 37 começou a ser questionado, de maneira pública, desde outubro de 43, quando pela primeira vez sob aquele regime de arbítrio foi redigido o chamado "Manifesto dos Mineiros",

²⁵ Quando da Revolução de 30, Irineu Bornhausen era Prefeito de Itajaí e foi deposto, já que pertencia ao Partido Republicano.

denunciando a ditadura e reclamando a reabertura do sistema político. O documento que contou com 90 assinaturas, teve entre seus signatários elementos de formação liberal tais como, Luiz Camilo de Oliveira Neto, Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, José de Magalhães Pinto e Pedro Aleixo²⁶

Rompendo pela primeira vez a censura, este documento que critica o Governo Federal, analisa a situação internacional e, por fim toma posição quanto a situação econômica e política do país, foi divulgado em todas as capitais do país.

Apesar de ter origem na oligarquia mineira, cuja democracia pregada pressupunha a manutenção dos esquemas de controle sobre a população operária, o documento mostrava o afastamento do governo das chamadas "classes produtoras" e a falta cada vez maior de apoio social do Estado Novo²⁷.

A reação do governo foi imediata: os signatários perderam seus cargos, sendo demitidos ou aposentados.

Em janeiro de 45, novo ataque ao governo, agora desfe

²⁶ PICALUGA, Izabel Fontenelle. Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara, RJ, Vozes, col. Sociologia Brasileira. v.112, p.26.

²⁷ ALMEIDA, Jr. Antônio Mendes de. Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: História Geral da Civilização Brasileira, v.III, O Brasil Republicano - Sociedade e Política (1930-1964). Direção de Boris Fausto. SP, 1983, DIFEL, 2 ed. p.231.

chado pelo Congresso de Escritores²⁸, realizado em São Paulo. As críticas ao governo ditatorial se avolumavam e os jornais, mesmo sob censura, começavam a romper as amarras.

Dentre os pioneiros na crítica aberta ao governo, o Correio da Manhã do Rio de Janeiro, é apontado pelos estudiosos como o primeiro a quebrar a censura que durante anos foi um poderoso instrumento coercitivo da ditadura. Neste jornal foi publicada a conhecida entrevista de José Américo à Carlos Lacerda, considerada o primeiro momento de crítica direta e contundente desfechada por uma figura de projeção ao governo. Mas, "ao contrário do que é proclamado, a entrevista de José Américo a Carlos Lacerda (22.07.45) não foi que forçou a liberdade de imprensa, mas o elo legal para a "suspensão da censura à imprensa", no dia 08 sai entrevista com Flores da Cunha, onde este fala em anistia, constituinte e outras reivindicações proibidas até aquele momento; no dia 21 sai entrevista de Mau-

²⁸ Do qual participou como representante de Santa Catarina, o então Secretário do Interior, Justiça e Educação da Interventoria Nereu Ramos, Ivo D'Aquino, ex-Republicano, ex-oficial de Gabinete de Felipe Schmidt, ex-Secretário particular do Governador Fulvio Aducci.

Antigo opositor de Nereu Ramos, dele se aproximou após aderir à Revolução Constitucionalista de 32. Como Secretário da Educação elaborou as leis da campanha de nacionalização do ensino em Santa Catarina e em 45 ajudou Nereu Ramos nas articulações para a formação do PSD no Estado.

Apud BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. org. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930-1983, RJ, Forense Universitária, 1984, v.1, p.150.

rício de Lacerda onde proclama as virtudes do voto livre, liberdade de imprensa. Só no dia 22 é que José Américo vê publicada a sua entrevista"²⁹.

Os reclamos ganhavam força a medida em que a vitória dos aliados sobre os nazi-facistas se delineava a nível mundial. Para Vargas, era insustentável ter apoiado os aliados e manter o regime totalitário, combatido e vencido na Europa. A efervescência política interna mostrava ao Presidente que era chegada a hora de implantação de um regime em novas bases. Vendo-se pressionado, Vargas lança o Ato Adicional à Constituição de 37, a Lei Constitucional nº9, de 28 de fevereiro de 1945.

Este documento que revogava vários dispositivos daquela Constituição e considerava indesejável a manutenção das eleições indiretas, tendo em vista o aperfeiçoamento das instituições políticas, fixava um prazo de noventa dias, a partir de sua publicação para a marcação das eleições à Presidência da República, Governadores de Estado, Congresso Nacional e às Assembleias Legislativas Estaduais.

Esta nova lei foi fruto de articulações secretas que já vinham sendo denunciadas, e o foram principalmente na entrevista de José Américo: "Já todos sabem o que está se passando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter interventorias e demais autoridades políticas pela congregação de processos eleitorais capazes de co

²⁹ PICALUGA, Izabel Fontenelle, op. cit. p.27.

onestar essa transformação aparente... O projeto que se anuncia, mas que não foi divulgado, devia ser submetido a uma Comissão de notáveis e à consideração de órgãos autorizados como a Ordem dos Advogados..."³⁰

Esta crítica que como vimos furou o feroz bloqueio do DIP à imprensa, não impediu que a lei fosse promulgada mas derubou definitivamente a censura. O que José Américo denunciou em sua entrevista foi a intenção do governo em transformar as regras do jogo em atenção ao momento histórico, mas deixando espaço para que a elite que detinha o poder permanecesse em sua posição privilegiada.

Com a incumbência de traçar as reformulações políticas impostas pelo processo de redemocratização que caminhava de forma praticamente irreversível, Vargas, convida, em fevereiro de 45, o Interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães para assumir o Ministério da Justiça.

Passando a desempenhar a partir desta investidura o papel de um dos principais articuladores da "abertura política", Agamenon defende a elaboração de uma legislação eleitoral que tivesse por fundamento os seguintes postulados: a) partidos nacionais; b) justiça eleitoral autônoma; c) alistamento simples e extenso; d) voto secreto; e) apuração rápida e imediata dos

³⁰ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil. SP, 1976, Alfa-Ômega, p.111.

votos³¹.

Num país onde nunca existiram os Partidos Nacionais, a tese de Agamenon gerou polêmica entre os articuladores da redemocratização. Em seu discurso de posse, o novo Ministro disse sua tese: "não se explicaria que nessa altura da nossa evolução política voltássemos aos partidos estaduais e à fragmentação da opinião e da representação parlamentar. O parlamento que vai se organizar tem que resolver os problemas de ordem financeira e econômica, reajustamentos políticos e sociais (...) O que se impõe é que as correntes de opinião nacionais se enquadrem em grandes partidos com programa e ação definidos, alcançando a homogeneidade necessárias"³².

O Novo Código Eleitoral, também conhecido como "Lei Agamenon", foi decretado a 8 de fevereiro de 1945 sob o número 7.586. Este código estabelece 2 de dezembro de 1945, como data para a eleição do Presidente da República e para o Congresso Constituinte e a data de 6 de maio de 1946 para as eleições dos governadores, assembleias legislativas estaduais, prefeituras e câmaras municipais.

³¹ Jornal do Comércio de Recife, 04.03.45, citado por PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Consolidação e crise de uma elite política. Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, Recife, 1984, p.88.

³² Discurso de posse de Agamenon Magalhães no Ministério da Justiça. Jornal do Comércio. Recife, 04.03.45, citado por PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. cit. p.88.

O espaço de ação deixado para a elite dominante no Estado Novo pela "Lei Agamenon" foi apontado por Dulce Pandolffi³³ :

a) A concessão e cassação do registro partidário ficaria a cargo do T.S.E.: este poderia negar registro a qualquer partido que ferisse os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem, como definidos pela Constituição. Cancelando de imediato o registro de 16 agremiações que haviam conseguido o registro provisório, esta medida inviabiliza a organização de partidos políticos radicais ou mais ideológicos (...).

b) Um partido somente poderia ser registrado se conseguisse assinatura de 10 mil eleitores, distribuídos em um mínimo de cinco estados da federação. Apesar de ter o objetivo de impedir a formação de partidos regionais, esta medida, sem dúvida, favorecia as agremiações que tinham mais base na estrutura do poder. Também ficava estabelecido que qualquer partido teria que atingir nas eleições gerais um mínimo de cinquenta mil votos em todo o país e eleger pelo menos um representante para o Congresso Nacional.

c) Os candidatos só poderiam disputar as eleições com apoio de partidos, alianças ou coligações partidárias. Nas eleições majoritárias o candidato poderia inscrever-se em diversas legendas, mas nas proporcionais em apenas uma. Entretanto,

³³ PANDOLFFI, Dulce Chaves. Op. cit. p.89-90.

um candidato poderia concorrer simultaneamente para vários cargos em um ou mais estados da federação (...) Apesar de incentivar a vida partidária, esta medida estimulava também o desenvolvimento das lideranças pessoais, criando muitas vezes um confronto entre líderes e partidos.

d) Nas eleições para Presidente da República, Governador, Senador e Prefeito, vigoraria o princípio majoritário; mas para a Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, o princípio era de representação proporcional. Na representação proporcional, o quociente eleitoral era conseguido através da divisão do número de votos válidos e brancos pelo número de cadeiras a ser preenchidos. A representação de cada partido era determinada dividindo-se a votação do partido pelo quociente eleitoral. Deste modo, o chamado "mecanismo de sobras" entraria em funcionamento, ou seja, os lugares não preenchidos seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, e dentro deste ao candidato mais votado.

e) Foi instituído o alistamento eleitoral ex-officio. Isto é, alegando-se a falta de recursos e mesmo a lentidão eleitoral, foi permitido o registro de blocos de eleitores, baseado em listas preparadas por empregadores e agências governamentais. Neste particular, o controle dos eleitores por parte do governo era bastante facilitado. Este mecanismo vigorou até 24 de julho de 1950, quando passou a ser exigido o alistamento individual.

Mesmo com as amplas margens de manobras que lhes foram concedidas pela "Lei Agamenon", as elites estadonovistas, situacionistas, precisavam armar um aparato adicional, para o caso

de vitória das oposições nas eleições federais de 45. O temor de que, vencendo a nível federal, as oposições conseguissem desmontar até maio de 46 as máquinas estaduais dos grupos estadonovistas, levando-os à derrota total, inspira o Decreto-Lei nº 8063 de 10 de outubro de 1945, assinado por Vargas, que estabelecia:

"Art.1º - As eleições para governadores e Assembléias Legislativas dos Estados realizar-se-ão no dia 2 de dezembro deste ano, conjuntamente com as de Presidente da República, Conselho Federal e Câmara de Deputados.

Parágrafo Único: Para as eleições de Governador prevalecem as mesmas inelegibilidades estabelecidas no artigo 6 do Decreto-Lei nº7586 de 28 de maio de 1945, exigindo-se para o registro dos candidatos o afastamento definitivo dos cargos referidos nas letras "A" e "B" do mesmo artigo, até 30 dias antes das eleições.

Art.2º - Os Interventores e Governadores deverão outorgar, dentro do prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste decreto-lei as Cartas Constitucionais dos Estados respectivos nos termos do disposto no art.181 da Constituição de 10 de novembro de 1937.

Parágrafo Único: Nas Cartas Constitucionais, outorgadas nos termos deste artigo, será fixado o número de membros das Assembléias Legislativas.

Art.3º - O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções que se tornarem necessárias à execução deste decreto-lei.

Art.4º - O presente decreto-lei entrará em vigor na

data de sua publicação.

Art.5º - Ficam revogadas as disposições em contrário³⁴

Como se depreende de seu texto, este decreto-lei colocou as oposições diante de um problema para o qual não possuíam solução imediata: Como agir sob a égide de uma nova Constituição outorgada pelos interventores, que, com interesses envolvidos no próximo pleito, teriam a faculdade de decretar estatutos constitucionais em detrimento dos direitos das formações partidárias que militavam no campo oposto?

Vendo-se encurraladas, sem margem de ação, as "forças democráticas" - setores da sociedade civil tais como associações de intelectuais, de ex-combatentes (FEB), de estudantes, religiosos³⁵, etc, aliadas aos militares - aceleraram o processo, com a anuência de setores do emergente PSD e de seu candidato à Presidência da República Eurico Gaspar Dutra³⁶.

Com um golpe militar, a 29 de outubro, Vargas foi deposto. Estava oficialmente extinto o Estado Novo.

Assumindo o poder, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, adia as eleições para Governadores confirmando apenas a data das presidenciais para 2 de dezembro. Nu

³⁴ Lex, Legislação Federal, 1945, p.518.

³⁵ BENEVIDES, Maria Victória. op. cit. p.161.

³⁶ CARONE, Edgard. A Quarta República. (1945-1964). SP, DIFEL, coleção Corpo e Alma do Brasil, v.LVIII, 1980, p.3.

ma tentativa de desmontar a máquina estadonovista nos estados substitui os Interventores. Mas, todas essas medidas chegaram "tarde demais", no que diz respeito às chances da oposição, pois, a essa altura já as organizações municipais do PSD, partido dos Interventores, portanto, ligados a Vargas, estavam formadas e a maior parte do registro eleitoral já fora feito. Assim sendo, nem a administração do processo eleitoral pelo judiciário, nem a demissão dos interventores e dos prefeitos municipais significaram de fato o desmantelamento da máquina política do Estado Novo³⁷. Portanto, a mudança nas regras do jogo sem a mudança na elite que detinha o poder, alvo das forças que depuseram Vargas, permanece como um componente do período chamado da "redemocratização" na política brasileira.

Em Santa Catarina, o modelo se aplica com perfeição, mas só até 50. Contando com mais cinco anos para se organizar, a oligarquia destronada em 30, aliada aos dissidentes e aos deserdados por aquela revolução, num trabalho lento de arregimentação de novos adeptos, vão retomar as rédeas do poder estadual, mantendo-o por mais 10 anos.

³⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Op. cit. p.122.

3. A Formação da UDN a Nível Nacional

É importante que observe que desde meados de 1944, as oposições começavam as articulações em torno do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-tenente de 32 e um dos heróis do levante do Forte de Copacabana. Gozando de prestígio nos meios civís e militares, era o herói comum³⁸ às tão diversificadas e muitas vezes antagônicas correntes que começavam a se agregar e que seriam a futura UDN.

Segundo Juracy Magalhães³⁹, a idéia do lançamento do nome de Eduardo Gomes foi sua. Esta foi a melhor forma, mesmo antes de haver convocação de eleições, para o começo efetivo da desestabilização do Estado Novo. Como se sabe, a luta contra Vargas e contra o Estado Novo, polarizavam as ações das o-

³⁸ Esta imagem "herói comum contra um inimigo comum" está contida na análise de Maria Victória de Mesquita Benevides In: A UDN e o Udenismo-ambiguidades do liberalismo brasileiro(1945-1965). RJ, Paz e Terra (col.Estudos Brasileiros v.51) p.24

³⁹ Entrevista de Juracy Magalhães à Alzira Alves de Abreu e Eduardo Raposo, para o Programa de História Oral do CPDOC-FGV. RJ, setembro de 1977 à junho de 1978. p.107. Diz o texto: "já estava planejado a melhor maneira de derrubar o Estado Novo. O plano da candidatura de Eduardo Gomes nasceu da minha cabeça. Mandeí propor ao Virgílio de Melo Franco(...) que as forças políticas democráticas apresentassem a candidatura Eduardo Gomes à Presidência da República, mesmo sem haver convocação de eleição, mesmo sem se falar em campanha política".

posições. E, será a união destas correntes, formando uma altamente eclética "frente oposicionista", a origem do Partido que, a 7 de abril de 1945 será oficialmente fundado com o nome de União Democrática Nacional.

Nascido sob a égide do liberalismo da burguesia ou mais precisamente da alta burguesia nacional, o Partido a princípio catalizou elementos tão antagônicos como: as oligarquias destronadas com a Revolução de 30; os antigos aliados de Getúlio marginalizados depois de 30 ou em 37; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 45; os grupos liberais com uma forte identificação regional e as esquerdas⁴⁰. Uma frente portanto, que só o calor do momento histórico único, o real e palpável inimigo comum conseguem justificar e que, não conseguirá manter seus ideais liberalizantes por muito tempo.

As dissidências começaram a surgir quando a queda do Estado Novo começou a se evidenciar. Já em agosto de 45, o ex-presidente Arthur Bernardes e sua facção mineira desligam-se e vão criar o Partido Republicano, agora nos moldes de partido nacional, sendo logo acompanhados por grupos de São Paulo, do Maranhão e de Pernambuco, com o mesmo fim.

Em Santa Catarina, Adolfo Konder tentou ressuscitar o PRC após sua criação à nível nacional. Só não conseguiu por não ter obtido adesões que dessem consistência ao plano, negadas principalmente pelo grupo aristilianista, contrário à ideia.⁴¹

⁴⁰ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Op. cit. p.29

⁴¹ A Gazeta. Florianópolis, 01.08.46, p.8.

Ainda em agosto, os gaúchos liderados por Raul Pilla, se afastaram e vão formar o Partido Libertador, ambos mantendo seu apoio à candidatura do Brigadeiro em cõligação, mas independente da UDN.

Em setembro de 45, foi a vez do paulista Adhemar de Barros deixar a frente udenista para criar o PRP - Partido Republicano Progressista que posteriormente se transformou no PSP - Partido Social Progressista com grande força política naquele Estado.⁴²

O processo das dissidências se acentuará ainda mais após a derrubada de Vargas e do Estado Novo, quando o cimento que amalgamava as oposições deixou de existir. Em agosto de 46 a Esquerda Democrática já aparece organizada como partido autônomo, lançando candidatos às eleições municipais de 47 em São Paulo, ano em que adotou o nome de Partido Socialista Brasileiro.⁴³

Ao findar a primeira legislatura, novas defecções marcarão a trajetória da UDN. Em 50, José Américo, que fora presidente do Partido, se afastou e fundou o Partido Libertador da Paraíba, sendo em 53 cooptado por Vargas de quem aceitou o cargo de Ministro de Viação; neste mesmo ano, Oswaldo Aranha, que havia rompido com Vargas em 32 e em 45 se engajará no movimento oposicionista, foi também cooptado por Vargas, de quem pas-

⁴² Os dados referentes às dissidências nos Estados, com exceção de Santa Catarina, estão em Benevides. Op. cit. p.47-8.

⁴³ BENEVIDES, M.V.M. Op. cit. p.49.

sou a ser Ministro da Fazenda; Otávio Mangabeira saiu desiludido em 54 e Fílores da Cunha se afastou em 55⁴⁴.

Com todas as gamas de interesses vindo à tona, a frente udenista vai mostrando aos poucos sua verdadeira face. A discordância com o pseudo liberalismo afasta os dissidentes da primeira leva enquanto que o apego ao poder ou a conscientização das mudanças que vão delineando a verdadeira forma do Partido, vão, respectivamente motivar a segunda leva de dissidentes. A partir daí, a UDN é um novo Partido. Não perdendo sua característica de frente, o discurso pela liberdade democrática⁴⁵ que a caracterizou no período chamado "da redemocratização" foi substituída pelo cada vez mais autoritário lema da "eterna vigilância" utilizado na maioria das vezes como escamoteador do golpismo tristemente constante em sua história.

⁴⁴ BENEVIDES, M.V.M. Op. cit. p.50.

⁴⁵ "Dois pontos merecem destaque na plataforma do Brigadeiro : a reivindicação do direito de greve e da liberdade sindical como 'armas essenciais à defesa dos interesses dos trabalhadores' (16.06.45) e a proposta de um modelo econômico que conciliasse a livre empresa, o papel do Estado e do Capital estrangeiro (15.07.45). Esses tópicos são fundamentais por terem conquistado, cada um a seu modo, as simpatias das esquerdas e dos conservadores". Op. cit. p.46.

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DA UDN EM SANTA CATARINA

II - A UDN EM SANTA CATARINA

1. Das Origens

À semelhança de outros Estados da Federação, o ano de 1945 vai encontrar o Estado de Santa Catarina em efervecência política.

Neste momento, as forças marginalizadas politicamente pela Revolução de 30 e mais especificamente pela máquina administrativa montada pelo Estado Novo e seus representantes em terras catarinenses começam a se articular com vistas às mudanças cujos sinais começam a se espalhar pelo País.

Sob o manto do objetivo básico e primeiro, qual seja, o da derrubada de Vargas e do Estado Novo, identificados tanto no plano federal quanto, e principalmente, no plano estadual, como os causadores dos negros dias de ditadura dos quais a sociedade brasileira como um todo estava procurando emergir, as lideranças políticas estaduais, lançadas ao ostracismo pelo golpe de 37 que, em Santa Catarina, leva Nereu Ramos à 8 anos de poder absoluto, se rearticulam¹.

¹É importante que se observe que, mesmo sob o Estado Novo, estas lideranças políticas, embora desativadas legalmente, permanecem em estado latente e têm como núcleo a Faculdade de Direito de Florianópolis onde Bayer Filho foi diretor e Fulvio Aducci, Afonso Wanderley Júnior, João José de Souza Cabral e outros ilustres oposicionistas foram professores. Observe-se ainda que o interventor Nereu Ramos era professor da Faculdade de Direito. Partilhava portanto, em suas atividades acadêmicas, o espaço ocupado pela oposição e, como administrador do Estado, sempre que possível, atendia às reivindicações da direção daquela entidade.

Não será outro o fator de união que se verificará já nos princípios do ano de 45 entre os remanescentes dos extintos Partido Republicano Catarinense de Adolfo Konder, o Partido Liberal de Aristiliano Ramos e a Legião Republicana, de Henrique Rupp. Derrubar a ditadura e com ela toda a máquina político administrativa montada no Estado, será o elemento norteador das ações destas facções, nas figuras de seus líderes estaduais, empenhados em reativar suas bases sócio-econômicas a nível municipal e estadual desarticuladas mas não destruídas pelo Estado Novo, de seus fiéis seguidores e dos novos adeptos que vão arregimentando a medida em que o movimento se expande e os insatisfeitos com o sistema político vigente se aglutinam.

Os fatores pré-existentes à nível estadual de ação da Revolução de 30 e principalmente da ditadura, via seus agentes locais, contra aqueles que com ela não compactuavam eram o caldo de cultura ideal para a germinação deste movimento. A ação de Nereu Ramos contra os estrangeiros, principalmente os de origem alemã situados no vale do Itajaí², deu a direção ideal e

²Nereu Ramos sancionou os decreto-leis nº88, de 31.03.38 e 301 de 24.02.39, pelos quais desenvolve a nacionalização do ensino na área catarinense. Tal nacionalização implicava na proibição de nomes estrangeiros nas escolas e, exigência de licença do Estado para o funcionamento de escolas particulares. As escolas particulares acabavam sendo fechadas e substituídas por escolas públicas que impunham professores estranhos às comunidades e muitas vezes discriminavam aqueles aceitos pelas mesmas. Tais fatos, aliados à obrigatoriedade da quitação de matrícula em estabelecimento de ensino dos filhos em idade escolar, geravam reação nas comunidades de origem alemã. Cf. PIAZZA, Walter F. Santa Catarina; sua história. Fpolis, Lunardelli, 1983, p.649.

lógica para que este se tornasse um dos primeiros focos da reação, aliado ao fato de ser o berço dos republicanos e da família Konder, esteios do Novo Partido que estava surgindo.

Paralelamente a esta ebulição à nível estadual, Santa Catarina tem seu território neste momento, vindo de articulações muito mais amplas à nível nacional e quase que "exilado" por Vargas, a presença de um dos mais articulados conspiradores contra a ditadura, que era Juracy Magalhães. Segundo suas próprias palavras, este cearense, militar, fundador da UDN e governador da Bahia, veio para Santa Catarina por um "grave erro político"³ de Vargas. Sabedor de suas conspirações em Pernambuco, onde estava sediado, no início de 45, Vargas resolve transferi-lo para uma "ilhazinha lá no sul do Brasil com o nome de Desterro"⁴. Transferido para o 14º B.C., situado em Florianópolis, através de seus contatos, primeiro com Munhoz da Rocha⁵, seu antigo companheiro da Escola Militar e posteriormente com o Comandante da Base Aérea, Carlos Matos, filho de família bahiana muito sua amiga, Juracy Magalhães articula novos grupos de conspiração em terras catarinenses. Em seus con-

³ MAGALHÃES, Juracy. Entrevista citada p.205.

⁴ Ibidem. p.205.

⁵ Juracy Magalhães não esclarece onde se davam estes contatos com Munhoz da Rocha. Supõe-se que fossem em Curitiba, terra de Munhoz da Rocha, um dos revolucionários de 30 naquele Estado vizinho e futuro governador daquele Estado entre 50 e 55.

tatos "revolucionários" chega a Irineu Bornhausen e Adolfo Konder, os quais denomina de "conspiradores chefes"⁶ e, através de les, com a nova geração de políticos, onde consegue desenvolver bastante seu trabalho que chega ainda segundo ele, a ter infiltrações no Paraná e conexões no Rio Grande do Sul"⁷. Esclarece ainda que o erro político de Vargas foi no sentido de que, impedindo-o de ir à guerra para evitar que, voltando como herói, tivesse melhores condições de expandir sua conspiração, deu margem a que ela se expandisse mais rápida e eficientemente.

Em nome das correntes oposicionistas do Estado, os entendimentos com os conspiradores no Rio de Janeiro eram feitos por Aristiliano Ramos e Adolfo Konder, que desde 37 disputam a liderança das oposições catarinenses. As articulações à nível regional ficavam por conta, principalmente, de duas lideranças básicas: no litoral com Afonso Wanderley Jr. e no planalto com Henrique Rupp Jr, que fora chefe das oposições até 35.

⁶ MAGALHÃES, Juracy. Op. cit. p.206.

⁷ Ibidem, p.206.

2. A Organização Partidária

A primeira manifestação concreta de um embrião de organização partidária das chamadas correntes democráticas em Santa Catarina foi a União Democrática Pró-São Joaquim. Criada em 1 de abril de 1945, era um Comitê Central provisório pró-candidatura de Eduardo Gomes "reunindo todas as correntes políticas e representando a maioria absoluta do eleitorado"⁸.

Para que se entenda o surgimento desta primeira manifestação política concreta de oposição no Estado, em São Joaquim, fora portanto, da ebulição política do litoral, onde se situa a capital e fora de Lages, o grande centro político interior, é preciso que se retroceda alguns anos na história.

Em 30, após a irrupção da Revolução a partir do Rio Grande do Sul, Assis Chateaubriand, jornalista paraibano, da terra de João Pessoa, radicado no Rio de Janeiro, teve que fugir da capital federal. Nesta fuga, fretou um hidro-avião em direção ao sul do país, onde se encontraria com os revolucionários. Ao amerrissar numa escola em Florianópolis, o mau tempo impediu o avião de prosseguir viagem. Tendo que permanecer em Florianópolis, Chateaubriand procurou os líderes revolucionários na capital catarinense, que eram Nereu Ramos e Rupp Jr. Neste meio tempo, o Governador Fulvio Aducci recebeu da capital da República, uma ordem de prisão contra aquele revolucio-

⁸Diário da Tarde. Florianópolis, 05.04.45. p.1.

nário. Sabedor da ordem, Rupp Jr. providenciou sua fuga da capital, travestido de mulher, com roupas de suas netas, irmãs do futuro simpatizante udenista Paulo Blasi. A fuga se deu em direção ao líder revolucionário da região serrana, o coronel Belisário Ramos, pai de Aristiliano Ramos, residente na fazenda Cochilha Rica, no município de Lages.

A orientação dada à Assis Chateaubriand era de que, se sentisse ameaçado em sua segurança antes de chegar à Lages, entrasse em contato com o fazendeiro Gerônimo Thibes, da região do Rio Canoas e que pertencia ao Partido Liberal. Esse, levou-o à cavalo até a fazenda de Manoel Pinto de Arruda em Urupema. Pinto de Arruda era republicano, portanto, contra a revolução, mas, em sua fazenda, Chateaubriand fez contato com a família Couto, que era revolucionária. Dinarte Couto levou-o à São Joaquim onde o chefe revolucionário da região, Bebiano Rodrigues, para se certificar de que não se tratava de outra pessoa que não o jornalista dos Diários Associados, checou sua assinatura com outra que possuíam. Constatada a autenticidade, o revolucionário recebeu todo o apoio. Foi então levado por Antônio Palma e César Martorano até a fazenda de Belisário Ramos. Este o fez atravessar o Rio Pelotas onde se juntou a Oswaldo Aranha e outros revolucionários do Rio Grande do Sul.

Este fato foi contado repetidas vezes por Assis Chateaubriand em seus artigos pela cadeia dos Diários Associados.

O artigo que mais valorizou a região foi o intitulado "São Joaquim, Tabernáculo da Liberdade", escrito logo depois da revolução.

Em seus artigos o jornalista dizia do respeito que ha-

via na região entre as diversas forças e principalmente da maneira como fora tratado, tendo toda a cobertura dos líderes da região.

No período entre 1944 e 1945, com a pregação em favor da volta à Democracia, Assis Chateaubriand, apesar de suas ligações com Vargas, se engajou naquele movimento. Toda a Cadeia dos Diários Associados passou a apoiar a candidatura de Eduardo Gomes. Em São Joaquim, Assis Chateaubriand que através de seus jornais vai ser o elemento difusor das conspirações em andamento no país, encontra grande ressonância numa sociedade marcada por sua presença e por suas constantes referências ao respeito que dedicava à região.

A jovem intelectualidade joaquinesa era valorizada pelo jornalista, que abria as portas de seus jornais aos estudantes da região residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Favorável às pregações em favor da redemocratização e contra a ditadura Vargas, os problemas da política interna da região vão contribuir para que ela se engaje e seja a pioneira na formalização de sua adesão ao movimento oposicionista que se formava.

Nereu Ramos, o representante de Vargas em Santa Catarina, tinha na família Palma, nesta época, seus grandes inimigos políticos na região da serra catarinense. A inimizade vinha das eleições de 35 quando os Palma foram os grandes financiadores da campanha de Nereu Ramos. Este, para obter a vitória teve que fazer acordo com três deputados republicanos que com sua dissidência lhe deram a maioria dos votos. Vitorioso Nereu Ramos passou a prestigiar Agripa de Castro Faria, médico republi-

cano eleito por São Joaquim e um dos dissidentes. Este prestígio se deu em detrimento dos que o apoiaram até aquela época. Tal fato fez com que a família Palma, uma família grande, com 16 filhos e de ricos fazendeiros, permanecesse por todo o Estado Novo em oposição ao Interventor e mais tarde se unisse à Aristiliano Ramos na corrente oposicionista.

Portanto, foi a conjugação destes fatores que criou as condições para que São Joaquim, um município serrano catarinense, bem próximo de Lages, reduto da família Ramos, fosse o pioneiro na manifestação política efetiva em favor da redemocratização e de uma candidatura oposicionista no Estado⁹.

Voltando ao Comitê Central Provisório pró-candidatura de Eduardo Gomes, sua constituição era a seguinte: Genovêncio de Matos, Franalício Pinto de Arruda, Egídio Martorano e Joaquim Pereira de Medeiros, Presidente; Cel. Boanerges Pereira de Medeiros; Vice-Presidente; Brasiliano Vieira Camargo e Antônio Palma; Primeiro Secretário; Dr. Hans BUendgens, advogado; segundo dito; João Palma, fazendeiro e político; Primeiro Te -

⁹MARTORANO, Dante. Florianópolis, 20 de março de 1985. Entrevista concedida à autora. Na entrevista estão relatados todos os dados referentes à Assis Chateaubriand em Santa Catarina, bem como os referentes à política regional de São Joaquim.

soureiro: Fúlvio Ferreira; Segundo dito: Rosalvo Albino¹⁰.

No comício que se seguiu à apresentação do Comitê à Comunidade, foram aclamados os nomes do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, do Dr. Adolfo Konder, do Cel. Aristiliano Ramos e do Major Juracy Magalhães¹¹.

É importante que se observe aqui, que, não obstante o pioneirismo da região, ficava ali demonstrada a típica filiação partidária existente, aos que seriam chamados os "grandes partidos" do período chamado "da redemocratização".

Nunca com origens ideológicas, aquelas filiações obedeciam as mais diversas ordens, quase sempre ligadas a acertos ou desacertos políticos regionais.

Em São Joaquim, a família Palma, de origem liberal, fundou a UDN por estar em oposição circunstancial à Nereu Ramos. Hercílio Vieira, ex-republicano, situado na fileira dos "carcomidos", ou seja, aqueles aliados pela Revolução de 30, por estar em oposição à família Palma, ajudou ao PSD Joquiense, do qual foi prefeito e líder.

Nas eleições de 47, quando as vocações começaram realmente a se manifestar após os arroubos iniciais das organizações partidárias, estes líderes voltaram às suas origens, trocando ambos de partido. Os Palma, que foram a grande força po

¹⁰ Acompanhavam a composição dos dirigentes do Comitê as seguintes assinaturas: Antônio Pereira Sobrinho, José Palma, Oscar Ferreira, João Palma, Marcelino Costa, João Batista Nunes, Cesar Martorano, João Medeiros, Otávio Vieira e outros.

¹¹ Diário da Tarde. Fpolis, 05 de abril de 1945, p.1.

lítica da UDN emergente, foram para o PSD enquanto Hercílio Vieira que foi prefeito e líder do PSD, foi para UDN¹².

A esta primeira manifestação, seguiram-se ainda no começo de abril, um Comício em Santo Amaro, nas proximidades da capital, onde, um dos mais eficientes articuladores do partido em formação, Dr. Wanderley Jr, fez a apologia da candidatura de Eduardo Gomes e a organização do Diretório Provisório da UDN em Mafra, no norte do Estado¹³.

Os componentes daquele Diretório, também com base nos extintos Partido Republicano, Liberal Republicano e Legião Republicana, eram:

Presidente de Honra:	Cel. José Severiano Maia ¹⁴ ;
Presidente	: Ildefonso Melo - industrial;
Vice-Presidente	: José Augusto Comy;
1º Secretário	: Marcelino Nogueira;
1º Tesoureiro	: Teófilo Pasternak;
2º Tesoureiro	: Ivo Pinto Cordeiro;
1º Orador	: Leandro Machado;
2º Orador	: Antônio de Aquino Borges;
Suplentes	: Ataliba Vieira, Carlos Minimi , Francisco Santos, Darcílio de Oliveira, Antônio Bogio e Álvaro Rodrigues.

¹² MARTORANO, Dante. Entrevista citada.

¹³ Diário da Tarde. Fpolis, 09.04.45, p.1.

¹⁴ José Severiano Maia, foi revolucionário em 30, comandante das forças de ocupação do Estado e membro de diretório central do Partido Liberal em 31.

Havia, ainda, uma Comissão de Propaganda composta por 22 membros¹⁵.

Em Santa Catarina, no decorrer dos meses, mesmo sob o peso das rivalidades regionais, dos desentendimentos pessoais, o movimento oposicionista vai ganhando espaços cada vez mais amplos, sempre sob a égide da candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República. Este, como vimos, era o herói comum, o catalizador contra o inimigo comum que pairava acima das divergências.

Em nossas pesquisas, por mais que tenhamos nos empenhado, o momento da fundação da UDN catarinense não foi detectado. Não há registro escrito deste acontecimento e nem nos entrevistados identificaram este momento. A única referência que se tem a respeito da fundação deste partido no Estado está numa citação feita por Silveira Lenzi¹⁶ de uma entrevista a ele concedida pelo político lageano Celso Ramos Branco onde diz que o ato da criação da União Democrática Nacional em Santa Catarina foi realizado na cidade de Ibirama em território neutro, na casa de Henrique Rupp Júnior. Diz ainda, que a escolha deste território "neutro" se deve as dissensões entre Adolfo Konder e Aristiliano Ramos e que à reunião estiveram presentes "além do anfitrião, Aristiliano Ramos, Irineu Bornhausen (representando Adolfo Konder brigado com Aristili-

¹⁵ Diário da Tarde. Fpolis. 12.04.45. p.1.

¹⁶ LENZI, Carlos Alberto Silveira. Partidos e políticos de Santa Catarina. Fpolis. EFSC-Lunardelli. 1983, p.154-5.

ano), Celso Ramos Branco, Max do Amaral, James Schneider e Mauro Nerbas."

Finalizando a citação, o referido autor coloca que houve na ocasião um discurso do promotor público José Fontes para tentar aplacar as dissensões e reafirmar a fé partidária¹⁷.

Tomamos por verdadeiro este relato, apesar da falha metodológica do autor em não possuir a entrevista gravada, que é o que daria a sustentação científica de documento a tal afirmação.

A data também não citada de tal reunião podemos aproximá-la para um período entre 7 de abril e 28 de junho quando é anunciada a organização, na Capital do Estado, do Diretório Provisório da UDN que "conduzirá a atual campanha política até a realização da convenção no Estado, a qual deverá eleger o Diretório Central de Santa Catarina e homologar os diretórios municipais eleitos¹⁸.

O Diretório, instalado à rua Conselheiro Mafra nº 82, tinha a finalidade consultiva, orientadora e organizadora. Para ele deveria ser dirigida toda a correspondência relativa à campanha e deveriam entrar em contato as forças políticas do interior "que se encontram (...) empenhadas no salutar movimento de constitucionalização e democratização do Brasil¹⁹.

A lista dos componentes deste Diretório vem acompanhada pelas respectivas profissões e atividades:

¹⁷ LUIZ, G.A.S. Op. cit. p.155.

¹⁸ Diário da Tarde. Fôlis, 29.06.45. p.1

¹⁹ Ibidem.

Fulvio Coriolano Aducci - Advogado e Professor da Faculdade de Direito.

José Acácio Soares Moreira - Advogado

Octávio da Silveira Filho - Farmacêutico

João Bayer Filho - Advogado e Professor da Faculdade de Direito

Afonso Wanderley Júnior - Advogado, Professor da Faculdade de Direito e Oficial da R.R. da Marinha de Guerra.

Altino Flores - Professor e Jornalista.

Oswaldo Rodrigues Cabral - Médico e Publicista.

Pedro Carneiro da Cunha - Representante Comercial e Diretor do Diário da Tarde.

José da Costa Moellman - Engenheiro Civil

Oswaldo Bulcão Viana - Advogado e membro da Ordem dos Advogados.

João José de Souza Cabral - Advogado e Professor da Faculdade de Direito.

Paulo de Tarso Luz Fontes - Médico

Roque Filomeno - Comerciante

Antônio Geraldo Vieira - Operário.

Trogilão de Melo - Major reformado da Força Policial.

José Medeiros Vieira - Acadêmico de Direito, Jornalista e Presidente da União da Juventude Democrática.

Numa análise deste Diretório, vamos encontrar a sociedade civil catarinense com representantes basicamente das correntes Republicana, de Adolfo Konder e Legionária, de Rupp

Júnior.

Dentre os Republicanos ou simpatizantes do Partido estavam: Fulvio Aducci - Presidente do Estado em 30, eleito em 34 pela "coligação por Santa Catarina", foi constituinte e representante do P.R. em Santa Catarina quando a coligação se desfez em 35. José Acácio Soares Moreira, Republicano histórico, vice de Fulvio Aducci em 30, representante da região sul, foi eleito deputado estadual pela coligação "Por Santa Catarina" em 34, Pedro Carneiro da Cunha - Major legalista em 30, negociador entre o Governo derrubado de Fulvio Aducci e os revolucionários e signatário do manifesto do P.R. em 33, José da Costa Moellmann - Prefeito da Capital na interventoria de Assis Brasil, Altino Flores - candidato da Liga Pró Estado Leigo à Constituinte em 33, João José de Souza Cabral - candidato à deputado estadual "Por Santa Catarina" em 34, Paulo de Tarso da Luz Fontes - médico do Departamento de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina²⁰ e Major Trogilio de Melo - Comandante de Destacamento Noel, em 30, integrado por três companhias do 14º Batalhão de Caçadores de Florianópolis, uma de Fuzileiros Navais e outra da Força Pública, enviado à Joinville em defesa da legalidade²¹.

²⁰ PIAZZA, Walter F. Org. Dicionário Político Catarinense. S.C. Assembléia Legislativa do Estado, 1985, p.232.

²¹ CORRÊA, Carlos Humberto P. Op. cit. p.46.

Dentre os representantes do Grupo de Rupp Júnior, identificamos: João Bayer Filho - Adepto da Revolução de 30, proprietário do Jornal "A Pátria" que a partir de 31 foi porta-voz da L.R.C. e candidato em 34 à deputado federal "Por Santa Catarina", Afonso Wanderley Júnior - Membro da coligação Por Santa Catarina em 33 e candidato pela mesma à deputado estadual em 34, Oswaldo Rodrigues Cabral, representante do Norte do Estado e candidato "Por Santa Catarina" à deputado Estadual em 34, e Oswaldo Bulcão Vianna, candidato "Por Santa Catarina" à deputado estadual em 34 e genro de Rupp Júnior.

Ainda, nesta fase de formação do Diretório, pudemos observar também, em Santa Catarina, a chamada composição elitista do partido²², já que, como à nível federal e nos demais Estados há um predomínio dos bacharéis.

A partir da composição do diretório provisório à nível estadual vão sendo constituídos os diretórios distritais e os regionais. A 8 de julho foi instalado o Diretório Distrital de Caicanga, no Ribeirão²³, a 29 de julho, o Diretório Distrital de Canasvieiras²⁴, a 5 de agosto o do Saco dos Limões²⁵ e

²² Os vários estudos realizados sobre a UDN, comprovam esta tese sobre o elitismo na composição do Partido, apontado como a principal causa para seus fracos resultados nas urnas. Sobre o tema, são elucidativas as obras já citadas de Maria Victória Benevides, Maria do Carmo Campello de Souza e Izabel Fontenelle Picaluga.

²³ Diário da Tarde, Fpolis, 31.07.45. p.6

²⁴ Diário da Tarde, Fpolis, 30.07.45. p.6

²⁵ Diário da Tarde, Fpolis, 06.08.45. p.1

o da Praia dos Ingleses²⁶, a 6 de agosto o do Rio Vermelho²⁷, todos no município de Florianópolis e organizados pelo Diretório Central Provisório em obediência as diretrizes do Diretório Nacional.

À 28 de julho foi instalado o Diretório Municipal de Itajaí, à 8 de agosto o de Porto União, à 26 de agosto o de Lages, à 16, 23 e 27 de setembro foram instalados respectivamente os diretórios de Tubarão, São José e Joinville²⁸.

Em vários outros municípios e distritos vão sendo criados esses organismos que tiveram seus registros aceitos pelo TRE em sessão de 3 de novembro de 1945.

Destes primeiros diretórios fundados, queremos nos deter no de Itajaí, já que daí se origina a oligarquia que se instalou no poder com a UDN.

Berço dos Konder, Itajaí, teve em Irineu Bornhausen, - casado com Marieta Konder, irmã de Adolfo e Vitor, este último, ministro dos Transportes do Governo Washington Luiz, o articulador e principal líder da nova oligarquia Konder-Bornhausen, hegemônica em Santa Catarina de 50 à 60.

A instalação daquele diretório se deu à 28 de julho de 1945, nos salões da Sociedade Guarani às 20:00 horas. A

²⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 06.08.45. p.6.

²⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 07.08.45. p.1.

²⁸ No Diário da Tarde dos meses de julho, agosto e setembro do ano de 1945, foram registrados todos os diretórios distritais e municipais, criados pela UDN em Santa Catarina.

reunião foi precedida pelo envio de convites à população, datados de 23 de julho e assinados por 221 simpatizantes, todos designados também, por suas profissões, dentre os quais destacamos: Marcos Konder - industrial; Irineu Bornhausen - industrial; João Gaya - Funcionário Público; Manoel Gaya Neto - Funcionário Público.

A lista é enorme e nela estavam presentes desde pescadores, operários, agricultores, donas de casa, até industriais, comerciantes e profissionais liberais. Entre aquelas assinaturas estavam nomes daqueles que viriam a se destacar pelo Partido à nível Estadual, como o de Irineu Bornhausen - já há muito envolvido na política regional e futuro líder estadual do Partido.

A cerimônia, que contou com a presença de uma Comissão do Diretório Central constituída pelos Senhores Afonso Wanderley Júnior, João José de Souza Cabral, Paulo Fontes, Sebastião Neves e João Bayer Filho, foi aberta pelo Coronel Marcos Konder. Este relembrou os velhos tempos da Primeira República e sua atuação à frente dos destinos municipais da sua terra e depois como deputado estadual.

Nesta reunião foi indicado o Diretório Municipal com 36 membros e composto por 3 (três) Comissões:

Comissão Executiva: Marcos Konder, Dr. José Menescaudo Monte, Carlos Frederico Seara Júnior, Dr. Francisco Rangel, Henrique Kanneke, Ewaldo Willerding, Dr. José Malburg, Irineu Bornhausen, João Gaya, Gabriel Cunha, Antônio Angelo Sant'Ana, Pedro Ricardo Maes, Marcos Gustavo Heuse.

Comissão de Propaganda: Dr. Osmar Nunes, Vitos Faria,

Emílio Gazaniga Jr., Genézio Santos, Antônio Aires dos Santos, Arnaldo Cabral, Dagoberto Alves Nogueira, Walter Fleischmann, Waldemar Bento Vieira, João Angelino Lopes Jr., Urbano Vieira.

Comissão de Alistamento: Manoel Gaya Neto, Carlos de Paula Seara, Pedro Werner Jr., Tuffi Miguel Francisco, Dorval Demóstenes Bornhausen, Manoel Nazário Alves, Manoel Macedo, Octávio Cesário Pereira, José Matias Neves, Pedro José Furtado, Francisco Solano Lopes²⁹

Estiveram presentes à reunião, 16 republicanos itaja-ienses³⁰.

²⁹ O registro deste diretório foi autorizado pelo T.R.E.--S.C. em sessão de 03.11.45. In: T.R.E.S.C. REGISTRO DE ÓRGÃOS E XECUTIVOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE PARTIDOS POLÍTICOS - p.25-6.

³⁰ Os dados referentes à instalação deste diretório foram publicados no Diário da Tarde de 30 de junho de 1945.

CAPÍTULO III

A LUTA PELO PODER

III - A LUTA PELO PODER

1. A Campanha de 1945

Paralelamente a esta vertiginosa ação para a organização formal do Partido, verificada a partir de junho de 45 no Estado, vemos, também, uma intensificação da campanha política, já que formalmente as eleições foram regulamentadas pelo Decreto de 28 de maio onde o Presidente Vargas marcara as eleições presidenciais para 2 de dezembro.

As manifestações individuais e coletivas em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes vão surgindo nas páginas dos jornais de oposição nos diversos municípios e no Diário da Tarde, principal órgão oposicionista da capital, de propriedade de Adolfo Konder¹.

Dentre estas manifestações vamos encontrar algumas específicas, como a dos oficiais reformados da Força Pública do Estado "indissoluvelmente vinculadas às suas tradições e as suas glórias e inquietamente atentos ao seu porvir (...) a fim de que o Brasil se reintegre no domínio da legalidade e a Milícia Estadual retorne dentro da Federação aos seus glo

¹O Jornal Diário da Tarde foi fundado em 30 de julho de 1945 e no chamado período da Redemocratização, foi um braço ativo da UDN catarinense. Na Capital e nas cidades do litoral onde tinha grande penetração, era o porta-voz do adolfismo, uma das correntes do udenismo no Estado.

riosos destinos². Surgirão também, outras cautelosas "sem quaisquer antecipados compromissos para com a próxima chapa de Representantes Federais bem como, para a escolha do futuro Governador de Santa Catarina e do Prefeito do município de Laguna..."³, como a do Dr. João de Oliveira, advogado, deputado estadual eleito pela Coligação Republicana 'Por Santa Catarina' em 34 e diretor do "Correio do Sul" de Laguna⁴.

O novo quadro político que se tenta esboçar no Estado, ainda, não tem seus contornos nítidos. As nuances são muitas e difíceis de serem combinadas. O jogo se apresenta duro intra e extra-partidariamente. As dissensões internas são muito fortes para se manterem incógnitas para o grande público e a imprensa situacionista neste primeiro momento representada pelo jornal "O Estado" e pela "Gazeta", delas se aproveitam. As correntes lideradas por Adolfo Konder, que permanece no Rio de Janeiro até fins de outubro, e por Aristiliano Ramos, serão as detonadoras dos conflitos no seio do novo partido.

²Diário da Tarde. Fpolis, 04.09.45. p.6. Na conclamação pública no referido jornal, a denominação "Brigada Militar" foi dada à Força Pública do Estado, cujos oficiais reformados assinaram o documento.

³Diário da Tarde. Fpolis, 12.09.45. p.6.

⁴A cautela de João de Oliveira neste momento de recomposição política era justificável. Em 35, eleito Constituinte, declarou na Assembléia que se não tivesse sido eleito pelo PR apoiaria Nereu Ramos. Apud. CORRÊA, Carlos Humberto, op. cit. p.219.

Já em setembro de 45 os jornais oposicionistas exploravam a presença do Cônego Tomas Fontes, tio de Paulo Fontes, adolfista, como emissário daquela corrente nas regiões trabalhadas pelo Cel. Aristiliano Ramos no Estado com a função de fiscalizar, anotar e relatoriar, numa vigilância obstinada⁵. É a desconfiança entre as lideranças, saídas de correntes antagônicas até 45, fato que marcaria a fase de formação deste Partido do qual muito se discute se algum dia perdeu a sua característica inicial de Frente Inter-Partidária.

A nível extra-partidário, a luta é feroz contra um inimigo poderoso e organizado. A interventoria, na figura do poderoso Nereu Ramos, joga duro. Toda a máquina administrativa do Estado é acionada em favor do PSD e violentamente contra a UDN e seus adeptos.

As ameaças de demissão ou remoção de funcionários públicos, as insinuações de que o governo saberá com quem o eleitor votou, a UDN reage com uma persistente campanha durante todo o ano de 45 veiculada principalmente pelo Diário da Tarde, motivando o alistamento dos eleitores, a filiação partidária e o voto livre.

"O voto é secreto! ninguém fiscalizará o voto! o voto é livre! todos podem votar com independência:

Nada lhes acontecerá. O verdadeiro patriota só tem compromissos políticos com sua própria consciência. A urna é

⁵Diário da Tarde. Fpolis, 09.09.45. p.2

uma caixa de surpresa para os tiranos. O voto secreto é a força dos oprimidos. Todos ao alistamento! ..."⁶

"Inscrever-se nas fileiras de um partido político é dever de todo cidadão amante da sua pátria. Só os partidos dão estabilidade às instituições, pela razão muito simples de que dão vida às idéias"⁷

"A cédula é posta num envelope quando o eleitor está encerrado numa cabine indevassável. Ninguém está vendo o eleitor quando ele deposita a sua cédula no envelope, que lhe é fornecido antes pelo presidente da mesa e consiste numa sobre carta igual para todos. Alistem-se onde quiserem mas de qualquer forma votem livremente, depois, nos nomes de sua preferência. Ninguém saberá em quem o eleitor terá votado quando este sair da cabine e depositar na urna o seu envelope fechado. As coações de agora desaparecerão na hora de votar. O voto é obrigatório"⁸.

Postas oficialmente as duas candidaturas à presidência desde maio de 45, os udenistas têm em mãos um trunfo com o qual jogam até o final. Este trunfo é a acentuada postura "queremista" de Nereu Ramos, a qual é utilizada com sinônimo de comunista.

⁶Este slogan foi reproduzido no Diário da Tarde por quase todo o ano de 45 como parte da campanha udenista em favor do voto livre.

⁷Ibidem.

⁸Diário da Tarde. Fpolis, 29.08.45. p.1.

Para que se entenda melhor o que era o "queremismo", é preciso saber que foi "um movimento razoavelmente amplo", em que foram utilizados os mais influentes setores governamentais, bem como, parcelas da massa operária urbana (...) e cuja bandeira de luta era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio Vargas no poder, isto é, sem a realização das eleições presidenciais de dois de dezembro"⁹. Este movimento nasceu quando "entre junho e julho de 45, Vargas, confiando nas possibilidades de um continuísmo, retira qualquer apoio à candidatura pessedista"¹⁰ e se aproxima dos comunistas, os mesmos que esmagara em 35, numa busca tática de sua capacidade de mobilização das massas, fundamental para seus planos.

Que Nereu Ramos fosse "queremista", haviam provas cabais como por exemplo, seu afastamento da Capital indo repousar na estância hidro-mineral de Águas da Guarda por supostas questões de saúde, quando da visita de Gaspar Dutra em campanha à Santa Catarina bem como, a ausência de propaganda política daquele candidato no Estado¹¹, Mas identificar aque

⁹ALMEIDA Jr. Antônio Meses de. Do Declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: HGCB tomo III. O Brasil Republicano. v.3, Sociedade e política (1930-1964). cap.IV, p.236.

¹⁰ Ibidem, p.236.

¹¹ Diário da Tarde. 02.10.45, p.1.

le político como comunista, longe de ser uma acertiva, era uma tática utilizada por ambos os partidos majoritários em diferentes períodos para atrair os eleitores católicos. Aliás este eleitorado seguia as orientações da Liga Eleitoral Católica que fora criada em 1934 e funcionava como instrumento de pressão aos políticos e eleitores católicos. Em outubro de 1945, a LEC define, através de sua representação estadual e arquidiocesana, os quatro postulados básicos e incisivos que fariam um candidato ser merecedor dos seus votos:

1º Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial , com assistência efetiva às famílias numerosas;

2º Incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas e horários das escolas públicas primárias , secundárias e normais da União, dos Estados e dos Municípios;

3º Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, bem como aos hospitais, prisões e instituições públicas;

4º Legislação do trabalho inspirada nos mais amplos preceitos da justiça social e nos princípios de ordem cristã, para os trabalhadores urbanos como rurais¹².

As inúmeras tentativas da UDN de demonstrar obediência aos preceitos da LEC não impedirão esta entidade de apoiar a

¹² A Gazeta. Fpolis, 05.10.45, p.8

candidatura Dutra¹³, por traz de sua declaração aos jornais de que os dois principais candidatos à Presidência eram católicos.

Ainda, no decorrer da campanha presidencial de 1945, a emergente UDN sofrerá um golpe que nos parece decisivo para sua derrota em terras catarinenses nesta primeira legislatura do chamado período da Redemocratização. Este golpe foi dado pelo Decreto 3063 de 10 de outubro de 1945, assinado por Getúlio Vargas e já por nós analisado.

Como colocamos linhas atrás, este decreto-lei colocou a "frente" udenista diante de graves problemas. A nível estadual, o mais grave era como promover a conciliação entre as diversas correntes isoladas e autônomas existentes no Estado.

Para a oposição catarinense a posição firmada foi de repúdio ao decreto, repúdio este que ficou claro na entrevista concedida por Adolfo Konder ao Diário de Notícias do Rio de Janeiro dois dias após a publicação daquele decreto-lei; "... Em vez de facilitar o pleito, veio comprometer a lisura do pronunciamento das urnas, ao menos nas unidades fe

¹³ Telegrama do Vigário Geral da Capital a um chefe udenista do interior de Tijucas: "Prezado Sr. Voltolini. Comunico - lhe que o Gal Gaspar Dutra é católico e a LEC o recomendara em 1º lugar como candidato à Presidência da República". Ass. Monsenhor Harry Bauer, Vigário Geral. Diário da Tarde 15.12.45, p.1.

derais, nas quais as forças democráticas, embora solidárias com a candidatura do Major Brigadeiro Eduardo Gomes, formam correntes isoladas e autônomas, no campo da política estadual.

Os problemas ora postos em equação e foco só seriam resolvidos depois do pleito federal com calma, serenidade, fora da agitação da hora que atravessamos"¹⁴. Dizia, ainda, o líder oposicionista: "Depois, há na norma legal um dispositivo que não pode merecer apoio nem aplausos. Refiro-me à faculdade concedida aos interventores de outorgarem constituições para os Estados que discricionariamente governam. Elementos facciosos, dirigentes da equipe oficial, diretamente interessados no pleito, não há como nem porque neles se fiar. Decretarão estatutos constitucionais à feição de seus interesses inconfessáveis e em detrimento das formações partidárias que militam no campo oposto. Em sua conclusão Adolfo Konder resumiu a expectativa que norteou a ação oposicionista. "Será uma enxurrada de constituições outorgadas de caráter provisório pois que dentro em pouco-votado e em vigor o novo Pacto Fundamental da República - nem préstimo legal terão"¹⁵.

Para o PSD catarinense, braço estadual do partido beneficiário pelo decreto, o apoio aquele ato do Governo foi ir

¹⁴ Entrevista transcrita no Diário da Tarde de 17.10.45, p.1.

¹⁵ Diário da Tarde. 17.10.45, p.1

restrito como afirmou o jornalista Petr rca Callado no artigo intitulado "O presidente cumpriu a palavra", no jornal governista, A Gazeta, de Florian polis¹⁶,

Diante deste quadro conturbado da vida política nacional e conseqüentemente estadual, era preciso que as posi es se firmassem e que as lideranças se unissem para dar maior respaldo aos partidos. Mas, em Santa Catarina a união das oposi es neste primeiro momento   mais formal e pragmática do que real. Na Capital da República, onde as lideranças regionais obtinham as diretrizes do partido, mais do que Adolfo Konder e Aristiliano Ramos "incluido em uma vaga comissão de cultura"¹⁷ parecia se destacar a figura do estudante universitário V lney Colaço de Oliveira. Filho de João de Oliveira, proprietário do "Correio Sul" de Laguna, V lney escrevia para os jornais da cadeia "Diário Associados" de Assis Chateaubriand¹⁸, no Rio de Janeiro, onde estudava direito. Engajado no movimento oposicionista, dele dizia o jornalista Renato Barbosa, seu tio: "Este garoto se agita como um t t  de 20 anos. Organiza as entrevistas com os próceres, conspira em movimentos subterrâneos de resistência. Frequenta a tribuna popular. Escreve em jornais. Grita como um possesso no deserto de entusiasmo de seus correligionários esta

¹⁶ A Gazeta. Fpolis, 12.10.45, p.1.

¹⁷ A Gazeta. Fpolis, 02.10.45, p.1.

¹⁸ MARTORANO; Dante. Entrevista citada.

duais"¹⁹. É fácil de se entender o agressivo ativismo político do então estudante Volney Colaço diante a discreta figura das velhas raposas, mais preocupadas em conspirar e preservar seus espaços. Para elas, a agressividade de um jovem militante de quem se dizia: "Mistura política com atletismo . Faz parte de uma política de choque que a UDN, no legítimo e exercício de sua democracia mantém, para dar pancadas em quem achar o Brigadeiro feio"²⁰, era útil mais ao mesmo tempo vista com prudência. Era preciso respeitar as composições políticas estaduais. Já se falava nele como candidato a deputado estadual, mas na futura composição da chapa udenista já haviam muitos compromissos a serem saldados.

A tão esperada volta de Adolfo Konder à Santa Catarina, bastante cobrada pela oposição e fartamente anunciada pelo Diário da Tarde, se deu a 26 de outubro, portanto, três dias antes da queda de Vargas. A recepção ao líder parece ter sido das mais discretas já que a imprensa, nem mesmo o Diário da Tarde, se manifestou a respeito. É de se estranhar esta chegada silenciosa do líder oposicionista à sua terra às vésperas da deposição de Vargas, embora o raciocínio nos leve à suposição de ter sido esta chegada estrategicamente articulada na Capital da República onde o golpe era tramado. Em plena campanha pela redemocratização, num estado onde o Interventor era notoriamente quererista e já obtivera o a -

¹⁹ A Gazeta. Fpolis, 02.10.45, p.1

²⁰ A Gazeta. Fpolis, 02.10.45, p.1

poio de seu partido como candidato ao governo do Estado²¹, a oposição teria que demonstrar força e capacidade de resistência a uma possível reação continuísta. Este nos parece o papel desempenhado por Adolfo Konder.

A primeira manifestação de apoio à deposição de Vargas, aparece no Diário da Tarde de 30 de outubro e vem assinada pela União da Juventude Democrática, agremiação vinculada à UDN e presidida por José Medeiros Vieira, estudante de direito e redator do jornal oposicionista. Dirigindo-se "A mocidade livre de Santa Catarina - aos jovens estudantes, operários e trabalhadores em geral", congratula-se pela queda da ditadura e exorta a união em torno de Eduardo Gomes "o salvador do Brasil e redentor do povo brasileiro."

A manifestação oficial da UDN sobre os novos acontecimentos se deu a 31 de outubro sob a forma de duas notas oficiais publicadas no Diário da Tarde.

A primeira nota dizia:

"A direção estadual da UDN em Santa Catarina, não podendo esconder a sua satisfação pelos acontecimentos que marcam o início de uma nova era para a democracia brasileira, e desejando dar uma prova cabal e manifesta do espírito

²¹ Nereu Ramos foi indicado candidato ao governo do Estado, na Convenção do Partido realizada a 24.10.45 no cine Ritz em Florianópolis. A Gazeta. 26.10.45, p.1.

de ordem e de disciplina que a norteia, pede a todos os seus correligionários, amigos e admiradores que evitem qualquer manifestação que possa dar ensejo a perturbação da ordem, conservando a serenidade dos que tendo cumprido o seu dever e não se furtado a luta, sabem conservar-se em plano superior nesta hora, que representa para o povo sua primeira vitória!

Na segunda nota, "A UDN, secção de Santa Catarina, pelos seus dirigentes (...), tendo se entendido com os Exmos. Srs. Tenente Coronel Nilo Chaves e Major Epaminondas Chagas, tem a satisfação de comunicar ao povo catarinense que os ilustres e dignos comandantes da Guarnição Federal e da Base Aérea, estão em directo contacto com as autoridades superiores no sentido de ser orientada, no mais curto prazo possível, a substituição do Sr. Interventor Federal.

Confiantes na ação patriótica dos chefes militares; pedem à população de Florianópolis que se mantenha na mais absoluta calma, evitando qualquer manifestação antes de serem recebidas instruções superiores". Assinaram as notas os três chefes oposicionistas: Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e Rupp Júnior"²².

Na Capital do Estado, com exceção da ocupação da sede do Partido Comunista pelo exército²³; a situação se mante

²² Diário da Tarde, Fpolis, 31.10.45, p.1.

²³ Diário da Tarde., Fpolis, 31.10.45, p.1.

ve aparentemente calma. Como estava previsto, Nereu Ramor ou torgou a Constituição estadual a 30 de outubro "com a presença de altas autoridades civís, militares e eclesiásticas"²⁴, no Palácio do Governo.

Observe-se que, paralelamente aos acontecimentos que, à nível federal depuzeram Vargas e à nível estadual acarretaram a queda do interventor Nereu Ramos, a UDN realizou sua 1.ª Convenção Estadual. Esta Convenção que teve sua 1.ª sessão preparatória realizada na sede do Partido à rua Conselheiro Mafra, em Florianópolis, no dia 28 de outubro, culminou na noite seguinte em sessão solene às 17:00 horas no cinema Teatro Ritz, onde foram apresentados os candidatos do Partido ao Governo do Estado e ao Conselho Federal.

Irineu Bornhausen foi o nome indicado pelo Partido como candidato ao Governo do Estado. A indicação foi feita por Aristiliano Ramos. Para o Conselho Federal foram indicados Adolfo Konder e Aristiliano Ramos, tendo a indicação partido de Rupp Jr.²⁵. Ainda, na sessão preparatória, Aristiliano Ramos propôs que fossem aceitos como definitivos os candidatos a Deputados Federais indicados pelas seis zo

²⁴ A Gazeta, Fpolis, 31.10.45, p.8.

²⁵ Diário da Tarde, Fpolis, 29.10.45, p.1

nas²⁶ e que seus nomes fossem apresentados quando a comissão diretora completasse a chapa. Vanderley Jr. propôs que, respeitadas as indicações das diversas zonas para Deputados Estaduais, fosse aguardada a outorga da constituição pelo Executivo Estadual para organização definitiva da chapa, a fim de ser possibilitada a respectiva publicidade²⁷.

Na sessão de encerramento e apresentação dos candidatos ao Governo e ao Senado, presidida por Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e Rupp Jr., os três líderes discursaram. O primeiro falou sobre a orientação partidária no Estado e a candidatura de Eduardo Gomes, o segundo fez severa crítica "ao regime de ditadura que nos rege" e o terceiro apresentou uma sugestão de "princípios cardinais partidários para orga-

²⁶ Esta divisão do Estado em zonas eleitorais pelas quais seriam indicados os candidatos à Câmara Federal, foi um expediente usado pela UDN para melhor atender às suas bases regionais.

Tal procedimento não seguiu a divisão regional do Estado, que nessa época era dividido em sete regiões, quais sejam: Litoral de São Francisco do Sul, Bacia do Itajaí, Florianópolis, Laguna, Canoinhas, Rio do Peixe e Campo de Lages. As seis regiões em que se baseou a UDN foram citadas pelo jornal A Gazeta de 22.11.45, p.1 ou sejam: Florianópolis e municípios vizinhos, Joinville e vizinhos, Vale do Itajaí, Oeste, Lages - incluído a região da serra e sul.

²⁷ Diário da Tarde, Fpolis, 29.10.45, p.1.

nização definitiva do Partido"²⁸.

Discursaram ainda, o Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, em nome de Irineu Bornhausen que não pode comparecer; Paulo de Tarso da Luz Fontes, que em nome do Diretório da Capital cumprimentou os convencionais do interior; o Dr. Celestino de Oliveira, pelas delegações municipais; Dr. João José Cabral; Dr. José Pimentel; Dr. Osvaldo Bulcão Vianna; Dr. Osvaldo Cabral; o acadêmico José Medeiros Vieira, presidente da UJD (União da Juventude Democrática)²⁹; Dr. João de Oliveira, Dr. Tupy Barreto; Cônego Tomaz da Silva Fontes; Dr. Afonso Vanderley Jr. que falou "da UDN em face dos inesperados rumos da situação política brasileira"³⁰ e Dr. Bayer Filho. Ao final dessa convenção onde a fina flor do republicanism catarinense esteve reunida, onde os destituídos e os desapontados pela revolução de 30 e/ou posteriormente pelo

²⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 03.11.45, p.1.

²⁹ Fundada em Florianópolis, em 7 de março de 45, a UJD a partir de julho de 1946, teve seu nome mudado para União Cívica Popular. A antiga denominação passou a partir daí a pertencer apenas à Secção juvenil da sociedade da mesma forma que a ala feminina passou a rotular-se de "Legionárias Vigilantes da Liberdade" (LVL). O artigo 1º de seu estatuto dizia ser a mesma: "Sociedade Civil que tem por objetivo a elevação do nível cultural e cívico do povo, principalmente, da mocidade levando a efeito para esse fim, em que todos os municípios catarinenses, uma sistemática e intensiva campanha democrática de divulgação de cultura e de propaganda patriótica, com a celebração dos fatos nacionais, o culto dos grandes homens do Brasil, das nações irmãs do continente e da humanidade em geral". Diário da Tarde. Fpolis, 23.08.46.

³⁰ Diário da Tarde. Fpolis, 30.10.45, p.1.

Estado Novo se apresentam de forma concreta em sua nova roupagem em busca da hegemonia perdida, João José de Souza Cabral, em nome do Dr. Rupp Jr. apresenta ao plenário moção de um voto de louvor a Fulvio Aducci, pelos "relevantes serviços que com patriotismo e desprendimento (...) dirigindo-lhe (ao partido) e orientando-lhe com o seu tirocínio de velho político os trabalhos da Comissão Executiva Provisória no período difícil de sua organização partidária"³¹.

A homologação dos nomes indicados pelas convenções regionais realizadas no dia 25 de outubro para deputados federais bem como, a complementação da chapa como ficara estabelecido na primeira convenção estadual, se deu em reunião do Diretório Estadual do dia 5 de novembro de 1945. Os nomes escolhidos foram: Afonso Wanderley Jr.; Dr. Carmosino Camargo Araújo; Dr. Henrique Rupp Jr.; Heriberto Hulse; Dr. João Bayer Filho; Dr. Max Tavares do Amaral; Oswaldo Rodrigues Cabral; Plácido Olímpio de Oliveira e o Cônego Tomaz Adalberto da Silva Fontes³². Destes, Wanderley Jr. e Bayer Filho, representavam Florianópolis e os municípios vizinhos; Joinville e municípios vizinhos eram representados por Plácido O. de Oliveira (adolfista) e Oswaldo Cabral (aristilianista), apesar dos rumores de que este último não tinha zona de influência própria³³. O vale do Itajaí era zona de Max do Amaral, (adolfista) e o Oeste do Sr. Rupp Jr. Lages e a Serra

³¹ Diário da Tarde. Fpolis, 03.11.45, p.1

³² Diário da Tarde. Fpolis, 06.11.45, p.1

³³ A Gazeta. Fpolis, 22.11.45, p.1.

eram do Sr. Carmosino Camargo (aristillianista) e o Sul de Heriberto Hulse (adolfista), representante dos mineiros de carvão. Restava o Cônego Fontes, sem área própria mas, adolfista convicto e tendo a máquina daquele líder a trabalhar por sua candidatura.

Quando José Linhares, Presidente do Superior Tribunal Federal assume a Presidência da República a oposição atinge, em certos sentidos, seus objetivos. Confirmam-se as eleições presidenciais para Zude dezembro ao mesmo tempo em que as eleições estaduais foram adiadas. Passou à responsabilidade do Poder Judiciário, presidir o processo eleitoral e os interventores foram substituídos nos Estados. Mas, todos estes acontecimentos, e Santa Catarina foi um caso típico, como já vimos, "vieram tarde demais".

Em Santa Catarina, a máquina política do Estado Novo permaneceu no poder por mais cinco anos até quando a UDN conseguiu rompê-la e se impor como partido hegemônico por mais dez anos.

Com a queda de Nereu Ramos, o Governo Federal de José Linhares indica Luiz Gallotti para interventoria Catarinense. Esta indicação, uma exceção no quadro geral da Nação onde, foram indicados para todos os outros Estados Presidentes do Tribunal Regional Eleitoral, ao mesmo tempo em que deixa a oposição eufórica, recebe crítica do situacionismo, principalmente, dos seus principais prejudicados. Em telegrama com data de 3 de novembro de 1945 ao General Dutra, Nereu Ramos reclama: "acabo de saber que será nomeado, se já não foi, (...) pessoa ligada politicamente corrente oposicionis-

ta aqui afastando-se nome presidente Tribunal Regional Eleitoral nomeado pelo atual Sr. Presidente da República. Essa exceção aberta para um pequeno Estado chocou profundamente seus companheiros de luta"³⁴. Ivo D'Aquino, que assumira a interventoria interinamente, já reagira em telegrama "urgentíssimo" a Dutra no dia anterior: "Acabo ter comunicado de que , abrindo-se exceção para Santa Catarina, foi afastado o nome presidente Tribunal de Apelação na nomeação para o cargo de Interventor", - e acusa, ou lamenta? - "aproveitando-se o nome de um elemento ligado corrente oposicionista. Levando a seu conhecimento esse fato que visa alterar situação política entre os que se solidarizaram desde primeira hora com sua candidatura e que por ela vem decididamente pugnando"³⁵.

Membro da família Gallotti de Tijucas, Republicano na República Velha, portanto, adolfista e por via de consequência, udenista, Luiz Gallotti, residente no Rio de Janeiro , chega à Santa Catarina à 8 de novembro, sendo recebido pela maioria dos componentes do Diretório Udenista³⁶. Para a oposição o momento era de elogiar e procurar se aproximar do novo Interventor.

³⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 20.11.45, p.1

³⁵ Diário da Tarde. Fpolis, 20.11.45, p.1

³⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 09.11.45, p.1

A 9 de novembro foram nomeados os novos Secretários de Estado e o Prefeito da Capital. Para a Secretaria de Viação e Obras Públicas foi nomeado Udo Deeke, pessedista; para a Secretaria de Segurança Pública Osvaldo Bulcão Vianna, udenista e genro de Rupp Jr. para a Secretaria da Fazenda, Carlos Gomes de Oliveira, nereuzista, para a Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, o Dr. Ivens de Araújo, pessedista³⁷. Foram nomeados também, o novo delegado da Ordem Política e Social, Aldo Fernandes, o Secretário da Interventoria, Altino Flores, udenista e o Prefeito da Capital Cel. Antenor Tauois de Mesquita, simpatizante udenista.

Como podemos observar, Luiz Gallotti representou mais do que uma brecha à participação udenista no poder, uma forma utilizada para tentar neutralizar as maquinções queremistas no Estado. Prova disto foi a reação imediata de Nereu Ramos.

O novo Interventor, além do apoio público da UDN recebe o apoio do PTB através do presidente da Comissão Executiva daquele Partido em Santa Catarina, Aristides Largura³⁸. Aliás, o PTB catarinense, ao contrário da orientação do Diretório Central para que o Partido não assumisse compromissos na esfera das eleições presidenciais, apoia a candidatura Dutra³⁹.

³⁷ Diário da Tarde, Fpolis, 10.11.45, p.1.

³⁸ A Gazeta, Fpolis, 10.11.45, p.8

³⁹ A Gazeta, Fpolis, 10.11.45, p.8 e 22.11.45, p.8.

A gota d'água para a insatisfação do PSD com o Interventor, foi a entrevista concedida por seu irmão Antônio Gal lotti ao Diário da Tarde de 17 de novembro onde diz ter assinado o manifesto de apoio a candidatura Eduardo Gomes por ter "encontrado aqui (...) em certos meios do PSD, um incon tido saudosismo, o apelo nervoso e ansioso da invocação ao espírito e ao nome de Getúlio Vargas..."

Para as eleições de 2 de dezembro, as indicações feitas pelos demais partidos em Santa Catarina foram: o Partido Comunista, que apoiou Yedo Fiuza, para a Presidência da República e Luiz Carlos Prestes para o Senado, lançou as candidaturas à Câmara Federal dos Senhores Alvaro Soares Ventura, Sebastião Vieira, Rita Ávila Malheiros, Dr. Edson Silveira Swain, Germano Doner, Hipólito Pereira, Dr. Severino Sampaio, José Beirão e Manoel Ribeiro⁴⁰. O Partido de Representação Popular que não lançou candidato ao Senado e apoiou Dutra à presidência, lançou para a Câmara Federal os nomes de Jorge Lacerda, Luiz de Souza, Cássio Medeiros, Ivo Mosimann, Arquimedes Monguilhott, Alberto Bittencourt Cotrin Neto, Carlos Goes Bessa, Antônio Astrogildo Rodrigues e João Bonifácio Cabral⁴¹, finalmente, o PSD, lançou Nereu Ramos e Ivo D'Aquino ao Senado e indicou para a Câmara Federal os nomes de Nereu Ramos, Aderbal Ramos da Silva, Altamiro Lobo Guima-

⁴⁰ A Gazeta, Fpolis, 11.11.45, p.8.

⁴¹ A Gazeta, Fpolis, 21.11.45, p.1.

rães, Hans Jordan, Ivo D'Aquino, Orlando Brasil, Octacílio Vieira da Costa, Roberto Grossenbacher e Rogério Vieira⁴². Apoiando formalmente a candidatura Dutra à presidência da República, o PSD lança sua figura chave, Nereu Ramos, conhecida e controladora da máquina estadual, aos dois níveis de representação federal no intuito de uma forma ou de outra, tê-la influenciando nas esferas federais. Esse foi o motivo do arquivamento das pretensões de Nereu Ramos ao governo do Estado por via direta, mesmo porque as eleições estaduais foram adiadas e o pragmatismo não permitia deixar aquele líder sem representação política efetiva por tanto tempo.

A campanha eleitoral se acirrou bastante no decorrer de novembro de 45, levando a Interventoria a emitir nota oficial conclamando os partidos políticos a que não interferissem uns nos comícios dos outros a bem da ordem pública⁴³. Nereu Ramos e Ivo D'Aquino, em franca atitude queremista - "Se o Sr. Getúlio Vargas desse mais um golpe, eu seria o primeiro a solidarizar-me com ele"⁴⁴ - levam a UDN a exibir sua postura moralista de defesa da honra das forças armadas que

⁴² A Gazeta. Fpolis, 17.11.45, p.1.

⁴³ Diário da Tarde. Fpolis, 22.11.45, p.1.

⁴⁴ Palavras de Nereu Ramos no comício do PSD, em Florianópolis em 11 de novembro de 1945. In: Diário da Tarde. Fpolis, 13.11.45, p.1.

estariam sendo "vilipendiadas" com tal atitude. É certo que havia a possibilidade de um contra golpe getulista e que a atitude de Nereu Ramos era suspeita, mas o apelo atávico da UDN às forças armadas como panacéia para todos os males levou-a à direções de um radicalismo do qual futuramente perderia o controle.

Em Santa Catarina, nestes primeiros anos de afirmação do partido, mais especificamente até 1947, o expoente máximo do chamado golpismo refletido no referido apego às forças armadas, foi José Medeiros Vieira, acadêmico da faculdade de Direito de Florianópolis, presidente da União da Juventude Democrática e redator do Diário da Tarde.

Através do jornal que funcionava como principal porta-voz do adolfismo no Estado, Medeiros Vieira em seus arroubos de jovem estudante e fanático udenista, analisa os fatos políticos estaduais sob a ótica e utilizando-se dos chavões udenistas.

Com referência à citada frase de Nereu Ramos, Medeiros Vieira se manifestou:

"O insulto público à atitude da ilustre e brava classe militar do País, não pode ficar impune. Assim exige o brio da nossa gente, assim o requerer do Exército, da Marinha e da Aeronáutica de nossa Pátria"⁴⁵.

⁴⁵ Diário da Tarde, Fpolis, 13.11.45, p.1.

1.1. Fevereiro de 46: Prevalece o Continuismo na Administração Pública.

A apuração das eleições de dezembro, apresentou em Santa Catarina um resultado que demonstrou além do já previsto com as mudanças tardias na Interventoria, que as divisões no seio da UDN, a luta surda principalmente, entre Adolfo Konder e Aristiliano Ramos, só contribuíram negativamente para o Partido. A divisão nos votos, em atendimento a orientação dos chefes leva a uma divisão tal que, na disputa pelas cadeiras da Câmara Federal, num total de nove, a UDN só consegue duas, contra sete do PSD.

Foram eleitos Max Tavares D'Amaral e o Cônego Tomaz Fontes. O primeiro nascido em Itajaí e advogado militante na região do Vale do Itajaí era pouco conhecido no Estado. Naquela região, seu principal reduto eleitoral, ficou mais conhecido durante o Estado Novo quando dirigiu o jornal alemão "Der Urwaldsboote"⁴⁶, de Blumenau, justamente durante a campanha de "Nacionalização do País" e de ataques aos núcleos coloniais estrangeiros no Brasil. Tavares D'Amaral naquela ocasião apresentou no I Congresso Catarinense de História, uma comunicação sobre a colonização do Vale do Rio-Itajaí, a qual

⁴⁶ BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. Dicionário Histórico-Biográfico-1930-1983. Rio de Janeiro, Forence-Universitária, 1984, v.1, p.111.

suscitou calorosa discussão sobre problemas raciais⁴⁷.

Já o segundo deputado mais votado pela UDN catarinense foi o Cônego Tomaz Fontes, tio de Paulo de Tarso da Luz Fontes. Era catarinense de nascimento mas vivia no Rio de Janeiro e sua candidatura, desde o início, foi taxada como de orientação adolfista. Seu maior número de votos veio também da região do Vale do Itajaí.

Para o Senado, a UDN não consegue eleger nenhum de seus dois líderes, demonstrando que, além da luta contra a barreira montada pelo pessedimento, seu grande adversário ainda era a luta interna pela supremacia no partido.

Neste, a divisão era tal que em todas as zonas eleitorais, os sufrágios dados a Adolfo Konder e Aristiliano Ramos foram quase os mesmos havendo uma diferença final de apenas noventa e cinco votos em favor de Aristiliano Ramos.

⁴⁷ BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. Op. cit.p.11

ELEIÇÕES FEDERAIS DE 2 DE DEZEMBRO DE 1945 - SENADO FEDERAL

ZONAS ELEITORAIS	SENADORES	
	ARISTILIANO RAMOS	ADOLFO KONDER
1a. Araranguá	1.805	1.803
2a. Biguaçu	1.117	1.118
3a. Blumenau	7.433	7.442
4a. Bom Retiro	1.669	1.699
5a. Brusque	1.094	1.097
6a. Caçador	1.961	1.952
7a. Campos Novos	1.601	1.602
8a. Canoinhas	1.496	1.504
9a. Concórdia	794	794
10a. Criciúma	836	836
11a. Curitibanos	1.203	1.203
12a. Florianópolis	2.101	2.101
13a. Florianópolis	3.394	3.379
14a. Ibirama	1.675	1.675
15a. Indaial	4.562	4.562
16a. Itajaí	4.969	4.965
17a. Jaraguá do Sul	1.834	1.849
18a. Joaçaba	1.738	1.738
19a. Joinville	3.001	3.042
20a. Laguna	2.089	2.084
21a. Lages	3.642	1.611
22a. Mafra	1.222	1.111
23a. Orleães	394	394
24a. Palhoça	2.185	2.185
25a. Porto União	887	887
26a. Rio do Sul	4.592	4.592
27a. S. Fco. do Sul	1.427	1.423
28a. São Joaquim	1.683	1.682
29a. São José	1.324	1.325
30a. Serra Alta	1.258	1.261
31a. Tijucas	1.984	1.984
32a. Timbó	2.008	2.008
33a. Tubarão	1.555	1.552
34a. Urussanga	687	687
TOTAL	71.220	71.125

FONTE: Dados retirados do mapa de Apuração Final feita pelo Tribunal Regional Eleitoral e publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 17 de janeiro de 46, p.4 e 5.

Já nas eleições para a Presidência da República, mesmo com a derrota por 66.723 votos do Brigadeiro Eduardo Gomes em terras catarinenses, os resultados demonstraram que a política estado-novista em relação aos estrangeiros definiu geograficamente a futura oposição. O vale do Itajaí se declarou oposicionista e, portanto, eleitor do maior partido de oposição no Estado e no País naquele início de redemocratização, que era a UDN.

ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1945

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - VOTAÇÃO OBTIDA PELOS CANDIDATOS

DIVISÃO REGIONAL ZONAS	1945			
	EURICO DUTRA	EDUARDO GOMES	YEDO FIUSA	ROLIM TELES
Litoral de S.Fco do Sul	15537	5739	321	28
Bacia do Itajaí	24385	25126	152	-
Florianópolis	20130	12976	819	2
Laguna	25734	7605	364	4
Rio do Peixe	17382	4675	70	3
Canoíhas	15612	3672	55	-
Campos de Lages	17619	9883	21	1
TOTAL	136,399	69.676	1.802	38

FONTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. RESENHA ELEITORAL. Exemplar estatístico. Ano I, nº6, nov/dez., 1960, p.39

A derrota udenista nestas primeiras eleições, foi contestada de imediato pelos principais próceres do Partido, bem como, pela imprensa oposicionista. O Diário da Tarde principalmente através dos artigos de José Medeiros Vieira, clamava à eterna vigilância contra "uma verdadeira 5a. coluna"... "que conspirou contra nós, lançando mão da sabotagem branca das urnas"⁴⁸. Chegava mesmo as raias da ameaça da desestabilização do regime pelo qual seu partido tanto se empenhara, ao afirmar: "e se por uma aberração da fatalidade suceder o absurdo, a desgraça" (...) (a real vitória de Dutra) "então a cobra vai fumar"⁴⁹.

A estas ameaças a situação reagia, ora afirmando sua crença em que o Brigadeiro não desonraria as forças armadas e saberia garantir a posse dos eleitores⁵⁰, ora com um basta ao golpismo⁵¹.

À nível especificamente estadual, a reação udenista se prendeu ao fato de que houve fraudes nas eleições. Wanderley Jr. telegrafou ao Comitê Central do Partido no Rio de Janeiro dizendo serem as urnas facilmente violáveis e que em Santa Catarina houve fraudes flagrantes⁵². O mesmo político telegrafou ainda, ao Presidente José Linhares afirmando não

⁴⁸ Diário da Tarde, Fpolis, 13.10.45, p.1.

⁴⁹ Diário da Tarde. Fpolis, 04.12.45, p.1

⁵⁰ O Estado. Fpolis, 06.12.45, p.1

⁵¹ A Gazeta, Fpolis, 05.12.45, p.1.

⁵² A Gazeta, Fpolis, 29.12.45, p.1

ter havido em Santa Catarina eleições livres, frizando terem sido as eleições "moralmente degradantes" indo o "suborno às raias do inconcebível"⁵³. As acusações davam conta de terem, os prefeitos substituídos, recebido "vultuosas quantias para supostos reparos nas estradas, quando na verdade eram para subornar os eleitores"⁵⁴. Ainda segundo Wanderley Jr., que pediu ao Presidente a abertura de rigoroso inquérito, aquelas quantias não tinham sua entrada registrada nos livros das Prefeituras. Eram movimentadas segundo portarias diretas dos prefeitos, os quais depois teriam de prestar contas com a simples apresentação de segundas vias daquelas portarias⁵⁵.

Com o término das apurações pelo Tribunal Regional Eleitoral à 9 de janeiro de 46, os réclamos udenistas fizeram efeito e as eleições em dezenove secções foram anuladas. À 15 de janeiro o TRE de Santa Catarina através de seu edital nº 10⁵⁶ decide mandar renovar as eleições nas secções anuladas para 3 de fevereiro de 1946⁵⁷.

⁵³ A Gazeta. Fpolis, 21.12.45, p.1.

⁵⁴ A Gazeta. Fpolis, 21.12.45, p.1.

⁵⁵ A Gazeta. Fpolis, 21.12.45., p.1

⁵⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 18.01.46, p.6.

⁵⁷ As zonas eleitorais com suas respectivas secções anuladas foram: 2a.Z.E. Bigauçu (12a. e 13a.); 3a.Z.E. Blumenau(46a); 4a.Z.E. Bom Retiro (9a); 6a.Z.E. Caçador (8a., 19a. e 33a); 15a.Z.E. Indaial (12a., 19a. e 22a.); 16a.Z.E. Itajaí (12a.); 17a. Z. E. Itajaí (12a.); 17a. Z.E. Jaraguá do Sul (18a.); 20a. Z.E.Laguna(27a e 32a.); 24a.Z.E.Palhoça (8a.e 22a.);28a.Z.E. São Joaquim (2a. do 3º distrito); 29a.Z.E. São José (18a.); 33a. Z.E. Tubarão (31a.).

A renovação das eleições naquelas secções só foi feita para deputado federal e a UDN, também para esta renovação, se dividiu internamente. Nenhum de seus líderes se elegera e uma facção do partido vê neste novo pleito se não a possibilidade de modificar em sua essência os resultados anteriores pelo menos a possibilidade de concentrar seus votos em Rupp Jr. num esforço supremo para colocá-lo na Câmara Federal em lugar de Cônego Tomas Fontes⁵⁸. Era o grupo "rupista" buscando uma vaga na representação federal. Um dos grandes articuladores desta idéia era Osvaldo Bulcão Vianna⁵⁹ genro de Rupp Jr. e Secretário de Segurança Pública de Luiz Gallotti.

Falava-se ainda, de um movimento de elementos católicos visando sustentar a posição de eleito do Cônego Tomas Fontes e de outro, da corrente aristilianista, visando a concentração dos sufrágios em Carmosino Camargo de modo a garantir-lhe a primeira suplência na chapa udenista⁶⁰.

O essencial era que nas dezenove secções a serem renovadas haviam 3960 eleitores e só diante dos resultados já obtidos, o PSD, para manter seus resultados numa hipótese de 100% de comparecimento dos eleitores necessitaria de 1416 votos. Já a UDN para eleger seu 3º deputado necessitaria de 2.545 votos.

⁵⁸ A Gazeta. Fpolis, 12.01.46, p.1.

⁵⁹ A Gazeta. Fpolis, 25.01.46, p.1.

⁶⁰ A Gazeta, Fpolis, 25.01.46, p.1.

A base dos cálculos para estes resultados era:

votantes em 02.12.45	208.275
votantes em 03.02.46	<u>3.960</u>
	212.241

Quociente eleitoral $\frac{212.241}{9} = 23.581^{61}$

Para eleger os três deputados a UDN necessitaria três vezes 23581 votos ou sejam: 70.743 votos. Obteve na 1a. eleição 68.198, faltando portanto, 2.545 votos.

Com a apuração dos votos ficou constatada a vitória do PSD por 1880 votos contra 975 da UDN. Este partido concentrou seus votos não só em Rupp Jr. como se previa mas, também em Wanderley Jr., segundo mais votado nas secções renovadas.

Os resultados não alteraram o número de vagas obtidos pelos partidos, mas internamente na UDN representaram a vitória de Rupp Jr. sobre Aristiliano Ramos já que aquela conseguiu ficar com a 1a. suplência no Partido, arrebatando a de Carmosino Camargo candidato de Aristiliano.

Os cálculos estão no Jornal A Gazeta, Florianópolis, 18. de janeiro de 1946, p.1.

ZONAS ELEITORAIS	DEPUTADOS PREFERENCIAIS - UDN									
	MAX TA VARES D' AMARAL	CÔNEGO TOMAS A. S. FONTES	HENRIQUE RUPP JÚNIOR	CARMOZI NO DE ARAUJO	AFONSO G. WANDERLEY JR	PLÁCIDO OLÍMPIO OLIVEIRA	HERIBERTO HULSE	JOÃO BAYER FILHO	OSWALDO R. CABRAL	
Biguaçu	-	-	25	-	227	-	-	-	-	
Blumenau	-	1	2	-	-	-	-	-	-	
Bom Retiro	-	-	2	-	27	-	-	-	-	
Caçador	-	5	27	4	-	-	-	-	-	
Indaial	-	7	249	-	-	-	-	-	-	
Itajaí	-	5	14	-	-	-	-	-	-	
Jaraguá do Sul	-	17	3	2	5	-	-	-	-	
Laguna	-	-	40	9	-	-	-	-	-	
Palhoça	-	-	126	-	42	-	-	-	-	
São Joaquim	-	-	7	-	4	-	-	-	-	
São José	-	-	21	-	85	-	-	-	-	
Tubarão	-	-	18	-	-	-	-	-	-	
Apuração de 15.1.46	14.434	9.601	8.038	8.428	7.366	5.907	5.529	4.493	4.176	
TOTAL	14.434	9.636	8.572	8.443	7.756	5.907	5.529	4.493	4.176	

Fonte: Mapa do TRE da apuração das eleições para deputados, realizadas à 3.2.46 - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina 14.2.46, p.3

Imediatamente após as eleições, foi indicado o novo Interventor do Estado, ex-Diretor de Obras Públicas de Interventoria de Nereu Ramos e Secretário da Viação e Obras Públicas de Luiz Gallotti. Candidato do PSD, foi nomeado à 4 de fevereiro de 1946, Udo Deek. Recebido com entusiasmo por seu partido e com esperança e cautela pela oposição⁶², o elogiado Engenheiro civil ~~em~~possou seu secretariado em 10 de fevereiro.

Essencialmente pessedista, é como se pode definir tal secretariado, composto por:

- CARLOS GOMES DE OLIVEIRA - Secretário da Justiça, Educação e Saúde, ligado ao PTB;
- JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - Secretário da Fazenda;
- LÚCIO CORRÊA - Secretário de Segurança Pública, o qual segundo suas próprias palavras foi convidado para o posto por Nereu Ramos⁶³;
- LEOBERTO LEAL - Secretário de Viação, Obras Públicas e Agricultura.

A delegacia de Ordem Pública e Social, foi entregue ao Tenente Timóteo Braz Moreira, um dos "nacionalizadores"⁶⁴

⁶² Dele dizia a oposição: "não é nem nunca foi político. Está assim com a possibilidade de prestar à Santa Catarina serviços reais e fazer um governo sem ódios e prevenções injustificáveis". Será aplaudido se "não se deixar influenciar pelo espírito partidário (...) e ao invés de encobrir faltas e abusos, procurar punir os desonestos (...) afastando-os dos cargos de responsabilidade administrativa".

Diário da Tarde. Fpolis, 06.02.46, p.

⁶³ Diário da Tarde. Fpolis, 13.02.46, p.1

⁶⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 13.02.46, p.1

de Blumenau e Itajaí.

Já a Prefeitura de Florianópolis, foi entregue a Pedro Lopes Vieira, ex-Prefeito, deposto com o golpe de 29 de outubro de 1945 e um dos muitos⁶⁵ que retornaram a seus antigos cargos neste governo.

Mantida fora do poder, a UDN nos primeiros meses de novo governo, com Adolfo Konder no Rio de Janeiro e com Aristiliano Ramos em Lages, procura articular seu Diretório Estadual na Capital do Estado com os demais diretórios municipais e distritais. À 4 de abril de 46⁶⁶ o diretório central se reuniu sob a presidência de Rupp Jr., e secretariado por Bulcão Viana, para tratar na forma da lei eleitoral, da reestruturação dos diretórios municipais e distritais e a constituição de várias comissões, entre as quais a de defesa partidária, a exemplo da criada pelo Diretório Central e que objetivava a defesa dos direitos políticos dos membros do partido. Tratou-se também naquela reunião dos interesses financeiros do Partido bem como, do intercâmbio entre os diversos diretórios.

⁶⁵ Prefeitos depostos em 45 e que retornaram a seus postos : LOPES VIEIRA, Florianópolis; ANTÔNIO DIB MUSSI, Orleans ; ANTÔNIO DE PÁDUA PEREIRA, Biguaçu; ARNOLDO LUZ, São José ; ALFREDO BLASE, Indaial; ABDON FÓES, Itajaí; JAIME ERNESTO OLIVEIRA, São Francisco do Sul; LEÔNIDAS CABRAL HERBSTER , Jaraguá do Sul; SILVIO SCOZZ, Rodeio; VICTOR BHUR, Rio do Sul; PEDRO BITTENCOURT, Palhoça; SALOMÃO ALMEIDA, Curitiba nos.

Diário da Tarde. Fpolis, 13.02.46, p.1

⁶⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 05.04.46, p.1

2. A 2a. Convenção Nacional e Seus Reflexos à Nível Estadual

Tendo sido deliberado pelo Diretório Nacional que a data de sua 2a. Convenção Nacional seria no período entre 13 e 18 de maio de 46 e que nela seria definida a real orientação política do partido, a UDN catarinense já desde abril se preparou para aquele evento. Foram enviados ao Rio de Janeiro, representantes de todos os diretórios estaduais e municipais como regiam os estatutos partidários. Na convenção estes se reuniram ao Diretório Central e aos representantes do partido na Assembléia Nacional Constituinte e seus suplentes.

Representando os diretórios estadual e municipal de Florianópolis na qualidade de delegado, Paulo Fontes foi uma das figuras de destaque da delegação catarinense. Na sessão inaugural da Convenção, durante a qual Adolfo Konder e Aristiliano Ramos foram convidados a tomar assento à mesa que presidiu os trabalhos, o Dr. Paulo Fontes foi eleito um dos secretários⁶⁷ da mesa diretora, presidida por José Américo de Almeida.

Na sessão ordinária do dia 17 de maio, onde foram prestadas homenagens a vários vultos de destaque da democracia dentre os quais figuravam Armando Salles de Oliveira e

⁶⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 15.05.46, p.1

Júlio Prestes, a delegação catarinense decidiu homenagear⁶⁸ Silvio Tambosi, jovem assassinado em Rodeio, no vale do Itajaí, durante um comício de Nereu Ramos e cujo assassinio gerou enormes controvérsias em Santa Catarina, a maioria delas dando como autor do atentado, o motorista do líder pesedista.

Sobre o assassinato, falou o acadêmico Dante Martorano⁶⁹, representante de São Joaquim, município serrano Catarinense. Nesta Convenção ficou também estabelecido, por via de eleições, que os representantes de Santa Catarina no Diretório Central seriam Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e Rupp Jr.⁷⁰, que já exerciam esta função de fato.

Em síntese pode-se dizer que a participação dos delegados catarinenses àquela Convenção foi efetiva e não meramente figurativa. Apresentaram emendas aos projetos do Regimento Interno da Convenção, dos Estatutos e ao Programa Partidário⁷¹. Participaram ainda das discussões e estudos sobre temas como: o distrito como célula oficial da campanha eleitoral; a retirada das escolas, de toda a literatura que se relacionasse com o Estado Novo e com a propaganda "queremista"; modificações no programa da UDN, tornando-o mais acessível ao povo; defesa da representação proporcio-

⁶⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 20.05.46, p.1

⁶⁹ Diário da Tarde. Fpolis, 23.05.46, p.1

⁷⁰ Diário da Tarde. Fpolis, 23.05.46., p.1

⁷¹ Diário da Tarde. Fpolis, 12.06.46, p.1. Entrevista do Dr. Paulo Fontes ao Jornal.

nal na Constituição do Diretório Nacional⁷², entre outros.

Aquela Convenção estudou meticulosamente a organização do Partido⁷³, visando alcançar coesão e direção única, já que se tratava de uma coligação de orientações e partidos unidos sob a sigla da UDN. Ficou estabelecido que o Diretório Nacional, órgão supremo do Partido, seria constituído de 70 membros, eleitos pelos delegados eleitos dos Estados, por voto secreto. Os representantes dos Estados seriam em número não inferior a dois nem superior a quatro. Cada Estado escolheu seu delegado eleitor, com direito a tantos votos quantas cinco mil legendas sufragadas pelo partido no último pleito mais um por deputado ou senador eleito. Santa Catarina que no cômputo geral dos votos udenistas nas últimas eleições ficara em 2º lugar, ficou com 16 votos para seu delegado eleitor⁷⁴.

Escolhidos os delegados eleitores, estes elegeram os membros do Diretório Nacional, dentre os quais estavam os três chefes catarinenses. O Diretório Nacional, por sua vez, elegeu suas lideranças tendo sido escolhidos Otávio Mangabeira para Presidente e Virgílio de Melo Franco para Secretário⁷⁵.

⁷² Diário da Tarde. Fpolis, 12.06.46, p.1

⁷³ Diário da Tarde. Fpolis, 12.06.46, p.1

⁷⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 12.06.46, p.1

⁷⁵ Diário da Tarde. Fpolis, 12.06.46, p.1

Ao encerrar-se a Convenção, coube ao Secretário Geral do Partido, a leitura da declaração dos princípios partidários nela estabelecidos:

1º - a UDN reconhece que a Nação se defronta com uma grave crise em todos os campos da sua atividade. E afirma que esta crise, terrível legado da ditadura, só poderá ser superada mediante a reorganização política e administrativa do País pela corajosa adoção dos princípios e práticas de autêntica democracia e sem mistificação nem demagogia.

2º - sustentando que a crise nacional continua a ser essencialmente uma crise de confiança, a UDN afirma a sua rigorosa fidelidade aos princípios definidos na Campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, tendo em vista o exercício e o aperfeiçoamento da Democracia.

3º - a missão imediata da UDN é a de desenvolver e consolidar sua estrutura partidária para melhor converterem realidade seu programa.

4º - a conduta política da UDN é nacional e indivisível.

5º - a conclusão de entendimentos, alianças ou coligações com outra entidade partidária, em qualquer dos Estados da República dependerá sempre e em cada caso, de pleno assentimento do Diretório ou da Convenção Nacional.

As coligações, entretanto, exclusivamente eleitorais, poderão ser levadas a termo pelos diretórios regionais, ad-referendum da Comissão Executiva Nacional.

A atitude isolada de qualquer membro do Partido, fora das normas, importará em infração das presentes dire

trizes.

6º - a UDN não se limita a fiscalizar os atos do governo. Baseando a sua existência no interesse da coletividade, não recusará o seu apoio às medidas governamentais de que venham a resultar benefícios para o povo. Mas afirma ser indispensável a continuidade na prática de tais medidas, como garantia do aperfeiçoamento incessante das instituições.

7º - para obter esta continuidade, a UDN:

- a) exercerá permanente vigilância, capaz de impedir a sobrevivência ou o advento do espírito ditatorial;
- b) pugnará para que não participem na direção dos negócios públicos quaisquer elementos comprometidos com o movimento de tendência ditatorial, conhecido pelo nome de queremismo; bem como, de todo elemento que incorrer nas seguintes práticas:

I - atentados à liberdade de pensamento, de palavra e de associação, ou quaisquer outras liberdades fundamentais;

II- malversão dos dinheiros públicos, inclusive em campanhas políticas e na propaganda pessoal de membros do governo ou quaisquer autoridades;

III- manifestação comprovada de idéias contrárias ao regime democrático, notadamente propósitos de desprestigiar os poderes Legislativo e Judiciário;

IV- intriga internacional que tenda a desviar o Bra

sil dos rumos democráticos tradicionais na sua política exterior;

8º - A UDN opõe-se decididamente ao comunismo, opondo-se ao mesmo tempo, às medidas governamentais que, a pretexto de combatê-lo, redundam na aplicação de métodos ou práticas fascistas em detrimento da democracia⁷⁶.

A análise desta declaração de princípios, nos remete a um partido ainda democraticamente austero e idealista, preocupado em se organizar para melhorar seu desempenho nas urnas. Por outro lado, deixa claro qual o inimigo a combater. Vargas e todo o movimento queremista que em torno daquele líder se formará e que, mesmo a eleição de Dutra não conseguira esterminar.

2.1. A Restruturação do Partido em Santa Catarina

A 14 de julho de 1946, reuniram-se em sessão conjunta os diretórios Estadual e Municipal de Florianópolis, na sede do partido, à rua Conselheiro Mafra, 82. Tendo por tema base a reestruturação partidária, foi ali designada uma Comissão encarregada de redigir o código de ética política regional integrado à filosofia definida pelo Diretório Nacional⁷⁷. A sessão foi presidida por Aristiliano Ramos que

⁷⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 22.05.46, p.1

⁷⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 15.06.46, p.1

se encontrava em Florianópolis e que na oportunidade declarou que em Santa Catarina não deveria haver partidos liberais - democráticos separados na oposição. Urgia sua agregação no seio da UDN⁷⁸. Ainda nesse sentido, o mesmo político declarou dias depois, numa análise da orientação política para os Estados traçada pela 2a. Convenção Nacional (...)"Acentuou-se também o interesse entre todos os convencionais da união partidária, abandonando-se o jogo de pessoas em torno das quais girou até ontem a política nos Estados e no País. A verdade é que temos um objetivo a atingir e um programa a realizar (os quais) devem constituir a nossa única preocupação, para desse modo melhor servir a causa nacional".⁷⁹

Mas, nem sempre as pregações coincidem com a realidade. E a realidade em Santa Catarina era bem outra do que aquela que a 2a. Convenção Nacional tentou impregnar seus convencionais, com o objetivo de levar o partido pelo melhor caminho para a vitória nas urnas.

Não obstante a pregação dos principais líderes, as ambições pessoais vão se acirrar já na 2a. Convenção Estadual realizada no período de 17 à 19 de julho de 1946.

⁷⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 15.06.46, p.1

⁷⁹ Diário da Tarde. Fpolis, 22.06.46, p.1

2.1.1. - A 2a. Convenção Estadual

Convocada com o objetivo de reestruturar o diretório estadual, dentro da nova filosofia pregada na última Convenção Nacional, os delegados dos diretórios municipais se reuniram no ex-clubes germania⁸⁰, há época denominado "7 de setembro", na rua Tenente Silveira em Florianópolis.

Já no primeiro dia de reunião, após discussões foi aprovado o projeto dos Estatutos do Partido, o qual havia sido elaborado pela Comissão Provisória que desde o início vinha se encarregando do trabalho da arregimentação partidária⁸¹. Do projeto, aliás, calcado nas bases dos Estatutos da Comissão Central, do Rio de Janeiro, constava um dispositivo que rezava que os membros da Comissão Executiva deviam ser escolhidos de preferência entre os membros do Diretório residentes na capital ou suas adjacências.

Na sessão de 18 de julho, onde se tratou da composição efetiva do Diretório Estadual, Adolfo Konder propôs que fosse elevado de 8 para 18 o número de representantes no diretório estadual a serem escolhidos pelos delegados municipais⁸². Tal proposta foi aceita pelo plenário, do qual constavam entre outros, Rupp Jr. e Aristiliano Ramos. Tratou-se

⁸⁰ Diário da Tarde. Florianópolis, 19.07.46, p.1.

⁸¹ A Nação. Blumenau, 23.07.46, p.1-2. Entrevista de Rupp Jr. sobre a Convenção da UDN.

⁸² Diário da Tarde. Florianópolis, 23.07.46, p.1.

então da eleição dos novos membros necessários para completar o número de sessenta e cinco de que se comporia o Diretório Estadual sendo: 44 representantes municipais, 18 escolhidos por aqueles e 3 representantes dos departamentos especializados - (feminino, operário e estudantil)⁸³.

Dos representantes municipais, apenas três não compareceram a Assembléia, o de Curitibanos, o de Concórdia e o de Jaoaçaba⁸⁴, sendo, portanto, os dezoito representantes do diretório eleitos na sessão da manhã por apenas 42 delegados⁸⁵.

Na sessão da tarde, do segundo dia da Convenção, deu-se a eleição da Comissão Executiva do Partido. A sessão foi presidida por Wanderley Jr. e Secretariada por Oswaldo Bulcão Vianna e João Bayer Filho. A apuração esteve a cargo de Heriberto Hulse - representante de Criciúma e com grande lide

⁸³ Diário da Tarde. Fpolis, 23.07.46, p.1.

⁸⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 23.07.46, p.1. O motivo do não comparecimento foram os temporais havidos na serra catariense.

⁸⁵ Os representantes eleitos foram: Adolfo Konder, Rupp Jr., Oswaldo Rodrigues Cabral, Romeu Sebastião Neves, Passos Maia, Acácio Moreira, Oswaldo Bulcão Vianna, Fulvio Aducci, Altino Flores, Edmundo da Luz Pinto, Max Tavares D'Amaral, Otávio da Silveira Filho, Arnoldo Luz, Afonso Wanderley Jr., Euvaldo Lehmkuhl, Fernando Melo e Irineu Bornhausen. Foi eleito também como representante do departamento estudantil, José Medeiros Vieira. Diário da Tarde. Fpolis, 23.07.46, p.1

rança no sul do Estado, onde exercia cargo de direção no conglomerado regido pelo grupo Lage - de Ricarte de Freitas, representante de Videira, e de Altino Flores.⁸⁶

Participaram da votação apenas quarenta e oito convencioneiros formando maioria legal. Não compareceram Adolfo Konder e Aristiliano Ramos, os representantes dos Departamentos Femininos e Estudantil, por não estarem ainda escolhidos, os três representantes municipais ausentes, Fulvio Aducci, por estar doente, mais cinco dos dezoito representantes eleitos pelos delegados municipais por não estarem em Florianópolis (Edmundo da Luz Pinto, Passos Maia, Max Tavares D'Amaral, Irineu Bornhausen e Evaldo Lehmkuhl), os representantes de São Francisco do Sul e Indaial por motivos profissionais e Otávio Silveira e Júlio Coelho de Souza sem justificativa à mesa.⁸⁷

Ao final da eleição, ficou assim definida a Comissão Executiva do Diretório Estadual da UDN: Presidente - Adolfo Konder; Secretário Geral - João Bayer Filho; Sub Secretário - Dr. Paulo de Tarso da Luz Fontes; membros: Cel. Aristiliano Ramos, Henrique Rupp Jr., João José de Souza Cabral, Wanderley Jr., Plácido Olímpio de Oliveira, Fulvio Aducci, Arnaldo Luz, Sebastião Neves e Octávio Silveira Filho.⁸⁸

⁸⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 19.07.46, p.1

⁸⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 23.07.46, p.1

⁸⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 19.07.46, p.1

Para que se entenda este desfecho e principalmente a ruptura por ele gerada no seio do partido é preciso que se analise alguns fatos essenciais.

Quando da formação da UDN no Estado, foi feito um acordo tácito entre os chefes das três correntes majoritárias que o compuseram, no sentido de que a fim de que se preservasse o equilíbrio de forças, nenhum deles se candidatasse a chefia do novo partido, pelo menos nos primeiros tempos.⁸⁹

Mas, chegando à capital do Estado às vésperas da Convenção, Adolfo Konder manifesta aos correligionários sua intenção de candidatar-se aquele cargo. Tem-se mesmo como ação básica para tal fim sua proposta de aumento do número de representantes no diretório que seria uma forma de aumentar seu respaldo nas eleições da Executiva Partidária⁹⁰.

Sabedor de tal intenção, Aristiliano Ramos reage invocando os estatutos que não permitiam a eleição de membro não residente no Estado para cargo de direção no partido⁹¹. Adolfo Konder refuta declarando "não ver nenhum inconveniente em se candidatar... residindo no Rio de Janeiro, pois na sua ausência ficaria a Comissão Executiva ori-

⁸⁹ A Nação. Blumenau, 23.07.46, p.1-2

⁹⁰ Região Serrana. Lages, 28.07.46. p.1 - Transcrição da Entrevista de Sebastião Neves ao Jornal A Gazeta de Florianópolis.

⁹¹ A Nação. Blumenau, 23.07.46, p:1-2

entada pelo Secretário Geral, que entendia dever ser o Sr. Dr. João Bayer Filho".⁹²

A decisão fica a cargo da Convenção que decide pela elegibilidade de qualquer membro do Diretório, mesmo não residente na Capital.

Rupp. Jr. funcionou como mediador entre os dois chefes em litígio, em nome da unidade e da credibilidade do partido, mas não obteve sucesso. Imediatamente Aristiliano Ramos mais alguns correligionários renunciaram ao cargo de membros da Comissão Executiva⁹³. Dentre eles, Plácido O. de Oliveira, Otávio Silveira Filho e Sebastião Neves⁹⁴.

A renúncia de Aristiliano Ramos foi comunicada aos diretórios municipais por telegrama onde dizia: "Ante reiteradas demonstrações inamistosas Dr. Adolfo Konder contra minha corrente partidária sempre correspondi maior despreendimento. Transigi escolha maioria candidatos Assembléia Nacional, candidato Governador do Estado e ultimamente, presidente Diretório Estadual fosse sua corrente política uma vez residisse capital ou proximidade acordo estatutos. Ante seu procedimento, culminou fazendo-se eleger Presidência desliguei-me aquele Diretório..."⁹⁵. Diz ainda no telegrama ter

⁹² A Nação. Blumenau, 23.07.46, p.1-2

⁹³ O Estado. Fpolis, 24.07.46. p.1

⁹⁴ O Estado. Fpolis, 24.07.46. p.1

⁹⁵ A Gazeta. Fpolis, 03.08.46. p.1.

comunicado a ocorrência ao Diretório Central e que o mesmo enviaria o deputado pelo Rio Grande do Norte, José Augusto, à Florianópolis para tentar solucionar o problema. Tal mediador acabou não vindo, devido a insolubilidade do problema⁹⁶. Aristiliano Ramos deixou claro ainda naquele telegrama que se seus companheiros do diretório discordassem de sua atitude "tomada bem partido e defesa dignidade minha corrente" não vacilaria em abandonar as atividades políticas, deixando-os em liberdade de ação.

A resposta a este telegrama foi a renúncia de inúmeros delegados municipais, que em consonância com os estatutos seriam membros do diretório estadual. Os renunciantes foram: Celso Ramos Branco, de Lages; Osmar Brum, de Laguna; Augusto Maluch, de Brusque; José Moelmann, de Bom Retiro; Plácido O. de Oliveira, de Joinville; Júlio Coelho de Souza, de Caçador; Segundo Dala Costa, de Concórdia; Cel Graciliano Nonato de Almeida, de Curitiba; Brasiliano Carmargo, de São Joaquim; João Caruso Mac Donald, de Urussanga e Eugênio David Schneider, de Rio do Sul⁹⁷.

Aristiliano Ramos e seus correligionários, embora não se desligando formalmente, afastaram-se do partido. Este, sob o total comando do grupo adolfista, gravemente desarticulado, com parcela significativa de suas hostes em desacordo com o jogo encenado para dar a Adolfo Konder a direção do Partido, sai de sua 2ª. Convenção Estadual enfra-

⁹⁶ O Estado, Fpolis, 28,08,46, p.1

⁹⁷ O Estado, Fpolis, 24,07,46, p.1

quecido.

3. A UDN Catarinense e o Pacto Político do Governo Dutra.

Vitorioso nas eleições de 2 de dezembro de 45, Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República em 31 de janeiro de 1946.

Esta data foi o marco do verdadeiro início do novo período chamado o da "redemocratização do País".

A abertura política representada pela vigência de um governo eleito pelo povo após oito anos da ditadura esdonovista, fez com que as reivindicações operárias e os reclamos por ações políticas e sociais amplas tomassem uma dimensão inusitada.

Os comícios do partido comunista colocavam abertamente as questões sociais a serem atacadas e o movimento grevista se alastrava. Num estudo sobre os "Sindicatos e Política", Francisco Weffort⁹⁸ chega a catalogar a ocorrência de 87 greves no País nesta época.

Tal turbulência na participação popular na política, associada, no plano externo ao crescimento da chamada

⁹⁸WEFFORT, Francisco C., (1972) Sindicatos e Política, tese de livre-docência. USP. mimeo: apêndice.

"guerra fria" gerada pelo conflito latente entre as grandes potências oriundas da 2a. guerra, dão o caldo de cultura ideal para que se associe aos movimentos populares a ação do comunismo internacional. Desta interpretação à repressão governamental é um passo curto, que o Governo Dutra não exitou em dar.

Este primeiro momento de ação do chamado período da redemocratização, foi povoado por ações contraditórias do Governo e dos partidos. Ao mesmo tempo em que era um governo de "abertura política", para manter a ordem política, social e, como decorrência fundamental, econômica do País, em atenção às classes conservadoras que apoiavam o governo, utilizou-se da força para reprimir as manifestações populares.

Sobre tal período, CARONE se manifestou: "Neste primeiro momento, os pequenos problemas levantados pelos partidos e pelas massas, avolumam-se e se traduzem nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, onde os partidos da oligarquia PSD e UDN - tentam, de acordo com o governo, impor limites a uma abertura mais ampla mas, enquanto discutem as questões relativas a medidas restritivas a serem introduzidas na Constituição, tratam também de reformas sociais liberalizantes, o que mostra a ambiguidade e complexidade do momento."⁹⁹

⁹⁹CARONE, Edgard, A Quarta República, (1945-1946). São Paulo, col. Corpo e Alma do Brasil, DIFEL, 1980, p.6.

Não sendo nossa preocupação imediata o esmiuçamento das questões à nível nacional, mas sim os reflexos destas na política estadual catarinense ou a forma atípica que porventura as questões viessem a tomar ao se defrontarem com as peculiaridades da política estadual, vale lembrar que o direcionamento seguido pela cúpula partidária à nível nacional, mais uma vez iria encontrar dissonâncias nos círculos udenistas catarinenses, principalmente pelo fato de que as negociações de cúpula partidária estavam sendo capitaneadas pelo senador pessedista Nereu Ramos (vice-Presidente da República), seu arqui-inimigo e polarizador unânime das iras da UDN catarinense.

Após o término dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em setembro de 1946, o Diretório Nacional da UDN, por maioria de votos (26 contra 16) admitiu colaborar com o governo, permitindo que seus correligionários ocupassem as pastas do Exterior e da Educação. Dentre os que votaram contra a proposta, estavam os representantes de São Paulo, da Paraíba, os delegados do Estado do Rio, inclusive, Prado Kelly, cujo voto justificado em plenário foi interpretado como expressando a opinião do Brigadeiro Eduardo Gomes¹⁰⁰ e o delegado de Santa Catarina, deputado Max Tavares do Amaral, que em sua justificativa de vo

¹⁰⁰ Diário da Tarde, Fpolis, 06.12.46, p.1

to contra a cooperação, interpretou o pensamento da Comissão Executiva Estadual.¹⁰¹

A participação da UDN no governo federal se deu portanto, com a ascensão de Raul Fernandes ao Ministério das Relações Exteriores, de Clemente Mariani, ao Ministério da Educação e Saúde e indiretamente pela ascensão de Daniel Carvalho, do Partido Republicano, então aliado da UDN à nível nacional, já que em Santa Catarina não mais existia, à pasta da Agricultura.

Aos sinais de que acertos e composições estavam sendo feitos na Capital da República entre a UDN, o PSD e o Partido Republicano, objetivando o chamado governo de "união nacional" pretendido por Dutra, as reações no Estado passaram a ser de cautela, principalmente as veiculadas pelo Diário da Tarde, porta-voz officioso do partido.

Um misto de incredulidade e reação às evidências eram detectados nos editoriais de Altino Flores, que a esta época acumulava a função de censor do diretório estadual da UDN junto ao Diário da Tarde com a de redator político responsável daquele vespertino¹⁰². Da coligação partidária à nível nacional, os boatos na capital catarinense davam conta de possíveis acordos entre Nereu Ramos e Adolfo

¹⁰¹ Diário da Tarde, Fpolis, 04.12.46, p.1

¹⁰² Diário da Tarde, Fpolis, 17.09.46, p.1

Konder e entre aquele senador e Aristiliano Ramos, sendo este último através do Coronel Lopes Vieira e coordenado por Sebastião Neves¹⁰³. A reação do jornal oposicionista foi imediata. Num editorial sob o título "Coisas de cérebros vazios", os acordos foram negados, já que a UDN "só aceita coalisão com o Presidente Dutra, tendo em vista não as pessoas, mas as correntes partidárias do cenário brasileiro e os interesses nacionais." ¹⁰⁴

Também no editorial do jornal Nova Era¹⁰⁵, de Rio do Sul, de orientação udenista, encontramos a negação veemente de acordo com o PSD à nível estadual ou municipal, só havendo concordância com o tal acordo, no sentido de apoio ao Governo Federal: "Udenistas! Cerrai fileiras, permaneci coesos e firmes porque soou a hora dos cantos das sereias e das promessas dos que nunca passaram do terreno das promessas" ¹⁰⁶.

Quando dos primórdios das discussões sobre coalisão, Osvaldo Rodrigues Cabral, ex-candidato pela Coligação Por Santa Catarina à deputado em 34, ex-Diretor da As

¹⁰³ Diário da Tarde. Fpolis, 02.08.46, p.1

¹⁰⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 02.08.46, p.1

¹⁰⁶ O Jornal Nova Era, de Rio do Sul, de orientação udenista, foi fundado por Heitor Wedekin dos Santos e tinha como diretor proprietário Paulo Cunha.

¹⁰⁷ Nova Era. Rio do Sul, 28.07.46, p.1

sistência Municipal da Prefeitura Municipal de Florianópolis, entre outros cargos públicos no governo Nereu Ramos, foi dos poucos políticos a se mostrar totalmente favorável, acusando mesmo os que ficassem reticentes, ou seja, os que duvidassem do patriotismo dos que a ele aderissem ou ainda, dos benefícios aos interesses nacionais que tal coalizão trazia, de, ou desejarem "confusão na política para que possamos retornar aos negros dias da ditadura ou o enfraquecimento do governo e a desmoralização do sistema democrático para cairmos na extrema esquerda"¹⁰⁷. Tal postura de um "realismo elegantemente adesista"¹⁰⁸, mostrava claramente os padrões conservadores e direitistas, de um partido para o qual Virgílio de Melo Franco lutava por uma posição de "partido de centro, inclinado para a esquerda"¹⁰⁹.

Para a direção nacional do partido, o acordo interpartidário vinha sempre envolto numa aura de magnanimidade, de desambição, de patriotismo. Mas, à nível estadual, a exceção dos adesistas de primeira hora, o que mais importava era a manutenção de uma posição já firmada de combate ao getulismo, a Nereu Ramos e a todos os remanescentes

¹⁰⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 06.07.46, p.8.

¹⁰⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. op. cit. p.70.

¹⁰⁹ Convenção Nacional da UDN de 18.08.48, Cf. BENEVIDES Maria Victoria de Mesquita. op. cit. p.73.

tes dos privilégios estadonovistas. O apoio às posições ditadas pelo diretório nacional vinha sempre com o adendo da não composição à nível regional com o PSD. Por mais que a altiva postura de missão, de encargo, de sacrifício para o bem da nação com a qual o acordo com o governo era rotulado, foi no mínimo constrangedor para a secção catarinense do partido, admitir a participação de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte, sufragando o nome de Nereu Ramos, como candidato do PSD à vice-presidência da República em 19 de setembro de 1946, de acordo com o artigo 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹¹⁰.

A imprensa oposicionista exultava. A Gazeta, de Florianópolis, já a 10 de setembro transcrevia nota do Correio do Povo, de Porto Alegre, onde dizia que "AUDN de Santa Catarina acaba de tomar uma resolução política destinada a alcançar grande repercussão (...) os udenistas da aquele Estado resolveram apresentar congratulações ao senador Nereu Ramos pela indicação de seu nome para a vice-presidência do partido majoritário. Ressalvando que essa atitude não importava numa demonstração política partidária, a UDN catarinense assegurou ao seu conterrâneo que

¹¹⁰ Após a eleição do vice-presidente, a Constituinte se transformou em Congresso Ordinário, dividindo-se em Câmara e Senado.

seus dois representantes na Assembléia Nacional Constituinte, Max Amaral e Cônego Tomas Fontes, sufragarão o seu nome". E ainda, acrescentava a nota, para pânico da ortodoxia udenista, "nesse mesmo sentido, o Sr. Adolfo Konder, presidente da UDN de Santa Catarina, dirigiu uma carta ao Senador Nereu Ramos"¹¹¹.

Também o jornal "O Estado", punha lenha na fogueira ao transcrever entrevista de Assis Chateaubriand ao "O Jornal", do Rio de Janeiro, onde aquele jornalista tão caro às oposições catarinenses nas articulações que levaram a queda do Estado Novo, elogiava Nereu Ramos e apontava "a elegante atitude" de "sua província" que "apoiava sua candidatura, fora de compromissos partidários"¹¹².

Para um partido que a pouco mais de um mês saíra de sua Convenção Estadual extremamente desgastado e dividido, estas novas posições geradas pela chamada "pacificação nacional" só criavam embaraços. Aguardando a definição do diretório nacional, a Comissão Executiva Estadual por decisão unânime se manifestou contrária a que seus deputados sufragassem na Assembléia Nacional Constituinte o nome de Nereu Ramos à vice-presidência, "nem por espírito de catarinensismo para com aquele que, em 1930, não o teve para com o governo que contou, como ministros de Estado, três ilustres barriga-verdes: Victor Konder, Almirante Pinto da Luz e Gal Nestor Passos, respectivamente mi -

¹¹¹ A Gazeta. Fpolis, 10.09.46, p.1

¹¹² O Estado. Fpolis, 13.09.46. p.1

ministros da Viação e Obras Públicas, Marinha e Guerra"¹¹³. Esclareciam ainda, que se a chefia Nacional do Partido vi esse a considerar "aberta" aquela eleição, os deputados em apreço só poderiam votar com a orientação do Diretório Estadual¹¹⁴, o qual, é bom lembrar, a esta época tinha em sua executiva o grupo adolfista, mais ferrenho adversário da postura aceita e em execução pelo Diretório Nacional.

É importante que se observe, que as grandes coligações partidárias ocorridas à nível parlamentar, em sua maioria foram articuladas pelo Governo Federal, acima dos Partidos, contrariando na maioria das vezes os verdadeiros interesses partidários. Por outro lado, quando os ganhos, como no caso da coligação que se esboçava, eram sentidos na abertura de canais de acesso ao poder e de barganha no Congresso, à nível federal, as facções estaduais quase sempre amargavam o ônus da manutenção da aparência de coesão interna nas diretrizes partidárias. Ou seja, apesar da não existência da figura da fidelidade partidária na Constituição de 46, já que a mesma só foi introduzida na vida política nacional pela Constituição de 1967¹¹⁵,

¹¹⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 09.09.46, p.1

¹¹⁵ A Constituição de 1946 não legislou sobre tal matéria: Na Constituição de 1967, o artigo 162, § Único diz: "Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais, quem por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa."

era preciso manter para o eleitorado estadual uma imagem de unidade, o que nem sempre era possível compatibilizar com a especificidade da situação local em relação aos acertos de cúpula.

3.1. A 3a. Convenção Estadual

Com o objetivo de escolher os candidatos do partido ao Governo do Estado, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa Estadual, foi convocada pelo Diretório Estadual, uma Convenção Estadual Extraordinária para os dias 24 e 25 de novembro de 1946, no antigo Clube Germânia, em Florianópolis.

Realizada sob o clima tenso que o momento político nacional impingia às hostes regionais, a convenção foi povoada pelas indagações, veladas ou não, sobre o real posicionamento a ser adotado pelas lideranças estaduais diante das discussões sobre coalisão partidária.

Já às vésperas da Convenção pessedista no Estado, realizada a 18 de novembro, Edmundo da Luz Pinto, udenista, recusara convite em nome de Nereu Ramos, o Vice-Presidente da República e da Comissão Executiva do PSD, para ser indicado por este partido ao Senado da República¹¹⁶.

¹¹⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 21.11.46, p.1.

Sua recusa se baseou sobretudo no fato de o Diretório Estadual ainda estar estudando uma maneira digna de concordar com a coalisão.

A UDN pleiteava para si as Prefeituras em cujos municípios obtivera maioria nas últimas eleições de 2 de dezembro, para se aliar ao PSD nas eleições estaduais. O próprio Adolfo Konder afirmou durante a Convenção que "Dando mostras de disciplinas partidária, por acatar a orientação firmada pelo comando supremo da UDN, contrariando, embora, o ponto de vista de alguns bravos, excelentes e dignos correligionários, resolveu a Comissão Executiva Estadual considerar a possibilidade de entendimento com as demais organizações democráticas que militam no Estado ; no objetivo de concertar uma fórmula comum a ser por todos sufragada no pleito de janeiro vindouro"¹¹⁷. Mas, tais entendimentos que relativamente a Santa Catarina foram iniciados no plano nacional por Nereu Ramos e Otávio Mangabeira e em seguida articulados por Irineu Bornhausen, foram encerrados por não se ter chegado a um "acordo honroso" .

Não inclinada, pelo menos por enquanto, a fazer conchavos, a UDN se lançou à luta sem aliança como o seu maior rival, contando somente com seu eleitorado.

À Convenção esteve presente toda a Comissão Execu

¹¹⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 21.11.46, p.1

tiva Estadual do Partido, que a esta época estava assim organizada:

Presidente : Dr. Adolfo Könder
 Secretário Geral: Dr. Bayer Filho
 Sub-Secretário: Dr. Paulo Fontes
 Membros : Dr. João José de Souza Cabral;
 Dr. Henrique Rupp Jr.; Dr. Oswaldo Cabral; Sr. Irineu Bornhausen ;
 Dr. Osvaldo Bulcão Vianna; Dr. Wanderley Jrl; Sr. Arnaldo Luz; Dr. Fulvio Aducci; Prof. Altino Flores;
 Sr. Heriberto Hulse; Dr. Francisco Rangel.¹¹⁸

Compareceram também, sessenta e quatro representantes municipais como a representante do Departamento Feminino, Sylvia Amélia Carneiro da Cunha; o representante do Departamento Trabalhista, Sr. R. Luz Costa e do Departamento Estudantil Dr. Eugênio Luiz Beirão.¹¹⁹

A principal ausência na Convenção, foi a do Coronel Aristiliano Ramos.

Já afastado do partido, desde a última Convenção de julho daquele ano, o Coronel foi insistentemente soli-

¹¹⁸ Diário da Tarde, Fpolis, 26.11.46, p.4

¹¹⁹ Diário da Tarde. Fpolis, 26.11.46, p.4

citado a comparecer, tanto por telegrama assinado pelos principais líderes do partido¹²⁰ como por uma comissão de udenistas integrada por Bayer Filho, Osvaldo Bulcão Vianna e Zedar Perfeito da Silva, que se deslocou para Lages para reforçar o convite ao comparecimento e a oferta do lançamento de seu nome à senatoria pelo partido.¹²¹

A recusa às propostas recebidas, o Coronel Aristiliano Ramos reforçou em manifesto publicado na cidade de Lages no dia da abertura da Convenção, endereçado aos correligionários catarinenses¹²², onde se dizia insatisfeito com os rumos que o partido vinha tomando e não concordar com a nova postura, onde "o que deveria sobrepor-se a todo interesse de natureza subalterna (...) degenerou em jogo e manobras nas quais entravam as ambições de indivíduos ou de grupos, em prejuízo da organização partidária¹²³".

Afastado das lides partidárias, o líder serrano continuou a firmar sua posição através de editoriais do jornal de sua propriedade, onde identificava sua negação às composições partidárias (...) "todos nós, que acreditamos na liberdade e que possuímos uma certa linguagem polí

¹²⁰ Região Serrana. Lages 08.12.46, p.1. Assinaram o telegrama: Adolpho Konder; Bayer Filho, Irineu Bornhausen; Osvaldo Bulcão Vianna; Wanderley Jr.; Oswaldo Cabral; Paulo Fontes; Altino Flores e João José de Souza Cabral.

¹²¹ Região Serrana. Lages, 08.12.46, p.1

¹²² Região Serrana. Lages, 24.11.46, p.1

¹²³ Região Serrana. Lages, 24.11.46, p.1

tiça inconfundível, mantenhamos nossa estilo político .
A resistência moral também".¹²⁴

Mas, desligado, embora temporariamente, das lides partidárias, Aristiliano Ramos deixou a direção do Jornal "Região Serrana", passando-a para o jornalista Jaime de Arruda Ramos, que o transformou em órgão independente mas seguindo "os ensinamentos do chefe que ora se retira."¹²⁵

Na sessão de encerramento da Convenção, o Presidente do Diretório Municipal de Florianópolis, Dr. Paulo Fontes, por indicação da Comissão Executiva Estadual, apresentou ao plenário os candidatos indicados pelo partido às eleições de 19 de janeiro de 1947.

PARA GOVERNADOR

Irineu Bornhausen (Industrial)

PARA SENADOR

Adolpho Konder (Advogado)

Suplentes: Plácido Olímpio de Oliveira (Advogado)

João de Oliveira (Advogado e Jornalista)

Cid Gonzaga (Jornalista)

PARA SENADOR

João Bayer Filho (Advogado e Prof.de Direito)

Suplentes: Henrique Rupp Júnior (Advogado e Prof.de Direito.)

Arnoldo Luz (Notário Público)

Altino Corsino da Silva Flores (Prof.e Jornalista)

¹²⁴ Região Serrana. Lages, 01.12.46, p.1

¹²⁵ Região Serrana. Lages, 08.12.46, p.1

PARA DEPUTADOS FEDERAIS

Afonso Guilhermino Wanderley Jr. (Advogado e Prof. de Direito)

Brasílio Celestino de Oliveira (Advogado)

Antônio Gonzaga (Médico)

PARA DEPUTADOS ESTADUAIS

Silvia Amélia Carneiro da Cunha (Funcionária Pública Federal e
Professora)

Oswaldo Bulcão Vianna (Advogado)

Oswaldo Rodrigues Cabral (Médico e Publicista)

João José de Souza Cabral (Advogado e Prof. de Direito)

Paulo de Tarso da Luz Fontes (Médico)

Lucas Alexandre Boiteux (Almirante da Reserva)

Álvaro Tolentino de Souza (Funcionário Fed. aposentado)

Evaldo Lehmkhul (Agricultor)

Antônio Barros Lemos (Médico)

João Caruso Mac Donald (Industrial)

Zedar Perfeito da Silva (Funcionário Federal e Jornalis-
ta)

Volney Colaço de Oliveria (Advogado e Jornalista)

José Pimentel (Advogado)

Alzirino Waldomiro de Almeida (Fazendeiro)

Fernando Ferreira de Mello (Advogado)

Boanerges Pereira de Medeiros (Fazendeiro)

Aldo Seyeriano de Oliveira (Estudante)

Acácio Ramos Arruda (Médico)

Walter Müller (Industrial)

Francisco Rangel (Advogado e Jornalista)

Walter Haufe (Farmacêutico)

Oslin Américo de Souza Costa (Advogado)
 Waldemar Farinhas (Operário)
 José da Luz Fontes (Advogado)
 Achilles Balsini (Advogado e Jornalista)
 Antônio Carlos Konder Reis (Estudante)
 Waldemar Rupp (Advogado)
 Ricarte de Freitas (Advogado)
 Luiz Dalcanale (Industrial)
 Octávio Celso Rauen (Médico)
 Francisco Mascarenhas (Funcionário Público Municipal)
 Max João Colin (Industrial)
 Artur Müller (Serventuário da Justiça e Jornalista)
 Hercílio Alexandre da Luz (Estudante)
 Ramiro Emerenciano (Ferroviário)
 Aroldo Carneiro de Carvalho (Advogado)
 Alfredo Diener (Comerciante)¹²⁶

Ao apresentar Irineu Bornhausen como candidato ao Governo, Paulo Fontes declarou que esta escolha "teve o intuito de dar ao povo de Santa Catarina um Governador a altura de suas necessidades". Que a UDN "quer promover o engrandecimento do Estado através de um autêntico representante da Indústria e do Comércio, com capacidade para minorar os dias cruéis que estamos vivendo!"¹²⁷

¹²⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 02.04.47, p.4

¹²⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 26.11.46, p.1

Ex-Prefeito de Itajaí, um dos principais articuladores para a formação da UDN no Estado, Irineu Bornhausen, após se dedicar "às tarefas industriais e comerciais de sua terra natal, ingressou no setor bancário, tornando-se um dos maiores acionistas do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina (INCO)"¹²⁸, do qual foi um dos diretores por muitos anos.

Em seu discurso aos Convencionais, Irineu Bornhausen apresentou sua plataforma de governo, na qual se comprometia em solucionar os problemas do Estado, dando prioridade ao da produção e a todos os problemas a ele interligados tais como a saúde, o aparelhamento técnico e o amparo financeiro do Estado, o qual prometeu que faria por um sistema de crédito a longo prazo¹²⁹.

3.2. A Campanha de 1947

Para as eleições marcadas para 19 de janeiro de 1947, também lançaram seus candidatos o PSD, o PTB, o

¹²⁸ CORREIA, C.H. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 à 1982. Ed.UFSC, SC, 1983, p.72.

¹²⁹ O discurso pronunciado por Irineu Bornhausen na 3a. Convenção Estadual da UDN, aparece no Diário da Tarde de 26.11.46, p.1 e nos dias seguintes, vários trechos daquele discurso foram apresentados como editoriais do jornal.

PRP e o PCB.

O Partido Social Democrático lançou como candidato ao Governo do Estado, Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos e seu futuro herdeiro político. Para o Senado, lançou os nomes de Francisco Benjamim Gallotti e de Lúcio Corrêa, para Deputado Federal, os nomes de Joaquim Fiuza Ramos, irmão de Nereu Ramos, Aristides Larga (fruto de acordo selado com o PTB) e Leoberto Leal e mais 37 nomes para Deputados Estaduais.¹³⁰

O Partido Trabalhista Brasileiro, apresentou-se coligado ao PSD, apoiando seus candidatos ao Governo, ao Senado e à Câmara Federal, concorrendo com candidatos próprios apenas à Câmara Estadual, para a qual apresentou 29 nomes.

O Partido de Representação Popular lançou como candidato ao Governo do Estado, Carlos Sada; para o Senado o General José Vieira da Rosa e Eugênio Augusto de Miranda Monteiro de Barros; para a Câmara Federal os nomes de Jorge Lacerda e Luiz Souza, e para a Câmara Estadual, uma lista de 33 candidatos. Já o Partido Comunista Brasi

¹³⁰ É preciso que se observe que Nereu Ramos e Ivo D'Aqui no haviam sido eleitos em 45 para o Senado e para a Câmara Federal. Ao desfazer-se a Assembléia Nacional Constituinte, as duas casas se separaram, e aqueles políticos optaram por permanecer no Senado. Para as vagas na Câmara Federal foram convocados como suplentes Hans Jordan e Rogério Vieira, ambos do PSD.

leiro, não lançou candidato ao Governo, ao Senado nem à Câmara Federal. Só apresentou uma lista com 21 candidatos à Câmara Estadual.¹³¹

Irineu Bornhausen, no pouco tempo de que os candidatos dispunham para efetivar suas campanhas políticas, percorreu o Estado acompanhado por caravana política, indo até o extremo oeste, no município de Chapecó, recém incorporado ao Estado¹³², onde, quando de sua visita, foi fundado o Diretório da UDN naquela cidade¹³³.

Com um discurso progressista, onde propunha mudanças nas rendas públicas tais como a revisão do sistema tributário que onerava as forças produtoras, sufocando os pequenos produtores, pecuaristas e lavradores¹³⁴, onde pro

¹³¹ Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Fpolis, 13.01.47, p.3.

¹³² Fundado em 11 de dezembro de 1946, o Diretório tinha como Presidente Pedro da Silva Maciel; como Vice, Otávio Celso Rauen e como Secretários Jacy Bernardes e o Desembargador Dorival Padilha. Diário da Tarde. Fpolis, 28.12.46, p.4.

¹³³ O Município de Xapecó (grafado com x), fez parte do território de Iguaçú, juntamente com parte do extremo oeste no período de 1942 à 1946, quando foi reincorporado ao Estado de Santa Catarina, em virtude do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado a 18 de setembro de 1946, o qual extinguiu o Território do Iguaçú.

¹³⁴ Região Serrana. Lages, 22.12.46, p.1

punha a revisão do imposto territorial, retornando as primitivas comissões de revisão de valores instituídas pela Lei de 1918, cessando ao fisco a faculdade de fazer lançamentos a seu bel prazer¹³⁵, o candidato udenista ia afirmando seu estilo.

Numa linguagem de autêntico capitalista, defendia sua forma de ação política e, por analogia, sua classe social.

Numa réplica à afirmação feita por Aderbal Ramos da Silva em comício em Joaçaba, no planalto catarinense de que "o Governo tiraria de quem tem para dar a quem não tem"¹³⁶ o candidato e membro da diretoria do Banco Inco respondeu num discurso em Joinville em 1º de fevereiro de 1947: "... para tirar de quem quer que seja, o Estado só tem um meio ilícito: o imposto. De outra forma, recairemos num regime aniquilador do sagrado direito de propriedade. Ora, o imposto pago pelo industrial ou pelo comerciante recai indiretamente sobre o consumidor. Logo, quanto mais oneramos a produção agrícola e industrial, tanto mais estaremos concorrendo para a alta dos produtos destinados ao consumo popular. Conseqüentemente, agindo dessa forma, o governante estará agindo contra os interesses do povo, porque a solução do problema não consiste em:

¹³⁵ Região Serrana. Lages, 22.12.46, p.1

¹³⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 08.12.46, p.1

tirar dos que tem, mais sim, aumentar, com a criação de novas riquezas, os recursos dos menos favorecidos"¹³⁷. Ou seja, sua visão de empresário capitalista o fazia perceber que só o incentivo e o conseqüente progresso na produção do Estado, traria uma maior divisão social do trabalho a qual, conseqüentemente, elevaria o nível de vida da população. Embora outras alternativas mais enérgicas como o controle nos lucros dos grandes empresários, pelo governo, não permitindo o repasse de seus gastos com impostos ao consumidor pudessem ser aliados ao seu discurso, o essencial é que acima ou paralelamente à ação com vistas aos interesses do Estado, estava sempre a do empresário defendendo a sua classe.

Mesmo emaranhado nos apelos populistas, tais como a publicação na imprensa¹³⁸ de certidão assinada pelo Monsenhor José Locks, de Itajaí, onde este declarava ser Irineu Bornhausen católico praticante, bom pai e bom esposo, sua campanha manteve uma linguagem nova. Diante da proposta do candidato pessedista de encampação da Empresul¹³⁹, rebateu afirmando que para a ampliação dos serviços daquela empresa, tão reclamados pelas indústrias, o Estado deveria tomar a iniciativa de formar uma socieda-

¹³⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 10.01.47, p.1

¹³⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 09.01.47, p.1

¹³⁹ Empresa produtora de energia elétrica.

de de economia mista¹⁴⁰, na qual teria ação fiscalizadora e não administrativa. Esta ação deveria ser entregue a particulares. Ao Estado caberia injetar recursos e fiscalizar, pois os resultados viriam. Era uma vez mais a visão do empresário, que acreditava na iniciativa privada ao mesmo tempo em que detectava suas reais finalidades. Coerentes com o primeiro discurso dirigido aos Convencionais de seu Partido, quando de sua indicação a candidato ao governo, colocava o amparo financeiro do Estado como fator de impulsionamento à solução dos seus problemas vitais.

Esta primeira campanha de porte no pós Estado Novo em Santa Catarina fôï, naturalmente, das mais conturbadas. Nela seriam eleitos o 3º Senador¹⁴¹ e o seu Suplente, um Deputado Federal para preencher a vaga ocorrida por falecimento do Deputado Altaíro Lobo Guimarães elei

¹⁴⁰ Diário da Tarde. Fpolis, 10.01.47, p.1

¹⁴¹ Haviam sido eleitos dois senadores em 1945. Com a Constituição Federal de 1946 ficou estabelecido que:

art.60: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. §1º - Cada Estado, e bem assim o Distrito Federal, elegerá três senadores

to em 1945 e 37 Deputados Estaduais¹⁴² que teriam a função de constituintes.

Estando afastado o líder serrano Aristiliano Ramos, muitos foram os boatos de que estaria apoiando elemento do PSD¹⁴³, fato negado veementemente por seus correligionários¹⁴⁴, mas que direta ou indiretamente acabou influenciando os resultados das eleições nas suas áreas de influência.

Seus próprios correligionários afirmaram após os resultados: (...) "É sabido que se o Sr. Aristiliano Ramos não se tivesse retirado no pleito que culminou com a vitória do candidato governista por apenas 13 mil e poucos votos, outro seria o resultado desse pleito. A oposição perdeu, assim, por culpa única de seu chefe único no Estado, a sua grande oportunidade (...)"¹⁴⁵

¹⁴² Artigo 58 da Constituição: "O número de deputados será fixado por lei, em proporção de que não exceda a um por cento e cinquenta mil habitantes até vinte deputados e, além desse limite, um para cada duzentos e cinquenta mil habitantes.

§1º - Cada território terá um deputado e será de sete deputados o número mínimo por Estado e pelo Distrito Federal.

¹⁴³ O Estado, Fpolis, 30.01.47, p.8

¹⁴⁴ Região Serrana. Lages, 12.01.47, p.1

¹⁴⁵ Região Serrana. Lages, 09.02.47, p.1. Entenda-se por chefe único no Estado Adolpho Konder, responsável pelo afastamento de Aristiliano.

Entretanto, os temas de peso nas argumentações das duas correntes majoritárias, eram, pelo lado na UDN, as denúncias a exaustão, do envolvimento da máquina administrativa do Estado, sob a orientação do vice-presidente da República¹⁴⁶ que veio comandar pessoalmente a eleição de seu sobrinho no Estado, e pelo lado do PSD, os acordos secretos que Irineu Bornhausen firmara com o PCB.

Burlando a proibição contida nas Instruções para as eleições¹⁴⁷ de 19 de janeiro de 1947, que proibia às autoridades federais, estaduais e municipais o envolvimento direto nas eleições, os prefeitos de inúmeras cidades catarinenses, entre eles o de Imaruí, Pedro Bittencourt; o de Palhoça, Ivo Silveira; o de Nova Trento, José Valentin Borgonovo e o de Serra Alta, Osmar Romão da Silva¹⁴⁸ se licenciaram de seus cargos, para mais livremente agirem em favor da campanha do PSD. Na verdade, toda a máquina administrativa remanescente do Estado Novo no Estado e não desmontada pela Interventoria pós derrubada daquele regime, foi ostensivamente acionada no Estado, como denunciou o deputado udenista Max Tavares D' Amaral ao Congresso Nacional onde leu telegrama do Secretário da Secção Catarinense da UDN Paulo Fontes:

¹⁴⁶ Diário da Tarde, Fpolis, 07.01.47, p.4.

¹⁴⁷ Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 19.12.46, p.3 e 7.

¹⁴⁸ Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 03.01.47, p.1

"(...) Levamos há dias conhecimento ministro justiça e somos forçados importunar vossência para denunciar que Prefeitos, Delegados. Polícia, Colectores, Inspetores. Fazenda Estaduais e Intendentes Distritais percorrem municipios ostensiva campanha eleitoral usando veículos oficiais em franco desrespeito recomendações vossência. Todas essas ocorrências são realizadas com Interventor Federal que assim procede com facciosismo agindo modo levar consciência pública desconfiança da palavra de vossência. Presidente Legião Assistência¹⁴⁹ acompanha candidato governo (...) distribuindo dinheiro daquela instituição como processo eleitoral cabala (...) Rogamos providências enérgicas (...)"¹⁵⁰.

Já o PSD, mesmo apoiado que era pelo poder público, mesmo com a ação de Nereu Ramos, que chegou a ponto de ameaçar no Comício de encerramento da campanha pessedita em Florianópolis, a 17 de janeiro que: "Caso venha a ser eleito, o candidato udenista terá certamente que fazer um empréstimo para cumprir seu programa. Esquece-se ele, porém de que o governo federal só concede empréstimos com autorização do Senado e que presidindo o Senado estou eu para negar qualquer empréstimo a governos adversários"¹⁵¹; mesmo tendo-se coligado com o PTB e designa-

¹⁴⁹ Diário do Congresso Nacional de 18.12.46, transcrito pelo Diário da Tarde. Fpolis, 06.02.47, p.6.

¹⁵⁰ O Presidente da Legião Brasileira de Assistência era Ilmar Corrêa, o candidato do PSD à Assembléia Legislativa.

¹⁵¹ Diário da Tarde. Fpolis, 21.02.47, p.1

do como delegado destes partidos junto às mesas eleitorais muitos dos prefeitos afastados, como exatores, delegados de distritos e outros membros do oficialismo, via no partido oposicionista, com suas propostas de mudança, com o poder econômico das áreas de industrialização emergente do Vale do Itajaí identificados com seu discurso, o perigo da perda de sua hegemonia ancestral, cultivada desde a Revolução de 30. Daí, a ação desencadeada sobre Irineu Bornhausen, acusando-o de um pacto secreto com o Partido Comunista¹⁵², fórmula considerada perfeita para desprestigiar o candidato junto ao conservador eleitorado catarinense. O Diretório Estadual Udenista lançou nota oficial desmentindo aliança ou compromisso com qualquer partido, "sem recusar, entretanto, o apoio e a solidariedade de todos os catarinenses livres e conscientes, integrados na defesa dos princípios constantes do seu programa"¹⁵³. A verdade é que, oficializado ou não, houve o apoio do PCB a Irineu Bornhausen, fato que não só a apuração das urnas revelou¹⁵⁴ como a Tribuna Popular, órgão do

¹⁵² A Notícia, Joinville, 07.01.47, p.1; O Estado, 22.01.47, p.8; O Estado, 23.01.47, p.1 e 8; O Estado, 24.01.47, p.8.

¹⁵³ Diário da Tarde, Fpolis, 08.01.47, p.1

¹⁵⁴ Para citar um exemplo, a 4a. Secção da 12a. Zona (Malária), em Florianópolis, enquanto a chapa do PSD para Deputado Estadual vencia por quatro votos, a chapa para Governador perdia por quarenta e quatro votos. Nesta mesma secção, o PCB obtinha 47 votos. O Estado, Fpolis, 22.01.47, p.8.

PCB, em sua primeira página no dia 22 de janeiro daquele ano, deixou claro, ao publicar telegrama de Irineu Bornhausen ao Senador Luiz Carlos Prestes agradecendo votos de vitória à sua candidatura. Aquele jornal apresentou o candidato udenista como o que "conta com o apoio do PCB naquele Estado"¹⁵⁵. É evidente que deixar claro tal apoio era comprometedor para um partido que, apesar da postura progressista com que se colocou na campanha, era conservador, em sua essência e que, à nível estadual tinha o grande trunfo de não contar em suas hostes pelo menos declaradamente, com elementos ligados à maçonaria, dos quais o PSD parecia ser o reduto¹⁵⁶. O apoio Comunista era aceito, mas negado, assim como os ataques aos "anti-clericais que figuram nas chapas pessedistas a elevados postos eletivos"¹⁵⁷ eram velados e cuidadosos já que em suas próprias hostes ditas cristãs haviam maçons e dentre eles estava o diretor-gerente do porta-voz oficial do partido na imprensa, Pedro Carneiro da Cunha.

Quatorze mil, quatrocentos e vinte e sete votos foi exatamente a diferença de votos pela qual Irineu Bornhausen foi derrotado. Vencedor nos municípios de Blumenau, Caçador, Concórdia, Ibirama, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba; Rio do Sul, Joinville, Porto União, Rodeio, São Francisco do Sul, Serra Alta, Timbó e empatando com o candidato pessedis-

¹⁵⁵ Transcrito em O Estado. Fpolis, 23.01.47. p.1

¹⁵⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 24.01.47, p.1

¹⁵⁷ Idem, p.1

ta em Indaial¹⁵⁸, o representante udenista trouxe para a oposição, com estes resultados, uma mensagem cifrada na qual se podia ler que as bases do poder alicerçado no Estado Novo estavam minadas. Era uma questão de tempo. Se, por outro lado, o PSD obtivera a única vaga existente para o senado, elegendo Francisco Benjamim Gallotti¹⁵⁹; se obtivera a única vaga para a Câmara Federal, elegendo Joaquim Fiuza Ramos, a UDN; neste pleito se firmou como a segunda força política do Estado elegendo 13 dos 37 deputados estaduais, os quais integrariam a Assembléia Constituinte Estadual¹⁶⁰.

Observa-se, no entanto, que os resultados das eleições para a Assembléia Estadual só foram confirmados após as eleições suplementares que ocorreram a 30 de março nas zonas eleitorais de Bom Retiro (4a.Z.E.); Caçador (6a.Z.E.); Canoinhas (8a.A.E.); Rio do Sul (26a. Z.E.); Orleans (23a. Z.E.); São Francisco do Sul-Araquari (27a. Z.E.); Serra Alta (30a. Z.E.); Tubarão (33a. Z.E.); Tubarão-Jaguaruna (33a. Z.E.)¹⁶¹.

¹⁵⁸ RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico T.R.E. Florianópolis, ano I, n.6, nov-dez. 1960, p.1.

¹⁵⁹ Santa Catarina já possuía dois senadores eleitos em 45, tendo portanto, que preencher apenas uma vaga no senado. Mas, com a ascensão de Nereu Ramos à Vice-Presidência, mais uma vaga foi aberta, daí a eleição de Lúcio Corrêa.

¹⁶⁰ O PSD elegeu 21 deputados, o PTB elegeu 2 e o PRP elegeu 1.

¹⁶¹ T.R.E.S.C. Resultado da Eleição Suplementar para a Assembléia Legislativa, realizada a 30 de março de 1947.

Os Deputados eleitos pela UDN foram: Max João Colin, Luiz Dalcanale, Antônio Carlos Konder Reis, Ramiro Emerenciano, Waldemar Rupp, Walter Müller, Paulo de Tarso da Luz Fontes, Antônio de Barros Lemos, Artur Müller, Osvaldo Bulcão Vianna, Fernando Ferreira de Melo, João José de Souza Cabral e Aroldo C. de Carvalho¹⁶².

À nível nacional, dos vinte Estados da Federação a UDN elegeu sozinha cinco governadores contra seis eleitos pelo PSD, mais um através de coligação com outro partido contra dois eleitos pelo PSD em coligação. Fruto da coligação PSD/UDN mais outro partido, foram eleitos três governadores¹⁶³.

¹⁶² A apuração final das eleições havia dado Ricarte de Freitas como o 13º deputado eleito pela UDN. Este chegou mesmo a ser empossado na Assembléia Legislativa e a participar das primeiras sessões da Constituinte. Só após os resultados das eleições complementares, quando Aroldo Carneiro de Carvalho obteve 78 votos contra 54 obtidos por Ricarte de Freitas, este deixou a Assembléia, passou a primeiro suplente, dando lugar ao novo deputado eleito.

¹⁶³ Os cinco governadores eleitos pela UDN foram: Faustino de Albuquerque e Souza (CE), Jerônimo Coimbra Bueno (GO), Milton Soares Campos (MG), Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (PB), José da Rocha Furtado (PI). Os quatro eleitos em coligação foram: Leopoldo Amorim da Silva Neves - UDN/PTB (AM), Otávio Mangabeira - UDN/PSD/PRP, Carlos Fernando M. Lindenberg - PSD/UDN/PR (ES) e Edmundo de Macedo Soares e Silva PSD/PTB/UDN.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, dados estatísticos vs. 1 a 7. Apud HIPÓLITO, Lúcia. op. cit. p.304-7.

A vitória do PSD trouxe a reboque, uma situação de extrema tensão nas hostes udenistas, já que, além de a - margar uma derrota que a princípio foi subestimada, o partido oposicionista passou a sofrer as mais diversas represálias por parte ou com a conivência da Interventoria Udo Deeke, atrelada ao pessedismo.

As represálias que iam da demissão de funcionários públicos, remoção de professoras, atos de vandalismo organizados por lideranças políticas à concessão de bolsas de estudo somente aos seus correligionários, foram denunciados em inúmeros cabogramas enviados pelo Diretório Estadual da UDN ao Presidente da República com cópias para as lideranças do partido no Senado e na Câmara Federal, bem como, para toda a imprensa da Capital da República¹⁶⁴, fato que provocou nota oficial da Interventoria, desmentindo tais acusações, atribuindo-as a ... "pessoas interessadas em deformar o panorama político do Estado, em proveito de sua facção, ou em causa própria..."¹⁶⁵.

Ainda na tentativa de minorar os efeitos das denúncias udenistas, começaram a ser promovidos abaixo-assinados e telegramas enviados ao Presidente da República elogiando a atitude política de Udo Deeke, fatos que acabaram sendo denunciados em novo telegrama ao chefe da Nação onde Bayer Filho, o secretário - geral no exercício da presidência e Paulo Fontes sub-secretário do Diretório Estadual, pediram

¹⁶⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 22.02.47. p.1-4; 25.02.47, p.1

¹⁶⁵ Idem

a instauração de inquérito com autoridades insuspeitas para apurar a verdade e denunciavam serem os telegramas pesseditas incentivados por Nereu Ramos¹⁶⁶.

As acusações repercutiram à nível nacional tal o alarde feito por udenistas e pesseditas. Em março, o deputado Leoberto Leal, ex-secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, suplente da bancada federal do PSD, deu entrevista à Folha Carioca, no Rio de Janeiro, elogiando a campanha de Aderbal Ramos da Silva e dizendo que o candidato udenista (...) "fazia de seu Banco um instrumento de compressão econômica e propaganda política e das filiais daquele estabelecimento de crédito, um verdadeiro balcão de consciências entregue ao mais escancarado aliciamento de votantes (...) fazia espalhar boletins em alemão na zona colonial, salientando a origem tedesca de seu nome, prometendo novas escolas alemãs¹⁶⁷."

Tais acusações foram de imediato rebatidas pela imprensa udenista que disse: "Balcão de Consciências foi a "Casa Hoepeck S/A" que distribuiu, em caminhões, roupas, fazendas, dinheiro, etc, para a vitória do seu presidente"¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 27.02.47, p.1.

¹⁶⁷ A entrevista foi transcrita em O Estado. Fpolis, 08.03.47, p.8

¹⁶⁸ A Casa Carlos Hoepeck era uma empresa de navegação e comércio, importadora e exportadora de produtos, com sede em Florianópolis, de propriedade de Karl Hoepeck e Cia., com filiais em grande número de municípios. Aderbal Ramos da Silva era casado com a filha de Karl Hoepeck. Com a morte daquele empresário, sua filha ficou herdeira da firma a qual acabou vindo a ser controlada por Aderbal Ramos da Silva.

E continuava, atrelando sempre (e com razão), a campanha de Aderbal às maquinações do Vice-Presidente da República (...) "O Sr. Nereu nada mais fez do que criar um profundo ódio entre os descendentes de alemães e italianos (...) pelo tratamento desigual e deprimente"¹⁶⁹

53.3. A Assembléia Constituinte Estadual

Logo após os resultados das eleições, cresciam os boatos de que Adolpho Konder deixaria a presidência do partido em Santa Catarina¹⁷⁰. Tais boatos vieram a ser confirmados na reunião do Diretório Estadual realizada em Florianópolis a 20 de março de 1947 com o objetivo de comunicar a renúncia apresentada pelo presidente e determinar a linha de conduta a ser seguida pela bancada udenista na Assembléia Constituinte Estadual¹⁷¹.

A renúncia de Adolpho Konder, lida por Bayer Filho, presidente em exercício era em caráter irrevogável "por motivos superiores". Renunciaram também, a seus cargos, na ocasião, a fim de possibilitar a reorganização partidária, o Secretário-Geral Bayer Filho e o Sub-Secretário Paulo Fontes, os quais foram reconduzidos a seus cargos por sugestão do presidente da mesa, Rupp Jr, que alegou estarem em vigência seus mandatos e que não seria aconselhável uma interrupção nos

¹⁶⁹ Diário da Tarde. Fpolis, 08.03.47, p.1

¹⁷⁰ Região Serrana. Lages, 15.02.47, p.1

¹⁷¹ Diário da Tarde. Fpolis, 21.03.47, p.1

trabalhos da direção partidária.¹⁷²

Nesta reunião, a qual estiveram presentes os membros do Diretório Estadual, representantes dos municípios, bem como, todos os deputados estaduais e suplentes eleitos, procedeu-se a eleição para o preenchimento do cargo de presidente. O escolhido foi Irineu Bornhausen que obteve 27 votos contra 1 dado a Bayer Filho. Adolpho Konder foi eleito presidente de honra.¹⁷³

Na sessão solene de investidura do novo presidente, realizada às 20:00 horas no Clube 7 de setembro (ex-Germânia), falaram Bayer Filho e Osvaldo Bulcão Vianna em homenagem a Irineu Bornhausen; Antônio Carlos Konder Reis historiou a vida partidária da UDN; Plácido Olímpio de Oliveira, saudou os deputados eleitos como um dos constituintes de 1935; em nome dos deputados eleitos falou Fernando Ferreira de Melo e Ricarte de Freitas. O discurso final foi de Irineu Bornhausen que, afirmando ser a principal crise vivida pelo Brasil, a crise de caráter, prometeu ser um "chefe agarrado aos postulados que impuseram a formação desse grande movimento partidário que é a UDN"¹⁷⁴.

¹⁷² Diário da Tarde. Fpolis, 21.03.47, p.1

¹⁷³ Diário da Tarde. Fpolis, 26.03.47, p.1

¹⁷⁴ Idem, p.1

3.3.1. O Partido e a Constituinte Estadual

A instalação da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina se deu no dia 25 de março de 1947.

Já nesta sessão de instalação, a UDN, que era bancada minoritária, através de seu líder, o deputado João José de Souza Cabral, apresentou à casa a seguinte indicação: "A bancada da UDN, considerando que é princípio constitucional a proporcionalidade nas comissões do Congresso e que nas eleições para a mesa das Assembléias Constituintes, esse princípio tem sido adotado, apresenta para a eleição que se vai proceder para a constituição da mesa desta Assembléia Constituinte, a seguinte indicação:

1º- é adotada nas eleições para a mesa da Assembléia Constituinte, a representação dos partidos, respeitado o princípio da proporcionalidade.

2º- essa proporcionalidade prevalece não apenas em relação ao número dos cargos senão também, quanto à indicação dos candidatos pelos partidos.

3º- no caso em espécie, a UDN na qualidade de segundo partido em representação, dará dois, dentre os cinco lugares à Mesa, com direito aos segundos lugares, ou seja, ao do 1º Vice Presidente e ao do 2º Secretário, sendo-lhe assegurado o direito de eleger os candidatos de sua escolha.

4º- A Presidência da Sessão estabelecerá o processo da eleição, de modo a garantir o referido princípio, na forma acima estabelecida.¹⁷⁵

As bancadas do PSD e do PTB manifestaram-se unanimemente contra e ao final das apurações, a mesa ficou assim constituída:

Presidente: José Boabaid (PSD) 22 votos; Antônio Dib Mussii (PSD) 1 voto; 1º vice-presidente: João José de Souza Cabral (UDN) 23 votos; 2º vice-presidente: Saulo Ramos (PTB) 22 votos; Braz Joaquim Alves (PTB) 1 voto; 1º secretário: Cid Lourdes Ribas (PSD) 22 votos, Orty Magalhães, 1 voto; 2º secretário: Alfredo Campos (PSD) 22 votos; Heitor Liberato, 1 voto¹⁷⁶

Em razão desses resultados, o líder da minoria renunciou ao cargo de 1º vice-presidente. Toda a bancada havia votado em branco para a eleição da mesa em virtude da recusa da proposta apresentada. Em seu discurso de renúncia, João José de Souza Cabral, no entanto, reiterou a disposição do partido em colaborar com os demais partidos na feitura de uma constituição democrática para Santa Catarina.

Na primeira Sessão Ordinária da Assembléia Constituinte, realizada em 27 de março, foi nomeada a Comissão en

¹⁷⁵ Diário da Tarde. Fpolis, 26.03.47, p.1

¹⁷⁶ Idem, op. 1.

carregada da elaboração do ante-projeto do Regimento Interno da casa, composta por João Ribas Ramos, Orty de Magalhães Machado, João Estivalet Pires e Armando Calil Bulos, pelo PSD; Braz Joaquim Alves pelo PTB e Osvaldo Vianna e Antônio Carlos Konder Reis, pela UDN¹⁷⁷. Nunes Varela (PSD) propôs que o ante-projeto fosse apresentado num prazo de 15 dias e enquanto não fosse aprovado, vigorasse o Regimento Interno da Constituinte de 24 de maio de 1935. A proposta foi aceita.

Na segunda Sessão Ordinária, realizada em 28 de março, foi eleito o primeiro vice-presidente da Mesa, Rui Cesar Fuerschlette, do PSD, com 19 votos. Bulcão Vianna foi eleito relator da Comissão, a qual era presidida e secretariada respectivamente, por João Estivalet Pires (PSD) e Braz Joaquim Alves do PTB.¹⁷⁸

Até meados de junho de 47, na Assembléia Legislativa, enquanto se aguardava que a Comissão Constitucional enviasse o projeto da lei básica catarinense ao plenário, os deputados ocuparam-se em abordar problemas do município ou da região pela qual foram eleitos. O transporte, a produção, a instrução pública, eram estudados num ou em vários municípios e as conclusões tiradas foram levadas à Assembléia sob a forma de indicações.

¹⁷⁸ Diário da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina. Ano I nº2, Fpolis, 08.04:47, p.1

As discussões mostravam a preocupação da bancada udenista com as dificuldades que interferiam no escoamento da produção agrícola catarinense, qual seja, a falta de estradas. Este tema foi exaustivamente levantado e se reportava a mais diversas regiões do Estado. Já na Sessão de 28 de abril de 1947, o deputado Bulcão Vianna enviou indicação à mesa, sugerindo:

- a) que, pelo departamento competente se promova a remodelação do plano geral do sistema rodoviário de Santa Catarina, para execução dentro de um prazo determinado;
- b) que, na construção dessas estradas se observe, exclusivamente, o valor econômico das mesmas; como que se promova, imediatamente, o estudo para a construção da estrada que ligará Grão-Pará, no município de Orleans, à Urubici, em São Joaquim, por constituir velha aspiração dos moradores daquelas zonas¹⁷⁹.

A construção e melhoria das vias de transporte catarinense, partes significativas da plataforma de governo de Irineu Bornhausen, foi um dos temas preferidos dos deputados udenistas na Assembléia Legislativa, até sua chegada ao poder em 1951, com o mesmo candidato de 46 e que em seu governo daria ênfase aquelas obras, culminando com a construção da

¹⁷⁹ Diário da Tarde. Fôlis, 29.04.47, p.1

estrada da Serra do Rio do Rastro, ligando o município de São Joaquim a Orleans.

Observe-se que no decorrer dos trabalhos da Assembleia Constituinte, houve algumas alterações quanto aos seus componentes, ensejadas pela nova classificação resultante do pleito de 30 de março ou por licenças solicitadas pelos deputados. Em relação à bancada udenista, afastaram-se os deputados Luiz Dalcanale por licença solicitada e Ricarte de Freitas¹⁸⁰, assumindo seus respectivos suplentes Osvaldo Rodrigues Cabral¹⁸¹ e Aroldo Carneiro de Carvalho¹⁸².

3.3.1.1. A Comissão Constitucional

De acordo com o regimento interno, artigo 21, esta Comissão deveria compor-se de onze membros, distribuídos, proporcionalmente pelos partidos representados na Assembleia. Após a eleição de seus membros a Comissão ficou assim constituída: pela UDN - deputado João José de Souza Cabral, Osvaldo Bulcão Vianna e Waldemar Rupp; pelo PTB - Saulo Ramos; pe

¹⁸⁰ Com as eleições suplementares de 30 de março, Aroldo Carneiro de Carvalho passou a ser o 13º deputado eleito da UDN, em lugar do já empossado Ricarte de Freitas.

¹⁸¹ Diário da Tarde. Fpolis, 03.06.47, p.1

¹⁸² Diário da Tarde. Fpolis, 26.05.47, p.1

lo PRP - José Maria Cardoso da Veiga¹⁸³ pelo PSD - Antônio Nunes Varela, João Ribas Ramos, Orty de Magalhães Machado, João Estivalet Pires, Raul Schaeffer e Armando Calil. A diretoria eleita desta Comissão foi: Presidente - Antônio Nunes Varela, vice-presidente-João José de Souza Cabral e relator: João Ribas Ramos¹⁸⁴.

As normas pra os trabalhos da Comissão foram propostas por Bulcão Vianna. Ainda um udenista, o deputado João José de Souza Cabral, propôs a adoção da sistemática da Constituição de 35 na distribuição dos trabalhos, ou seja, a realização de sorteio das matérias a serem estudadas, pelos componentes da Comissão, cabendo ao final a cada um, um grupo de temas. A proposta foi aprovada.

Apresentados e discutidos os trabalhos parciais, foi o projeto da Constituição apresentado ao presidente da Assembléia a 02 de junho. Mandado para publicação em Diário Oficial e em números avulsos, o projeto não teve a divulgação necessária, sendo exclusivamente distribuído aos deputados e pessoas do governo, impedindo assim o acesso ao povo, aos intelectuais, à sociedade civil enfim, a seu texto, para

¹⁸³ Diplomado após os resultados do pleito suplementar realizado em 30 de março de 47. Diário da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina. Anol nº5. Fpolis, 16.04.47, p.1

¹⁸⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 23.07.47. p.2.

possíveis colaborações.

Tal prática, aliás, da não veiculação da Assembléia Constituinte, já vinha sendo desenvolvida desde 16 de maio, quando o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina deixou de publicar o anexo intitulado Diário da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina, o qual vinha publicando desde 1º de abril, atendendo a uma proposição levantada na Assembléia Constituinte pelo udenista Ricarte de Freitas e já prevista nos artigos 45, 46 e 47, do Regimento Interno da Assembléia¹⁸⁵.

A partir daquela data, as informações que se tinha sobre os assuntos tratados pela Constituinte Estadual ; eram veiculadas pelos jornais O Estado, A Gazeta e Diário da Tarde, que incluíram em suas colunas um relato diário das

¹⁸⁵ Capítulo IV - Das Atas

Art.45 - De cada sessão da Assembléia Constituinte lavrar-se-á além da ata destinada ao jornal oficial, ou tra resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão e submetida ao voto dos presentes.

Art.46 - O Jornal Oficial publicará cada dia a ata da sessão anterior, com os detalhes dos respectivos trabalhos.

Art.47 - Os documentos lidos em sessão serão mencionados na ata manuscrita, em resumo e transcrita no Jornal Oficial, de acordo com as disposições regimentais.

In: Diário da Assembléia Constituinte do Estado de Santa Catarina. Ano I nº14. Fpolis, 06.05.47 ;
p.3.

sessões na Assembléia. Tais colunas, nos primeiros jornais não vinham assinadas e no último o eram por Ari Belo e as análises e enxertos às discussões dos constituintes corriam sempre ao sabor das paixões partidárias defendidas pelos articulistas.

Muitas foram as reclamações da bancada udenista, no sentido do acesso à sociedade civil das discussões em pauta na Constituinte.

Num requerimento visando otimizar a publicação das sessões no Diário Oficial, João José de Souza Cabral, como justificativa à sua proposta, transcreveu o que a respeito da publicidade daqueles trabalhos disseram dois mestres do Direito Constitucional, no Império e na República, respectivamente, Pimenta Bueno e Aureliano Leal¹⁸⁶. Dizia o primeiro:

"A publicidade das sessões, e mesmo das comissões, é uma condição essencial e inseparável do sistema representativo; é necessário e justo que o País assista à discussão de seus negócios e interesses. Seria absurdo que o Governo ou as Câmaras quizessem ocultar a maneira por que cumprem o seu mandato aos olhos dos mandantes, ou roubar à Nação o conhecimento da marcha de sua vida política e administrativa.

Essa publicidade tão importante, porém, não resulta somente de franquear-se as galerias ao pe-

¹⁸⁶ Sessão de 18.06.47 da Assembléia Constituinte. In: Diário da Tarde. Fpolis, 20.06.47., p.4

queno número de ouvintes que possam ir assistir aos trabalhos, resulta principalmente, da reprodução sincera e integral das discussões, por via da imprensa e distribuição de impressos pelo País. É essencial que a publicação, seja sincera, pois que uma conta, ou reprodução infiel ou de má fé, ou ofenda aos representantes da Nação ou iluda a esta. Seria roubar a inviolabilidade moral, cometer uma calúnia contra os membros da Câmara. A publicação interessa também muito ao estudo das leis, fazendo conhecer as vistas e motivos delas.

Interessa ao crédito e segurança pública, dirige a opinião do País, leva a instrução e interesse dos negócios do Estado a todas as classes; é finalmente o melhor meio que os eleitores têm de avaliar os serviços dos seus eleitos e de inspirar-se a confiança nas leis¹⁸⁷

Na primeira sessão extraordinária da Constituinte estadual, realizada a 3 de julho, foi posto em votação o projeto de constituição, por capítulo e por secção, sendo as emendas de cada secção votadas separadamente¹⁸⁸.

Foi exatamente neste estágio final dos trabalhos da Constituinte, que a batalha surda que vinha sendo trava-

¹⁸⁷ BUENO, José Antônio Pimenta. DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO E ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO. Ed. J. VILLENEUVE. 1857, p.130. In: Diário da Tarde. Fpolis, 20.6.47.p.4.

¹⁸⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 04.07.47, p.1, 4.

da no plenário da Assembléia Legislativa Catarinense a três meses adquiriu seu real contorno. A bancada udenista, algumas vezes tendo em Saulo Ramos do PTB um aliado valioso, teve na bancada pessedista, majoritária, um inimigo forte não só numericamente, mas fiel e inquebrável à orientação do Governador Aderbal Ramos da Silva.

No afã de romper as amarras e reconstituir os quadros anteriores a 1930, as proposições udenistas, misturavam o liberalismo com a mensuração de forças com o grupo agora chefiado pelo Governador do Estado.

Nas sessões para a votação das emendas ao projeto de Disposições Transitórias¹⁸⁹, as emendas udenistas, em número de 127, foram em sua maioria rejeitadas pela facção majoritária¹⁹⁰, fato que levou aquela bancada a declarar na sessão de 17 de julho que não assinaria o ato das Disposições Transitórias¹⁹¹. A Constituição do Estado de Santa Catarina foi promulgada a 23 de julho de 1947.

Ainda durante os trabalhos finais da Constituinte, a grande crise que se delineava à nível nacional com a ameaça de cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pelo extinto partido comunista, agitou o legislativo catarinense. Cardoso da Veiga, do PRP, leu em

¹⁸⁹ Diário da Tarde, Fpolis, 18.07.47, p.1,4.

¹⁹⁰ Ver lista das mais polêmicas emendas apresentadas pela UDN e rejeitadas, em anexo.

¹⁹¹ Diário da Tarde. Fpolis, 18.07.47, p.1

plenário telegrama confirmatório de outro enviado ao Presidente da Assembléia por membro do Partido Comunista, solicitando a defesa da Constituição e da democracia, face aquelas ameaças¹⁹². Numa atitude de dignidade política, dá ciência ao plenário do apelo "apesar do PC ser dos maiores inimigos do PRP"¹⁹³.

Diante do mesmo fato, a bancada udenista deu mostra de maturidade política e de entendimento de que a hora era de defesa da plena democracia pela qual se empenhara em outubro de 45.

Antônio Carlos Konder Reis propôs, diante do veto ao prefeito do Rio de Janeiro submetido ao senado e não à câmara dos vereadores, o envio de telegrama ao presidente daquela Câmara com o seguinte teor: "A Assembléia Constituinte de Santa Catarina, no momento em que a 1ª. Câmara Municipal do Brasil sofre profunda lesão nos seus direitos, vem hipotecar irrestrita solidariedade aos nobres representantes do povo carioca, fazendo seus os protestos de todos aqueles que não concordam com a liquidação completa da autonomia do Distrito Federal"¹⁹⁴.

Após análise do telegrama, a bancada pessedista, através de seu líder, manifestou-se contrária a seu envio por não poder hipotecar solidariedade aquela casa composta

¹⁹² Diário da Tarde. Fpolis, 03.07.47, p.4

¹⁹³ Idem p.4.

¹⁹⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 05.07.47, p.1,4

na sua maioria por comunistas. Apesar dos protestos de Bulcão Vianna à "atitude reacionária e anti-democrática" e da observação de Saulo Ramos de que o que se passava no Rio de Janeiro merecer a atenção de todos os brasileiros, o envio do telegrama foi rejeitado sob o peso esmagador da maioria pessedista que sempre agia em bloco.

O que se conclui da ação dos partidos na Assembléia Constituinte e durante todo o período da primeira legislatura, foi que a luta pelo poder alcançou aí momentos marcantes.

Posicionado em bloco e obedecendo às diretrizes do Governador do Estado, por sua vez direcionado por Nereu Ramos, o PSD com a vantagem de ser maioria, bloqueava as ações da UDN, seu principal opositor. Este partido, por sua vez forçou na Constituinte o quanto pode as barreiras pessedistas, tentando desestabilizar suas propostas de permanência no poder. Votou a favor da criação do cargo de vice-governador do Estado¹⁹⁵, que não daria chance de ascensão, quando necessário, do presidente da Assembléia, onde o PSD contava com a maioria, ao governo; votou contra a emenda nº20 de Cardoso da Veiga que propunha a manutenção da mesma mesa durante todo o período de 47 após encerrarem-se os trabalhos da Constituinte¹⁹⁶, propôs a reintegração das forças depostas em

¹⁹⁵ Diário da Tarde. Fpolis, 18.07.47, p.1,4

¹⁹⁶ Diário da Tarde. Fpolis, 18,07.47, p.4

30; enfim, mostrou suas armas.

Na verdade, apesar da divergência em alguns aspectos que em síntese retrataram tão somente a luta pelo acesso ao poder, o que se pode observar nitidamente, foi a comunhão mal disfarçada dos principais partidos quanto aos seus interesses básicos.

As lutas foram travadas sempre no campo político-administrativo, ou seja, no terreno movediço da luta pelo poder. Quando a tônica passava a ser os interesses econômicos, o que se viu foi a imediata aliança, como, para citar um momento típico, na sessão de 02.06.47, na qual o deputado Waldemar Rupp, da UDN, após ler telegrama de fazendeiro de Lages, propôs, em função de ter se esgotado o prazo para a arrecadação do imposto territorial em 31.05. que o governo autorizasse a arrecadação daquele imposto durante todo o mês de junho, independente de qualquer ônus para os interessados. Tal proposta foi apoiada pelo peessedista Ribas Ramos, em nome de sua bancada.¹⁹⁷

O fato é que, a indetidade ideológica, ou por outra, a falta de uma explícita postura ideológica partidária que os caracterize e distingua um do outro, bem como, a indetidade dos interesses econômicos a defender, são os fatores predominantes para que se conclua que PSD e UDN, à nível nacional e mais especificamente em Santa Catarina, eram para usar uma expressão de Virgílio de Mello Franco "fari nha do mesmo saco".

¹⁹⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 03.06.47, p.1,4.

ANEXO I - ALGUMAS EMENDAS PROPOSTAS PELA UDN E REJEITADAS

EMENDA Nº1

Art. - A partir do ano de 1948 as Prefeituras Municipais equiparão os vencimentos dos seus professores aos dos que paga o Estado, respeitadas as devidas categorias. Autor: Artur Müller. Rejeitada por toda a bancada do PSD sem justificar a negativa.

EMENDA Nº10

Art. - Os oficiais da Polícia Militar do Estado que foram demitidos ou reformados por ato do Interventor nomeado após a revolução de 1930, serão readmitidos à sua corporação para efeito de reforma computando-lhe o período de afastamento de 1930 à data deste ano, até o máximo de 25 anos s/direito a diferença de vencimentos.

§ 1º - As famílias dos oficiais demitidos com a revolução de 1930 e já falecidos, se dará uma pensão.

§ 2º - Estende-se aos funcionários civís estaduais e municipais o disposto no art. e parágrafo primeiro.

§ 3º - O governo do Estado promoverá a melhoria dos vencimentos dos demais oficiais reformados até dezembro de 1946, de modo a não haver vencimentos inferiores a 700,00.

Autor: Bulcão Vianna. Rejeitada pelo PSD, com exceção do Cel. Lopes Vieira.

EMENDA Nº 26

Art. - Todos os atos do Poder Legislativo, atas de suas sessões, expediente, debates, discursos, leis, etc, serão obrigatoriamente publicados no corpo do Diário Oficial e juntamente com ele distribuídos, a fim de lograrem a mais ampla divulgação.

Autor: Osvaldo Cabral. Rejeitada pelo PSD.

Nota: Ribas Ramos disse que seu partido (PSD) votaria contra por ter o mesmo fundo político.

EMENDA Nº 40

Art. - A partir de janeiro de 1948, os vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina serão fixados em quantia não inferior a três quintos do que atualmente percebem os magistrados de igual categoria do Distrito Federal. Rejeitada pelo PSD.

EMENDA Nº 30

Art. - O Poder Executivo Estadual, dentro de seis meses da promulgação deste Ato, deverá abrir concorrência pública para a construção da usina hidro-elétrica do Rio Garcia com capacidade para o fornecimento de luz e força à Capital e seus distritos e aos municípios de São José, Palhoça, Biguaçu e Bom Retiro.

Autor: Bulcão Vianna. Rejeitada

EMENDA Nº 44

Art. - O Estado desistirá da desapropriação do prédio do antigo Partido Republicano Catarinense - PRC.

Autor: Paulo Fontes. Rejeitada

EMENDA Nº 49

Art. - O Estado providenciará no sentido de que seja criada a Universidade de Santa Catarina.

Autor: Antônio Carlos Konder Reis.

A emenda aprovada foi a que dizia ficar o Estado obrigado a "promover estudos" sobre a construção de uma Universidade.

EMENDA Nº 34

Art. - Passam para o plano rodoviário do Estado todas as Estradas do município de Florianópolis.

§ 1º - O Poder Executivo Estadual, em colaboração com o município, providenciará a elaboração de um plano de restauração das estradas existentes e a construção de novas, de sorte a ligar, entre si, todos os distritos e lugares aprazíveis da Capital, iniciando após, uma intensa propaganda tendente a transformar o município de Florianópolis em um centro de turismo.

§ 2º - O Poder Executivo Estadual em colaboração ainda com o Município, elaborará o plano de urbanização da Ca-

pital.

Autor: Konder Reis

Rejeitada pelos PSD - aprovada pela UDN e PTB.

3.4. As Eleições Municipais de 1947

Promulgada a Constituição Estadual, ficara estabelecido que as eleições municipais ocorreriam a 23 de novembro de 47, em todos os municípios, com exceção dos da Capital e de São Francisco do Sul, onde os prefeitos seriam nomeados pelo Governador e portanto, só seriam eleitos os vereadores.

Já no mês de julho, os partidos iniciaram suas convenções municipais para a escolha dos candidatos contando com representantes do Diretório Estadual ou do Municipal de Florianópolis.

Lançados os candidatos em todos os quarenta e cinco municípios, a UDN se lançou à campanha, desta vez contando novamente com o apoio do líder serrano Aristiliano Ramos, que, em nota publicada em agosto, em Lages, e transcrita nos jornais udenistas de todo o Estado, comunicava sua volta ao partido de acordo com "a nova orientação dada à secção catarinense da UDN, de molde a que a confiança possa ter ressurgido(...)" e num momento em que "(...) a nação se apresta para defender o regime democrático seriamente ameaçado(...)"¹⁹⁸. A nova orientação do partido era aquela es

¹⁹⁸ Região Serrana, Lages, 17.08.47, p.1, Diário da Tarde 20.08.47, p.1

tabelecida pelo Diretório Estadual a 20 de março, quando escolhera Irineu Bornhausen como seu presidente, em lugar do renunciante Adolpho Konder. Um novo líder se consolidava no partido, fazendo o jogo das duas antigas raposas que lutavam ainda entre si por uma liderança estadual já desgastada, embora de considerável efeito regional, como era o caso de Aristiliano Ramos na região serrana.

A campanha municipal teve seu epicentro uma vez mais na indefinição ideológica e no abuso das palavras de ordem destituídas da necessária credibilidade para o eleito.

Desfigurando toda uma postura democrática durante a constituinte e todo um discurso liberal com o qual acompanhou os episódios da intervenção na Prefeitura do Distrito Federal e da ameaça de intervenção em São Paulo como parte da campanha anti-comunista desencadeada pelo Governo Dutra¹⁹⁹, na qual se vislumbrava a possibilidade de estado-de-sítio a ser implantada com base nos movimentos políticos "perturbadores da normalidade institucional e do respeito à soberania popular manifestada nas urnas"²⁰⁰, a UDN se desnudou :

¹⁹⁹ Diário da Tarde, Fpolis, 14.05.47, p.1; 17.05.47. p.1 ;
19.05.47, p.1

²⁰⁰ Transcrito do Correio da Manhã do Rio de Janeiro, pelo Diário da Tarde. Fpolis, 14.05.47, p.1

Utilizando-se da mesma tática empregada pelo PSD na última campanha estadual, o partido que vinha tentando construir uma imagem de independência e de defesa dos postulados democráticos, mergulhou de cabeça no fácil apelo ao anti-comunismo²⁰¹. À denúncia de supostas alianças do PSD com o Partido Comunista, principalmente do apoio dado por aquele partido à candidatos específicos, como foi o caso do candidato à vereador de Florianópolis, Hamilton Ferreira²⁰², aliou as tradicionais denúncias de violências, subornos e coações realizadas pelo partido governista, endereçadas ao Presidente da República²⁰³, e às autoridades as mais diversas como o comandante da 5a. Região Militar, em Curitiba, o General Cordeiro de Faria²⁰⁴.

A ação da máquina governista foi incontestável, como não podia deixar de ser, num partido que ainda mantinha sua estrutura estadonovista preservada, apesar dos novos tempos. O erro tático foi da UDN que, ao utilizar-se da tática do inimigo, se desfigurou como partido e perdeu a chance de trazer para as suas fileiras uma nova faixa do eleitorado, mais à esquerda, compatível com a postura que começou a esboçar após as últimas eleições estaduais.

Ao final das apurações, dos quarenta e cinco

²⁰¹ Diário da Tarde. Florianópolis, de 17 à 21 de novembro de 1947.

²⁰² Idem

²⁰³ Diário da Tarde. Florianópolis, 20.11.47, p.1

²⁰⁴ Idem p.1

municípios, a UDN conseguiu eleger apenas cinco prefeitos e duzentos e oitenta e nove vereadores, contra trinta e oito prefeitos e quatrocentos e quarenta e cinco vereadores eleitos pelo PSD²⁰⁵.

Os Prefeitos eleitos pela UDN foram os seguintes:

PREFEITO ELEITO	MUNICÍPIO	Nº DE VOTOS
Afonso Ghizzo	Araranguá	3.725
Frederico Busch Jr.	Blumenau	4.377
José Kurtz	Caçador	1.439
Pedro Saut Jr.	Camboriú	715
João Colin	Joinville	5.303

Nos municípios em que a UDN fez Prefeitos, fez também a maioria dos vereadores à Câmara Municipal²⁰⁶.

Observe-se que, mais uma vez, seu inconformismo com as sucessivas derrotas virá à tona ao final das apurações, com denúncias de fraudes e toda a sorte de acusações contra seus candidatos, as quais, embora quase sempre com base em fatos reais, extrapolavam aos limites do bom senso.

²⁰⁵ TRE-SC - Mapa da apuração geral das eleições municipais realizadas à 23 de novembro de 1947. ANEXO.

²⁰⁶ Idem.

Um partido de elite, como era voz corrente e como os mais recentes estudos comprovam²⁰⁷, os udenistas, afora as fraudes apontadas às raias do esterismo, justificavam suas derrotas pela incultura do povo que, por ignorância, não consegue discernir qual o melhor partido. São exemplos deste pensamento, dois artigos pinçados do seu principal porta-voz na imprensa catarinense:... "Expurgue mos o eleitorado dos semi-analfabetos que nele pululam, e de outros elementos, sobretudo estrangeiros, que não se acham em condições de figurar no seu corpo (...) A instrução do eleitorado deve ser tarefa de todos os dias"²⁰⁸.

Justificando sua derrota nas eleições estaduais, o partido se manifestou: "... para a vitória do povo, no entanto, urge que se eleve a cultura das multidões e que se desperte no seio das massas os mais puros sentimentos cívicos. Em todas as cidades, em todos os lugares onde habitam pessoas instruídas, os udenistas venceram. Perderam no entanto, nesses recantos em que o eleitorado mal sabe assinar o nome, onde não há professores"²⁰⁹.

²⁰⁷ Vide os estudos citados de BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; SOUZA, Maria do Carmo Campello de; PICALUGA, Izabel Fontenelle e outros.

²⁰⁸ Diário da Tarde. Fpolis, 01.02.47, p.1

²⁰⁹ Diário da Tarde. Fpolis, 20.06.47, p.1

A campanha em prol da alfabetização desenvolvida pela UDN e que teve em Aroldo Carneiro de Carvalho seu defensor na Constituinte, tinha o objetivo mais ingênuo do que pragmático de que, instruído, o povo entenderia os objetivos do partido. Era como se o processo de alfabetização e melhoria cultural de um povo não fosse lento e, por outro lado, como se aliado a este projeto, louvável em sua essência, não fosse a adequação de suas propostas e ações aos anseios populares, a chave equacionadora dos seus maus resultados nas urnas.

Numa posição apertada, mas de oposição ativa e vivente, foi como se manteve o principal partido oposicionista, durante o governo Aderbal Ramos da Silva. As denúncias aos atos praticados pela administração estadual e as administrações municipais eram frequentemente lidas na Assembléia Legislativa²¹⁰.

À oposição tudo era vetado pelo Governo como afirmou Waldemar Rupp em discurso na Assembléia Legislativa em outubro de 49: "em verdade, nestes últimos anos, no que tange aos hábitos políticos do Executivo, nada mudou, de vez que saímos de uma ditadura pessoal, para entrarmos numa ditadura partidária (...) (na qual) os dinheiros e bens públicos são propriedades desse partido (...)"²¹¹.

²¹⁰ Sessão da Assembléia Legislativa de 29.09.49. In: Diário da Tarde. Fpolis, 01.10.49. p.4.

²¹¹ Diário da Tarde. Fpolis, 13.10.49, p.1, 2, 4.

E a crítica continuava, dando conta de que, tal mentalidade levava às conseqüências práticas as mais lamentáveis, afetando mesmo a distribuição da ajuda enviada por órgãos federais ao Estado: "... desde o veneno destinado ao extermínio do gafanhoto até a distribuição de sementes de trigo em muitos municípios tem servido de veículo à propaganda político-partidária"²¹².

3.5. As Eleições Municipais de 1949

Pela Lei Estadual nº247 de 30 de dezembro de 1948, foram criados os municípios de Capinzal, Ituporanga, Massaranduba²¹³, Piratuba, Taió, Tangará e Turvo.

Para a efetivação da regularidade administrativa de tais municípios, o Tribunal Regional Eleitoral fixou data e baixou instruções para a realização de eleições para Prefeito e Vereadores dos novos Municípios²¹⁴. A data fixada para as e -

²¹²Diário da Tarde. Fpolis, 13.10.49, p.4

²¹³O município de Massaranduba teve a sede transferida para o distrito de Guaramirim, passando a denominar-se Município de Guaramirim pela lei nº295 de 18.08.49 assinada por José Boaid, presidente da Assembléia Legislativa e Chefe do Governo em exercício. (Resenha Eleitoral. Fpolis, Ano I nº8, agosto de 1949, p.3).

²¹⁴TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. Resolução nº 3397. RESENHA ELEITORAL. ano I nº5, maio 1949, p.14, 15.

leições foi 11 de setembro e o número de candidatos para os cargos de vereadores foi fixado em sete. Na resolução do TRE prevista também a realização concomitante de eleições no município de Laguna para o preenchimento de uma vaga de vereador, para a qual foi fixado em dois, o número de concorrentes.

Em todos os municípios, com exceção de Capinzal, onde só o PSD apresentou candidatos, e de Turvo, onde só apresentou candidatos à Câmara Municipal, o partido oposicionista criou novos diretórios e concorreu aos cargos em disputa.

Os resultados mostraram uma vitória esmagadora do partido governista ²¹⁵, com exceção do município de Tangará onde a UDN elegeu o Prefeito Alberto Milton Menezes, com 744 votos e o vereador Antônio Teixeira Pinto, com 347 votos num total de 1445 votantes²¹⁶.

²¹⁵RESENHA ELEITORAL. Florianópolis, TRE, ano I, nº10, outubro de 1949, p.11, 17 e nº11, novembro 1949, p.13, 19.

²¹⁶Ibidem.

CAPÍTULO IV

A CONQUISTA DO PODER

IV - A CONQUISTA DO PODER

1. As Eleições de 1950

1.1. Antecedentes

1.1.1. O Quadro Nacional

Já em meados de 1948, Adolpho Konder denunciava no Rio de Janeiro o acordo inter-partidário como completamente fracassado. "Acirram-se os ânimos, acenderam-se as rivalidades, desabrocharam as ambições, recrudesceu a guerra entre as organizações partidárias rivais... faltou ao ajuste o clima de sinceridade e confiança; falhou por imprudência da UDN e malandrice na chefia do PSD"¹

A coalisão partidária engendrada pelo governo Dutra, esbarrava cada vez mais nas exigências hegemônicas do PSD. O ano de 1949 chegou ao fim sem que a Comissão interpartidária tivesse chegado a um acordo sobre qual seria o candidato de "coalisão nacional" a ser lançado para as eleições de 1950 que se aproximavam.

"As protelações na decisão sobre tal candidatura tiveram seu desfecho com o golpe às esperanças udenistas dado pela chamada "formula Jobim". Tal fórmula, articulada pelo governador gaúcho Walter Jobim e que consistia na "união de to-

¹ Diário da Tarde. Fpolis, 02.07.48. p.1

das as concorrentes políticas leais ao regime"², teve a imediata adesão das principais correntes envolvidas na sucessão, de Dutra à Vargas, passando pelo populista Adhemar de Barros e foi denunciada na Câmara pela UDN como proporcionadora do esvaziamento do acordo inter-partidário³. Ora, enquanto se discutia a proposição da emenda Jobim, ganhava-se tempo, o que era fundamental para as pretensões hegemônicas do PSD re- vigorado por sua aproximação com os trabalhistas de Salgado Filho e, por tabela, com Vargas, e feriam de morte as esperanças udenistas.

A postura de oposição cordial assumida pela UDN no governo Dutra e o inesperado (para o partido) desfecho da coalisão partidária, trouxeram para o partido da "eterna vigi- lância" um desequilíbrio fundamental. Descaracterizado em sua proposta oposicionista, o partido perdera a coesão interna bem como, para o eleitorado, perdera em credibilidade. As barreiras a serem superadas para se mobilizar o eleitorado, seriam, a partir destes fatos, bem maiores. Começava a se delinear um estigma que a UDN levou atrelado a seu nome durante toda a sua vida ativa: ruim de voto.

Dividida entre os "realistas" (que lutaram pela candidatura de "união nacional" até os limites impostos pela dinâmica eleitoral) e os "intransigentes" que acreditavam na

² SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Rio, Civilização Brasileira, 1978, p.45.

³ Ibidem.

reedição da "campanha do lenço branco", a UDN lançou na Convenção Nacional de 12 de maio de 1950, a candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República, tendo como vice o recém eleito presidente do partido Odilon Braga⁴. Tal candidatura foi apoiada pelo Partido Libertador, de Raul Pilla e pelo Partido de Representação Popular, do ex-integralista Plínio Salgado.

Fadada ao insucesso, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes foi relançada com base no discurso conservador e moralizante, típico do partido e com uma proposta econômica a qual segundo BENEVIDES "ao contrário da política industrializante preconizada por Getúlio (...) sugere, prioritariamente, medidas deflacionárias e estabilizadoras, "parapoupar à grande massa de consumidores os sacrifícios sem conta da alta crescente dos preços que a empobrece dia a dia"⁵. Mas, com o partido sem credibilidade, dividido entre o chamado "realismo conciliatório" e o radical anti-getulismo que fora sua bandeira desde 45, foi difícil atrair o eleitorado, e a UDN, mais uma vez, saiu derrotada. Agora pelo velho candidato que derrubara a 29 de outubro de 45, o qual trouxe para a campanha os temas novíssimos da industrialização e das questões sociais por ela suscitadas, os quais desestabilizaram não só a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes como a de

⁴BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit. p.78-9.

⁵Ibidem

Cristiano Machado, do PSD, levando o eleitorado deste último partido a sufragar, juntamente com o PTB o nome de Getúlio Vargas nas eleições de 3 de outubro de 1950 à Presidência da República.

1.1.2. O Quadro Estadual

No último ano do governo pessedista de Aderbal Ramos da Silva, as articulações para o lançamento de candidatos ao Senado, à Câmara Federal, à Assembléia Estadual e às câmaras municipais pelos partidos catarinenses, iniciaram-se pelo próprio partido governista.

Aderbal Ramos da Silva, obrigado por problemas de saúde a afastar-se do governo, o qual foi exercido pelo presidente da Assembléia Legislativa José Boabaid⁶, não conseguiu, até esta época, consolidar-se no papel de substituto de Nereu Ramos em terras catarinenses. Por este motivo, e também desanimado com os acontecimentos na reunião do Diretório Nacional que sufragara o nome de Cristiano Machado em lugar de sua almejada candidatura à Presidência da República, Nereu Ramos chegou ao Estado à 18 de junho⁷, atropelando a Convenção Estadual do PSD já marcada para aquele fim

⁶ Por motivos de saúde, o governador se afastou do cargo de 20 de janeiro à 22 de fevereiro de 1948. À 3 de julho do mesmo ano, se afastou do cargo indo para a Suíça em tratamento médico. Em seu lugar, nos dois períodos, ficou o presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Em 31 de dezembro de 1949, Aderbal Ramos da Silva já restabelecido, reassumiu o governo Catarinense.

⁷ O Estado. Florianópolis, 18.05.50, p.1.

de semana⁸, e que acabou sendo transferida para o fim de semana seguinte⁹ a espera de orientação do chefe supremo.

Na Convenção Estadual de 25 de junho de 1950, o PSD lançou o nome do ex-Interventor Federal Udo Keeck como seu candidato ao Governo do Estado e os de Nereu Ramos e João David Ferreira Lima para o Senado.

Já a UDN, que a nível estadual manteve uma postura de feroz oposição ao Governo pessedista, se lançou nesta campanha consciente de que, para vencer, era preciso superar os escrúpulos e partir para coligações e alianças eleitorais. O inimigo era forte e organizado e o partido oposicionista, saído de sacreditado do Governo Dutra, não podia contar com uma grande mobilização de seu eleitorado, desgastado pelos reflexos dos desvios na orientação partidária.

Na Convenção Estadual de 2 de julho, foi lançado o nome de Irineu Bornhausen ao Governo do Estado¹⁰. Já em seu primeiro discurso, na Convenção, Irineu, que vinha trabalhando não só suas bases fixadas no vale do Itajaí, mas também nas demais regiões do Estado, como presidente do partido, voltou aos temas que priorizara em 47. A abertura de novas estradas e a melhoria das já existentes como forma de estimular a produção no Estadó; a instalação de novas usinas para a produção de energia elétrica, o objetivo de criar a Universidade de Santa Catarina,

⁸O Estado. Florianópolis, 31.05.50, p.1.

⁹O Estado. Florianópolis, 21.05.50, p.1.

¹⁰Diário da Tarde. Florianópolis, 04.07.50, p.1, 4

bem como a agricultura, foram os temas básicos de seu discurso¹¹.

A 23 de julho em Convenção Estadual, o PTB escolheu Carlos Gomes de Oliveira como seu candidato ao Governo do Estado¹².

A 27 de julho foi a vez do Partido de representação Popular apoiar o candidato udenista, como fizera à nível federal, lançando candidatos próprios apenas à Assembleia Legislativa¹³.

Dois dias depois, em Convenção Estadual, o Partido Social Progressista, dirigido por Manoel Pedro da Silveira e que, à nível federal apoiou Vargas, recomendou o nome de Irineu Bornhausen a seu eleitorado¹⁴, seguindo na mesma orientação o Partido Democrata Cristão e o Partido Libertador¹⁵.

A grande polêmica do período e que acabou decidindo as eleições no Estado, foi gerada pelo conflito entre a direção Nacional e a Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, quanto ao apoio astutamente angariado por Irineu Bornhausen junto à cúpula petebista catarinense.

Sabendo ser o PTB o fiel da balança, também à nível estadual, ou seja, sabendo ser o eleitorado petebista deci-

¹¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 04.07.50, p.1,4.

¹² LENZI, C.A.S. Op. cit. p.235.

¹³ Ibidem, p.236.

¹⁴ Diário da Tarde. Florianópolis, 29.08.50, p.1

¹⁵ Diário da Tarde. Florianópolis, 06.09.50, p.4.

sivo para a obtenção da vitória no pleito que se aproximava, a UDN iniciou logo após a Convenção daquele partido, as demarches com o objetivo de atraí-lo para as suas fileiras. Do diretório municipal de Joinville partiu a indicação do apoio ao nome de Carlos Gomes de Oliveira ao senado pela UDN, em troca do apoio daquele partido à candidatura de Irineu Bornhausen.

Neste sentido foram trocadas correspondências entre os presidentes dos dois partidos.

A Carta enviada pelo Presidente em exercício da UDN dizia:

"Florianópolis, 1 de setembro de 1950

Exmo. Sr. Dr. SAULO RAMOS

DD. Presidente do PTB, Secção de Santa Catarina

Cumpro o grato dever de comunicar a Vossa Excelência que o Diretório Estadual da UDN, secção de Santa Catarina resolveu não apresentar candidato ao cargo de Senador e apoiar nas urnas a 3 de outubro, o nome do ilustre catarinense Dr. Carlos Gomes de Oliveira digno candidato do PTB.

E o fez não só atendendo à solicitação do Diretório Udenista de Joinville, em favor do digno filho daquele município, mas, figura do Dr. Carlos Gomes de Oliveira e à simpatia que o seu nome despertou entre os Partidos coligados em torno da candidatura do preclaro Sr. Irineu Bornhausen, com objetivos comuns, ou seja, a máxima atenção para os problemas fundamentais da administração, da economia de Santa Catarina, da assistência às clas

ses trabalhadoras e dentro de um alto espírito de tolerância e concórdia entre os catarinenses.

Saudações Democráticas

Paulo Fontes-Presidente em exercício¹⁶

A resposta petebista, coroou as pretensões da

UDN:

"Florianópolis, 1 de setembro de 1950

Exmo.Sr. Dr. Paulo Fontes

DD. Presidente em exercício da UDN, secção de Santa Catarina

A Comissão Executiva Estadual, em reunião extraordinária, tomou conhecimento do ofício datado de hoje, em que Vossa Excelência comunica que a UDN resolveu não apresentar candidato ao cargo de senador e apoiar nas urnas a 3 de outubro o nome do ilustre catarinense Dr. Carlos Gomes de Oliveira, digno candidato do PTB. E o fez além de outras razões que muito honram o nosso partido, considerando os objetivos comuns dos demais partidos coligados ou seja, "a máxima atenção para os problemas fundamentais da administração da economia de Santa Catarina, da assistência à classe trabalhadora dentro de um alto espírito de tolerância e concórdia entre os catarinenses". Penhorados por esse alto gesto da UDN e dos demais partidos coligados, não poderíamos deixar de corresponder a essa demonstração de simpatia com uma atitude de idêntica cordialidade.

Assim, temos o prazer de comunicar a Vossa Exce -
lência que a Comissão Executiva, após ter ouvido
a Direção Nacional do PTB, resolveu recomendartam
bém, aos sufrágios dos trabalhistas o nome do dig
no Sr. Irineu Bornhausen aquele cargo.

Cumpre-nos ainda, informar a Vossa Excia. que o
mesmo diretório resolveu não apresentar candidato
ao cargo de suplente ao senado, a fim de que pos-
sa a UDN com os demais partidos coligados indicar
o respectivo nome que também sufragaremos.

Apresentamos a V.Excia. protestos do mais elevado
apreço e consideração.

(As) Saulo Ramos- Presidente da Comissão Executi-
va Estadual.

Rafael Cruz Lima - Secretário Geral em exer-
cício¹⁷

Sendo o PTB, como já nos referimos, o fiel da ba
lança para as eleições, tal apoio ostensivo incomodou e muito ao
PSD, o qual agiu junto ao diretório petebista no sentido de anu
lar o acordo PTB-UDN, forçando Carlos Gomes de Oliveira a não a
ceitar sua candidatura ao senado, evitando assim a derrota de
Nereu Ramos.¹⁸

¹⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 04.09.50, p.1

¹⁸ Diário da Tarde. Florianópolis, 14.09.50, p.1

A negativa do candidato petebista deflagrou a intervenção no Diretório Estadual daquele partido a 15 de setembro por uma Comissão composta por elementos de confiança do Diretório Nacional e contrários ao acordo com a UDN, composta por: Domingos Manoel de Borba, Presidente do Diretório de Blumenau; Octacílio Nascimento, Vereador pelo PTB em Blumenau; Domingos Fernandes de Aquino, Tesoureiro do Diretório Regional; Pedro Amorim, Presidente do Diretório de Camboriú; Hercílio Amante, Secretário do Diretório de Criciúma; Alfredo S. Pereira, de Joinville; Acácio Z. da Silva, de Biguaçu, e Pedro Vergara¹⁹

Como resultado dos acordos que levaram a candidatura ao Governo do Estado a ser apoiada por uma coligação partidária, a UDN não só lançou o nome de Carlos Gomes de Oliveira ao Senado, como lançou os nomes de Jorge Lacerda, do PRP e de Manoel Pedro da Silveira do PSP à Câmara Federal. Lançou também os nomes dos partidos coligados à Assembléia Legislativa Estadual.

Assim, a chapa registrada pela UDN no Tribunal Regional Eleitoral para as eleições de 3 de outubro de 1950 era a seguinte:

Para Governador: Irineu Bornhausen

Para Deputados Federais: Adolpho Konder; Afonso Guilhermino Wanderley Jr.; João Bayer Filho; Manoel Pedro da Silveira; Jorge Lacerda; Aristiliano Ramos; Max Tavares D'Amaral; Frederico Gui-

¹⁹O Estado. Florianópolis, 15.09.50, p.1

lhermê Busch Jr; Plácido Olímpio de Oliveira; Heriberto Hulse e Waldemar Rupp. Para Deputados Estaduais: Osvaldo Bulcão Vianna; Alcebíades Valério de Souza; Paulo de Tarso da Luz Fontes; Martinho Calado Júnior; Manoel Donato da Luz; João José de Souza Cabral; Newton da Luz Macuco; Custódio Francisco de Campos; Américo Silveira D'Avila; Waldemar Luz, Francisco Mascarenhas; João Herbert Colin; Horácio Rebello; Luiz de Souza; Renaux Cubas; Pedro Paulo Flenix; Ramiro Emerenciano; Antônio Carlos Konder Reis; Álvaro Cesar Beduschi; Herbert Georg; Aquiles Balsini; Clodovico Moreira; José da Luz Fontes; Fernando Ferreira de Mello; Francisco Gottardi; Nelson Rosa Brasil; Oswaldo Rodrigues Cabral; Antônio Barros Lemos; Dante Heroico de Patta; João Caruso Mac Donald, Manoel Lobão de Queiroz; Ney de Aragão Paz; Álvaro Luiz Bocaiuva Catão; Frederico Klertten; Romeu Sebastião Neves; Celso Ramos Branco; Waldir Ortigari; Enedino Batista Ribeiro; Júlio Arquimedes de Souza; Romano Massignann; Ricarte de Freitas; Mário Orestes Brusa e Geraldo Mariano Günther²⁰.

Para o pleito municipal, dos quarenta e cinco municípios em que se compunha o Estado, a UDN não lançou candidatos à prefeitura apenas nos municípios de Concórdia, Chapecó e Videira.

Concorreu com candidatos em coligação em Brusque

²⁰ T.R.E.S.C. (out. de 1950) Resenha Eleitoral. Ano II nº22
Fpolis, p.12.

(PTB-UDN-PSP); Curitibanos (PTB-UDN); Jaguaruna (PSP-UDN-PTB) ; Orleans (PTB-UDN-PRP-PSP).

Os prefeitos de Florianópolis e São Francisco do Sul eram de livre nomeação do Governador.

Na campanha desenvolvida mais em torno de nomes do que propriamente das siglas partidárias, organizada de forma que a máquina do banco Inco foi colocada a todo o vapor na cabala dos votos para Irineu Bornhausen e os candidatos udenistas, o ainda "partido do brigadeiro" contou a seu favor com fatores extremamente desestabilizantes para o seu principal opositor, o PSD.

O afastamento de Aderbal Ramos, por um longo período do Estado e o envolvimento de Nereu com a política nacional, articulando do Rio de Janeiro as ações do partido em Santa Catarina, de um certo modo enfraqueceram o PSD sem que as lideranças se dessem conta. A certeza da vitória, fez o partido lançar o nome inexpressivo de Udo Deeke, ex-Interventor Federal e ex-Secretário de Obras do Governo, representante da região de Blumenau, mas que não possuía carisma pessoal. Nas palavras do udenista Eduardo Santos Lins "um homem muito sem saborão" (...) que só uma inexplicável lógica interna da cúpula pessedista poderia lançar como seu candidato do Governo Estadual"²¹.

²¹ LINS, Eduardo Santos. Florianópolis, 1984. Entrevista concedida à autora.

A religião protestante professada pelo candidato fez também , com que a igreja católica tomasse partido de Irineu Bornhausen.

De toda a campanha, o mais importante comício , foi o organizado pelo PTB a 19 de setembro em Florianópolis²² . Vargas compareceu para recomendar as candidaturas de Udo Deeck e Nereu Ramos, fruto de acordo selado no palácio do governo de Santa Catarina, do qual também participou o Governador Aderbal Ramos da Silva, que hipotecou solidariedade a Vargas em troca daquela recomendação ao eleitorado trabalhista²³ . Ladeado por Carlos Gomes de Oliveira, Vargas indicou os nomes dos candidatos pessedistas. Diante da reação negativa da platéia, Vargas se manifestou: "seja qual for o livre resultado do pleito, eu respeitarei, se eleito Presidente da República, o veredictum popular e apoiarei o candidato eleito, pois o povo é livre para eleger os seus legítimos governantes"²⁴ . A interpretação da oposição e de seu eleitorado foi a de que Vargas deu liberdade para o eleitorado votar e escolher o futuro governador de Santa Catarina, ao qual, uma vez eleito Presidente da República, daria o seu franco apoio. Tal interpretação foi largamente difundida por petebistas e udenistas.

Assim, as maquinações de Nereu Ramos, chamado de traidor por ter abandonado a candidatura pessedista de Cristiano Machado e por ter maquinado junto ao PTB através do gaúcho

²² Diário da Tarde. Florianópolis, 21.09.50, p.4.

²³ Idem p.4.

²⁴ Idem p.4.

Batista Luzardo e de seu irmão Hugo Ramos, junto à direção nacional do PTB em favor da intervenção no diretório catarinense, voltaram-se contra sua candidatura, como os resultados das urnas vieram a comprovar.

1.2. - 3 de Outubro de 1950: A Oligarquia Konder-Bornhausen Chega ao Poder

As apurações dos votos no Estado de Santa Catarina, deram a vitória, para o Governo Estadual e Senado Federal, aos candidatos da UDN. Irineu Bornhausen, o grande articulador do grupo de poder que de 1950 em diante ficou conhecido como a oligarquia Konder-Bornhausen, chegou ao poder com uma diferença de vinte e sete mil, quatrocentos e sete votos (27.407) a mais do que Udo Deeck, o candidato pessedista. A vitória se deu em todas as regiões em que estava dividido o Estado, com exceção da zona de Campos de Lages, tradicional reduto da família Ramos²⁵.

Carlos Gomes venceu Nereu Ramos para o Senado numa diferença de 32.654 votos, bem como, Antenor Taulois de Mesquita venceu João David Ferreira Lima por uma diferença de 31.128 votos, ambos sendo derrotados apenas na tradicional zona de Campos de Lages e na zona Oeste²⁶.

²⁵ RESENHA ELEITORAL. Florianópolis, T.R.E. ano III, nº25-26, jan.fev., 1951, p.7.

²⁶ RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico, Florianópolis, Tribunal Regional Eleitoral, ano I nº6, nov-dez, 1960, p.47,49.

Nas eleições para a Câmara Federal, a UDN elegeu quatro deputados, número idêntico ao conseguido pelo PSD, embora tenha obtido maioria apenas em três das oito zonas, ou seja, as do litoral do São Francisco do Sul, Bacia do Itajaí e Rio do Peixe. Os deputados eleitos foram: Afonso Wanderley Júnior; Jorge Lacerda; Plácido Olímpio de Oliveira e Waldemar Rupp²⁷.

Na Assembléia Legislativa, a UDN fez treze deputados, contra dezoito do PSD, obtendo maioria também apenas nas três zonas em que obteve para a Câmara Federal²⁸.

Os deputados estaduais eleitos pela UDN em 1950 foram, por ordem de votação: João Herbert Colin, Antônio Carlos Konder Reis, Celso Ramos Branco, Paulo de Tarso da Luz Fontes, Antônio Barros Lemos, João José de Souza Cabral, Romano Massignan, Clodorico Moreira, Oswaldo Rodrigues Cabral, Osvaldo Bulcão Vianna, Frederico Kuerten, Renaux Cubas e Luiz de Souza.

Foram eleitos vinte e nove suplentes, contra trinta e quatro eleitos pelo PSD.

²⁷ RESENHA ELEITORAL. Exemplos Estatístico. Florianópolis, Tribunal Regional Eleitoral, ano I, nº6, nov.dez., p.52.

²⁸ Ibidem, p.58.

Nas eleições municipais, a exceção dos municípios de Florianópolis e São Francisco do Sul onde os Prefeitos eram nomeados pelo Governador, a UDN elegeu dezenove Prefeitos, concorrendo sozinha e mais cinco em coligação, contra dezesseis eleitos pelo PSD e dois eleitos pelo PTB²⁹. Obteve maior número de votos nas zonas do litoral do São Francisco do Sul, Bacia do Itajaí e Canoinhas. Elegeu 190 vereadores, sendo um em coligação, contra 210 do PSD, sendo um em coligação, 24 do PTB, 1 do PRP e 6 do PSP³⁰.

Nas eleições presidenciais a maioria dos sufrágios foi dada, também no Estado, a Getúlio Vargas.

²⁹ RESENHA ELEITORAL. Florianópolis, TRE, ano III, jan-fev. 1951, p.9-34.

³⁰ Ibidem p.34.

ANEXO I

DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1950. MUNICÍ-
PIOS QUE COMPÕEM CADA ZONA

ZONA DO LITORAL DO SÃO FRANCISCO DO SUL - Araquari, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul

ZONA DA BACIA DO ITAJAÍ - Blumenau, Brusque, Gaspar, Ibirama, Indaial, Itajaí, Rio do Sul, Rodeio e Timbó.

ZONA DE FLORIANÓPOLIS - Biguaçu, Florianópolis, Camboriú, Nova Trento, Palhoça, Porto Belo, São José e Tijucas.

ZONA DE LAGUNA - Araranguá, Criciúma, Imaruí, Jaquaruna, Laguna, Orleans, Tubarão, e Urussanga.

ZONA DE CANOINHAS - Canoinhas, Mafra e Porto União.

ZONA DO RIO DO PEIXE - Caçador, Concórdia, Joaçaba, Videira.

ZONA OESTE - Chapecó.

ZONA DOS CAMPOS DE LAGES - Bom Retiro, Campos Novos, Curitiba-
nos, Lages e São Joaquim.

Governador - Legendas obtidas pelos partidos

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	PSD	UDN
Litoral de São Francisco do Sul	9.620	12.863
Bacia do Itajaí	21.520	31.751
Florianópolis	20.219	21.063
Laguna	18.690	23.969
Canoinhas	6.623	8.528
Rio do Peixe	8.994	13.480
Oeste	5.319	6.737
Campos de Lages	16.410	13.655
TOTAL	107.395	132.046

Fonte: RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico.
 Florianópolis. TRE, ano I nº 6, nov/dez.
 1960, p.47,49.

SENADOR

DIVISÃO REGIONAL ZONAS	SENADOR		SUPLENTE	
	PSD	UDN	PSD	UDN
Litoral S.F.do Sul	8.282	17.144	8.262	17.143
Bacia Itajai	19.550	35.761	19.559	35.749
Florianópolis	20.253	20.704	20.247	20.704
Laguna	21.676	23.997	21.673	23.944
Canoinhas	7.850	13.070	7.848	12.907
Rio do Peixe	12.334	16.670	12.332	15.353
Oeste	5.170	4.559	5.170	4.560
Campos de Lages	16.764	12.628	16.764	12.623
TOTAL	111.879	144.533	111.855	142.983

Fonte: RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico.

Florianópolis. TRE, ano I nº 6, nov/dez.

1960, p.47,49.

DIVISÃO REGIONAL ZONAS	CÂMARA			ASSEMBLÉIA					
	PSD	UDN	PTB	PSD	UDN	PTB	PRP	PSP	
Litoral S.F. do Sul	9.364	12.735	3.273	8.248	12.354	3.502	643	1.089	
Bacia do Itajai	21.508	27.597	8.117	22.183	21.617	8.762	4.994	483	
Florianópolis	20.359	15.797	4.538	20.471	15.622	3.355	712	792	
Laguna	21.455	15.761	8.480	20.960	13.168	8.321	3.672	83	
Canoinhas	8.228	8.077	4.672	9.346	5.150	4.636	2.364	251.	
Rio do Peixe	12.438	13.612	3.209	12.820	9.393	2.944	1.107	3.508	
Oeste	5.613	4.042	2.149	5.111	300	2.982	2.319	1.089	
Campos de Lages	16.124	11.721	1.890	14.712	10.798	2.039	248	1.744	
TOTAL	115.089	109.343	36.328	113.851	88.402	36.547	16.059	9.039	

Fonte: RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico, p.52, 58

PREFEITURA MUNICIPAL - LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	PSD	UDN	PTB	PRP	PSP
Lit. do S. Fco do Sul	3.888	10.122	4.171		
Bacia do Itajai	17.455	27.947 ^{*1}	3.624	2.498	
Florianópolis	9.380	7.479	655		
Laguna	20.591	18.934 ^{*2}	2.591		
Canoinhas	5.902	6.124	3.177		
Rio do Peixe	9.621 ^{*3}	6.417	967	294	4.750
Oeste	5.216	-	6.761		
Campos de Lages	15.899	13.523 ^{*4}			
TOTAL	87.952	90.546	22.946	592	4.750

*1 - Incluindo votos da aliança PTB-UDN-PSP ocorrida em Brusque

*2 - Incluindo votos da aliança PSP-UDN-PTB em Jaguaruna; PTB-UDN em Orleans;
PTB-UDN-PRP-PSP em Tubarão e UDN-PTB-PRP-PSP em Urussanga.

*3 - Incluindo votos da aliança PTB-UDN em Curitibaanos.

*4 - Incluindo votos da aliança PSD-PTB em Caçador e PSP-PRP em Videira.

RESENHA ELEITORAL. Florianópolis, TRE, ano III, jan/fev 1951 p. 9-34

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1950
RESULTADOS FINAIS POR MUNICÍPIO E POR PARTIDO

MUNICÍPIO	PREFEITO	PARTIDO	VEREA DORES ELEI- TOS	PSD	UDN	PTB	PRP	PSP
Araquari	Itamar B. Cordeiro	PSD	7	5	2			
Araranguá	Walter Belinzoni	UDN	13	6	7			
Biguaçu	Cantídio V. Bernardino	UDN	9	5	4			
Blumenau	Hercilio Deeck	UDN	13	4	7	2		
Bom Retiro	Flares Figueiredo	UDN	11	5	6			
Brusque	Mário Olinger	PRB-UDN-PSP	11	4	3	4		
Caçador	Pedro Castelli	UDN	9	5	4			
Camboriu	Francisco Barreto	UDN	7	3	4			
Campo Alegre	Carlos Brandes	UDN	7	3	4			
Campos Novos	Gasparino Zorzi	PSD	11	6	4	1		
Canoinhas	Benedito Terezio de Carvalho	UDN	13	5	5	3		
Concordia	Atilio Fontana	PSD	11	7	4			
Chapecô	José Miranda Ramos	PTB	13	7	1	3	1	1
Criciuna	Paulo Preis	PSD	11	4	3	3	1	
Curitibanos	Lauro Antônio da Costa	PTB-UDN	9	5	4			
Florianópolis	Paulo Fontes	Indicado p/Gov.	15	8	5	2		
Gaspar	Júlio Schramm	UDN	7	3	4			
Ibirama	Max Meldola	UDN	9	3	4	2		
Imarui	Pedro Manoel Albino	PSD	7	5	2			
Indaial	Marcus Rauh	PSD	7	3	4			
Itaiópolis	Alexandre Ricardo Morell	PSD	7	5	2			
Itajai	Paulo Bauer	PSD	13	6	6	1		
Jaguaruna	José C. Pereira	PSD	7	5	+PSR	PTB=2		
Jaraguá do Sul	Arthue Müller	UDN	11	3	7	1		
Joaçaba	José Waldomiro Silva	UDN	11	4	5	2		
Joinville	Rolf Colin	UDN	13	4	7	2		
Laguna	Paulo Carneiro	PSD	11	6	3	2		
Lages	Osny de Medeiros Regis	PSD	13	7	5	1		
Mafra	Frederico Heyse	PSD	11	6	3	2		
Nova Trento	João Bayer Sobrinho*	UDN	7	3	4			
Orleans	Luiz Mazon	PTB-UDN	11	5	2	4		
Palhoça	Ary Valdemiro Wagner	PSD	11	6	5			
Porto Belo	Leopoldo José Guerreiro	PSD	7	4	3			
Porto União	Alfredo Matzler	PSD	9	4	3	2		
Rio do Sul	Waldemar Bornhausen	UDN	13	4	6	3		
Rodeio	Heitor Beninga	UDN	7	2	5			
São Bento Sul	Alfredo Diener	UDN	7	-PTB=3	4			
São Fc9 do Sul	Alfredo Darcy Addison	Indicadi p/Gov	9	4	3	2		
São Joaquim	Ismael Nunes	UDN	9	4	5			
São José	Silvestre F. Philippi	PSD	9	5	4			
Tijucas	Zeferino Carvalho Neto	PSD	11	6	4	1		
Timbó	Walter Müller	UDN	7	3	3		1	
Tubarão	Arnaldo Bittencourt	PTB+UDN+PRP+PSE	13	6	5	2		
Urussanga	Dionísio Piloto	UDN+PTB+PRP+PSE	7	4	3			
Videira	Antônio Francisco Gaio	PTB	11	5				6

* O prefeito eleito pela UDN faleceu em 05 de setembro.

Foram Convocadas novas eleições para 16.12.50.

RESENHA ELEITORAL, Florianópolis, TRE, ano III, jan/fev 1951, p. 9-34.

CAPÍTULO V

O GOVERNO IRINEU BORNHAUSEN: UM UDENISTA ATÍPICO

V - O GOVERNO IRINEU BORNHAUSEN

1. O Quadro Nacional

"Eleito em função do desejo geral e invencível de renovação que conquistou a alma coletiva nos dias que antecederam o pleito de 3 de outubro"¹. Esta foi a interpretação dada pelos udenistas à sua vitória e à retomada do poder após 20 anos por remanescentes do grupo destituído pela Revolução de 30 no Estado de Santa Catarina e que exatamente a partir deste 2º período governamental pós-redemocratização viria a se caracterizar como a oligarquia Konder-Bornhausen.

A vitória oposicionista em Santa Catarina se deu num momento em que, à nível nacional, a UDN amargava a derrota contra seu pior inimigo, ou seja, contra o catalizador das ações dos udenistas da "redemocratização". O Diretório Nacional passou a ser liderado pelos "intransigentes", isto é, os adversários de acordo com Vargas, os quais passaram a comandar uma campanha de contestação dos resultados das urnas. Aliomar Baleeiro propôs a anulação das eleições com base na tese da maioria absoluta alegando que Vargas não conseguiria tal maioria. A imprensa apoiou a campanha mas em 18 de janeiro de 1951 o

¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo Governador Irineu Bornhausen. Florianópolis. 15.04.51. p.7

Supremo Tribunal Federal diplomou Vargas e Café Filho, pondo fim às contestações udenistas².

Pela primeira vez a UDN assumirá seu papel de oposição efetiva. No Congresso Nacional, os seus bacharéis (Aldato Lúcio Cardoso, Afonso Arinos de Melo Franco, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio entre outros) - "sentados na primeira fila do plenário, com sua oratória inflamada e muitas vezes violenta, aparteavam ou discursavam diariamente contra o governo"³. Era a famosa "Banda de Música" da UDN, que se dedicou ao ataque sistemático à política econômica e financeira do governo.

Mesmo tendo sido decidido em sua primeira convenção nacional após a posse de Vargas, em abril de 1951, que evitaria uma "oposição sistemática e irracional ao Governo"⁴, a ação udenista foi, "agressiva no Congresso, violenta na imprensa e conspiratória nos setores militares vinculados à Cruzada Democrática".

²BENEVIDES, Maria V. de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro. (1945-1965). RJ, Paz e Terra, 1981, p.82-3.

³Ibidem.

⁴ARQUIVO UDN. Apud BENEVIDES, op. cit. p.48

Democrática!"⁵.

Sua atuação no governo Dutra mais que oposicionista, acusatória, baseou-se principalmente a partir do segundo ano do governo, em três temas básicos:

"-a desgraça, para o país com a volta do ex-ditador (insistência na lembrança do Estado Novo e nas glórias de 45);

- as denúncias constantes de corrupção administrativa,, a "caça aos escândalos" (o moralismo udenista surge como a marca "ideológica" do partido);

- a necessidade da intervenção militar contra a "subversão" e a "desordem social" (o golpismo e o elitismo udenista)"⁶.

Numa ação oposta à preconizada pela "Banda de Música", um outro grupo de parlamentares udenistas se caracterizou pela aceitação da possibilidade de ação conjunta com Vargas. Eram os "chapas-brancas" dos quais o mais conhecido foi João Cleó - fas nomeado para o Ministério da Agricultura em retribuição ao apoio que a UDN pernambucana dera ao presidente eleito. Este representante udenista no ministério Vargas, foi empossado a 31 de janeiro de 51 apesar das declarações de Odilon Braga de

⁵ BENEVIDES. Op. cit. p.48

⁶ Ibidem.

que aquela nomeação não envolvia nenhum compromisso do partido em colaborar com o governo.

2. A Composição do Governo

A tática de aproximação com as oposições foi tentada igualmente por Irineu Bornhausen na composição de seu governo.

Vindo de contato pessoal com Vargas em Campos de Jordão, no Estado de São Paulo, no período em que antecedeu a diplomação dos eleitos a 3 de outubro, o governador catarinense assumiu seu posto com a disposição de estabelecer uma estreita colaboração com o governo federal⁷, ao mesmo tempo em que procurou se aproximar da única corrente política em oposição no Estado, o PSD⁸. No objetivo de "tentar a pacificação da família catarinense há tanto dividida"⁹, o Governador ofereceu uma Secretaria de Estado ao PSD que foi rejeitada.

⁷ O Estado, Fpolis, 24.05.51, p.8. Esta posição também ficou clara na primeira mensagem enviada pelo Governador à Assembleia Legislativa, onde justificava o apoio à obra político-administrativa do Presidente como a melhor forma para obter o auxílio e o apoio necessário ao pagamento das dívidas do Estado contraídas no governo anterior.

⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mensagem apresentada pelo governador, p.7.

⁹ *Idem*

A formação do Secretariado do novo governo, obedeceu ao critério de dar participação efetiva a todos os partidos que compunham a coligação partidária que elegeu o governador, buscando "homens para cargos e não cargos para homens" , como gostava de afirmar o líder udenista¹⁰ .

Neste sentido foram nomeados: Telmo Vieira Ribeiro, do PTB, para a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde; João Bayer Filho, da UDN, para a Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda; João Colin, da UDN, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação, Obras Públicas e Agricultura¹¹ , Luiz de Sousa, do PRP, para a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública¹² .

Juntamente com os Secretários foram nomeados o Prefeito da Capital, Paulo de Tarso da Luz Fontes, udenista, o oficial de Gabinete do Governador, Hercílio Pedro da Luz, filho de Hercílio Luz, udenista e o primeiro Tenente da Polícia

¹⁰ O Estado, Fpolis, 13.01.51, p.8.

¹¹ SANTA CATARINA: Decreto de 31.01.51. Diário Oficial, Florianópolis, 1º de fevereiro de 1951, p.1

¹² Em 31 de janeiro de 1951, juntamente com a nomeação dos Secretários, o Governador nomeou Bayer Filho, o Secretário da Fazenda para responder interinamente pela Secretaria de Segurança Pública. Só a 13 de fevereiro, o Governador nomeou Luiz de Souza para o cargo, conforme Decreto publicado no Diário Oficial. Fpolis, 13 de fevereiro de 1951, p.1

Militar do Estado, Euclides Simões, de Almeida para a função de Ajudante de Ordens do Governo.¹³

A Chefia da Casa Militar foi entregue ao Coronel de Reserva da Polícia Militar João Cândido Alves Marinho por Decreto de 31 de janeiro. Em 9 de fevereiro, por Decreto do Governador, o Coronel foi convocado para o serviço ativo e nomeado Comandante Geral da Polícia Militar, sendo nomeado em 24 de fevereiro para a Chefia da Casa Militar o Major Américo Silveira D'Ávila¹⁴.

SANTA CATARINA. Decreto de 9 de fevereiro de 1951. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 12.02 .
51, p.1

SANTA CATARINA. Decreto de 24.02.51. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 24 de fevereiro de 1951, p.1.

Para a Prefeitura de São Francisco do Sul, também de livre nomeação do Governador, foi escolhido Alfredo Darcy Addison.

Ao Partido Libertador, coube a representação do Governo do Estado na junta Deliberativa do Instituto Nacional do Pinho, que ficou a cargo de Ermenegildo Cirillo Corbellini.

Composto o Secretariado e o quadro de auxiliares diretos do governo, as primeiras medidas do governo foram no sentido de solicitar aos Secretários a relação nominal dos funcionários das Secretarias, suas lotações e vencimentos¹⁵ com o objetivo básico de conhecer a situação e localização de todos os servidores do Estado, mas obviamente com o objetivo de ter em mãos a poderosa arma do revanchismo aos desafetos políticos tão utilizadas por todas as correntes que chegaram ao poder. Mas o mais duro golpe desfechado à oposição pessedista, foi a anulação do concurso de ingresso ao magistério realizado em janeiro e fevereiro de 51 pelo ex-governador Aderbal Ramos da Silva¹⁶. A anulação, que teve como justificativa a não previsão do aumento na dotação orçamentária para o exercício de 51, chegou à oposição como a primeira amostra de que se iniciava a reação udenista aos desmandos até então patrocinados pelos antigos donos do poder.

¹⁵ SANTA CATARINA. Portaria de 16 de fevereiro 1951 do Governador do Estado. Diário Oficial, Fpolis, 16 de fevereiro de 1951, p.1.

¹⁶ SANTA CATARINA. Decreto nº6, de 23 de fevereiro de 1951. Diário Oficial, Fpolis, 26 de fevereiro de 1951, p.1

O caráter empreguista do concurso já fora denunciado pela imprensa, já que havia excesso de professores no quadro único do Estado¹⁷.

Paralelamente às primeiras animosidades a serem enfrentadas no âmbito estadual, o governador, por sua aproximação com Vargas, gerou uma reação imediata do representante catarinense no Diretório Central Udenista, Adolpho Konder¹⁸. Aquele Diretório tinha, à época, posição firmada de repúdio à colaboração com o Presidente, fato que por pouco não levava João Cleófas a ser expulso do partido. Com a reação Adolfista, ficou patente o choque de orientações e a primeira clara discordância entre as duas principais figuras da oligarquia que chegara ao poder. De imediato o Diretório Estadual hipotecou solidariedade ao Governador através de nota oficial:

"O Diretório Estadual da UDN, reunido especialmente para apreciar a atuação de V.Excia. no que diz respeito à atividade político-administrativa do seu governo, após estudar o panorama da política nacional e particularmente a do Estado (...) decidiu...

1º - Dar inteira aprovação à política de Coligação de partidos estabelecida no governo do Estado; 2º - Aprovar igualmente a orientação que vem V.Excia. seguindo de apoio administrativo ao governo federal"¹⁹.

¹⁷ Diário da Tarde. Fpolis, 26.02.1951, p.1

¹⁸ O Estado. Fpolis, 24.02.51, p.8

¹⁹ Idem, p.8.

Como se depreende do fato, a carta branca dada ao Governador pelo Diretório Estadual foi a mais patente prova de que a liderança estadual estava há muito, em mãos de Irineu Bornhausen e que Adolpho Konder perdera definitivamente sua antiga força.

Por outro lado, a independência Bornhauseana o colocava ao lado da corrente conhecida como os "chapas brancas" da UDN.

O Governo de coalisão partidária que levou a UDN à chefia do Executivo Catarinense, sofreu seu primeiro grande baque quando da eleição para a Mesa da Assembléia Legislativa Estadual.

Dos partidos que apoiaram Irineu Bornhausen, o PTB era o mais poderoso e ao mesmo tempo o mais dividido. Já caracterizado como fiel da balança, pois ajudara a decidir as eleições de 47, o partido sofreu nestes primeiros dias do novo governo de uma repentina crise de identidade, encabeçada por Volney Collaço de Oliveira e Saulo Ramos. Embora ligados à UDN, não haviam permitido a eleição de um udenista para a chefia da Câmara Municipal de Laguna, região de origem de Volney, incentivando a eleição do petebista Paulo Machado²⁰. Tal fato levou o presidente do Diretório Municipal de Laguna, Gil Ungaretti a recorrer junto ao Diretório Nacional do parti

²⁰ O Estado. Florianópolis, 11.03.51, p.1

do para a expulsão de Paulo Machado das hostes petebistas catarinenses, já que entendia dever chefiar aquela Câmara Municipal um udenista.

Instalada a crise intra-partidária no PTB relativa a maior ou menor submissão aos interesses do aliado de - tentor do poder estadual, foi desta forma que o partido se en - volveu nas negociações para a formação da Mesa da Assembléia. Visando fortalecer seu governo de coalisão, o governador acei - tou convite do Senador Ivo D'Aquino, enviado por Nereu Ramos ao Estado, no sentido de negociar a presidência da Mesa para o PSD. Irineu Bornhausen concordou com tal proposição desde que o PSD firmasse por escrito um acordo pelo qual sua banca da daria apoio às medidas de caráter administrativo solicita - das pelo governo à Assembléia. Tal acordo foi recusado pela o - posição, que se retirou das negociações sendo seguida pelo de - putado petebista Octacílio Nascimento que declarou que a par - tir daquele momento não se subordinaria ao que viesse a ser resolvido²¹

Retomados os entendimentos, agora entre os parti - dos coligados, o PTB reivindicou para si a presidência da As - sembléia. Ficou acertado que os partidos coligados sufragaria - riam o nome de Volney Colaço de Oliveira, indicado pela Comis - são Executiva do PTB. Em troca, o PTB, forneceu um documento assinado por sua Comissão Executiva, comprometendo-se a dar a

²¹ Diário da Tarde. Fpolis, 20.04.51, p.1

poio às medidas administrativas solicitadas pelo governo à Assembleia e a sufragar a chapa da mesa que fosse organizada pelos partidos coligados. O documento comprometia apenas quatro deputados dos cinco eleitos pelo PTB, já que a dissidência de Octacílio Nascimento já se estabelecera.

Apurados os votos, constatou-se que a Presidência da Mesa ficará com Volney Colaço mas que por outro lado o PTB não honrará seu compromisso. O PSD ficou com a totalidade da mesa, fruto de acordos secretos com o PTB, nos quais se envolveram Volney Colaço, Francisco Neves e Octacílio Nascimento. Somente os deputados Braz Alves e Paulo Marques mantiveram o compromisso assumido, sendo que este último não votou na chapa completa²².

Diante das evidências, a Comissão Executiva do PTB, secção de Santa Catarina, lançou nota oficial ao governador descompromissando-o dos acordos selados com o partido e pondo à disposição a Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde, chefiado por membro daquela agremiação.

Dizia a nota:

"Não tendo o PTB podido cumprir o compromisso que firmou com V.Excia. e os partidos que apoiam (...), devido a traição dos Srs. deputados Volney C. Oliveira e Francisco de Souza Neves (...) o PTB, secção de Santa Catarina, acha

²² Diário da Tarde. Fpolis, 12.04.51, p.4

se impossibilitado de continuar participando do governo de V.Excia. Assim fica V.Excia. desobrigado com relação a todas as nomeações de petebistas já feitas.

Outrossim, tendo o PTB aceito a Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde e indicado para ocupá-la o Dr. Telmo Vieira Ribeiro (...) é esta a ratificação do pedido de exoneração do referido cargo, em caráter irrevogável, já apresentado a V.Excia. pelo titular.

A despeito do lamentável e vergonhoso ocorrido, o PTB seção de Santa Catarina, pelo que lhe resta de digno e honesto, procurará facilitar a V.Excia. o desempenho do honroso mandato que lhe conferiu o povo catarinense".²³

Com base na traição do acordo inter-partidário, foram expulsos do partido os três elementos envolvidos, fato que obviamente não implicou em alteração da composição da Mesa da Assembléia²⁴. A eleição do representante petebista à

²³ Diário da Tarde. Fpolis, 12.04.51, p.4

Assinaram a nota todos os membros da Comissão Executiva do PTB: Telmo V.Ribeiro, Presidente em exercício; Rafael Cruz Lima, 2º Vice-Presidente; Braz Joaquim Alves, Secretário - Geral; Milton Sullivan, 1º Secretário; Paulo Marques, Tesoureiro-Geral; Waldemar de Mello Dias, 1º Tesoureiro e Nicolino Tancredo, 2º Tesoureiro.

²⁴ Diário da Tarde. Fpolis, 20.04.51, p.1. O fato foi comunicado à Assembléia Legislativa em 18.04.51 pelo líder petebista Braz Joaquim Alves.

chefia do legislativo, por duas vezes, foi um preço alto demais para o governo, em todos os sentidos e que culminou com dois escândalos quase seguidos, quais sejam, o da devassa instaurada por Osvaldo Cabral, sucessor de Volney na Assembléia em 54, que apurou inúmeras irregularidades e o posterior incêndio, que a voz popular classificou de criminoso, do prédio da Assembléia Legislativa.

Aceita a exoneração de Telmo Vieira Ribeiro, o Governador indicou o udenista João José de Souza Cabral para a Pasta do Interior, Justiça, Educação e Saúde.

Governar com minoria na Assembléia Legislativa, tendo principalmente a Mesa Diretora daquele órgão a boicotar as ações do governo, foi a principal dificuldade enfrentada pelo chefe do Executivo Catarinense.

Em todas as cinco eleições para a Mesa da Assembléia Legislativa em seu período governamental, não obstante sua interferência direta nas negociações, o Governador foi derrotado.

Assim foi na eleição de abril de 52, quando, fruto de acordo inter-partidário, o governo propôs à chefia pessedista a constituição da Mesa pelo critério da proporcionalidade que, daria a Presidência àquele Partido. Com tal manobra, pretendia cooptar a oposição a facilitar a aprovação dos projetos e solicitações do Executivo à aquela Casa. Firmado o acordo, foi eleita a Mesa tendo como Presidente o Deputado Protógenes Vieira do PSD; 1º Vice-Presidente, o Deputado Bulcão Vianna, da UDN, 2º Vice-Presidente, Braz Joaquim Alves do PTB; 1º Secretário, Elpídio Barbosa, do PSD; 2º Secretário,

Clodorico Moreira, da UDN, e como suplentes Enory Teixeira Pinto, do PSP e Vicente Schneider do PRP.²⁵

Tal aliança porém, durou pouco. A aproximação com o Governador dividiu o PSD que promoveu uma campanha orquestrada no sentido de desmoralizá-la. Dirigindo tal campanha, desencadeada nas páginas do jornal "O Estado", principal órgão oposicionista, estava o jornalista Rubens de Arruda Ramos, em sua coluna "FRECHANDO".

Em abril de 53, o PTB tinha saído dividido de sua Convenção Estadual realizada em março, onde a facção de Carlos Gomes, Telmo Ribeiro, José Lerner, Cruz Lima e outros se propunham a colaborar com o Governador, mas não obtiveram unanimidade. Aquele partido decidiu lançar candidato próprio à Presidência da Mesa da Assembléia, numa proposital ação suicida para beneficiar o Governador. A candidatura de Braz Joaquim Alves só contava com dois votos, já que a bancada petebista, com a expulsão de Volney Colaço e Francisco Neves e a dissidência de Octacílio Nascimento, ficara constituída apenas por Braz Alves e Paulo Marques.²⁶

O PSD lançou uma chapa encabeçada pelo dissidente petebista e ex-presidente da Assembléia Volney Colaço e o Governo lançou, na tentativa de dividir a oposição, uma

²⁵ Diário da Tarde. Florianópolis, 12.04.52, p.1

²⁶ O Estado. Florianópolis, 02.04.53, p.8 e e 03.05.53, p.1

chapa encabeçada por Siqueira Belo, deputado pessedista.²⁷

Contados os votos Volney obteve 21 votos, contra 17 para Siqueira Belo da chapa governista e 1 para o candidato do PTB²⁸, Votaram na chapa vitoriosa além da bancada pessedista em bloco, com a única exceção constituída por Siqueira Belo, os dissidentes petebistas e Oswaldo Cabral, o deputado udenista em franca dissidência com o partido e principalmente com o governador do Estado. Já eleita com 20 votos, a chapa vitoriosa foi acrescida de mais um voto, o do deputado Enory Teixeira, a mando do governador para que não ficasse caracterizada a vitória oposicionista como fruto da dissidência de Oswaldo Cabral²⁹. Paulo Marques, do PTB, votou na chapa governista, obedecendo orientação do governador.³⁰

A composição da Mesa foi a seguinte: Presidente - Volney Colaço de Oliveria (sem partido); 1º Vice-Presidente - Francisco de Souza Neves (sem partido); 2º Vice - Fernando Osvaldo de Oliveira (PSD); 1º Secretário - Lenoir Vargas Ferreira (PSD); 2º Secretário - Elpídio Barbosa (PSD); Suplentes -

²⁷ A composição da chapa governista era: Presidente - Siqueira Belo (PSD); Vice-Presidente: Cássio Medeiros (PRP); 2º Vice - Enory Teoxeira Pinto (PSP); 1º Secretário - Clodoricco Moreira (UDN); 2º Secretário - Braz Joaquim Alves (PTB). Suplentes: Frederico KUerten (UDN) e Vicente Schneider (PRP) Diário da Tarde. Florianópolis, 13.04.53, p.1

²⁸ O Estado. Florianópolis, 16.04.53, p.8

²⁹ O Estado. Florianópolis, 25.04.53, p.1

³⁰ O Estado. Florianópolis, 16.04.53, p.8

Olívio Nóbrega e José Gallotti Peixoto (PSD) ³¹.

Também nas negociações realizadas em 54 para a Composição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa a oposição vence a chapa governista que desta vez fora encabeçada por Celso Ramos Branco.

Oswaldo Cabral, dissidente udenista, que abandonara formalmente o partido a 15 de abril de 1953 em virtude de sua "franca oposição ao governo estadual e completa divergência com a direção do Partido neste Estado" ³², foi eleito a Presidência. Os demais componentes da Mesa Diretora foram: 1º Vice- Francisco de Souza Neves (sem legenda); 2º Vice - João Ribas Ramos (PSD); 1º Secretário - Lenoir Vargas Ferreira (PSD); 2º Secretário - Elpídio Barbosa (PSD); Suplentes: Olívio Nóbrega (PSD) e Gallotti Peixoto (PSD). ³³

Assumindo os trabalhos de direção na Assembléia Legislativa, Oswaldo Cabral instaurou uma devassa sobre as ações administrativas de seu antecessor, trazendo a luz o primeiro grande escândalo na administração estadual do pós 45.

As irregularidades iam desde a contratação excessiva de funcionários ao desvio de verbas e documentos com probatórios, passando pelo completo desprezo na aplicação dos

³¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 11.04.53, p.1

³² Diário da Tarde. Florianópolis, 17.04.53, p.6

³³ O Estado. Florianópolis, 11.05.54, p.1, 2.

dinheiros públicos³⁴. Deste chamado "panamá da Assembléia", sobraram respingos que chegaram mesmo a atingir o governador do Estado devido a supostos conchavos deste com o deputado Volney Colaço, quando de sua última gestão.

No último período legislativo sob o governo Bornhausen, já realizadas as eleições que em 3 de outubro de 1954 elegeram para a Assembléia Legislativa 15 deputados udenistas, 15 pessedistas, 5 do PTB, 5 do PRP, 1 do PSP e 2 do PL³⁵ as negociações engendradas pelo governador, líder absoluto da UDN no Estado, culminaram num acontecimento insólito, sem precedentes na história do legislativo catarinense.

Mais uma vez no objetivo de dividir a oposição, o governador convidou o deputado pessedista Alfredo Chereem, sem compromissos partidários mas obrigando-se a cumprir o Regimento da Assembléia e a encabeçar a chapa apoiada pelo Governo e os partidos coligados. A proposta foi aceita, após entendimentos nos quais também se envolveu o petebista Estanislau Romanowski, que se comprometeu a também sufragar aquela chapa.

Estabelecido o acordo, o PTB procurou a UDN insistindo num outro, que sufragasse o nome do deputado Braz

³⁴ O Estado, Florianópolis, 11.05.54, p.1,2

³⁵ RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico. Fpolis, TRE
Ano I, nº6, nov.dez. 1960, p.30.

Alves. A proposta foi rejeitada por estar o partido com sua chapa decidida e com chances de sair vitoriosa já que contava com o apoio de grande parcela dos deputados. A 28 de fevereiro, realizada a eleição, Alfredo Cherem foi eleito, dando a vitória ao governo na Assembléia. Mas, pressionando por seus correligionários, o recém-eleito presidente da Assembléia Legislativa renunciou, deixando o governador desmoralizado.

Nas eleições realizadas no dia seguinte, finalmente foi sufragada a chapa PSD-PTB, elegendo Braz e Joaquim Alves para a Presidência do Legislativo³⁶.

Nesta legislatura, além dos líderes dos partidos na Assembléia, o governador introduziu a figura do Líder do Governo, com o objetivo de possibilitar aos legisladores, esclarecimentos rápidos e seguros, explicações amplas e exatas acerca de todos os negócios da administração. Nomeou para o cargo o deputado Rubens Nazareno Neves do PDC. Justificou a não saída deste líder da bancada udenista, para evitar que o incriminassem como mero instrumento partidário.³⁷

³⁶ Diário da Tarde. Florianópolis, 02.03.55, p.1

³⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 07.03.55, p.6

O restante da Mesa foi assim composto:

Vice-Presidente - Antônio Gomes de Almeida (PSD);

2º Vice- Olice Caldas (PTB);

1º Secretário - Lenoir Vargas Ferreira (PSD);

2º Secretário - Heitor de Alencar Guimarães Filho (PSD);

Suplentes de Secretários: Estanislau Romanowski e José da Miranda Ramos, ambos do PTB.

3. A Ação Administrativa do Governo

As metas básicas do governo que se instalou a 31 de janeiro, estavam contidas na primeira mensagem enviada pelo governador à Assembléia Legislativa. A primeira delas era uma ampla reforma nos serviços públicos, a começar pela criação das Secretarias de Estado da Agricultura e de Educação, tirando-as da submissão às Secretarias já sobrecarregadas e responsáveis por atividades vitais para o Estado mas sem qualquer relação que justificasse obediência à mesma direção; a segunda prioridade era a reorganização do ensino público, colocando-o à margem da política partidária, valorizando o professorado da rede estadual com o objetivo de restabelecer o princípio da autoridade.

As outras prioridades do governo eram: adotar um programa de colonização, com o apoio do governo federal, dando prioridade a mão de obra especializada, nacional ou estrangeira; aumentar a fiscalização na cobrança de impostos para sanear as finanças; agilizar a criação da Bolsa de Valores de Florianópolis, aprovada pela Assembléia Legislativa desde 1949 e que era de interesse vital ao comércio e à indústria do Estado e finalmente, o incentivo à agricultura, fonte de riqueza para as populações do interior e garantia de abastecimento para os núcleos urbanos³⁸. Neste senti-

³⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Mensagem apresentada pelo Governador. Fpolis, 15.04.51.

do, aliás, o governador já havia solicitado auxílio ao Ministro João Cleófas que em fins de fevereiro visitara o Estado, para a construção de silos e armazenagem com câmaras de expurgo que beneficiassem os produtores de trigo.

O primeiro ano da administração udenista em Santa Catarina foi marcado, à nível administrativo, além das medidas no sentido de melhorar os serviços fazendários, pela criação da Bolsa de Valores de Santa Catarina, pela Lei nº581, de 17.10.51, a qual seria inaugurada em 15 de janeiro de 52, filiando-se posteriormente ao Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção.³⁹, pela instalação da Comissão de Energia Elétrica do Estado⁴⁰ que tinha como principal objetivo, planificar o aproveitamento dos recursos de energia elétrica, promovendo a elaboração de projetos e procedendo ao estudo de interligação dos diversos sistemas elétricos construídos ou a construir e pela instalação da Comissão Estadual de Assistência Técnica, a fim de melhor se

³⁹ Mensagem enviada pelo Governador à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952. Florianópolis, 15 de abril de 1952, p.43.

⁴⁰ Mensagem enviada pelo Governador à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952, p. 68. Compunha a Comissão os engenheiros Udo Deeck, presidente; José da Costa Moellmann, Bráulio Eugênio Müller, Geraldo Sérgio da Fonseca, João Eduardo Moritz e Carlos Krebs Filho.

aproveitar o auxílio de assistência técnica oferecida pela ONU e pela OEA para as atividades essenciais do Estado, como por exemplo, a melhoria das estradas de ferro, dos portos, etc.⁴¹

À nível das relações com o governo federal, foram as melhores possíveis, encontrando mesmo o governador inspiração no programa financeiro do Presidente da República, de austeridade e contenção de gastos⁴². As ajudas federais vieram neste primeiro ano, como nos demais do governo Bornhausen, principalmente do Ministério da Agricultura que financiava máquinas e veículos a preços módicos, implementava a construção de silos e outras melhorias à agricultura. Esta ajuda era, por um lado, proveniente da ação do Ministro João Cleófas, que em sua gestão criou a Comissão Nacional de Política Agrária; transformou a carteira de crédito cooperativo, aumentando a cultura de subsistência para pequenos e médios produtores; instituiu o Fundo de Mecanização da Lavoura, sistema de créditos bancários rotativos implantando a partir de convênio entre o Ministério da Agricultura e o Banco do Brasil; ampliou as operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil,

⁴¹ Mensagem enviada pelo Governador à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1952. p.68. Foi eleito presidente da Comissão o Secretário da Viação, Obras Públicas e Agricultura, João Colin.

⁴² BOURHAUSEN, Irineu. Discursos. Fpolis, Imprensa Oficial, 1956, p.47-51.

facilitando o financiamento rural e implementando um sistema amplo de garantia de preços mínimos; criou a Carteira de Colocação, com o objetivo de apoiar aquela atividade por iniciativa particular, enfim, que dinamizou a ação do governo em relação ao campo.⁴³ Por outro lado, a plena utilização destes auxílios federais se deu não só por professarem ambos os interessados, o Ministro e o Governador, a doutrina partidária udenista, mas, e, principalmente, por estar na capital federal, como chefe de Gabinete do Ministro, o segundo deputado estadual udenista mais votado nas últimas eleições, Antônio Carlos Konder Reis, sobrinho de Irineu Bornhausen.

No segundo ano de governo, apesar da crise no setor madeireiro e da escassez de energia no norte do Estado que o governo tentava sanar com a construção da linha de transmissão de energia, Florianópolis-Jaraguá do Sul, o setor agrícola começava a se destacar, fruto da estreita colaboração entre os governos estadual e federal. O governo prosseguiu as obras de construção do porto de São Francisco do Sul e teve que enfrentar greves de mineiros no sul do Estado e de tecelões em Brusque.

No âmbito da reforma administrativa preconizada

⁴³ Cleófas, João, In: BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. Op. cit., p.799/800.

pelo governador desde a sua ascensão ao governo, foram criadas as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, desmembrada da Secretaria do Interior e Justiça, e a Secretaria da Agricultura, desmembrada da Secretaria de Viação e Obras Públicas, pela Lei nº786 de 27 de outubro de 1952. Este último desmembramento só foi efetivado em novembro de 1953, quando Victor Peluso Jr. assumiu a Secretaria da Agricultura, permanecendo João Colin na Viação e Obras Públicas.

Também o Secretário da Educação, Saúde e Assistência Social, Fernando Ferreira de Melo, udenista, só foi nomeado em 53, ficando a Secretaria do Interior e Justiça com João José de Souza Cabral.

No terceiro ano de governo, já eram visíveis os resultados de algumas metas estabelecidas pelo governador, que vinha calcando sua administração no binômio produção e transporte.

No setor de produção, o governo se empenhava na resolução do problema de produção de energia elétrica. Foi inaugurada em julho de 1953 a linha de transmissão Capivari - Jaraguá do Sul e novas instalações da usina de Bracinho, no norte do Estado, beneficiando um bloco-geo-econômico compreendido por quatorze municípios, num total de trinta localidades e cerca de mil estabelecimentos fabris⁴⁴. Tais obras foram

⁴⁴ Discurso pronunciado pelo Governador Irineu Bornhausen em Joinville à 27 de julho de 1953. In: Discursos. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1956, p.213.

realizadas pela EMPRESUL - Empresa Sul Brasileira de Eletricidade - encampada pelo Estado, com empréstimos primeiramente obtidos com o Banco Inco e posteriormente com o Banco do Brasil⁴⁵.

Foram instalados transformadores para consumo em alta e baixa tensão, os quais aprimoraram o sistema de abastecimento de energia elétrica tanto no norte do Estado como na região da grande Florianópolis; iniciaram-se os levantamentos topográficos e geológicos da região do estreito do rio Uruguai, com ajuda do governo federal e com o objetivo de aproveitar aquele manancial para a produção de energia elétrica⁴⁶.

Ainda neste setor, foi aprovado pelo Senado Federal o projeto que autorizava o governo a instalar uma Usina Termo-Elétrica no Estado. Esta usina, que se utilizaria do carvão produzido no sul do Estado, tinha sua localização prevista para o município de Tubarão e uma previsão para ser construída entre os anos de 1954 e 1955. O projeto para sua construção foi apresentado ao Senado pelos Senadores pessedistas Ivo D'Aquino, Alencastro Guimarães e Francisco Gallotti⁴⁷.

⁴⁵ Discurso pronunciado pelo Governador Irineu Bornhausen em Joinville à 27 de julho de 1953. In: Discursos. Florianópolis, 1956, Imprensa Oficial, p.214.

⁴⁶ Diário da Tarde, Florianópolis, 22.01.53, p.1

⁴⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 17.09.53, p.1

No setor da produção agro-pecuária, foram utilizados recursos enviados pelo Ministério da Agricultura, para o Serviço de Expansão da Cultura do Trigo, para estabelecimento de postos de Suinocultura, fomento da cultura do café e mecanização da lavoura.

No setor de transportes, obras rodoviárias tais como pontes, pontilhões e trechos de estradas de rodagem foram entregues à população, pondo em prática as promessas feitas desde a Campanha de 47, de que era necessário melhorar as vias de escoamento, para incentivar a produção agrícola e industrial do Estado⁴⁸. Aliás, dentro desta filosofia se encontravam as obras de construção do Porto de São Francisco do Sul e os contatos desde 1951 com a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina para o escoamento do pinho e do trigo do oeste, ao longo daquela via férrea.

Pela Secretaria do Interior e Justiça, foram instalados quinze novos municípios e três novos distritos, em sua maioria na região oeste do Estado.

Os novos municípios foram: Braço do Norte - criada pela Lei nº1022 de 31.12.53; Herval do Oeste, Sombrio, Presidente Getúlio, Seara, Papanduva, Xanxerê, Xaxim, Dionísio Cerqueira, Mondaí, São Miguel do Oeste, São Carlos, Palmitos, Itapiranga e Rio Negrinho criados pela Lei nº133 de 30.12.53.

⁴⁸ Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, por ocasião da abertura da sessão Legislativa de 1954. Florianópolis. 15.04.54.

Os novos distritos, criados foram: Dois Irmãos no município de Capinzal e Volta Grande, no Município de Concórdia, Lei nº85 de 18.07.53; Macieira, no município de Caçador - Lei nº130 de 02.12.53.

Dos apelos veementes à concórdia, feitos aos deputados em todas as mensagens enviadas à Assembléia Legislativa o governador passou, a partir deste ano a incorporar aos seus pronunciamentos públicos, um outro apelo. Desta vez a solicitação era a ajuda financeira ao Estado e era dirigida às "Classes Conservadoras"⁴⁹. O Governador explicava que tais colaborações seriam dadas ao Estado sob a forma de um "adicional recuperável" sobre o imposto de vendas e consignações, garantido por apólices rodoviárias. Esclarecia ainda que tais recursos seriam utilizados na pavimentação de estradas, fato que reverteria em favor daquelas mesmas classes⁵⁰.

Ocorre que, já a esta altura do período governamental, os impostos haviam aumentado, sempre em função das propaladas melhorias realizadas pelo governo e a oposição já cobrava aumentos do Governador. Por outro lado, o que se despreende da administração Bornhausen, é que a administração pública era regida como um grande negócio, um grande banco, pa

⁴⁹Denominação dada aos industriais e comerciantes.

⁵⁰BORNHAUSEN, Irineu. Discursos, passim

ra usar uma alegoria ligada à atividade privada do governador, onde os negócios são todos financiáveis. Faltava ao governador apenas a sensibilidade de perceber que seu financiamento não vinha apenas das ricas "classes conservadoras", mas, principalmente, através do assalariado que era quem mais sofreria como aumento dos impostos. Mesmo ricas, as "classes conservadoras" não atenderam aos apelos do governador.

Há que se observar ainda, que os auxílios vindos do governo federal, no caso por exemplo das sementes, adubos, máquinas, etc, eram distribuídos facciosamente, ou seja, aos udenistas tudo, aos oposicionistas, o que for possível. Tal prática aliás, já era de há muito conhecida no Estado, só que sob o governo udenista, os favorecidos, até por uma questão de lógica, eram seus correligionários.

O ano de 1953, se por um lado foi marcado pela mais significativa perda nas hostes governistas, com a saída de Oswaldo Cabral, que acabaria recriando o Partido Republicano Catarinense e que passou a ser um dos maiores e melhor fundamentados críticos da administração Irineu Bornhausen, foi um ano de vitória eleitoral para o partido do governo.

Nas eleições realizadas em junho, nos municípios de Capinzal, Ituporanga, Guaramirim, Piratuba, Taió, Tangará e Turvo, criados em 1948, a UDN, sozinha ou coligada, venceu na grande maioria, com exceção apenas de Guaramirim, onde o PSD fez quatro vereadores contra três da UDN⁵¹.

⁵¹ O Estado, Florianópolis, 12.06.53, p.1

As acusações de fraudes foram muitas, mas todas ficaram sem uma comprovação legal. O certo é que a máquina administrativa do governo foi utilizada em peso para a obtenção desta vitória, com o deslocamento de significativas parcelas dos diversos escalões do governo para aqueles municípios na cabala de votos para o partido ou para as coligações que o apoiavam.

4. As Articulações para as Eleições de 54.

O quarto ano da administração Irineu Bornhausen foi marcado por profundas articulações políticas, já que foi um ano eminentemente eleitoral.

Marcadas as eleições para 3 de outubro, já em fevereiro se falava numa coligação de apoio dos pequenos partidos à UDN, numa reprise do que se dera em 50⁵². O trabalho de atração do PTB às fileiras situacionistas, ficou a cargo de Adolpho Kender que, no Rio de Janeiro, manteve contato com o Ministro do Trabalho e Presidente Nacional do PTB, João Goulart. A condição imposta pelos petebistas Carlos Gomes e Saulo Ramos, era a disputa de uma cadeira no senado para seu partido, o que a UDN, na pressa de decidir seus candidatos, negou de imediato, dando margem à que o PSD aceitasse a exigên-

⁵²Diário da Tarde. Florianópolis, 09.02.54, p.1

cia e firmasse aliança com o partido de João Goulart.⁵³

Do governo federal, o governador udenista recebeu apelo direto no sentido de uma composição com Nereu Ramos à qual Vargas conseguiria o aval também do PTB.

A proposta presidencial era uma chpa com Nereu Ramos e Adolpho Konder para o senado numa coligação PSD-UDN, apoiada pelo PTB. Ocorre que a composição com Nereu Ramos era inconcebível para os udenistas históricos. Os primeiros a se manifestarem contra foram Aristiliano Ramos e Plácido Olímpio de Oliveira⁵⁴. Tal proposta acabou por ser rejeitada na Convenção Estadual realizada em Florianópolis em fins de abril de 54.

Para que se entenda o encaminhamento desta proposta ao diretório, via Irineu Bornhausen, é preciso que se analise sua política e seus frequentes contatos com o Presidente da República. Contrariamente à política adotada pelo partido à nível nacional às relações da secção de Santa Catarina e principalmente, do governador com Vargas eram de cordialidade e de mútuo auxílio.

⁵³ Diário da Tarde, Florianópolis, 11.11.54, p.1

⁵⁴ Diário da Tarde, Florianópolis, 08.04.54, p.1

Já em 52, Wanderley Júnior, um dos mais ativos deputados da bancada federal do partido definira esta posição em reunião do Conselho Nacional no Rio de Janeiro. Ao analisar a oposição de seu partido ao governo, o deputado se definiu contra os "intransigentes" e como um autêntico "chapa branca". Sua argumentação se baseou no fato de que, em Santa Catarina o governo sentia o que era sofrer uma oposição sistemática, como a comandada por Nereu Ramos. Tal oposição criava inúmeros problemas ao governo que só se mantinha devido a boa vontade do governo federal, a qual se não fosse cultivada, seria perdida. E, perder o apoio do governo, no entender do deputado, era fazer o jogo de Nereu Ramos⁵⁵.

Tal postura era endossada pelo governador que já vinha delineando sua postura de independência em relação ao diretório nacional e de absoluta hegemonia sobre o estadual, fato aliás que gerou incômodos tais que levaram ao afastamento de líderes como Oswaldo Cabral e que se acirraram nas campanhas eleitorais de 54 e 55.

De suas divergências com o diretório nacional, outra que ficou bastante marcada foi a relativa à criação da Petrobrás.

Em 51, Vargas enviou ao Congresso um projeto propondo a instituição de uma sociedade de economia mista para a

⁵⁵ Diário da Tarde. Florianópolis, 09.05.52, p.1

exploração do petróleo, sob o controle do Estado, mas na qual seriam permitidos capitais privados e em menor escala, estrangeiros. Tal proposta foi plenamente apoiada pela bancada federal udenista catarinense em audiência com Vargas⁵⁶, ao contrário da posição assumida pelo diretório nacional.

Numa linha radicalmente contrária ao liberalismo tão apregoado pelo partido, a UDN tomou posição de apoio à instituição do monopólio estatal do petróleo. Tal postura reforçou, segundo BENEVIDES, a hipótese de que a conduta udenista em relação à política econômica não obedeceu a um rígido programa doutrinário; variou e alterou-se por força de razões conjunturais e, sobretudo, pela linha política de oposição sistêmica ao governo.⁵⁷

Aliás, o resultado dessa ação foi abasolutamente inusitado. A UDN, sempre identificada com as chamadas correntes - "entreguistas" - , ou seja, favoráveis à introdução do capital estrangeiro na economia nacional, com a aprovação da Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petrobrás, passou à histórica como defensora do monopólio estatal do petróleo.

Outro acontecimento contestado pelo diretório nacional e prontamente assimilado pelo governo udenista catari-

⁵⁶ Diário da Tarde, Florianópolis, 17.05.52, p.1

⁵⁷ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, Op. cit. p.200

nense foi a participação do partido no 1º escalão do governo federal. João Cleófas não só foi aceito, como o governo catarinense foi dos que mais usufruiu dos auxílios contidos nos programas implantados pelo ministro da agricultura. A localização estratégica de Antônio Carlos Konder Reis, o jovem e ativo deputado da oligarquia Konder-Bornhausen, na chefia do gabinete do Ministro, foi a mola mestra para que fossem despejados no Estado as verbas e todo o tipo de auxílio daquele ministério.

4.1. A Convenção Estadual de Abril

Precedida pela Convenção Municipal do Diretório de Florianópolis realizada à 27 de abril e das convenções realizadas nos demais municípios do Estado, realizou-se a Convenção Estadual no período de 30 de abril à 2 de maio⁵⁸. Acertados os acordos com os partidos que fizeram a vitória udenista em 50, Wanderley Júnior pautou seu discurso aos convencionais numa homenagem aos partidos coligados. Destes, só o PL apoiou integralmente a UDN, em troca do lançamento do nome de Hermengildo Corbelini para a Câmara Federal.

⁵⁸ Diário da Tarde, Florianópolis, 03.05.55, p.1

O PDC lançou candidatos à Câmara Federal e Estadual; O PRP lançou candidatos à Câmara Estadual, só se coligando no plano Federal; e o PSP lançou candidatos à Câmara Federal e Estadual, só se coligando no apoio ao senado à UDN.

A Convenção Estadual apontou apenas os candidatos ao Senado e à Câmara Federal. Para o Senado, o partido voltou a insistir na já desgastada dupla Adolpho Konder e Aristiliano Ramos, numa homenagem tocante mas absolutamente suicida aos seus líderes históricos. Nas candidaturas às suplências parece nitidamente a indicação do Governador. Foram escolhidos Genésio de Miranda Lins, o homem de confiança de Irineu Bornhausen na Diretoria do Banco Inco e João Bayer Filho, o todo poderoso secretário da fazenda do qual se falava ser o 2º Governador do Estado, dado o seu poder sobre a administração estadual.

Para a Câmara Federal foram escolhidos: Afonso Wanderley Júnior, representante da Capital; Plácido Olímpio de Oliveira, representante do norte do Estado; Waldemar Rupp, com base eleitoral no planalto; Jorge Lacerda, representante do PRP; Fernando Ferreira de Mello, ex-secretário da Educação, Saúde e Assistência Social, representante de Rio do Sul, apesar do empenho do governador para que o diretório municipal indicasse seu irmão Waldemar Bornhausen, prefeito daquele município; Hercílio Deeke, ex-prefeito de Blumenau eleito em 50; Antônio Carlos Konder Reis representante de Itajaí; Celso Ramos Branco, do diretório de Lages, Aroldo Carneiro de Carvalho, cuja candidatura acabou sendo retirada em favor de Lauro Carneiro de Loyola, industrial da região de Joinville e sogro de um

dos filhos de João Colin, mas que, acabou não sendo homologado pelo partido; Artur Müller, que acabou também não sendo homologada pelo partido; Hermenegildo Corbelini, do PL; Arnaldo Bittencourt e Afonso Ghizzo.

Somente em julho de 54 foram concluídos os acetos que indicaram os candidatos do partido à Assembléia Legislativa: Antônio Palma, João Pedro de Arruda, João Rodolfo Gomes, João Caruso Mac Donald, Antônio de Barros Lemos, Moisés B. Furtado, Manoel Donato da Luz, Francisco Mascarenhas, Alfredo Diener, João Silveira Primo, Benedito Terézio de Carvalho Júnior, Francisco Evaristo Canziani, Evandro Luiz Raimundi, José da Luz, Flares Figueiredo de Oliveira, Teodózio Maurício Wanderley, Alziro Waldomiro de Almeida, Frederico Kuersten, João José de Souza Cabral, Romeu Sebastião Neves, Frederico Gassenfeld, Rivadávia Ribas Corrêa, Ramiro Emerenciano, Mário Olinger, Ulisses Longo, Luiz Rigo, Laerte Ramos Vieira, Mário Orestes Brusa, José Waldomiro Silva, Eurico Rauen, Waldemar Bedusch, Laurindo Lunardi, Geraldo Mariano Günther, Rui Hulse, Bruno Schlemper, Arnaldo Bittencourt, Artur Siewert, Júlio Schramm, Fernando Ferreira de Melo, Nelson Rosa Brasil, Júlio A. Coelho de Souza, João Muxfeld, Paulo de Tarso da Luz Fontes, Paulo Konder Bornhausen, Luiz de Souza, Clodorico Moreira, Gherard Neufert, Geime Dalla Costa, Afonso Ghizzo, José Zanin, Achiles Balsini e Osmar Dutra.

O PSD, principal partido de oposição à época, aliou-se ao PTB, formalizando para as eleições federais e municipais, a Aliança Social Trabalhista (AST) que lançou Nereu Ramos e Saulo Ramos para o Senado, tendo como Suplentes Fran-

cisco Benjamim Gallotti e Francisco Lobo e mais 12 candidatos à Câmara Federal.

Para a Assembléia Legislativa não vigorou a aliança, tendo cada partido concorrido com seus candidatos próprios.

Nas eleições municipais, dos sessenta e sete municípios, foram realizadas eleições apenas em cinquenta e nove já que São Francisco do Sul e os municípios de Capinzal, Ituporanga, Guaramirim, Piratuba, Taíó, Tangará e Turvo haviam escolhidos seus prefeitos em 53.

A campanha eleitoral, se por um lado era decisiva para a avaliação do apoio popular ao partido e sua manutenção no poder, mostrou claramente o que até este penúltimo ano do governo fora adiado: a crise que vinha crescendo no seio de suas lideranças à nível estadual.

4.2. A Luta pela Preservação do Poder: Uma liderança Fabricada.

No projeto político de Irineu Bornhausen, ia aos poucos tomando vulto sua intenção de criar, no seio da oligarquia do qual era o comandante incontestado, a figura de uma nova liderança que se tornaria seu braço direito e o futuro líder do partido. Era preciso preservar o poder no seio da família. Essa sempre foi a norma oligárca, da qual Irineu era um cumpridor exímio.

A esta época, dois jovens políticos estavam dis

poníveis na linhagem Konder-Bornhausen: um era o sobrinho do governador Antônio Carlos Konder Reis, comprovadamente brilhante em sua passagem pela Assembléia Constituinte Estadual e por sua escalada à assessoria direta de um ministro de Estado; o outro era Paulo Konder Bornhausen, segundo filho do governador e no qual decidiu jogar todo o seu prestígio pessoal e toda a máquina do governo para vê-lo transformado num político de prestígio.

Candidato pelo município de Guaramirim à Câmara Estadual, este jovem político, malgrado a ira que despertou na oposição e no seio do próprio partido devido ao caráter paternalista no qual os recursos governamentais foram usados em sua campanha, representou um papel de fundamental importância para a preservação do poder em mão de sua família. Foi o peão astutamente colocado pelo governador no centro da área de dominação de João Colín, o líder da rica região de Joinville e áreas circunvizinhas. Ali, Paulinho Bornhausen, como era chamado mais pejorativa do que carinhosamente o filho do governador, iniciou uma campanha sistemática de desestabilização da liderança tradicional.

Já em meados de 54, o Secretário da Viação e Obras Públicas do Governo Estadual recebera o primeiro grande golpe com a substituição do diretor técnico da Empresul, Soeren Soerensen, pelo governo do Estado, à revelia de sua vontade e da do Diretório do partido em Joinville.⁵⁹

⁵⁹ Discurso lido pelo governador Irineu Bornhausen ao microfone da Rádio Difusora de Joinville sobre a "Empresul", à 04 de dezembro de 1954. In: BORNHAUSEN, Irineu, Discursos. Fpolis, Imprensa Oficial, 1956, p.349-357.

A alegação do governador para tal substituição foram os atrasos e previsões errôneas quanto ao tempo para a execução das obras de construção de barragens e desvio de curso dos rios Júlio e Cubatão, as quais aumentariam o volume de águas do rio Bracinho, no projeto amplo de produção de energia elétrica intentado por aquela empresa. Para a oposição, o objetivo do governador era afastar da diretoria da Empresul os elementos "colinistas" e os representantes das indústrias do norte do Estado.⁶⁰

Deste atrito, resultou a saída do Secretário de Viação e Obras Públicas da equipe do governo, o qual foi substituído por Aroldo Carneiro de Carvalho. João Colin voltou à iniciativa privada embora continuasse seu papel de líder de fato do diretório municipal de Joinville.

Aliás, por força dos dispositivos de ordem constitucional que regem o sistema eleitoral, todo o Secretariado do governo foi reformado em julho de 54. Dizia a lei que os escolhidos pelos diversos partidos para candidatos a postos eletivos deveriam afastar-se em tempo dos cargos que ocupam. Assim, foram substituídos todos os secretários a 2 de julho, por serem candidatos ao próximo pleito, sendo a única exceção João Colin. Os novos Secretários empossados foram : Interior e Justiça - Alcebíades Valério Silveira de Souza ; Viação e Obras Públicas - Aroldo Carneiro de Carvalho; Fazenda - Heriberto Hülse; Segurança Pública - Nelson Nunes de

⁶⁰ O Estado. Florianópolis, 29.05.54, p. 8.

Souza Guimarães; Educação e Saúde - Waldir Busch.⁶¹

5. As Eleições de 1954: Uma Derrota Moral

Precédidas por uma campanha onde a morte de Vargas foi fartamente utilizada pela oposição no sentido de incriminar a UDN estadual por uma ação na qual ela, na verdade, não participou, que foi a de desestabilizar o governo federal a ponto de levar o Presidente ao suicídio, as eleições de 3 de outubro de 54, se não foram uma derrota para o partido do governo, já que melhoram suas bancadas estaduais e federais, também não foram plenamente satisfatórias. As falhas atribuídas ao partido por seus próprios adéptos foram três: a primeira foi a inevitável auto-confiança que o controle do poder dava, levando a que o empenho da oposição em vencer não fosse corretamente avaliado; a segunda, foi a não avaliação do imenso reforço recebido pela oposição com a morte de Vargas e a terceira, e que viria a estourar como uma bomba nas eleições estaduais de 55, foi a necessidade urgente de renovação nos quadros de comando do partido, passando pela inclusão de novos valores que pudessem dar maior assistência a todos os correligionários⁶²

⁶¹ Discurso pronunciado pelo Governador na posse dos novos Secretários de Estado, em 02.07.54. In: BORNHAUSEN, Irineu. Discursos, p.309-311.

⁶² Diário da Tarde. Florianópolis, 30.10.54, p.1

Na verdade, a persistência do partido na manutenção de suas lideranças históricas na disputa eleitoral, levou-o a mais uma vez perder a oportunidade de conseguir sequer uma vaga no Senado Federal, apesar de seus candidatos terem vencido nas tradicionais zonas udenistas que eram o litoral de São Francisco do Sul, a Bacia do Itajaí e a zona do Oeste⁶³. A aliança Social Trabalhista fez os dois senadores pelo Estado, que foram Nereu Ramos e Saulo Ramos. Para a Câmara Federal, a UDN elegeu cinco deputados contra igual número eleito pela AST, sendo que só obteve maioria nas zonas do litoral de São Francisco do Sul e Bacia do Itajaí.

Os deputados federais eleitos pelo partido foram, por ordem de votação: Jorge Lacerda, com 20.247 votos; Afonso Wanderley Júnior, com 19.723 votos; Waldemar Rupp, com 16.893 votos; Hercílio Deeke, com 15.946 votos e Antônio Carlos Konder Reis, com 15.755 votos⁶⁴.

Para a Assembléia Legislativa também, a UDN e o PSD fizeram número igual de deputados. Ambas elegeram quinze representantes, contra cinco eleitos pelo PTB, dois pelo PSP; um pelo PRP e um pelo PDC. O número total de votos desta categoria foi maior para o partido do governo e suas áreas de vi-

⁶³ Vide Anexos.

⁶⁴ 30 ANOS DE JUSTIÇA ELEITORAL, 07.06.45 - 07.06.75. Florianópolis, 1975, p.8.

tória foram as tradicionais zonas do litoral de São Francisco do Sul, Bacia do Itajaí e Oeste, acrescidas por vitórias apertadas nas zonas de Canoinhas e do Rio do Peixe.⁶⁵

Os deputados eleitos pelo partido foram: Afonso Ghizzo, com 5.748 votos; Paulo Konder Bornhausen, com 5.683 votos; Mário Olinger, com 4.469 votos; Francisco E. Canziani, com 4.467 votos; Geraldo M. Günther, com 3.880 votos; Laerte Ramos Vieira, com 3.699 votos; José Waldomiro Silva com 3.685 votos; Mário Orestes Brusa, com 3.628 votos; Antônio Palma, com 3.603 votos; Ruy Hülse, com 3.487 votos; Luiz de Souza, com 3.436 votos; João Caruso Mac Donald com 3.242 votos; Benedito T. de Carvalho Júnior, com 3.166 votos; Clodorico Moreira, com 3.008 votos e Antenor Tavares, com 2.821 votos.⁶⁶

As eleições municipais se realizaram para a escolha de prefeitos e vereadores apenas nos quinze novos municípios criados em dezembro de 1953 e no município de Florianópolis, que até agora tivera seus prefeitos nomeados pelo governador. Nos demais municípios foram renovadas apenas as Câmaras Municipais.

Os resultados obtidos pelo partido do governo ;

⁶⁵ Vide Anexos.

⁶⁶ 30 ANOS DE JUSTIÇA ELEITORAL. 07.06.45-07.06.75. Florianópolis, 1975, p.13.

também nesta instância não lhe foram favoráveis. Dos dezes - seis novos municípios, o PSD concorrendo sozinho ou coligado na AST, fez nove prefeituras, contra sete feitas pela coligação da UDN com os pequenos partidos. Em apenas um município, Papanduva o prefeito eleito foi apoiado pela inédita coligação no Estado, da UDN com o PSD.

Na capital do Estado, a derrota udenista foi das mais difíceis de serem assimiladas, mesmo sendo uma área tradicionalmente pessedista.

O diretório municipal⁶⁷ lançou seu presidente,

⁶⁷ O diretório, registrado sob o acórdão nº 1473 de 24.09.53, era composto por: Presidente - João José de Souza Cabral; Vice-Presidente - Manoel Donato da Luz, Secretário - Waldir Busch, Tesoureiro - Jupy Ulisséa.

Membros: Virgílio Moura, Paulo Fontes, José Augusto da Farias, Waldemar Joaquim da Silva, João Claudino da Rosa, Oscar Cardoso, Eurico Hosterno, Vitor Fontes, Guilherme Ávila, Quincio Silva e Romeu Sebastião Neves.

Suplentes: Hercílio Pedro da Luz, Abílio Mafra, Redusino Silveira, João Pinheiro, Paulo Schlemper, Sebastião Barcelos, Euclides Pereira, Liberato Carioni, Izid Dutra, Jaime Ramos, Nilton Espezim Vieira, Cursino Inácio da Silva, Célio Meira e Joaquim Motter.

In: T.R.E. - SC - Diretórios Regional e Municipais da UDN, arquivado sob a forma do disposto no nº1 da Resolução 7764/65 do T.S.E.

João José de Souza Cabral como candidato à prefeitura. Os concorrentes eram: Osmar Cunha (AST); Manoel de Menezes (PTN) e Lopes Vieira (PSP). Para a Câmara Municipal foram indicados : Gercino Silva, Chefe da bancada udnista na Câmara; Jupy Uliséa, vereador, também com grande participação que o levou a ser reindicado; Osni Mello, já vereador; Jorge da Luz Fontes; Eurico Hosterno; Liberato Carioni; Haroldo Villela; Luiz Eu - gênio Beirão; Oscar Cardoso Filho; Ari Silva; Moacir Pereira; Abel Capela; Roberto Pedroso; João Claudino da Rosa; Joaquim Motter; Zeferino Angelo Piazza; João Torquato da Silva; Hamilton Caminha; Guilherma Ávila e Osvaldo Silveira⁶⁸.

Numa campanha onde as ações da administração do ex-prefeito indicado pelo governador e que também chefiara o município com minoria na Câmara, foram esmiuçadas pela oposição, os resultados deram a vitória ao candidato da AST por quase três mil votos de diferença, obtendo também aquela coligação a maioria na Câmara Municipal.

Os resultados foram: Osmar Cunha (AST) com 9.413 votos; João José de Souza Cabral (UDN) com 6.783 votos; Manoel de Menezes (PTN) com 3.593 votos; Lopes Vieira (PSP), com 993 votos.

⁶⁸Diário da Tarde, Florianópolis, 16.07.54; p.1

Câmara de Vereadores:

PSD - 7.331 votos PSP - 2.401 votos
UDN - 5.624 votos PDC - 1.595 votos.
PTB - 2.870 votos PTN - 717 votos⁶⁹

Na reunião do diretório municipal realizada a 20 de dezembro daquele ano, a derrota da UDN na capital foi analisada. Para o deputado Wanderley Júnior, uma das suas principais causas foi a manutenção de pessoas da oposição em cargos de confiança na prefeitura, as quais trabalharam na campanha eleitoral contra o Governo⁷⁰. Uma análise mais isenta, veria que, além da capital já ser uma zona tradicionalmente pessedista, a proximidade com o poder e todos os desacertos advindos da relação daquele com a Assembléia Legislativa, culminando com o escândalo desvendado pro Osvaldo Cabral naquela casa, foram os mais fortes fatores a influenciar os resultados das urnas.

⁶⁹ Diário da Tarde. Florianópolis, 20.11.54, p.1

⁷⁰ Diário da Tarde. Florianópolis, 21.12.54, p.1

6. O Início da Desagregação, A Campanha Sucessória de 1955.

6.1. O Quadro Nacional

Ao aproximar-se o momento para que os partidos políticos lançassem seus candidatos após o conturbado período decorrente do 24 de agosto, a UDN liderou uma campanha de contestação das eleições com base no fato de que a morte de Vargas descaracterizara a disputa eleitoral. Dizia Carlos Lacerda que "naquelas condições, as eleições seriam uma coisa profundamente totalitária: levar o povo não pela razão, mas pela força de uma emoção incoercível"⁷¹. Nessa linha de raciocínio, Lacerda denunciava que "se armava um golpe contra as instituições democráticas"⁷² pregando a necessidade de um "regime de exceção"⁷³ para que se fizessem as reformas necessárias para a volta do País a um "regime democrático mais autêntico"⁷⁴.

Já o PSD nacional articulava o apoio ao nome de Juscelino Kubitschek à Presidência da República o qual foi formalizado na Convenção Nacional do Partido realizada em dezembro de 54. Tal decisão não foi aceita pelos diretórios estaduais de Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que formaram uma dissidência.

⁷¹ LACERDA, Carlos. Depoimento, Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1978, p.148.

⁷² Ibidem, p.151

⁷³ Ibidem, p.151

⁷⁴ Ibidem, p.151

Para os dissidentes, a tese acertada era a da união nacional em torno de um candidato extrapartidário, civil ou militar, em face da grave crise econômica que punha em perigo a sobrevivência do regime⁷⁵. E, a sobrevivência desta hipótese era incompatível com o lançamento do nome de Kubitschek, já que a UDN não comporia nunca num esquema de apoio a um nome getulista, e o candidato mineiro era identificado como tal.

Uma comissão interpartidária, composta por representantes da UDN, PDC, PL e os dissidentes pessedistas examinou em março de 55 vários nomes alternativos, dentre eles Etelvino Lins, Juarez Távora, Nereu Ramos, Canrobert Pereira da Costa e Carlos Luz, sendo Etelvino Lins o nome a obter maior destaque.

A UDN, a esta época já havia formalizado seu apoio ao General Juarez Távora, que se candidatara pelo PDC. Esse apoio não havia sido unânime no partido, embora tal candidatura tenha durado até abril. Naquele mês a Convenção Nacional do ainda partido do Brigadeiro indicou o ex-governador de Pernambuco Etelvino Lins, dissidente pessedista, como candidato de "união nacional". Tendo como seu principal defensor Carlos Lacerda, que o considerava "o mais udenista de nossos adversários de ontem"⁷⁶, Etelvino teve seu nome oficializado

⁷⁵ Arquivo Etelvino Lins. CPDOC.FGV. Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. PE, Ed. Massangana, 1984, p.164.

⁷⁶ Arquivo UDN, 26.04.55, Cf. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). RJ, Paz e Terra, 1981, p.94.

após ampla discussão em torno das indicações de Carlos Luz e Nereu Ramos, recebendo, na Convenção, 199 votos de um total de 206 convencionais⁷⁷. Com a indicação de Etelvino Lins, a UDN visava obter o apoio dos setores pessedistas descontentes com a candidatura Kubitschek, mas, na verdade, só conseguiu atrair os três diretórios estaduais já dissidentes uma vez que a união em torno da coligação PSD-PTB de apoio ao candidato mineiro se fortalecia. Dentro da própria UDN a inconsistência do apoio ao candidato de "união nacional" se fazia sentir. Para citar dois exemplos, a secção de Pernambuco, tendo em João Cleófas sua figura central, não aceitava em hipótese alguma dar apoio ao seu principal opositor à nível estadual⁷⁸; em Santa Catarina, o diretório regional não via com bons olhos a aliança com o grupo dissidente de Nereu Ramos, botando mesmo lenha na fogueira armada nas hostes pessedistas. Pela primeira vez a palavra de Nereu Ramos deixara de ser lei e o diretório regional de seu partido rachara sob a liderança de Leober to Leal que apoiava a candidatura Kubitschek e pleiteava a indicação de seu nome como candidato à governança do Estado, fe

⁷⁷ Arquivo UDN, 26.04.55. Cf. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). RJ, Paz e Terra, 1981, p.94.

⁷⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. PE, Ed. Massangana, 1984., p.165.

rindo duplamente as pretensões do antigo líder absoluto.

A não absorção do "esquema Etelvino Lins" pelos principais partidos que lhe dariam o respaldo necessário, fez com que em julho o General Juarez Távora rompesse com a Comissão Interpartidária e relançasse seu nome pelo PDC, esvaziando completamente uma candidatura da qual o ex-governador de Pernambuco não só renunciou como explicou as razões de tal gesto em carta-manifesto à Nação.⁷⁹

Já apoiado pelo Partido Democrata Cristão, pelo Partido Socialista Brasileiro e pelo Partido Libertador, o nome de Juarez Távora foi homologado pela Convenção Extraordinária do partido realizada a 31 de julho, numa chapa onde compunha com o presidente nacional Milton Campos, para vice-presidente. A fragilidade de tal chapa ficou patente já na votação dos convencionais que homologaram unanimemente o nome de Milton Campos mas aprovando a candidatura do chamado vice-rei do Norte com 10 votos em branco.⁸⁰

Juarez Távora chegou a visitar Santa Catarina em campanha, ciceroneado por Irineu Bornhausen⁸¹, embora o engajamento do governador naquela candidatura tenha sido inexpressivo.

⁷⁹ Arquivo Etelvino Lins. CPDOC, FGV. Cf. PANDOLFI, Op. cit. p.165.

⁸⁰ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo. RJ, PAz e Terra, 1981, p.96.

⁸¹ O Estado. Florianópolis, 12.08.55, p.1

Muito mais envolvido com as eleições estaduais, e os grandes problemas estruturais por elas gerados no partido, o governador fomentava a divisão nas hostes pessedistas valorizando a fidelidade partidária de Leoberto Leal que marchava com as decisões do diretório nacional de seu partido. Paralelamente, Bornhausen preparava o terreno para a aproximação com o esquema Kubitschek, fato denunciado pela oposição logo após as eleições⁸².

A 3 de outubro de 1955, JK foi eleito Presidente da República. Em Santa Catarina, o candidato vitorioso obteve um total de 132.739 votos contra 89.187 à Juarez Távora que só obteve maioria na zona de Cañoinhas.

Já para a vice-presidência, o candidato udenista se aproximou de seu principal opositor, obtendo 140.284 votos contra 153.854 dados à João Goulart⁸³. Milton Campos dividiu ao meio as zonas eleitorais do Estado obtendo maioria em quatro das oito zonas eleitorais, mais exatamente nas tradicionais zonas udenistas do Litoral de São Francisco do Sul, Bacia do Itajaí, Rio do Peixe e Oeste.⁸⁴

⁸² O ESTADO. Florianópolis, 16.10.55, p.1

⁸³ RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico. Florianópolis, TRE, ano I, nº6, nov-dez, 1960, p.40.

⁸⁴ Ibidem, p.41

6.2. A Luta pelo Controle do Partido: As Eleições Estaduais de 55.

O último ano da administração Irineu Bornhausen, paralelamente ao fato de ser um ano eleitoral, no qual haveriam eleições para a Presidência da República e para o Governo do Estado, foi marcado pelas mais sérias lutas internas já havidas na história udenista em Santa Catarina.

As dissidências que vinham se delineando ao longo dos primeiros quatro anos de governo, sempre em função da mão de ferro com que o governador dominava o partido, vão como que explodir de uma vez só no primeiro semestre de 55.⁸⁵

Os acontecimentos ocorridos no final do ano de 54, com a vitória pouco expressiva obtida pelo partido nas eleições estaduais e municipais e os maus resultados nas eleições para o senado, foram os grandes motivadores para que o governador patrocinasse uma mudança radical de orientação do partido, objetivando a vitória nas eleições para o governo do

⁸⁵ Em 50, quando eleito governador do Estado, Irineu Bornhausen era o presidente do diretório regional de seu partido. Ao assumir passou o cargo para João Bayer Filho, que completou seu mandato. Em 53 a direção do partido foi para Osvaldo Bulcão Vianna, retornando às mãos do governador do Estado em 54.

Estado.

Utilizando-se de dois peões, os deputados estaduais Konder Reis, seu sobrinho, e Paulo Bornhausen, seu filho, o governador orquestrou as mudanças que pretendia para os dias 15 e 16 de fevereiro de 55, onde seriam eleitos o diretório regional para o biênio 55/57 e os delegados do Estado à Convenção Nacional a ser realizada no Rio de Janeiro.⁸⁶

Defendendo a tese de que só com a renovação em seus quadros, a UDN obteria a vitória nas próximas eleições, os dois jovens deputados articularam uma composição do diretório estadual de tal forma que os nomes das lideranças históricas ou foram completamente alijadas como foi o caso do próprio Adolpho Konder e João Colin ou relegados às últimas suplências, como o caso de Aristiliano Ramos e Wanderley Júnior⁸⁷. O diretório, eleito em fevereiro e registrado no TRE sob o acórdão 3192 de 03 de junho, ficou assim composto: Presidente - Heriberto Hülse; Vice-Presidente - Paulo de Tarso da Luz Fontes; Secretário-Geral - Aroldo Carneiro de Carvalho; Sub-Secretário - Clodorico Moreira⁸⁸.

⁸⁶ Diário da Tarde. Florianópolis, 25.02.55, p.1

⁸⁷ Diretório Regional da UDN-SC registrado no TRE sob o acórdão nº 3192 de 03.06.55. In: Diretórios Regional e Municipais da UDN, arquivado sob a forma do disposto no nº 1 da Resolução nº 7764/65 do STE.

⁸⁸ *Ibidem*

O afastamento de Adolpho Konder, com quem já vinha divergindo desde o primeiro ano da política de aproximação do governador com Vargas, pode ser interpretado como o derradeiro golpe dado pelo novo chefe de fato da oligarquia Konder-Bornhausen em seu antigo líder. Era uma questão de demonstração de força política. Já desgastadas e sem força nas urnas, as lideranças históricas de Aristiliano Ramos e Wanderley Júnior, mais a primeira do que a segunda, foram também relegadas em favor das forças jovens. Na verdade, a renovação dos quadros de direção partidária, faziam parte de um projeto pessoal do governador de não só projetar os dois jovens representantes de seu clã familiar, como também, preparar o terreno para a ação mais controversa e inesperada: o lançamento de uma candidatura extra-partidária às eleições governamentais.

Não foi por acaso que o deputado perrepista Jorge Lacerda, reeleito, em 54 com o apoio da UDN, fora eleito um dos representantes da Secção estadual à reunião do Diretório Nacional⁸⁹.

Estava em jogo o controle do partido. Quem ganhasse as eleições seria o líder e já havia, desde fins de 54 uma corrente adepta da candidatura de Wanderley Júnior à presidência do diretório. Ora, retornando a direção partidária às mãos dos udenistas históricos, o projeto pessoal de liderança do governador ficaria prejudicado já que não só

⁸⁹ O Estado. Florianópolis, 30.04.55, p.8.

seus pupilos teriam que caminhar pelas próprias pernas como também a escolha do candidato do partido à sua sucessão tinha fortes chances de recair em João Colin com forte penetração no meio empresarial do norte do Estado e com bastante respaldo do eleitorado udenista em outras regiões do Estado por seu trabalho na Secretaria de Viação e Obras Públicas. Urgia reverter o quadro e essa foi a ação do governador na Convenção Estadual.

O resultado imediato desta reviravolta, foi a renúncia apresentada por Wanderley Júnior ao cargo de líder da bancada udenista catarinense na Câmara Federal⁹⁰.

Paralelamente às discussões e desentendimentos gerados pela Convenção Regional do Partido, o governador convocou extraordinariamente a Assembléia Legislativa para 28 de fevereiro para a apreciação das seguintes proposições: 1 - mensagem sobre a criação do Plano de Obras e Equipamentos que nas palavras do governador era um "plano elaborado por técnicos de reconhecida competência, visando a facilitar a missão dos futuros governadores na solução dos problemas fundamentais do Estado."⁹¹; 2.- mensagem sobre a criação da Secretaria dos Negócios de Saúde e Assistência Social; e 3 - exame de mensagem da legislatura passada que não foram examinadas⁹².

⁹⁰ Diário da Tarde, Florianópolis, 26.02.55, p.1

⁹¹ Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo governador do Estado de Santa Catarina por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Fpolis, 15.04.55, p.8.

⁹² Diário da Tarde. Florianópolis, 25.02.55, p.1

Ao Plano de Obras e Equipamentos, P.O.E., como ficou conhecido, a oposição não poupou críticas durante quase todo o ano, já que este foi o tempo durante o qual foi discutido na Assembléia. Classificado de "visionarismo eleitoral, por Ivo D'Aquino"⁹³, o plano que se propunha a levantar os problemas fundamentais do Estado, preparando o terreno exato para a ação das administrações futuras, foi também criticado por não ter sido elaborado com critérios científicos, levando a apresentação de cálculos errados, como por exemplo o apresentado para os custos das obras de aproveitamento do estreito do Rio Uruguai.⁹⁴

Quanto a proposta de criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, foi negada pela Assembléia Legislativa em abril do mesmo ano.

Na verdade, mais importante do que o jogo de cartas marcadas travado com a oposição na Assembléia, era a luta interna no partido.

No objetivo de mobilizar a opinião pública partidária e os elementos com poder de decisão nas várias instâncias do partido, a imprensa situacionista, principalmente o Diário da Tarde, lançou em março o nome de Heriberto Hül-

⁹³O Estado. Florianópolis, 20.04.55, p.8.

⁹⁴O Estado. Florianópolis, 14.08.55, p.1

se, político sulista ligado ao grupo Lage, proprietário de minas de carvão e recém eleito presidente do diretório regional do partido, à apreciação do eleitorado, como sucessor de Irineu Bornhausen⁹⁵. Entendendo que só uma solução partidária e com total respaldo de todos os correligionários daria a vitória ao partido, a campanha visava, não só a dispersão de votos, mas, principalmente, a não atribuição de votos a candidatos extra-partidários, não integrados na propagação e difusão do programa da agremiação. A aceitação de outra solução era anunciada como a decretação da falência do próprio partido.

O jornal de propriedade de Adolpho Konder insistia no fato de que "não seguir a orientação dos mais sábios e conhecedores da intrincada mecânica política"⁹⁶, levaria o partido não só a perda do controle político e administrativo do Estado, como à cisão irremediável e definitiva, com reflexos perigosos à sua sobrevivência.

Nesta mesma linha de raciocínio, dois outros udenistas históricos se manifestaram com veemência através da imprensa. Wanderley Júnior lançou o seu manifesto "Aos meus Correligionários e Amigos", onde afirma não ser candidato, mas ser contra a apreciação de Jorge Lacerda pela Convenção Partidária que iria lançar o candidato do partido ao governo.

⁹⁵ Diário da Tarde. Florianópolis, 01.03.55, p.1

⁹⁶ Diário da Tarde. Florianópolis, 31.03.55, p.1

Favorável às alianças políticas, este deputado federal defendeu, no entanto, a não abdicação da UDN ao "legítimo, compreensível e incontestável direito de escolher, entre seus correligionários (...) o candidato ao governo do Estado."⁹⁷ O documento também não se absteve ao ataque aos patrocinadores da candidatura perrepista, taxando-os de elementos que (...) "sem tradição política, somente se preocupam com suas desmedidas ambições pessoais"⁹⁸.

O outro a se manifestar foi Aristiliano Ramos, através do editorial de seu jornal Região Serrana, intitulado "Tomando Posição". Também favorável às coligações partidárias, mas não "espúrias ou eivadas de interesses subalternos, pouco condizentes com o altruísmo com que são apresentadas", o editorial renegava o movimento de apoio à candidatura Jorge Lacerda e os elementos que a apoiavam no partido "com tanta desenvoltura sem ascultar a sua receptividade no âmbito do eleitorado e dos chefes que os tem e muitos a UDN em muitos municípios, relegando-os a plano Secundário"⁹⁹

Dois outros fatores, um na estrutura interna do partido, outro externo mas diretamente ligado às questões que se punham em seu interior, vieram radicalizar ainda mais as opiniões udenistas.

⁹⁸ Diário da Tarde, Florianópolis, 24.03.55., p.

⁹⁹ Região Serrana, de Lages, transcrito por O Estado. Florianópolis, 12.04.55, p.1

Tendo chegado ao limite as divergências políticas que há muito se manifestavam entre o governador e seus correligionários de Joinville, no início de março de 55 aquele diretório municipal lançou nota à imprensa, rompendo com o governador do Estado.

Dizia o comunicado:

"O Diretório Municipal da UDN de Joinville, considerando:

- 1º - Que vem há muito sendo direta e ostensivamente hostilizado pelo Sr. Governador do Estado;
- 2º - Que o chefe do Executivo Estadual vem sucessivamente praticando atos procurando ferir correligionários, funcionários estaduais, removendo-os e demitindo-os sem outras razões e objetivos senão os de desprestigiar o Diretório local, chegando mesmo ao ponto de criar Comitê Político neste município com o qual exclusivamente mantém contato;
- 3º - Que na última Convenção Regional ficou positivada a intervenção governamental no sentido de serem eliminados chefes prestigiosos do Partido e afastados da agremiação valores de real expressão no cenário político barriga-verde;
- 4º - Que é pública e notória a intervenção de pessoas estranhas ao município em sua vida política como porta-vozes do governador;
- 5º - Que na realidade existe um estado, oficioso de rompimento por parte do Executivo para com este Diretório, as classes produtoras e o povo desta Comuna;

RESOLVE:

Em sua reunião de hoje, 23 do corrente, por unanimidade de atos e depois de ouvidos os Senho -

res Vereadores, membros do Diretório Distrital e prestigiosos próceres políticos locais, o seguinte:

- a) aceitar o rompimento de relações que lhe foi imposto pelo Sr. Governador do Estado;
- b) dar conhecimento público de que não é responsável pelas transferências e demissões dos funcionários estaduais lotados neste município e considera tais atos dentro dos objetivos que os ditaram, como perseguições mesquinhas e prejudiciais aos interesses do Partido;
- c) dar publicidade de que conseqüentemente não é responsável pelas nomeações substitutivas desses funcionários e com os quais não mantém contato;
- d) dar a mais ampla assistência jurídica aos prejudicados por desmandos e arbitrariedades praticadas por autoridades estaduais neste município;
- e) não manter qualquer contato com o governo estadual enquanto perdurar o atual estado de coisas, não interferindo de modo algum nas nomeações ou remoções de funcionários; (...)"¹⁰⁰

Assinaram a nota todos os dirigentes daquele Diretório Municipal, ou sejam: Presidente - Lauro Carneiro de Loyola; 1º Vice-Presidente - Kossier Zattar; 2º Vice-Presidente - Cel Alire Borges Carneiro; 1º Secretário - Alpheu Carneiro Lins; 2º Secretário - Emílio Stock Jr; Tesoureiro

¹⁰⁰ O Estado. Florianópolis, 03.03.55, p.1

Curt Alvino Monich.

Com esta cisão, declaradamente apoiada por João Colin¹⁰¹, o governo perdia um dos mais fortes diretórios que o partido possuía em todo o Estado. Este era na verdade um preço difícil de ser pago por Irineu Bornhausen que ainda antes da Convenção Estadual do Partido, tentaria negociar a volta do líder joinvillense e de seus liderados para o seio do partido, sabedor que era do peso que representavam.

Paralelamente a este fato, corria o deputado Jorge Lacerda. No intuito de criar uma situação concreta com a qual o partido situacionista se visse sem opções de escolha, articulou o lançamento de seu nome por dois pequenos partidos, aos quais obviamente o PRP daria o endosso necessário.

Já em meados do mês de março o PDC deliberou recomendar aquela candidatura à Convenção Estadual¹⁰², sendo na mesma postura seguido de imediato pelo PSD.

A conclusão destas articulações, foi a assinatura, já no início de abril, de um protocolo entre a UDN, o PDC e o PRP para a escolha em comum do candidato ao governo do Estado, "sendo que convidarão os outros Partidos a participarem dessa coligação"¹⁰³. Esta coligação que de início se chamou "Coligação Política em Santa Catarina" e posteriormente,

¹⁰¹ O Estado. Florianópolis, 03.03.55, p.1

¹⁰² Diário da Tarde. Florianópolis, 18.03.55, p.1

¹⁰³ A Gazeta. Florianópolis, 07.04.55, p.1

"Frente Democrática", foi assinada pelos presidentes dos quatro partidos coligados ou sejam: Heriberto Hülse, pela UDN ; Leopoldo Erig, pelo PSP; Archimedes Monguilhott, pelo PRP e Martinho Callado Júnior pelo PDC.¹⁰⁴

Numa atitude de clara composição com o governador, o Diretório Regional da UDN se reuniu à 27 de abril e lançou nota à imprensa, onde reafirmou sua disposição de indicar o nome de Jorge Lacerda à Convenção Estadual, conforme o estabelecido no protocolo já firmado com os outros partidos,¹⁰⁵

O Governador se cercava por todos os lados, na defesa de sua liderança e de seus objetivos. Era preciso criar uma situação irreversível na orientação a ser seguida já que a unidade partidária estava quebrada. Para aumentar seu respaldo, um novo artifício foi criado no início do mês de abril. Foi articulado o Comitê Pró-Santa Catarina, movimento criado na capital do Estado, composto por (...) "homens de boa vontade, de todas as camadas sociais, apolíticos, que se dispõem a apoiar a ação administrativa do Sr. Irineu Bornhausen". Neste Comitê, podemos identificar pelo menos dois objetivos não declarados, quais sejam, criar condi-

¹⁰⁴ A Gazeta. Florianópolis, 07.04.55, p.1

¹⁰⁵ A Gazeta. Florianópolis, 29.04.55, p.1

ções para a aprovação do POE pela Assembléia Legislativa, na medida em que valorizavam a criatividade administrativa do governador, e por outro lado, dar uma demonstração de sua força aglutinadora. Compunham sua diretoria os senhores: Victor Antônio Peluso - Presidente; Tycho Blake Fernandes - 1º Vice, ; Hélio Bar - 2º Vice; Salvio Oliveira - Secretário Geral ; Haroldo Caldeira - Secretário; Major Fortunato Domingos - Tesoureiro Geral; João Demaria Cavalcanti - Tesoureiro; Adão Miranda, Waldir Grisard; Valdir de O. Santis, Jairo Calado, João Frainer e J.J. Barreto - o Departamento de Propaganda, e Eurico Hosterno era o Coordenador¹⁰⁶. O contra ataque dos udenistas históricos, agora dissidentes, saiu do discurso e passou para a ação efetiva quando em maio, após reunião no Rio de Janeiro, João Colin se declarou candidato ao governo do Estado¹⁰⁷, sendo logo depois lançado pelo diretório de Joinville como seu candidato¹⁰⁸. Paralela a esta ação, Wanderley Júnior intensificou sua campanha em prol de um candidato partidário apesar da Convenção Municipal realizada em Florianópolis ter decidido, na presença e com a aprovação do deputado, que aquele diretório se bateria na Convenção Estadual por uma candidatura partidária, mas, acataria com a máxima dis

¹⁰⁶ Diário da Tarde. Florianópolis, 04.04.55, p.6

¹⁰⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 10.05.55, p.1

¹⁰⁸ Diário da Tarde. Florianópolis, 21.05.55, p.1

ciplina o que ficasse decidido¹⁰⁹.

Acontece que, numa disputa onde estavam envolvidos, por um lado o domínio do Partido e por outro, a própria sobrevivência da estrutura partidária já que haviam riscos e normas devido à fragilização a que fora exposto o Partido que a menos de 5 anos chegara ao poder, todos os recursos eram válidos. Às vésperas da Convenção Estadual, as duas facções em litígio apresentaram suas últimas armas: juntamente com Jorge Lacerda, o governador Bornhausen, em conferência com o dissidente João Colin, propôs o reinício das negociações da aquela liderança com o partido, admitindo mesmo a mudança do candidato caso houvesse acordo¹¹⁰; já os dissidentes, lançaram uma carta aberta ao governador, ao Diretório Regional e ao candidato Jorge Lacerda nos seguintes termos:

"Os signatários da presente, tendo em vista a unidade do Partido e como membros da UDN, maioria e no governo do Estado, delegam poderes aos correligionários: Dep. Tupy Barreto, Dr. Waldir Busch, prefeito Arthur Müller e vereador Gercino Silva para solicitarem ao ilustre Sr. Governador do Estado, o reexame, junto ao Diretório Regional, do problema da sucessão estadual, no sentido da indicação de um nome saído dos seus quadros.

¹⁰⁹ Diário da Tarde, Florianópolis, 21.05.55, p.1

¹¹⁰ O Estado, Florianópolis, 03.06.55, p.1

Confiam no espírito partidário de sua Excia. , para que a UDN, indivisível possa continuar a obra administrativa do atual governo, para felicidade do povo de Santa Catarina mantendo-se a união dos que colaboram para a vitória das eleições de 1950.

Florianópolis, 5 de junho de 1955¹¹¹

Assinou o documento Wanderley Júnior, por delegação de : Adolpho Konder, Aristiliano Ramos, Arthur Müller, João Bayer Filho, Melquiades Fernandes, Waldir Busch, Gercino Silva, Nelson Rosa Brasil, Fernando Ferreira de Melo e Lauro Loyola.

6.2.1. A 6a. Convenção Estadual

Realizada num clima de expectativa, já que persistiam as duas correntes antagônicas no interior da agremiação, a 6a. Convenção Regional Extraordinária da UDN, seção de Santa Catarina se deu na sede do Partido, à época na Rua Trajano nº36, em Florianópolis, nos dias 11 e 12 de junho. Nela estiveram presentes tanto os antigos chefes como a ala jovem que aos poucos vinha se impondo no quadro partidário.

¹¹¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 11.06.55, p.1

Abertos os debates, os pronunciamentos retrataram o clima reinante: Rômulo Borges, representante de São Joaquim concitou os correligionários a se manterem unidos para a grandeza do partido; Gercino Silva discursou sobre a candidatura partidária, gerando inúmeros apartes e Geraldo Mariano Günther contestou o 2º orador dando ênfase às propostas do diretório regional¹¹².

Também na sessão em que se processou a votação, nos discursos para o encaminhamento da mesma, as duas correntes se apresentaram: Falaram sucessivamente Wanderley Júnior, Laerte Ramos Vieira, Henrique Rupp Jr. e Konder Reis.

Conferidos os resultados, Jorge Lacerda obteve 107 votos como candidato ao governo contra 23 dados a Heriberto Hulse, 1 a Aristiliano Ramos e 1 a João José de Souza Cabral.

Para o recém-criado cargo de Vice-Governador, Heriberto Hulse obteve 110 votos contra 17 dados à Jorge Lacerda e 1 a Clodorico Moreira.

Agradecendo a saudação que lhe foi feita em nome do diretório por Aroldo Carneiro de Carvalho, Jorge Lacerda reafirmou sua fidelidade aos compromissos assumidos e declarou que empunharia em sua campanha a bandeira da Frente Democrática a fim de levá-la à vitória.¹¹³

¹¹² UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL, secção de Santa Catarina, Florianópolis, Ata da 3a. sessão de votação da 6a. Convenção Regional Extraordinária de 12 de junho de 1955.

¹¹³ Ibidem.

Vitoriosa a proposta do governador, nunca mais sua recém-conquistada liderança sobre o partido seria a mesma. A divisão nas hostes udenistas ficou aqui estabelecida e o questionamento de sua liderança ficou como um estigma que se manifestaria nas posteriores decisões partidárias. Era o começo da trilha que levaria à perda do poder.

Também em fins de junho, o PSD, após acirrada disputa no partido entre o lançamento dos nomes de Aderbal Ramos da Silva e Leoberto Leal concluiu pelos nomes de Francisco Benjamim Gallotti e José de Miranda Ramos como seus candidatos à governador e vice-governador respectivamente.

Numa campanha onde suas qualidades pessoais como a vasta cultura e excelente oratória foram largamente utilizadas, o candidato Jorge Lacerda atravessou o Estado de Santa Catarina falando em nome da Frente Democrática. As suas afirmações, pautadas numa estratégia política de se fazer aceito pelas hostes udenistas, de que seria o continuador da obra de Irineu Bornhausen, se por um lado lhe renderam votos, por outro foram o principal argumento que contra ele se utilizou a oposição.

Sua vitória, obtida por pequena margem de votos, 3.136 exatamente, foi amplamente contestada pelo PSD com base na maioria absoluta.

As zonas regionais em que os resultados foram mais expressivos para o candidato governista foram o litoral de São Francisco do Sul, Bacia do Itajaí, Rio do Peixe e Oeste. Já o resultado final das eleições para Vice-Governador, só foi concluído após a renovação das urnas de Canoinhas, Cu

ritibanos, Itapiranga, Mondaí, Palhoça, Papanduva e Tangará.

A 5 de agosto, Heriberto Hülse foi eleito por uma diferença de 552 votos de seu adversário José de Miranda. Suas zonas de predomínio foram as mesmas de Jorge Lacerda.

DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM 1954 E MUNICÍPIOS QUE COMPUNHAM CADA ZONA

ZONA DO LITORAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - Araquari, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul.

ZONA DA BACIA DO ITAJAÍ - Blumenau, Brusque, Gaspar, Ibirama, Indaial, Itajaí, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Sul, Rodeio, Taió e Timbó.

ZONA DE FLORIANÓPOLIS - Biguaçu, Florianópolis, Camboriú, Nova Trento, Palhoça, Porto Belo, São José e Tijucas.

ZONA DE LAGUNA - Araranguá, Braço do Norte, Criciúma, Imaruá, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Tubarão, Turvo e Urussanga.

ZONA DE CANOINHAS - Campo Alegre, São Bento do Sul, Canoinhas, Itaiópolis, Mafrá, Papanduva, Porto União e Rio Negrinho.

ZONA DO RIO DO PEIXE - Caçador, Capinzal, Concórdia, Herval D'Oeste, Joaçaba, Piratuba, Seara, Tangará e Videira.

ZONA DO OESTE - Chapecó, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, São Miguel D'Oeste, Xanxerê e Xaxim.

ZONA DOS CAMPOS DE LAGES - Bom Retiro, Campos Novos, Curitibaanos, Lages, São Joaquim e Urubici.

ELEIÇÕES FEDERAIS DE 1954

SENADO FEDERAL

DIVISÃO REGIONAL ZONA	SENADOR				SUPLENTE			
	PSD	PTB	UDN	UDN	PDS	PTB	UDN	UDN
	NEREU RAMOS	SAULO RAMOS	ADOLFO KONDER	ARISTILIA- NO RAMOS	FCO.B. GALLOTTI	RODRIGO LOBO	GENESIO ILINS	JOÃO BAYER FILHO
Lit.S.Fcº do Sul	13037	11745	14655	14184	13037	11745	14655	14184
Bacia do Itajai	29251	23064	32876	31286	29241	23064	32875	31280
Florianópolis	27473	24549	17772	17845	27415	24547	17770	17842
Laguna	30232	29189	20727	21062	30229	29189	20727	21062
Canoinhas	13729	13256	8988	8748	13728	13526	8986	8746
Rio do Peixe	18087	16062	16527	16252	18069	16058	16526	16198
Oeste	9054	8803	11010	10755	9054	8803	11010	10755
Campos de Lages	20117	18689	14350	15398	20106	18683	14351	15295
TOTAL	160980	145627	136905	135530	160879	145615	136900	135362

RESENHA ELEITORAL. Exemplo Estatístico. Florianópolis,

TRE, ano I nº 6, nov/dez, p.47,49.

LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS

DIVISÃO REGIONAL ZONAS	AST	UDN	PSP	PDC
Lit.S. Fco do Sul	13023	15318	369	148
Bacia do Itajai	21825	27919	374	16161
Florianópolis	25222	17167	1450	1988
Laguna	28687	20926	1872	1325
Canoinhas	13890	6953	686	2707
Rio do Peixe	16496	13943	558	4356
Oeste	8930	8642	3152	811
Campos de Lages	18260	14018	259	2854
TOTAL	146333	124886	8720	30350

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico. Florianópolis,

TRE, ano I, nº 6, nov/dez, 1960, p.52

ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1954

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS

DIVISÃO REGIONAL ZONAS	PSD	UDN	PTB	PRP	PSP	PDC	PL
Lit. S. Fcç do Sul	8264	12986	4422	2524	885	53	96
Bacia do Itajai	20246	29343	9110	1474	2526	3929	83
Florianópolis	21480	16514	4000	242	3010	1273	106
Laguna	22162	19003	7472	1367	2953	415	9
Canoinhas	7298	7735	5780	1016	1683	1679	6
Rio do Peixe	14187	14252	1862	227	5230	1047	107
Oeste	5056	7679	2993	2867	2276	432	521
Campos de Lages	17403	13449	2756	86	1064	711	297
TOTAL	116096	120981	38395	9803	19667	9539	1225

RESENHA ELEITORAL. Exemplos Estatístico. Florianópolis,

ano I, nº 6, nov/dez. 1960, p.59

PREFEITOS ELEITOS

MUNICÍPIOS	PREFEITO	PARTIDO
Braço do Norte	Dorvalino Locks	PSD-PRP
Dionísio Cerqueira	Hélio Wassun	UDN-PTB
Florianópolis	Osmar Cunha	AST
Herval D'Oeste	Luiz Dalla Costa	PSD-PTB
Itapiranga	Artur Goerck	UDN-PRP
Mondaí	Armando Stanger	UDN-PSP
Palmitos	Avelino Alves Triêhes	UDN-PRP
Papanduva	José Guimarães Ribas	PSD-UDN
Presidente Getúlio	Cecília Ax	PTB-PSD
Rio Negrinho	Frederico Lampe	AST
São Carlos	Albino Schoenberger	UDN-PRP
São Miguel d'Oeste	Olímpio Dal Magro	UDN-PRP
Seára	Biázio Aurélio Paludo	PSD
Sombrio	Santelmo Borba	PSD
Xanxerê	Adílio Fontes	PSD
Xaxim	Luiz Lunardi	PSD

Dados esparços colhidos no Jornal O Estadô,
durante o mês de outubro de 1954.

PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DIVISÃO REGIONAL	P R E S I D E N T E						VICE-PRESIDENTE		
	JUAREZ TÁVORA	ADHEMAR DE BARROS	PLINIO SALGADO	JUSCELINO KUBITSCHEK	JOÃO GOULART	MILTON CAMPOS	DANION COELHO		
LIT. DO S.FRANCISCO DO SUL	6.004	6.300	8.359	11.065	13.742	13.952	1.347		
BACIA DO ITAJAI	13.963	16.409	22.428	20.539	25.476	37.402	4.019		
FLORIANÓPOLIS	17.790	6.901	3.025	24.688	27.143	22.115	1.598		
LAGUNA	14.309	6.581	8.528	31.180	34.537	22.796	1.527		
RIO DO PEIXE	6.288	3.576	5.992	10.426	12.072	9.942	1.282		
CANOINHAS	13.505	6.880	4.440	12.596	15.101	18.743	1.878		
OESTE	4.725	5.265	4.795	5.919	7.435	9.391	1.644		
CAMPOS DE LAGES	12.603	5.649	1.595	16.326	18.348	14.943	1.456		
TOTAL	89.187	57.561	59.162	132.739	153.854	149.284	14.751		

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico
 Florianópolis, TRE, ano I n.6, nov.dez.
 1960 p. 41.

DIVISÃO REGIONAL ZONAS	GOVERNADOR			VICE-GOVERNADOR	
	Francisco Benjamin Gallotti	Jorge Lacerda	José de Miranda Ramos	Heriberto Htlse	
LIT. DE SÃO FRANCISCO DO SUL	15.433	16.584	15.512	16.326	
BACIA DO ITAJAI	32.357	41.423	31.986	41.436	
FLORIANÓPOLIS	28.589	24.459	28.653	24.574	
LAGUNA	33.660	27.343	33.590	26.823	
CANOINHAS	13.351	13.145	14.487	12.029	
RIO DO PEIXE	17.208	20.218	17.240	20.325	
OESTE	8.730	12.267	9.204	12.196	
CAMPOS DE LAGES	20.084	17.109	19.848	17.363	
TOTAL	169.412	172.548	170.520	171.072	

RESENHA ELEITORAL - Exemplar Estatístico.

Florianópolis - TRE, ano I, n. 6, nov.dez.

1960 p. 9,54

CAPÍTULO VI

O GOVERNO JORGE LACERDA

VI - O GOVERNO JORGE LACERDA

1. Antecedentes

Apoiado por Irineu Bornhausen por uma questão es tratégica que em síntese pode ser entendida como o mais viável caminho para a manutenção do poder em mãos da oligarquia por ele chefiada, Jorge Lacerda chegou também ao poder... "mais pe lo seu esforço individual, pela sua popularidade, do que pelo valor das forças políticas que o apoiaram, embora fossem poderosas"¹. A verdade é que o ex-deputado perrepista, nas eleições federais de 1954, nas quais o partido do governo não obte ve os resultados esperados, foi o candidato mais votado. A per cepção do fato por Irineu Bornhausen, aliada às pretensões futuras e de domínio do partido, o levaram a apoiar o candidato, atropelando as pretensões de Wanderley Júnior e de João Colin.

A derrota imposta a uma coligação que parecia in vencível, faz com que o carisma pessoal de Jorge Lacerda seja posto na balança ao se analisar sua vitória em 55.

Embora tenha governado Santa Catarina por um cur

¹ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Discurso pronunciado no Senado Federal. In: LACERDA, Jorge, Democracia e Nação. Discursos políticos e literários (obra póstuma). RJ, José Olympio ; 1960. p.243-4.

to período de três anos, o novo governador se deparou com diversas ordens de problemas que puseram em teste sua habilidade política.

O panorama nacional que já vinha tumultuando desde a morte de Vargas, se agravando desde o começo de 55 quando das tentativas de composição partidária para a indicação do candidato à Presidência da República, se agravara com a fixação do PSD e do PTB no nome de Juscelino Kubistscheck e com sua posterior vitória no pleito de 3 de outubro. As oposições, onde despontavam a UDN e os militares que ajudaram no golpe de agosto de 54 que levou Café Filho e posteriormente Carlos Luz ao poder, orquestraram uma campanha de contestação dos resultados na qual a tese de necessidade da maioria absoluta para a eleição do Presidente da República vinha aliada à acusação de apoio comunista ao candidato vitorioso. Prevendo nessa campanha a consumação de um golpe civil-militar contra a posse de Kubistschek, o General Lott, Ministro da Guerra articulou um contra-golpe preventivo, o qual foi posto em prática na madrugada de 11 de novembro de 1955, que se propunha ao "retorno da situação aos quadros normais do regime constitucional vigente"², conforme afirmou o General em sua Proclamação ao País naquela madrugada.

² CARONE, Edgard. A Quarta República (1945-1964). SP, DIFEL, 1980, p.79-80.

Com o contra-golpe, o Presidente da Câmara dos Deputados, que estava legalmente investido das funções de Presidente da República foi declarado impedido por moção aprovada pela Câmara e pelo Senado. Foi então, constituído um novo governo no País, chefiado pelo vice-presidente do Senado, o catarinense Nereu Ramos, que por precaução, governou em estado-de-sítio até a posse definitiva de Juscelino Kubistschek. Tal facto, aliás, configurou-se como absolutamente insólito, já que Nereu era dos cabeças da oposição ao nome do candidato mineiro para a Presidência da República.

A 31 de janeiro o novo Presidente assumiu um governo que, embora a historiografia oficial exalte apenas seu lado desenvolvimentista, foi dos mais conturbados da chamada Quarta República³.

Utilizando-se mais uma vez de seus métodos desestabilizadores como forma de ação contestatória aos resultados das urnas, a direita, e nela incluímos a UDN e facções que a apoiavam nas forças armadas, principalmente na Aeronáutica, se utilizou da nova onda conspiratória iniciada naquela força, para contestar o governo constituído. A fuga do Major Haroldo Veloso e do Capitão José Lameirão, ambos da Aeronáutica para Jacareacanga na Amazônia onde pretendiam instalar um foco de reação ao governo, foi utilizado como cavalo de batalha para a

³ Usamos aqui a denominação dada por CARONE, Edgard, Op. cit.

contestação da posse do Presidente e para a tentativa de desencadeamento da campanha em prol do Parlamentarismo, com o objetivo de diminuir os poderes do chefe do Executivo. Enfim, durante todo o governo Kubistschek, a direita esteve organizada combatendo o Presidente e seu Ministro da Guerra, o General Teixeira Lott. Foi a época do surgimento da Ação Democrática, movimento pautado em idéias moralistas e saneadoras que visavam a "reforma dos costumes políticos e sociais" com base na pregação dicotômica "ou fazemos a revolução democrática à brasileira, ou os comunistas farão, à moda russa, pelo terror e pelo sangue, sua revolução"⁴; foi a época de insubordinações nas forças armadas, principalmente na Aeronáutica, as quais mesmo após a anistia concedida em maio de 56 aos envolvidos no movimento de novembro de 55, persistem até culminarem com a sublevação de Aragarças, quando em dezembro de 1959 cinco oficiais da Aeronáutica e dois majores do Exército se dirigiram para aquele ponto do Brasil Central para de lá organizarem a reação ao Governo Federal. Em síntese, o governo Kubistschek, paralelo ao fato de ter sido um momento decisivo para a modernização da economia nacional, foi também o momento em que a direita promoveu o seu primeiro ensaio geral do que seria a Revolução de 1964.

⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1956, v.VI, p.49-53, 25,04 56. Apud. CARONE, Edgard, Op. cit. p.103-109.

Em Santa Catarina, o quadro também foi bastante conturbado neste período, dado evidentemente às ocorrências à nível nacional mas com suas principais nuances estabelecidas pelo jogo do poder à nível regional.

Na cena nacional, a qual era assistida com a cautela que a distância e o momento impunham, destacou-se mais uma vez uma figura que os catarinenses já haviam se acostumado a ver brilhar no Distrito Federal. Nereu Ramos chegara à Presidência da República.

Acontece que, a defesa da Constituição e dos resultados das urnas à 3 de outubro, da qual o ex-senador passara a ser o supremo guardião, não se dava com o mesmo ímpeto em terras catarinenses. Ali, era o PSD que contestava os resultados das urnas, num recurso encaminhado ao TRE, onde pedia a cassação do diploma do Governador eleito bem como a anulação do pleito praticamente em todo o Estado, com base na suposta fraude da inclusão de eleitores mais de uma vez em folhas de votação⁵. Tal contestação não teve o resultado esperado, tanto que Jorge Lacerda assumiu na data prevista.

Voltando ao curto período em que o senador catarinense exerceu a Presidência da República, convém assinalar que a UDN Estadual, liderada pelo Governador em fim de mandato tomou atitudes que, embora coerentes dentro do jogo político estadual, foram absolutamente díspares da postura adotada

⁵A GAZETA. Florianópolis, 03.01.56, p.1

pela direção nacional do partido.

Entendendo nas mudanças promovidas nos cargos federais em Santa Catarina⁶, o dedo revanchista do novo Presidente, Irineu Bornhausen fez apelos veementes ao Ministro da Guerra, solicitando a interferência direta daquela autoridade no que entendia como abuso do poder do Presidente da República⁷. Em síntese, não afastada a hipótese de que mais do que mudanças de praxe em função da troca de governo, Nereu realmente poderia ter promovido o remanejamento nos cargos com o objetivo de desalojar elementos ligados ao governador, dos cargos de mando e portanto, de ação clientelística, o recurso às forças armadas era no mínimo um convite a um novo golpe de Estado.

O insólito recurso do Governador ao principal articulador do afastamento de seu partido do poder à nível federal, aliava-se às ações do Presidente da República e os dois, num País sob estado-de-sítio, agiam como se suas rivalidades re

⁶Os cargos que tiveram suas direções substituídas foram: Direção da Estrada de Ferro Tereza Cristina; Inspetor Regional do Serviço de Expansão do Trigo, Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos; Administração da Sociedade Colonizadora Hanseática; Chefia da Secção Fomento Agrícola de Santa Catarina; ; Presidência da Caixa Econômica Federal; Presidência da Comissão de Abastecimento e Preços (CAP). A GAZETA. Florianópolis, 18.01.56, p.1.

⁷Ibidem, p.1

gionais não pudessem, com uma atitude como a do Governador , deteriorar toda uma situação nacional em precário equilíbrio.

2. Um Governo com Rédeas Curtas

Logo após os resultados das eleições de 55, o PSD de Santa Catarina, derrotado, desencadeou uma ação de contestação dos resultados. Nos moldes da tão criticada ação udenista contra os resultados das eleições federais, o PSD encaminhou recurso ao TRE solicitando a cassação do diploma do Governador eleito, bem como a anulação do pleito praticamente em todo o Estado, com base na suposta fraude da inclusão de eleitores mais de uma vez em folhas de votação⁸. Não aprovado o recurso, Jorge Lacerda foi empossado na data prevista, tendo que enfrentar a partir daí, as pressões dos partidos coliga - dos com os quais se comprometera, de um lado, e a toda poderosa UDN, ávida de controle dos postos chaves da administração estadual, de outro.

A primeira grande prova para o Governador que se propunha a governar com todos os partidos que o apoiavam , foi a composição de seu secretariado..

⁸ A GAZETA. Florianópolis, 03.01.56; p.1

Eminentemente udenista, é como se pode definir o primeiro escalão governamental composto por Jorge Lacerda.

Nele, as únicas concessões feitas aos compromissos já acertados com os partidos coligados, foi a nomeação do Secretário da Educação e Cultura, já acertado não formalmente com o PDC desde a campanha de 55^a e do Secretário de Segurança Pública, respectivamente membros do PDC e do PSP.

A composição do Secretariado de Jorge Lacerda foi: Secretaria da Viação e Obras Públicas - Aroldo Carneiro de Carvalho/UDN; Secretaria da Agricultura - Mário Orestes Brusa / UDN; Secretaria da Educação e Cultura - Rubens Nazareno Neves/PDC; Secretaria do Interior e Justiça - Brasília Celestino de Oliveira/UDN; Secretaria da Fazenda - Hercílio Deeke/UDN; Secretaria da Saúde e Assistência Social¹⁰ - Paulo de Tarso da Luz

⁹ Tal acordo foi confirmado mais tarde pelo vereador pedecista Nereu do Vale Pereira, que denunciou as pressões udenistas para o não cumprimento do mesmo pelo Governador. Apud. O Estado, Florianópolis, 14.07.56, p.1

¹⁰ A Secretaria de Saúde e Assistência Social foi criada à 25.01.55, desmembrada da antiga Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social. Ficaram subordinados à nova Secretaria os serviços referentes à Saúde e Assistência Social, desempenhados pelo Departamento de Saúde Pública e Abrigo de Menores. Passaram também, a integrar a referida Secretaria os hospitais Nereu Ramos, Colônia Santana e Colônia Santa Tereza. Apud. A Gazeta. Florianópolis, 26.01.56, p.1

Fontes/UDN; Secretaria da Segurança Pública - Pelággio Parigot de Souza/PSP; Secretário do Governo - Altino Flores/UDN¹¹.

Como se pode observar, era um secretariado Borhauseano, ou seja, nele despontavam os elementos de confiança do ex-governador, mesmo sendo dois advindos de quadros não udenistas. Era preciso manter o controle da máquina e azeitá-la para as eleições de 58 e 60, para os quais o ex-governador tinha planos definitivos de volta ao poder.

O preço, portanto, a ser pago pelo novo Governador, já estava calculado quando de sua indicação pelo partido do governo: era a total obediência aos interesses udenistas. Essa obediência foi cobrada sempre de muito perto e tal cobrança em nenhum momento teve o pudor de parecer discreta, como demonstraremos.

Não satisfeito com a criação do P.O.E., no fim de seu Governo, o ex-governador solicitaria ainda, a aprovação pela Assembléia Legislativa para a criação de uma assessoria técnica para o governo¹². Tal assessoria, subordinada diretamente ao Poder Executivo, soava como mais um instrumento de controle de Irineu sobre o novo governo que se instalava.

Empossado o Governador e seu Secretariado, logo se iniciou o trabalho de cooptação das oposições. Paralelamente

¹¹ A Gazeta, Florianópolis, 02.02.56, p.1

¹² O Estado, Florianópolis, 01.03.56, p.6

te a uma ação junto ao prefeito Osmar Cunha, da Capital, no sentido de uma harmonização dos trabalhos da prefeitura e do Governo, abstraindo-se as posições partidárias no objetivo da eficácia administrativa¹³, o Governador costurava uma aliança com o PTB. Trazer para a Frente Democrática o partido comprovadamente fiel da balança eleitoral no Estado, era um passo importante para a consolidação do governo já que ficaria com maioria folgada na Assembléia Legislativa. Somando os dezoito deputados da Frente Democrática com os cinco do PTB, o governo passaria a ter na Assembléia uma maioria composta de vinte e quatro deputados contra quinze do PSD.

Para tal empreitada, a principal cartada era a criação da Secretaria do Trabalho, que seria oferecida aquele partido. A Assembléia foi convocada extraordinariamente para 5 de março, um mês antes do início normal das suas atividades anuais e o projeto acabou sendo aprovado a 4 de abril¹⁴.

Nas negociações para a composição da Mesa da Assembléia Legislativa, a mão de ferro do ex-governador também esteve presente, demonstrando definitivamente que a última palavra era dada pelo grupo por ele chefiado.

O Deputado Luiz de Souza, líder do Governo na Assembléia, negociara com o PSD e o PTB o lançamento de uma

¹³ A Gazeta: Florianópolis, 01.03.56, p.6

¹⁴ A Gazeta. Florianópolis, 07.04.56, p.1

chapa na qual seria o Presidente. Tal acordo foi assinado pelos presidentes do PSD, do PTB, do PRP (partido de Luiz de Souza e do Governador), e por mais quinze deputados do PSD, quatro do PTB e dois do PRP, ficando portanto, garantida a vitória da chapa¹⁵. Revertendo toda a expectativa, o Governador interveio diretamente na eleição articulando a quebra do acordo por deputados do PRP e do PTB, os quais vieram a compor a chapa encabeçada por Paulo Bornhausen, filho do ex-governador. A Mesa eleita para o período legislativo de abril de 56 a abril de 57 foi a seguinte: Presidente Paulo Könder Bornhausen (UDN); 1º Vice-Presidente Clodorico Moreira (UDN); 2º Vice-Presidente Livadário Nóbrega (PRP)¹⁶; 1º Secretário Volney Colaço de Oliveira (PSP); 2º Secretário Estanişlau Romanovski¹⁷ (PTB); Suplentes Mário Olinger (UDN) e João Caruso Mac Donald (UDN)¹⁸

A vitória mais uma vez foi de Irineu Bornhausen e não do governador já que o poder de pressão do primeiro aumentara enormemente sobre o segundo. Por outro lado, o PRP sairia desmoralizado do episódio, tanto que o líder do governo se licenciou por dois meses do cargo, "para tratamento de saúde"¹⁹.

¹⁵ O Estado. Florianópolis, 07.04.56, p.1

¹⁶ Um dos signatários do acordo PSD-PTB-PRP. O outro era o próprio Luiz de Souza.

¹⁷ Um dos signatários do acordo citado, pelo PTB.

¹⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina. Suas legislaturas e legisladores: 1835 à 1974. Florianópolis, Lunardelli, s/d. p.91.

¹⁹ O Estado. Florianópolis, 07.04.56, p.1

Passado pouco mais de um mês de gestão de Paulo Bornhausen na Presidência da Assembléia Legislativa, aquela Casa foi destruída por incêndio sobre o qual posteriormente foi lançada a suspeita de ter sido criminoso, embora nada tenha sido provado.

Pressionado politicamente em seu Estado, o governador de Santa Catarina tinha livre trânsito no Distrito Federal onde já tinha trabalhado como jornalista, chegando mesmo a dirigir o Suplemento Literário "Letras e Artes" do Jornal A Manhã, época em que se destacou no movimento Integralista Brasileiro²⁰, - onde qual já militava desde os tempos de estudante de medicina - e onde exercera sua função de deputado federal de 1950 à 1954. Foi esse trânsito de maior importância para o governador quando, em junho, pouco mais de quatro meses após sua posse, o PSD, catarinense resolveu retomar o processo de impugnação dos resultados das eleições de 55. Tal fato teria menor relevo, não fosse um de seus principais articuladores o próprio Nereu Ramos, diretamente envolvido na questão. Na instância estadual, cumpria acionar seus irmãos Celso Ramos, presidente do Diretório Estadual e Joaquim Ramos deputado federal, para mobilizarem o partido e mesmo a opinião pública à nível nacional, para as fraudes que denunciavam. Para tais empreendimentos, foi utilizada largamente a imprensa, não só regional

²⁰ CORRÊA, Carlos Humberto. Os governantes de Santa Catarina de 1739 à 1982. Florianópolis, UFSC, 1983, p.170.

mo a do Distrito Federal, na publicação de documento-bomba , onde as fraudes ocorridas no Estado foram denunciadas²¹ .

Ocorre que, em sendo aceita pelo TSE a não preclusão dos prazos para os recursos interpostos pelo PSD catarinense após a posse do governador, estaria aberto o caminho para o mesmo expediente em relação ao governo federal. Tal similaridade fez com que o próprio Presidente Juscelino Kubitschek tenha se solidarizado com Jorge Lacerda dizendo "não quero que aconteça com você o que queriam fazer comigo"²² . Tal frase, difundida pela imprensa catarinense e carioca, atingia diretamente o Ministro da Justiça, já que era ele o articulador do movimento para a deposição do governador catarinense.

Por outro lado, os jornais não demonstraram um grande envolvimento do principal partido de apoio ao governador nos fatos. O próprio Jorge Lacerda se deslocou pessoalmente para o Distrito Federal para acompanhar o caso e articular seus esquemas de apoio na área federal. Isto nos leva a supor com base aliás numa análise feita pelo jornalista Rubens de Arruda Ramos, Diretor do Jornal oposicionista o Estado, que a UDN tinha interesse em que o TSE desse provimento ao recurso e que sua tramitação durasse o maior tempo possível. Isso por que, cassado o diploma do governador, assumiria, por não ter

²¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 22.06.56, p.1

²² Diário da Tarde. Florianópolis, 19.06.56, p.1

sido ainda, eleito o vice-governador, o presidente da Assembléia Legislativa, Paulo Bornhausen, que não encontraria dificuldades em reeleger-se na Assembléia Legislativa²³. É um argumento válido, dadas as comprovadas articulações armadas desde 54 com os objetivos claros da manutenção do clã Bornhausen no poder.

Finalmente, a dois de julho, o TSE confirmou o mandato do governador catarinense, pondo fim às especulações partidárias.

A renovação das eleições para a Vice-governança foram marcadas para 5 de agosto e Heriberto Hülse foi empossado em 25 daquele mês²⁴.

Também em 57, a formação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, apesar dos incômodos que causara ao desempenho do governador a direção anterior, obedeceu a critérios eminentemente traçados pelo ex-governador. Num remanejamento onde apenas duas peças foram trocadas, a direção daquela Casa ficou assim constituída: Presidente Ruy Hülse (UDN); 1º Vice-Presidente Clodorico Moreira (UDN); 2º Vice-Presidente João Caruso Mac Donald (UDN); 1º Secretário Volney Colação de Oliveria (PSP); 2º Secretário Estanislau Romanowski (PTB); Suplentes: Mário Olinger (UDN) e José Waldomiro Silva (UDN)²⁵.

²³ O Estado, Florianópolis, 20.06.56, p.1

²⁴ A Gazeta, Florianópolis, 25.08.56, p.1

²⁵ CABRAL, Oswaldo R. Op. cit. p.91.

A liderança do governo na Assembléia Legislativa continuou a ser exercida por Laerte Ramos Vieira, que assumira em novembro de 56 com a renúncia de Luiz de Souza²⁶.

Já neste ano, a harmonia entre os partidos da Frente Democrática começou a se desarticular. Com uma maioria teórica na Assembléia, o governador começou a ter alguns projetos vetados pela bancada udenista²⁷, bem como a vetar projetos advindos daquela bancada²⁸. O próprio líder do governo dava declarações de que era apenas líder da bancada udenista, não funcionando mais a maioria governista na Assembléia, por falta de coordenação do governo²⁹.

Datam daí as aproximações do governador com o PSD, principalmente com a facção dissidente de Leoberto Leal, ao mesmo tempo em que o ex-governador, perdendo por vezes o controle da maioria composta pelos partidos da Frente Democrática, inicia também, articulações visando acordo com o PSD, para o "fortalecimento do governo Jorge Lacerda", já que só assim o governador voltaria a ter maioria na Assembléia.

O ano de 1958, apresentava-se como um ano político. Marcadas para 3 de outubro as eleições para o Senado Fe

²⁶ A Gazeta. Florianópolis, 01.11.56, p.1

²⁷ Diário da Tarde. Florianópolis, 29.08.57, p.1

²⁸ O Estado. Florianópolis, 17.01.57, p.11

²⁹ Diário da Tarde. Florianópolis, 31.07.57, p.1

deral, Câmara Federal, Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, o pleito seria a grande prévia para as eleições de 60 onde seria escolhido o novo governador do Estado.

As articulações em torno das alianças começaram a ser alinhavadas desde cedo. Persistiam as tentativas de acordo com o PSD, com o PTB, e com os antigos formadores da Frente Democrática que a esta altura estava desintegrada. O PL em declaração de Ermenegildo Corbeline, dizia ser contra coligações com a UDN, já que "aliar-se é comprometer-se (...) e perder sua liberdade de ação"³⁰.

Em meio a tais articulações, apresentava-se um fato novo a intervir diretamente nas manobras políticas do governador Jorge Lacerda e em seu sistema de apoio. O PSD lançara em meados de 57 a candidatura do chefe integralista Plínio Salgado a uma cadeira no Senado pelo Estado de Santa Catarina, transcendendo tal candidatura aos limites partidários regionais.

Vizava obter para o candidato o apoio de todos os partidos, inclusive da UDN, colocando assim os dois partidos em condições de igualdade, evitando transformar o pleito de 3 de outubro na preliminar da disputa de 60. Paralela a atitude pessedista, a UDN catarinense se apressou a forçar o PRP estadual, partido do governador, a assinar um protocolo de

³⁰ Diário da Tarde. Florianópolis, 10.01.58, p.1

adesão ao candidato que ela lançasse a senatária em 58 e ao governo em 60. Quando então, após convenção nacional realizada em fevereiro de 58, o PRP autorizou seu diretório regional a fazer consultas aos demais partidos, inclusive a UDN, sobre o lançamento daquele líder como candidato ao Senado por Santa Catarina numa frente partidária, o ex-governador Irineu Bornhausen antecipou-se a Convenção Regional daquele Partido e atropelando os fatos, deu uma entrevista coletiva à imprensa investindo contra Plínio Salgado, acusando-o de responsável pela morte de Vargas, no direto objetivo de intrigá-lo com o PTB³¹. A candidatura do líder integralista foi retirada mas as reações causadas pela corrida política de Irineu Bornhausen já foram apontadas como causadoras de sua futura derrota em 60 já que mais uma vez demonstravam seu desrespeito aos aliados mais fracos.³²

As vésperas da formação da nova Mesa da Assembleia Legislativa, a UDN mais uma vez conseguiu intervir nas negociações, desfazendo acordo já firmado entre o PSD e o PTB, angariando assim, o apoio deste último partido para sua chapa. No acordo UDN-PTB ficaram previstos: a) formação da dupla Irineu Bornhausen - Carlos Gomes de Oliveira para o senado, sendo respectivamente titular e suplente; b) na chapa pa-

³¹ Diário da Tarde. Florianópolis, 21.03.58, p.1.

³² Idem, p.1

ra a Mesa da Assembléia o PTB ficaria com a presidência e duas secretarias; c) apoio à dobradinha Irineu-Saulo Ramos para o governo do Estado em 60³³.

Frutos desse acordo foram portanto, a indicação de nomes trabalhistas para Secretarias de Estado e a apresentação pelo governo da chapa vitoriosa para a Mesa da Assembléia Legislativa que ficou assim composta: Presidente José de Miranda Ramos (PTB); 1º Vice-Presidente Braz Joaquim Alves (PTB); 2º Vice-Presidente João Caruso Mac Donald (UDN); 1º Secretário Romeu Sebastião Neves (UDN); 2º Secretário José Waldomiro Silva (UDN); Suplente: Olice Pedra Caldas (PTB)³⁴.

Mesmo supostamente vitorioso na Assembléia, o governo persistia dividido. Os arranjos mais uma vez tinham sido feitos em favor do ex-governador. Jorge Lacerda, apoiado em dissidências udenistas, petebistas, por pequenos partidos e pela quase dissidência pessedista comandada por Leoberto Leal, articulava uma força capaz de derrotar os grupos dominantes liderados pelos Ramos e pelos Konder-Bornhausen, visando estabelecer uma reformulação geral na política catarinense³⁵.

Tais mudanças em curso foram interrompidas quando em 16 de junho, dia seguinte da Convenção Estadual do PSD

³³ Diário da Tarde. Florianópolis, 01.04.58, p.1

³⁴ CABRAL, Oswaldo R. Op. dit. p.92.

³⁵ LENZI, C.A.S. Op. cit. p.172.

que lançara Celso Ramos como candidato ao Senado, acompanhado pelo nome do perrepista Jade Magalhães para a suplência, um acidente aéreo matou Jorge Lacerda, Leoberto Leal e Nereu Ramos, três das peças de maior relevo no jogo político travado em Santa Catarina.

No dia 17 de junho, Heriberto Hülse, assumiu o poder.³⁶

Passado o impasse que abalou os principais partidos políticos do Estado, foram retomadas as negociações para as eleições de outubro.

³⁶ A 16 de junho Heriberto Hülse havia tomado posse interinamente quando do embarque de Jorge Lacerda para o Rio de Janeiro. Só no dia seguinte, ao ser confirmada a morte do Governador Heriberto Hülse foi empossado governador do Estado. Tais datas não estão oficializadas já que não havia livro de registro de posse de vice-governadores em Santa Catarina, até o governo Ivo Silveira.

CAPÍTULO VII

O GOVERNO HERIBERTO HULSE: A OLIGARQUIA PERDE O PODER

VII - O GOVERNO HERIBERTO HULSE -, A OLIGARQUIA PERDE O PODER

Tendo assumido o governo num período extremamente tumultuado, onde a fatalidade havia atingido diretamente as duas mais fortes agremiações políticas do Estado e onde ao mesmo tempo não havia tempo a perder já que faltavam apenas três meses para as eleições majoritárias e proporcionais de 58, Heriberto Hulse procurou seguir os ditames traçados por seu antecessor no que se referia à administração estadual, embora tenha encontrado as finanças do Estado combalidas pela arrojada ação empreendedora de Jorge Lacerda.

Encontrando ainda, o partido dividido, já que Jorge Lacerda e Irineu Bornhausen estavam rompidos quando da morte do primeiro, procurou reaglutinar as forças ludênistas em vista das eleições de 58 e 60.

Ocorre, que, embora tenha se envolvido nas eleições que fizeram o Senador e o aumento da bancada do partido na Assembléia Legislativa, Heriberto Hulse não possuía um carisma pessoal como os de Irineu Bornhausen, hábil no contato político, e Jorge Lacerda, brilhante figura do intelectual empreendedor e interessado no desenvolvimento do Estado a qualquer preço.

O novo Governador do Estado, adotou para a sua administração medidas espartanas de controle de gastos as quais encontraram reação dentro de seu próprio partido.

Seu braço direito no governo foi o deputado estadual Sebastião Neves a quem deu uma "postura de primeiro mi

nistro", trazendo-o para seu auxiliar direto¹.

Para a composição da Mesa da Assembléia Legislativa, embora com maioria, o governador negociou com o PTB e com os pequenos partidos; fazendo com que em 59, a direção eleita para a Assembléia fosse: Presidente Braz Joaquim Alves (PTB); 1º Vice-Presidente Walter Roussenq (PTB); 2º Vice-Presidente Mário Orestes Brusa (UDN); 1º Secretário Eduardo Santos Lins (UDN); 2º Secretário Tupy Barreto (UDN); Suplentes: José Waldomiro Silva (UDN) e Paulino Búrigo (PTB)².

O controle absoluto exercido sobre o governo, fazia com que houvessem respingos sobre a Assembléia Legislativa, não deixando margem a uma ação com um mínimo de independência. Tal fato fez com que Eduardo Santos Lins, o deputado estadual mais votado pelo partido, renunciasse ao cargo de Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa³.

Ainda sobre o governo Heriberto Hülse, cumpre observar que Paulo Bornhausen saiu da cena política estadual. Bômiôe irreverente, sofreu forte campanha de descrédito pela imprensa oposicionista, que aliás escolhera para bode expiatório do pai desde as vésperas das eleições de 54.

A morte de João Colin em 1957, havia deixado o norte do Estado sem uma liderança efetiva das hostes udenistas. Exatamente nesta brecha aberta na região por onde se lançara

¹ LINS, E.S. Entrevista citada.

² CABRAL, O.R. Op. cit. p.93.

³ LINS, E.S. Entrevista citada.

candidato pela primeira vez a um cargo eletivo, foi que o filho do ex-governador escolheu para plantar sua liderança. Estabeleceu-se na cidade de Joinville com um escritório de advocacia, ao mesmo tempo em que administrava empresas de propriedade de sua família, como a Fábrica de Máquinas Raimann S/A⁴.

Na intenção de impor-se como líder, Paulo Bornhausen encontrou resistência na região. Em 58 não foi lançado pelo partido para cargos eletivos e em 60 foi nomeado para a direção do Instituto Nacional do Pinho, onde ficou até 1962, dedicando-se posteriormente à administração bancária, da qual sua família era exímia conhecedora.

Sua participação na política catarinense a partir de 59, quando terminou seu mandato na Assembléia, limitou-se a membro do Diretório Estadual da UDN.

De desgaste em desgaste, a oligarquia dominante perdia um peão no qual havia se empenhado. Restava Antônio Carlos Konder Reis, no qual Irineu Bornhausen iria investir o seu prestígio mas que acabaria sendo o pivô do mais sério racha no partido, qual seja, o havido às vésperas das eleições de 1965, quando disputou com Nilson Bender no seio do partido, o lançamento de seu nome como candidato ao governo do Estado.

⁴ O dado referente a passagem de Paulo Bornhausen por funções administrativas em empresas de sua família estão em: PIAZZA, Walter F. org. Dicionário político catarinense. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985, pp. 103.

1. As Eleições de 1958

Em sua 7a. Convenção Regional Extraordinária, realizada nos dias 12 e 13 de julho de 58 a UDN lançou seus candidatos⁵. Irineu Bornhausen foi indicado para o Senado por unanimidade dos convencionais, havendo apenas um voto em branco. Para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa foram apresentados os candidatos do partido.

Não tendo sido preenchidos todos os nomes para as vagas de Suplente de Senador e de deputados federais e estaduais, foi convocada nova reunião. Para esta, o Diretório Regional foi autorizado a entrar em entendimento com os demais partidos no sentido de completar as chapas bem como a realizar possíveis alianças partidárias⁶.

Ao final da Convenção foram apontados pela UDN Seção de Santa Catarina os seguintes candidatos:

Para o Senado - Irineu Bornhausen; suplente: Brasília Celestino de Oliveira;

⁵ UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Florianópolis, Ata da 7a. Convenção Extraordinária regional de 13 de julho de 1958. In: TRESC, Processo nº 28 classe 8a., livro 1, Protocolo nº 3561.

⁶ UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Florianópolis, Ata da 8a. Convenção extraordinária regional de 14 de agosto de 1958. In: TRESC, Processo nº 38, classe 8a., livro 1, Protocolo nº 3561.

Para a Câmara Federal - Afonso Guilhermino, Wanderlei Júnior, Antônio Carlos Konder Reis, Aroldo Carneiro de Carvalho, Brasília Celestino de Oliveira, Celso Ramos Branco, Irineu Bornhausen, João Bayer Filho, Fernando José Caldeira de Bastos (PDC), Lauro Carneiro de Loyola, Pelágio Perigot de Souza (PSP), Waldemar Rupp e Walmor Aguiar.

Para a Assembléia Legislativa - Adolfo Heinz, Arthur Caesar Jr. Albino Zeni, Afonso Ghizzo, Adhemar Paladini Ghizzi, Aldo Pereira de Andrade, Benedito Terezio de Carvalho Jr., Otávio Celso Rauen, Dario Geraldo Salles, Darci de Souza Vieira, Evaldo Amaral, Euclides Simões de Almeida, Eduardo Santos Linz, Eugênio Vitor Schnockel, Francisco Evaristo Canziani, Frederico Kuerten, Fernando Brüggmann Viégas, Francisco Mascarenhas, Gerhard C.F. Neufert, Geraldo Mariano Günther, Gentil Bellani, Hercílio Isolani, José Waldomiro Silva, João Caruso Mac Donald, João Muxfeldt, João Silveira Primo, João Corrêa Bittencourt, Laerte Ramos Vieira, Mário Olinger, Mário Orestes Brusa, Manoel Donato da Luz, Norberto Ulyssea Ungaretti, Nelson Rosa Brasil, Otávio Muniz Rocha, Octacílio Nascimento, Paulo Menezes de Mendonça, Paulino João de Ben Ruy Hülse, Romeu Sebastião Neves, Ramiro Cabral Ulyssea, Tupy Barreto, Tadeu Bregola, Ulisses Marcílio Longo, Udo Altembourg, Walter Müller e Wiliam Duarte da Silva.

O PTB, dividido internamente entre os petebistas históricos e a ala progressiva onde emergia a liderança de Doutel de Andrade, decidiu-se pelo lançamento de candidaturas proprias após extensas demarches promovidas tanto pela UDN como pelo PSD para a obtenção de seu apoio. Seus candidatos ao Senado, saídos de sua facção histórica foram Carlos Gomes de Oliveira e Telmo Vieira Ribeiro, respectivamente Senador e Suplente. Já os pequenos partidos se coligaram aos maiores para a Câmara Federal e lançaram candidatos próprios à Assembleia Legislativa. Seu apoio às candidaturas ao senado não se manifestou em bloco, a exceção do PL que apoiou o pessedista Celso Ramos. O PDC e o PRP e o próprio PTB, se dividiram em facções que apoiaram Irineu e Celso.

Apuradas as urnas, a única vaga existente no Senado foi preenchida por Irineu Bornhausen que foi eleito com 216.775 votos, obtendo maioria em todas as zonas regionais, a exceção das de Florianópolis e Campos de Lages. Seu suplente foi eleito por 193.786 votos, sendo derrotado apenas nas zonas de Florianópolis, Rio do Peixe e Campos de Lages⁷.

Para a Câmara Federal que tinha dez vagas para serem preenchidas, o PSD fez o maior número de deputados. Sua bancada ficou composta por cinco deputados, a da UDN com quatro e a do PTB com 1, o novato Doutel de Andrade.

⁷ Vide anexo nºIII.

Os deputados federais eleitos pela UDN foram : Aroldo Carneiro de Carvalho, Antônio Carlos Konder Reis, Irineu Bornhausen e Lauro Carneiro de Loyola, todos do grupo fiel ao ex-governador. Os udenistas históricos ficaram na suplência, sendo que Wanderley Júnior assumiu na vaga de Irineu Bornhausen que logicamente optou pelo senado. As zonas em que o partido obteve maioria para a Câmara Federal foram a do litoral do São Francisco do Sul, Alto do Rio Negro, Canoinhas e oeste.

Para a Assembléia Legislativa que tinha quarenta e uma vagas a serem preenchidas, o partido do governo obteve maioria, elegendo dezesseis deputados contra 15 do PSD, seis do PTB, duas do PSP, uma do PRP e uma do PDC. Foram eleitos com maioria em todas as zonas, à exceção das de Florianópolis, Rio do Peixe e Campos de Lages, os deputados: Eduardo Santos Lins, Ruy Hülse, Albino Zeni, Dario Geraldo Salles, Mário Olinger, Affonso Ghizzo, Laerte Ramos Vieira, Tupy Barreto, Mário Orestes Brusa, Romeu Sebastião Neves, Evaldo Amaral, José Waldomiro Silva, Adhemar Paladini Ghisi, Frederico Kuerten, Francisco E. Canziani e Benedito Terezio de Carvalho Júnior.

Com sua grande maioria ligada ao grupo liderado por Irineu Bornhausen, a lista dos deputados eleitos, não por acaso foi encabeçada por Eduardo Santos Lins, filho de Genésio de Miranda Lins membro da diretoria do banco Inco e braço direito de Irineu Bornhausen. Sua votação que somou 12.047 votos foi secundada pela dada a Ruy Hülse, o filho do governador Heriberto Hülse, que obteve 9.272 votos. Por este resultado podemos observar como as duas facções nas quais o partido estava composto, disputavam entre si a liderança. Foi exatamente

esta a penúltima eleição onde o grupo Bornhausen e o líder socialista mantiveram uma convivência harmônica.

A disputa latente iria explodir em 62 quando da indicação do candidato do partido à vaga no Senado. Heriberto Hülse, com base na tradição partidária de lançamento de membros fundadores, ex-presidentes do diretório regional e ex-governadores, se lançou candidato ao cargo, juntamente com Antônio Carlos Konder Reis. Mas, na 10a. Convenção Regional Extraordinária de maio de 62, a discussão gerada em torno do lançamento de um ou dois candidatos pelo partido fez com que aquele líder retirasse seu nome da votação, deixando apenas o de Antônio Carlos Konder Reis que acabou sendo escolhido como o candidato ao partido. A proposição apresentada por Dario Geraldo Salles e defendida por Paulo Konder Bornhausen, propondo que o partido concorresse com apenas um candidato, deixando a outra vaga para acordo com outro partido e caso esse não se concretizasse se mantivesse apenas um candidato, lhe pareceu um desprestígio e o fez renunciar, embora se mantendo no partido⁸.

⁸ UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Florianópolis, Ata da 10a. Convenção extraordinária regional de 12 e 13 de maio de 1962. In: TRE-SC, Processo nº58, classe 8a.. livro 1., protocolo 2733.

2. As Eleições de 1960

Previstas para o dia 3 de outubro, as eleições estaduais que ocorreram simultaneamente às presidenciais e municipais em 44 dos 102 municípios catarinenses, foram envolvidas por uma aparato técnico até então desconhecido no Estado.

Para a oposição, era preciso não só derrubar a máquina governista, mas organizar pela primeira vez um pleito decisivo sem a presença de Nereu Ramos.

Perdidas as eleições de 58, as possibilidades de vitória eram remotas, já que a recente consulta ao eleitorado deixara claras suas preferências.

Era preciso reverter o quadro e para tal empreitada todo o partido se mobilizou. Já em março de 59, após reunião de lideranças estaduais e municipais, com o objetivo da escolha do nome do candidato de seu partido ao pleito de 3 de outubro os pessedistas lançaram a chamada "Carta de Blumenau". Este documento, analisava o fracasso dos governos anteriores, na promoção do progresso e do desenvolvimento do Estado e traçando um perfil de como seria o elemento ideal para administrar Santa Catarina, conclamava os diretórios municipais do partido a sufragarem, quando da Convenção partidária, o nome do presidente da sua Comissão Executiva e presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Celso Ramos, como candidato ao governo do Estado.⁹

⁹ LENZI, C.A.S. Op. cit. p.281.

A segunda fase das articulações se iniciou em julho, com a organização do chamado Seminário Sôcio-Econômico, que objetivou a detecção dos problemas estaduais, investigados num crescente que teve início na análise micro-regional até se chegar aos problemas globais. No Seminário foram envolvidos técnicos e especialistas em diversas áreas coordenados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina que tinham a função de analisar os problemas levantados pelos grupos de trabalho e apresentar soluções.

Esta perspectiva de envolvimento de recursos técnicos e pessoal especializado no tratamento da coisa pública, foi peça fundamental para arregimentação do eleitorado em torno do candidato pessedista, que contou ainda, com o grandetrunfo de ter como candidato à vice o novo líder petebista Douzel de Andrade. A AST foi reprisada nas eleições estaduais, tendo ainda, a apoiã-la o PRP, o PL e uma facção do PDC que chegou a lançar Martinho Callado como candidato independente à vice-governança para tirar os votos da dissidência partidária que poderiam ser canalizados para o candidato udenista, favorecendo assim, a chapa da AST.

Vitoriosa nas eleições de 58, a UDN entrou na campanha governamental certa da vitória. Já em julho de 59, Bor-nhausen fora reeleito para a presidência do diretório estadual¹⁰ e em julho de 1960 sua candidatura foi lançada oficial-

¹⁰ Diretório Regional da UDN-SC, registrado no TRE sob o acórdão nº4161 de 19 de janeiro de 1959, In: Diretórios Regional e Municipal da UDN, arquivado sob nº 1 da Resolução nº 7764/65 do STE.

mente pela 9a. Convenção Regional Extraordinária do Partido¹¹, que também aprovou o nome de Carlos Gomes de Oliveria para a vice-governança.

As articulações visando a atração dos pequenos partidos e do PTB para apoiarem sua candidatura já vinham sendo alinhavadas pelo líder udenista desde 58, quando da morte de Jorge Lacerda que deixara o partido visivelmente dividido.

No início do ano de 1960, o trabalho de atração foi tentado já na composição da Mesa da Assembléia Legislativa para a qual foram eleitos com o firme empenho do governador Heriberto Hulse os seguintes representantes: Presidente Braz Joaquim Alves (PTB), Vice-Presidente Ruy Hulse (UDN), 2º Vice-Presidente Amerino Alfredo Flach (PRP), 1º Secretário Volney Colação de Oliveira (PSP) 2º Secretário Mário Olinger (UDN), Suplentes Tupy Barreto (UDN) e Paulino Búrigo (PTB)¹².

Ocorre que tais articulações não surtiram o efeito desejado e o único conseguido por Irineu Bornhausen foi mesmo dado pela ala histórica do PTB, já sem expressão num partido liderado por um jovem e hábil político, vindo de ligação direta com João Goulart, o presidente nacional do partido que vinha adquirindo liderança tanto à nível nacional como nos Es-

¹¹ UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL. Ata da 4a. sessão da 9a. Convenção Regional Extraordinária realizada em 31 de julho de 1960. In: TRE-SC, Processo nº 46, classe 8a., livro 1, protocolo nº 2627.

¹² CABRAL, O.R. Op. cit. p.93.

tados, que desestabilizava completamente os sistemas de dominação partidária pré-existentes.

O trabalho empreendido pelo candidato pessedista de levantamento dos problemas e uma planificação para a sua solução no Estado, levou o grupo de apoio à candidatura udenista, mais especificamente José Corrêa e Victor Peluso Júnior, o então secretário do P.O.E., a elaborarem o chamado "Esquema do Plano de Trabalho do Governo do Estado de Santa Catarina", que visava um planejamento a longo prazo para a execução das atividades fundamentais à promoção do bem estar da população.

A verdade é que a campanha de Irineu Bornhausen foi essencialmente triunfalista, certo que estava o partido da repetição dos resultados de 50 a 58 e esse espírito de vitória fez com que não fosse levado na devida conta a "modernidade" da qual se revestia a campanha do PSD.

Os resultados do pleito, deram a vitória à dupla Celso Ramos-Doutel de Andrade, em pleno governo Heriberto Hülse, o qual, a partir daí ficou estigmatizado como o responsável por uma derrota que já vinha se delineando para o partido desde meados do governo Jorge Iacerda, quando o partido já se apresentava irremediavelmente dividido. A não percepção deste fato, aliado a forma revolucionária como se apresentou a campanha pessedista que teve seu Seminário Sócio-Econômico coordenado pelo Professor Alcides Abreu e o setor de comunicações (jornais, emissoras de rádio, serviços de alto-falantes, preparação de comícios) comandado por Aderbal Ramos da Silva, coadjuvado por Renato Ramos da Silva, Paulo Bauer Filho e

Fulvio Vieira¹³, foram os principais fatores da derrota.

As conclusões do Seminário Sócio-Econômico se deram em dezembro de 1960, em reunião realizada em Florianópolis quando o resultado das urnas já havia definido o novo Governador, que as transformou após aprovação pela Assembléia Legislativa no Plano de Metas do Governo.

Celso Ramos obteve a vitória com uma diferença a proximada de 20.000 votos conseguindo Irineu Bornhausen a maioria dos votos apenas nas regiões da Bacia do Itajaí, Alto do Rio Negro e Rio do Peixe¹⁴.

Nas eleições municipais realizadas em 44 municípios, a UDN obteve vitória em apenas quinze, ficando as vinte e nove restantes sob o comando do PSD ou da coligação AST, composta basicamente pelo PSD-PTB, com o apoio dos pequenos partidos¹⁵.

Já para as eleições federais, a vitória também, em Santa Catarina foi para Jânio Quadros, o candidato apoiado pela UDN, que obteve 226.370 votos contra 221.831 dados ao Marechal Teixeira Lott, candidato do PSD. A vitória do candidato udenista só não se manifestou nas regiões do litoral de São Francisco do Sul, Laguna e Campos de Lages¹⁶.

¹³ LENZI, C.A.S. Op. cit, p.284.

¹⁴ Vide Anexo VI

¹⁵ Vide Anexo X

¹⁶ Vide Anexo VIII e IX

CONCLUSÃO

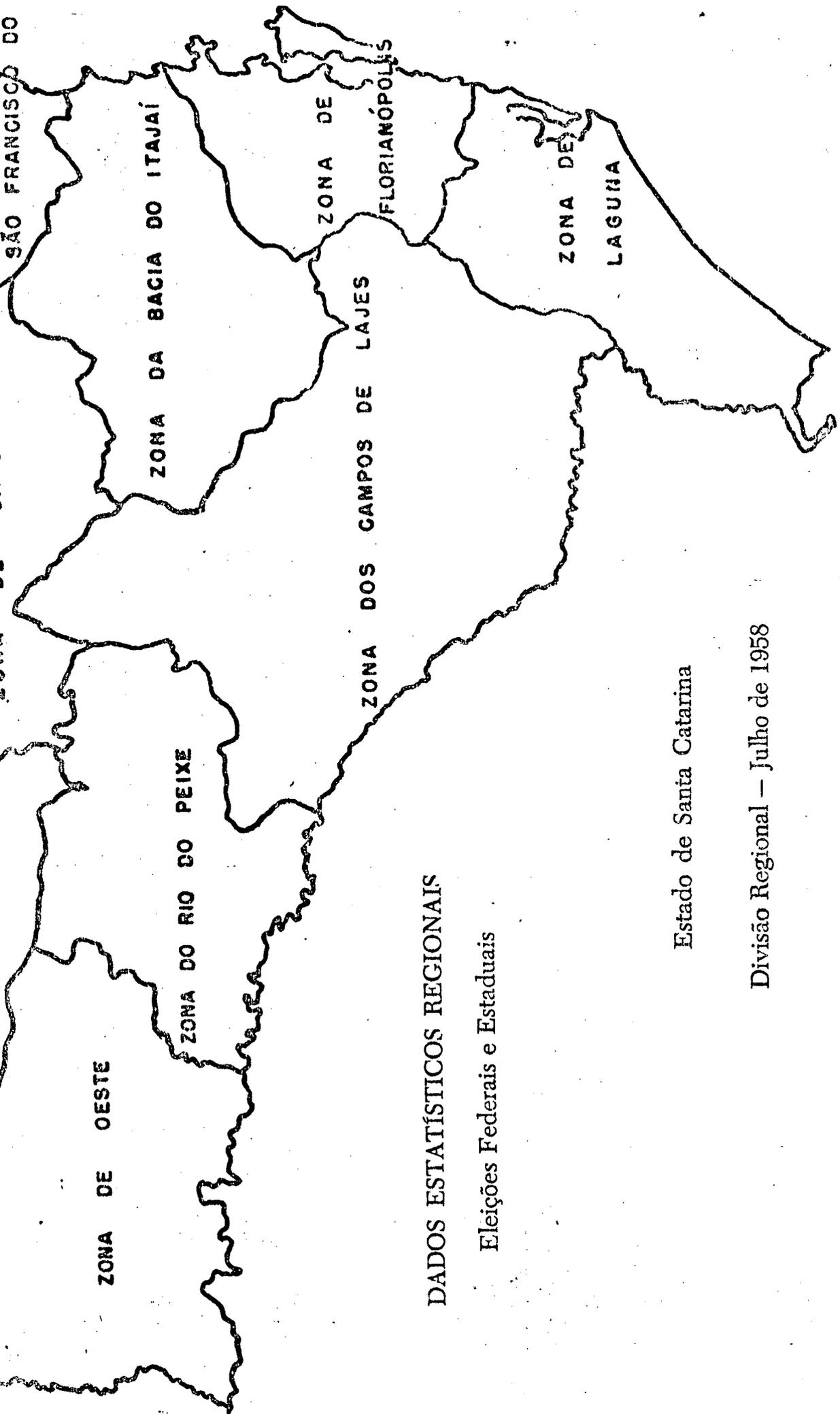
Após analisarmos de forma compreensiva e conclusiva o processo de formação e consolidação da UDN em Santa Catarina e a trajetória da oligarquia Konder-Bornhausen que por muitas vezes chegou a se confundir com a trajetória do próprio partido, podemos chegar a algumas conclusões.

A primeira delas foi a de que o processo político partidário em Santa Catarina no período de 45 a 65 foi pausado pela disputa meramente política entre duas oligarquias - a Konder-Bornhausen e a Ramos - que representavam os interesses de classe dominante a nível estadual; neste processo, cada grupo oligárquico comandou um dos principais partidos no Estado - a UDN e o PSD - como veículos de legitimação de suas dominações de fato sobre a sociedade política catarinense.

Nossa segunda conclusão foi de que, no caso específico da UDN, a dominação exercida pela oligarquia Konder-Bornhausen sobre o partido, foi possível na medida em que elementos do clã foram mantidos em postos estratégicos tanto nos diretórios quanto em cargos eletivos e ou administrativos, nos quais estabeleciam uma vasta cadeia clientelística que sustentava sua dominação.

Finalmente, concluimos que o partido perdeu o poder em 1960, em decorrência do excessivo centralismo exercido sobre ele pela oligarquia que acabou perdendo o controle sobre as dissidências geradas por sua própria prática de dominação partidária.

SÃO FRANCISCO DO SUL



D.E.G.C.

DADOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Eleições Federais e Estaduais

Estado de Santa Catarina

Divisão Regional — Julho de 1958

ANEXO I

DIVISÃO REGIONAL - MUNICIPIOS QUE COMPÕEM CADA ZONA - 1958

- ZONA DO LIT.S.FCº DO SUL - Araquari, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville e São Francisco do Sul.
- ZONA DA BACIA DO ITAJAÍ - Blumenau, Brusque, Camboriú*, Gaspar, Ibirama, Ilhota, Indaial, Itajai, Luiz Alves, Ituporanga, Penha, Pomerode, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Rio d'Oeste, Rio do Sul, Rodeio, Taió, Trombudo Central e Vidal Ramos.
- ZONA DE FLORIANÓPOLIS - Biguaçu, Florianópolis, Nova Trento, Pailhoa, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José e Tijucas.
- ZONA DE LAGUNA - Araranguá, Armazém, Braço do Norte, Criciúma, Grão Pará, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Müller, Nova Veneza, Orleans, Praia Grande, Rio Fortuna, Siderópolis, Sombrio, Tubarão, Turvo e Urussanga.
- ZONA ALTO RIO NEGRO** - Campo Alegre e São Bento do Sul.
- ZONA DE CANOINHAS - Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Papanduva, Porto União e Rio Negrinho.
- ZONA DO RIO DO PEIXE - Água Doce, Caçador, Capinzal, Concórdia, Herval d'Oeste, Itá, Joaçaba, Piratuba; Ponte Serrada, Rio das Antas, Seara, Tangará e Videira.
- ZONA DO OESTE - Abelardo Luz, Campo Erê, Chapecô, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Itapiranga, Maravilha, Mondai, Palmitos, São Carlos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel d'Oeste, Xanxerê e Xaxim.
- ZONA DOS CAMPOS DE LAGES - Bom Retiro, Campos Novos, Curitibanos, Lages, Lebon Régis, Santa Cecília, São Joaquim e Urubici.

* - Pertencia à Zona de Florianópolis, sendo anexado à Zona da Bacia do Itajai, em julho de 1958.

** Zona criada pelo IBCE desmembrada da Zona de Canoinhas em julho de 1958.

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	SENADORES		
	PSD	PTB	UDN
	CELSO RAMOS	CARLOS GOMES DE OLIVEIRA	IRINEU BORNHAUSEN
Lit. S.Fcº do Sul	13036	10986	22423
Bacia do Itajai	46861	10209	55026
Florianópolis	29873	2611	26234
Laguna	30775	11757	35590
Alto Rio Negro	1897	771	2696
Canoinhas	8035	6050	12432
Rio do Peixe	21043	3842	23398
Oeste	14168	4396	18116
Campos de Lages	25305	4934	20860
TOTAL	190993	55556	216775

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico.
 Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov-
 dez, 1960. p.47.

SUPLENTE DE SENADORES - LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	PSD		PTB		UDN
	JADE MAGALHÃES		TELMO VIEIRA RIBEIRO		
Lit. S.Fcº do Sul	13703		9562		20960
Bacia do Itajai	46098		9370		49056
Florianópolis	29017		2359		24280
Laguna	31878		10168		31116
Alto Rio Negro	1856		646		2458
Canoinhas	8398		4973		10415
Rio do Peixe	21256		3012		20340
Oeste	14598		3769		15646
Campos de Lages	25015		4287		19515
TOTAL	191819		48146		197786

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico,

Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov -

dez, 1960. p.49

LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	PSD	UDN	PTB
Lit. S.Fcº do Sul	14184	21358	11193
Bacia do Itajai	53982	47566	9828
Florianópolis	30471	24303	2778
Laguna	33434	31516	13805
Alto do Rio Negro	2066	2791	526
Canoíhas	9490	12206	4933
Rio do Peixe	24022	21505	2288
Oeste	15270	15709	4997
Campos de Lages	28857	18557	3481
TOTAL	211776	195511	53829

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico,

Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov-
dez, 1960. p.52

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	PSD	UDN	PTB	PRP	PSP	PDC	PL
Lit. S. Fcº do Sul	15199	19788	9152	3160	893	170	32
Bacia do Itajai	37907	46087	15726	3584	6387	3270	825
Florianópolis	24849	21664	3990	1004	6120	1551	119
Laguna	25672	33309	15351	3004	2234	300	250
Alto do Rio Negro	1988	2133	492	310	84	410	-
Canoinhas	8717	9128	4954	1142	2903	510	61
Rio do Peixe	19355	16706	4242	1265	2442	1198	3575
Oeste	10379	13824	3612	4577	1172	2083	1338
Campos de Lages	21050	17644	8335	268	719	3382	634
TOTAL	165116	179283	65836	18314	22954	12874	6834

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico.

Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov-

dez, 1960. p.59

GOVERNO DO ESTADO

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	CELSO RAMOS	IRINEU BORNHAUSEN
Lit. S. Fcº do Sul	25.495	24.508
Bacia do Itajai	57.157	61.246
Florianópolis	32.310	30.634
Laguna	49.453	38.362
Alto do Rio Negro	2.474	3.074
Canoinhas	15.280	12.158
Rio do Peixe	25.839	26.492
Oeste	20.961	20.960
Campos de Lages	32.783	24.290
TOTAL	261.752	241.724

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico.

Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov-

dez 1960. p.54

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	DOUTEL DE ANDRADE	CARLOS GO-MES DE OLIVEIRA	MARTINHO CALLA DO JR.
Lit. S. Fcº do Sul	23.475	23.014	1.212
Bacia do Itajai	53.347	53.382	3.184
Florianópolis	29.348	28.033	2.054
Laguna	47.463	33.771	2.416
Alto do Rio Negro	2.030	2.776	282
Canoinhas	13.007	10.455	1.016
Rio do Peixe	22.812	24.248	1.961
Oeste	18.935	18.496	1.898
Campos de Lages	28.247	21.423	2.082
TOTAL	238.664	215.598	16.015

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico.

Florianópolis, TRE, ano I nº 6, nov-
dez 1960. p.56

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	JÂNIO QUADROS	ADHEMAR DE BARROS	MAL TEIXEIRA LOTT
Lit. S. Fcº do Sul	23.028	3.193	23.211
Bacia do Itajai	55.861	7.792	51.173
Florianópolis	29.018	3.083	28.894
Laguna	35.914	3.742	46.063
Alto do Rio Negro	2.959	363	2.098
Rio do Peixe	11.652	3.710	11.517
Canoinhas	25.317	5.478	20.534
Oeste	19.111	6.822	14.755
Campos de Lages	23.510	7.523	23.568
TOTAL	226.370	41.706	221.813

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico,

Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov-

dez 1960. p.39

DIVISÃO REGIONAL - ZONAS	JOÃO GOULART	MILTON CAMPOS	FERNANDO FERRARI
Lit.S.Fc9 do Sul	24.437	18.510	4.819
Bacia do Itajai	53.095	44.884	11.303
Florianópolis	29.127	25.587	4.119
Laguna	48.634	29.423	5.563
Alto do Rio Negro	2.131	2.015	940
Rio do Peixe	12.714	8.732	3.177
Canoinhas	21.776	18.247	9.003
Oeste	16.484	9.645	13.219
Campos de Lages	27.159	17.466	6.730
TOTAL	235.557	174.509	58.873

RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico,

Florianópolis, TRE, ano I, nº 6, nov-
dez 1960. p.41

Municípios	Zona Eleitoral	Eleitorado	Compare- cimento	Prefeito	Partidos	Votação
Araquari	27a	3.914	3.646	Higino Aguiar	PSD	2.006
Araranguá	1a	7.118	6.531	José Rocha	PTB-PSD	3.328
Biguaçu	2a	5.397	5.397	Avelino Müller	PSD	2.748
Blumenau	3a	21.299	19.944	Hercílio Decke	UDN	9.477
Bom Retiro	4a	5.339	4.921	Fiares Figueiredo de Oliveira	UDN	2.563
Brusque	5a	11.354	10.787	Cyrol Gevaerd	UDN	4.188
Caçador	6a	6.382	5.621	José Kurtz	UDN	2.453
Cariboriú	16a	3.270	3.024	Amáudio Dallago	UDN	1.676
Campo Alegre	30a	1.739	1.647	Miguel Kotowicz	PSD-PDC	875
Campo Novos	7a	10.301	9.441	Luiz Adão Bottini	PSD	4.929
Canoinhas	8a	10.092	9.208	João Destri	PTB-PSD	3.728
Chapecó	35a	10.246	9.376	João Collodel	PTB-PSD	5.509
Concórdia	9a	9.966	9.347	Domingos Machado de Lima	PSD	4.683
Criciúma	10a	13.079	12.232	Nery Jesuino da Rosa	PTB	4.291
Curitibanos	11a	8.577	7.653	Hélio Anjos Ortiz	UDN	3.769
Gaspar	3a	4.831	4.706	Pedro Krauss	UDN	2.355
Ibirama	14a	4.352	4.043	Manoel Marchetti	PSD	1.991
Imaruí	20a	5.525	4.889	Carlos Eduardo Faust	PSD	2.732
Indaial	15a	6.960	6.575	Alfredo H. Hardt	UDN	3.300
Italópolis	38a	3.703	3.514	Afonso Klemke	PSD	1.956
Içaraí	16a	15.222	13.553	Eduardo Solon Cabral Canziani	UDN	6.787
Jaguarana	33a	2.806	2.634	Jão Luiz de Bitencourt	PTB-PSD	1.782
Jaraguá do Sul	17a	7.126	6.702	Roland Harold Dornbusch	PRP-PSD-PTB	3.021
Joaçaba	18a	9.914	9.072	José Waldomiro Silva	UDN	4.284
Joinville	19a	30.921	28.692	Helmut Fallgatter	PTB-PSD	14.428
Laguna	20a	8.031	7.050	Paulo Carneiro	PTB-PSD	3.861
Lajes	21a	28.852	26.102	Volny Della Rocca	PTB-PSD	15.007
Maíra	22a	5.571	5.267	Fúlvio Vieira Borges	PTB	2.662
Nova Trento	5a	3.080	2.860	Ayres Manoel Rachadel	PSD	1.416
Orleães	34a	4.757	4.280	Luiz Mazon	PTB-PSD	1.982
Palhoça	24a	7.067	6.275	Ari Wagner	PSD	3.769
Pomerode	3a	3.724	3.621	Arnoldo Hass	UDN	2.115
Porto Belo	31a	2.109	1.840	Leopoldo José Guerreiro	UDN	980
Porto União	25a	7.322	6.518	Salustiano Costa Júnior	PSD	3.973
Rio do Sul	26a	14.009	12.960	Raulino João Rosar	PTB-PSD	6.609
Rodeio	15a	5.676	5.279	Germano Tambosi	UDN	1.935
São Bento do Sul	30a	4.371	4.110	Alfredo Diener	UDN	2.079
São Joaquim	28a	6.778	6.371	Ismael Nunes	PSD-PL	7.106
São José	29a	6.976	6.274	João Adalgisio Philippi	UDN	3.192
Tijucas	31a	4.783	4.379	Nilton Olinger	UDN	2.214
Timbó	32a	5.947	5.714	Mário Luiz Schuster	PTB-PSD	2.802
Tubarão	33a	17.712	16.338	Difney Chaves Cabral	PSD	6.323
Urussanga	34a	5.156	4.860	Adelino Bettiol	PTB-PSD	2.558
Videira	36a	6.660	6.011	Cezar Augusto Filho	PTB-PSD	3.051

DIRETÓRIOS ESTADUAIS DA UDN DE SANTA CATARINA

ELEITOS APÓS 1949.

1949

Presidente: Irineu Bornhausen - industrial
Vice-Presidente: João Bayer Filho - advogado
Secretário Geral: Paulo de Tarso da Luz - médico
Sub-Secretário: Aroldo Carneiro de Carvalho - advogado

Membros

Adolfo Konder - advogado
Aristiliano Ramos - fazendeiro
João José de Souza Cabral - advogado
Arnoldo Luz - notário
Fulvio Coriolano Aducci - advogado
Aquiles Balsini - advogado
Fernando Ferreira de Melo - advogado
Walter Muller - industrial
Edmundo da Luz Pinto - advogado
Plácido Olímpio de Oliveira - advogado
Pedro Augusto Carneiro da Cunha - funcionário público aposentado
Oslin de Souza Costa - advogado
Heriberto Hülse - industrial
Ramiro Cabral Ulisséa - provisionário
Arthur Müller - notário
Alziro de Almeida - fazendeiro
Max Tavares do Amaral - advogado
Luiz Vieira dos Santos - industrial
João Caruso Mac Donald - industrial
Ricarte de Freitas - advogado
Flares Oliveira - fazendeiro
Celso Ramos Branco - advogado
José da Costa Moelmann - engenheiro
Irê Ulisséa - comerciante
Alvaro Tolentino de Souza - funcionário público aposentado
Manoel Donato da Luz - comerciante
Mase João da Luz - comerciante
Antônio Candido Figueiredo - comerciante
Henrique Rupp Jr. - advogado

Afonso Wanderley Jr. - advogado
José da Luz Fontes - advogado
Brásilio Celestino de Oliveira - advogado
Francisco Mascarenhas - jornalista
Antônio Bessa - jornalista
Evaldo Lehmkuhl - comerciante
Rogério Fagundes - advogado
João Palma - fazendeiro
Luiz Günther - industrial
João Del Pizzo - alfaiate
Pedro da Silva Maciel - comerciante
João Pedro de Arruda - engenheiro
Júlio Coelho de Souza - advogado
Dante de Patta - advogado
Joaquim Domitt - fazendeiro
Alfredo Sell - comerciante
Heitor Benica - comerciante
Alceu Celestino de Oliveira - advogado
Aracy Silva - bancário
Antônio de Barros Lemos - médico
José Augusto de Farias - farmacêutico
Roberto Pedroso - funcionário aposentado
Ramiro Emerenciano - ferroviário
Narbal Alves de Souza - farmacêutico
Silvia Amélia Carneiro da Cunha - funcionária
Walter Bello Wanderley - advogado
Walter Rupp - advogado
Francisco Cansiani - construtor

Suplentes

Waldir Busch - advogado
Wilfredo Curling - advogado
Gaspar Laus Neto - comerciante
Mario Coelho Pires - comerciante
Antenor Taulois de Mesquita - Militar
Vitor da Luz Fontes - engenheiro
Melquiades Fernandes - industrial
Walter Hering - industrial
Rodolfo Machado - sacerdote
Osmar Nunes - advogado
Boanerges Pereira Medeiros - fazendeiro
Gustavo Schossländ - industrial

Rodolfo Schmidt - industrial
Virgilio Moura - industrial
Otávio Xavier Rauen - industrial
Walter Hauffe - farmacêutico
Silvio Moreira - ferroviário
Sebastião Neves - jornalista
Germano Tambosi - lavrador
Pedro Andriani - industrial
Antônio Pereira Passos - comerciante
Olires Borges Carneiro - militar
Tomas Adalberto da Silva Fontes - sacerdote
Carmosino de Camargo - médico
Fábio Silva - industrial
José Pimentel - advogado
Waldir Ortigari - advogado
Arthur Siewerdt - industrial
José Camargo Lins - fazendeiro
Luiz Sampaio Corrêa - industrial
José Alves Carvalho - comerciante
Luiz Olsen - industrial
Otávio Celso Rauen - médico
Ildefonso Melo - industrial
Felipe Mussi - comerciante
Alfeu Carneiro Lins - funcionário público
Luiz Dalcanale - industrial
Severiano Corrêa - industrial
José Moreira Gomes - comerciante
João Rupp Sobrinho - advogado
Wolney Colaço de Oliveira - advogado
Accácio Arruda - médico
Benedito Terézio de Carvalho - notário
Josino Tabalipa - comerciante
Graciliano Monato Almeida - fazendeiro
Brasiliano Camargo - fazendeiro
Agenor Carneiro - advogado
Carlos Rollin Cabral - comerciante
Patrício Mendonça - comerciante
Luiz Pedro Oliveira - comerciante
Solon Coelho - fazendeiro
José Hülse - industrial
Segundo Dela Costa - comerciante
Antônio Gonzaga - médico
Major Lemos Prado - militar

José Rupp - fazendeiro
Modesto Zaniolo - industrial
Adolfo Heina - bancário
João Candemil - comerciante

Com a eleição de Irineu Bornhausen para o governo do Estado foram promovidas alterações no Conselho e no Diretório estadual da UDN, os quais foram autorizados pelo TRE em 22 de junho de 50. A nova diretoria ficou assim estabelecida:

Presidente - João Bayer Filho
Vice-Presidente - Brazílio Celestino de Oliveira
Secretário Geral - Oswaldo Bulcão Viana
Sub-Secretário - Clodorico Moreira.

Como membros do diretório foram excluídos os nomes de Mase João da Luz e Walter Bello Wanderley e incluídos os de Oswaldo Bulcão Viana e João Max Colin.

Na relação dos Suplentes foram incluídos os nomes de Walter Fernando Piazza, (Jornalista); Tupy Barreto (advogado); João Winder (comerciante) e Cid Cesar Ferreira (advogado).

Diretório Regional da UDN-SC, registrado no TRE sob o acórdão 1252
de 7 de abril de 1953.

Presidente - Dr.Oswaldo Bulcão Vianna;
Vice-Presidente - Deputado Celso Ramos Branco;
Secretário Geral- Deputado Nelson Rosa Brasil;
Sub-Secretário - Deputado Júlio Coelho de Souza

Membros: Adolfo Konder,
Aristiliano Ramos
João José de Souza Cabral
Afonso W.Jr
Henrique Rupp Junior
João Bayer Filho
Paulo Fontes
Waldemar Rupp
Pedro da Silva Maciel
João Colin
Plácido Olimpio de Oliveira

Suplentes: Arnaldo Luz
Aquiles Balsini
Alzirino de Almeida
Solon Coelho de Souza
Romeu Sebastião Neves
Gercino Silva
Frederico Kuerten
Vitor Fontes
Enedino Ribeiro
Francisco Mascarenhas
Clodorico Moreira

Diretório Regional da UDN-SC, registrado no TRE sob o acórdão nº 2213, de 27.08.54.

Presidente - Irineu Bornhausen
Vice-Presidente - João Bayer Filho
Secretário Geral - Nelson Rosa Brasil
Sub.Secretário - Julio Coelho de Souza

Membros: Adolfo Konder
Aristiliano Ramos
João José de Souza Cabral
Afonso Wanderley Jr.
Henrique Rupp Jr.
Paulo Fontes
Waldemar Rupp
Pedro da Silva Maciel
João Colin
Plácido Olímpio Oliveira
Aquiles Balsini

Suplentes: Alzirino de Almeida
Solon Coelho de Souza
Romeu Sebastião Neves
Gercino Silva
Frederico Kuerten
Vitor Fontes
Enedino Ribeiro
Francisco Mascarenhas
Clodorico Moreira

Diretório Regional da UDN-SC registrado no TRE sob o acórdão nº 3192 de 03.06.55.

Presidente: Heriberto Hulse
Vice-Presidente: Paulo de T. da Luz Fontes
Secretário Geral: Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho
Sub-Secretário: Dr. Clodorico Moreira

Membros efetivos: Henrique Rupp Jr.
João José de Souza Cabral
Júlio A. Coelho de Souza
João Bayer Filho
Francisco Mascarenhas
Solon Coelho de Souza
Gercino Silva
Romeu Sebastião Neves
Jubilio J. Barreto
Plácido Olímpio de Oliveira
Genésio de Miranda Lins

Suplentes: Artur Müller
Jaime de Arruda Ramos
Arnoldo Luz
Arnaldo Bitencourt
Enedino Ribeiro
Victor da Luz Fontes
Mario Olinger
Alzirino de Almeida
Mario Orestes Brusa
Ruy Hulse
Aristiliano Ramos
Afonso Wanderley Jr.
João Caruso Mac Donald
Afonso Ghizzo
Gherardt Neufert

Diretório Regional da UDN-SC registrado sob o acórdão nº 3870 de 09.04.57.

Presidente - Irineu Bornhausen

1º Vice-Presidente - Brasílio Celestino de Oliveira

2º Vice-Presidente - João Colin

3º Vice-Presidente - Laerte Ramos Vieira

Secretário Geral - Júlio A. Coelho de Souza

Sub-Secretário - Ruy Hulse

Membros: Heriberto Hulse
Haroldo C. de Carvalho
João Bayer Filho
Mario Olinger
Paulo de T. da L. Fontes
Paulo Konder Bornhausen
Hercílio Deeke
Afonso Wanderley Jr.
Geraldo Mariano Günther
Henrique Rupp Jr.
Mario Orestes Brusa
João Caruso Mac Donald
Jaime de Arruda Ramos
Romeu Sebastião Neves
Tupy Barreto
José Waldomiro Silva
Jubilio J. Barreto

Diretório Regional da UDN-SC registrado sob o acórdão nº 4161 de 19.06.59.

Presidente de Honra - Gov. Heriberto Hulse
Presidente - Senador Irineu Bornhausen
Vice-Presidente - Dario Geraldo Salles
- José Waldomiro Silva
- Paulo de Tarso Luz Fontes
Secretário Geral - Abelardo de Assumpção Rupp
Sub-Secretário - Adhemar Ghisi

Membros efetivos: Mario Olinger
Jaime Arruda Ramos
Brazilio C. de Oliveira
Affonso Ghiso
Francisco Canziani
Paulo Konder Bornhausen
Celso Iva da Costa
Eduardo Santos Lins
Ruy Hulse
Aroldo C. de Carvalho
Laerte Ramos Vieira
Romeu Sebastião Neves
Fernando B. Viegas
Tupy Barreto
Hercilio Deeke
João Bayer Filho
Mario Orestes Brusa
Albino Zeni
Afonso Wanderley Jr.
Henrique Rupp Jr.

Membros Suplentes: Frederico Kuerten
Benedito T. de Carvalho
Octavio Celso Rauen
Evaldo Amaral
Júlio Coelho de Souza
João Caruso Mac Donald
Heitor Ferrari
Carlos Frederico Schneider
Aldo de Oliveira
Geraldo Mariano Günther
Enio Luz
João José de Souza Cabral
Gercino Silva
Clodorico Moreira
Adolfo Heinz
Walter Muller
João Muxfeld
Gentil Bellani
Dante de Patta
Djalma Coelho de Souza

Diretório Regional da UDN-SC, registrado sob o acórdão nº 4398 de 22.08.61.

Presidente - Dr. Brasília C. de Oliveira
 1º Vice-Presidente - Dr. João Bayer Filho
 2º Vice-Presidente - Dep. Affonso Ghizzo
 3º Vice-Presidente - Jaime de Arruda Ramos
 Secretário Geral - Dr. Vitor Antonio Peluso Jr.
 Sub-Secretário - Dr. Luiz Acastro de Campos Gonçalves

Membros efetivos - Irineu Bornhausen
 - Dr. Aroldo C. de Carvalho
 - Mario Olinger
 - Albino Zeni
 - Paulo Konder Bornhausen
 - Fernando B. Viegas
 - Heriberto Hülse
 - Adhemar Ghizzi
 - Evaldo Amaral
 - Dario G. Salles
 - Dr. Paulo Fontes
 - Mario O. Brusa
 - Antonio Carlos Konder Reis
 - Dr. Eduardo Santos Lins

Membros suplentes - Tupy Barreto
 - Laerte Ramos Vieira
 - Hercilio Deeke
 - Sebastião Neves
 - Francisco Canziani
 - Dante de Patta
 - João Caruso Mac Donald
 - Celso Ivã da Costa
 - Ruy Hülse
 - Esperidião Amin
 - Paulo Henrique Blasi
 - Nilton Cherem
 - Benedito T. de Carvalho
 - Aldo Pereira de Andrade
 - Heitor Ferrari
 - Julio Coelho de Souza
 - Frederico Küerten

Membros suplentes - Aldo Oliveira
- Clodorico Moreira
- Walter Müller

Diretório Regional da UDN-SC registrado sob o acórdão nº 4982 de 4.6.63.

- Presidente - Irineu Bornhausen
- Vice-Presidentes - Aroldo C. de Carvalho
- Ladir Pedro Cherubini
- Paulo Fontes
- Heriberto Hülse
- Secretário Geral - Pedro Harto Hermes
- Sub-Secretário - Walter Ziggelli
- Pedro Colin
- Membros efetivos - Laerte Ramos Vieira
- Reneau Cubas
- Aldo P. de Andrade
- Adhemar Ghisi
- Afonso Ghizo
- Gentil Belani
- Fernando B. Viegas
- Ruy Hülse
- Uddo Altemburg
- Diomicio Freitas
- Mario Olinger
- Celso Ivan da Costa
- Suplentes - Nabor Schlichting
- Frederico Buendgens
- Victor A. Peluso Jr
- Bernardo W. Werner
- João Bayer Netto
- Ewaldo Willerding
- Celso Ramos Branco
- Arno Enke
- Atilio Zonta
- Germano Amorim
- Roberto Lapa Pires
- Otto H. Entres
- Albino Zeni
- Osmar Dutra
- Osni G. de Souza
- Lauro C. de Loyola
- Alvaro L.B. Catão
- Antonio Carlos Konder Reis
- Luiz Battistotti
- Paulo Konder Bornhausen

Diretório Regional da UDN-SC registrado sob o acórdão nº 5326 de 17.05.65.

Presidente - Oswaldo Bulcão Vianna
Vice-Presidente - Diomício Freitas
- Aroldo C. de Carvalho
- Alvaro Catão
- Albino Zeni
Secretário geral - Adhemar Ghizi
Sub-secretário - Otto H. Entres
- Ennio Luz

Membros

- Pedro Harto Hermes
- Irineu Bornhausen
- Antonio Carlos Konder Reis
- Paulo Fontes
- Hercilio Deeke
- Afonso Ghizzo
- Mário Olinger
- João Bayer Netto
- Brasílio Celstino de Oliveira
- Lauro Carneiro de Loyola
- Ladir Cherubini
- Johannes Arno Enke

Suplentes

- Fernando Viegas
- Celso Ivã da Costa
- Dante Heróico F. de Patta
- Afonso Balsini
- Roberto Lapa Pires
- Nilton Cheren
- Paulo Konder Bornhausen
- Norberto Ungaretti
- Waldemar P. da Silva Filho
- Osmar Dutra
- Eduardo Santos Lins
- José Kurtz
- Reneau Cubas
- Udo Altemburg
- Aldo Pereira de Andrade
- Mario Orestes Brusa
- Jaime de Arruda Ramos
- Eurico Hosterno
- Glauco Beduschi
- Atilio Zonta

I - FONTES

A. FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

- . Ata da 3ª sessão de votação da 6ª Convenção Regional Extraordinária da UDN de 12 de junho de 1955.
- . Ata da 7ª Convenção Extraordinária Regional da UDN de 13 de julho de 1958. Processo nº 38, classe 8ª, livro 1, protocolo 3561.
- . Ata da 8ª Convenção Extraordinária Regional da UDN de 14 de agosto de 1958. Processo nº 38 classe 8ª, livro 1, protocolo 3561.
- . Ata da 9ª Convenção Extraordinária Regional da UDN de 31 de julho de 1960. Processo nº 46, classe 8ª, livro 1, protocolo 2627.
- . Ata da 10ª Convenção Extraordinária Regional da UDN de 12 e 13 de maio de 1962. Processo nº 58, classe 8ª, livro 1 protocolo 2733
- . Ata da Convenção Regional do PDC realizada nos dias 8,9, e 10 de julho de 1955.
- . Pedido de registro de candidatos à Assembléia Legislativa e à Câmara Federal. Requerente: UDN. Processo nº 58 classe 8ª livro 1, protocolo 2733 fls. 6, 1962.
- . Pedido de Registro de candidato a governador e Vice-Governador do Estado. Requerente: UDN. Processo nº 62, classe 8ª, livro 1, protocolo 1110, fls 6, 1965.
- . Relação dos diretórios estaduais e municipais da UDN de 1953 a 1965 registrados e arquivados sob a forma do disposto no n.1 da Resolução n. 7764/65 do S.T.E

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

- . Livro de registro de candidatos
- . Registro de órgãos executivos estaduais e municipais de partidos políticos.

B. FONTES IMPRESSAS

- . ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Mensagens apresentadas pelo governador Irineu Bornhausen por ocasião da abertura das sessões legislativas de 1951, 1952, 1953, 1954 e 1955.
- . Mensagens apresentadas pelo governador Jorge Lacerda por ocasião da abertura das sessões legislativas de 1956, 1957 e 1958.
- . Mensagens apresentadas pelo governador Heriberto Hülse por ocasião da abertura das sessões legislativas de 1959 e 1960.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL

Discurso proferido em 30 de janeiro de 1960, pelo governador Heriberto Hülse por ocasião do transcurso do 4º aniversário do governo.

BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

- . BOLETIM ELEITORAL. ano I n.5, setembro, outubro 1960.
- . RESENHA ELEITORAL. ano I n.7, julho de 1949
- . RESENHA ELEITORAL. ano II n. 19, julho de 1950; n. 20, agosto de 1950; n. 22, outubro de 1950 n. 23, novembro de 1950.
- . RESENHA ELEITORAL. ano III n. 25 e 26, janeiro e fevereiro de 1951; n. 29 e 30, maio e julho de 1951.
- . RESENHA ELEITORAL. Exemplar Estatístico, ano I n. 6, novembro, dezembro 1960.
- . 30 ANOS DE JUSTIÇA ELEITORAL: 07.06.45 - 07.06.75
Florianópolis, TRE, 1975,

C. FONTES ORAIS

ENTREVISTAS

- . EDUARDO SANTOS LINS. Florianópolis, 1984.
- . FERNANDO BRUGMANN VIEGAS. Florianópolis, 1984.
- . DANTE MARTORANO. Florianópolis, 1985.

IMPrensa OFICIAL

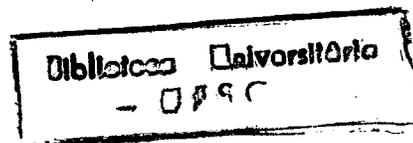
- . Diário Oficial do Estado de Santa Catarina
- . Irineu Bornhausen, Discursos. Florianópolis, 1956.

PUBLICAÇÕES

- . LACERDA, Jorge. Democracia e nação. Discursos políticos e literários (obra póstuma) R.J, Ed. José Olympio, 1960.

JORNAIS

- . Diário da Tarde. 1945 a 1962
- . O Estado. 1945 a 1965
- . A Gazeta. 1945 a 1960
- . A Notícia. 1950 a 1960
- . A Nação. 1946 a 1955



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República. S.P. Alfa-Ômega, 1976.
- BEIGUELMAN, Paula. O processo político - partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In Brasil em perspectiva. S.P. DIFEL, Col. Corpo e Alma do Brasil, 1969.
- BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. Org. Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro - 1930 - 1983. R.J. Forense Universitária, 1984 V.I e II
- BELLO, José Maria. História da República: 1889 - 1954. S.P., Cia. Ed. Nacional 1958.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo - ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). R.J., Paz e Terra, 1981.
- BERNAR, Jean-Pierre et alii. Tableau des partis politiques en Amérique du Sud. Paris, Armand Colin, Cahiers de la fondation nationale des Sciences politiques, 1969.
- BLOCH, Marc. Introdução à história. Lisboa, Publicações Europa - América, 1965.
- BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. S.P, Brasilense, 1979.
- BOSI, Alfredo. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci: Debata e Crítica. S.P, HUCITEC, nº 6, 1975.
- CABRAL, Oswaldo R. Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina. Suas legislaturas e legisladores. 1935 a 1974. Florianópolis, Lunardelli, s/d.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da história. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

CARONE, Edgard. A quarta República (1945-1964).

S.P., DIFEL, Col. Corpo e Alma do Brasil, 1980.

CARVALHO, Orlando M. A formação dos partidos políticos em Minas Gerais. In. FLEISCHER, David V., org. Partidos Políticos no Brasil. Brasília, Ed. UNB, Col. cadernos de UNB, 1981 v. II.

CHACON, Wamireh. Estado e povo no Brasil - as experiências do Estado novo e da Democracia populista: 1937-1964. R.J., José Olympio, Col. Documentos brasileiros, 1977.

CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Brasília, Ed. UNB, 1982.

CHAUNU, Pierre. História como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna. R.J., Zahar, 1976.

CORREIA, Carlos Humberto. Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982. Florianópolis, UFSC, 1983.

_____. Um Estado entre duas Repúblicas. A Revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. Florianópolis, UFSC, 1984.

COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens. Sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4 v.

DUVERGER, Maurice. O partido político. R.J., Zahar

FAORO, Raymundo, Os donos do poder. Porto Alegre/S.P., Ed. Globo - E.D.U.S.P., 1975.

FAUSTO, Boris (dir). História Geral da Civilização brasileira. S.P., DIFEL, 1983, t.3 v.3.

FIGUEIREDO, Eurico, Lima de Org. Os militares e a Revolução de 30. R.J., Paz e Terra, 1979.

FLEISCHER, David V. As Origens Sócio-econômicas e regionais das lideranças partidárias em Minas. In: _____, org. Partidos políticos no Brasil. Brasília, ed. UNB, Col. Cadernos de UNB, 1981. V.II

- _____. O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. Revista de ciência Política. R.J, 24(1): 49-75, 1981.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1974, 2ª ed.
- GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura, R.J, Civilização Brasileira, 1978.
- HIPPOLITO, Lúcia. De raposas e reformistas. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). R.J, Paz e Terra, 1985.
- LACERDA, Carlos. Depoimento. R.J, Nova Fronteira, 1978.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. S.P, Alfa-Omega, 1975.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. Partidos e Políticos de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1983.
- MENDONÇA, Otávio. Partidos políticos brasileiros. Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro, 24(1): 18-29, 1981
- MERCADANTE, Paulo. A consciência Conservadora no Brasil. R.J, Nova Fronteira, 1980.
- MOTTA, Paulo Roberto. Movimentos Partidários no Brasil. S.P, FGV, 1975.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Recife, Ed. Massangana, 1984.
- PANG, Eul-Soo. Coronelismo e oligarquias. 1889 - 1943. Bahia na primeira República brasileira. R.J, Civilização Brasileira, 1979.
- PIAZZA, Walter F. org. Dicionário político catarinense. Florianópolis, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- _____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, UFSC, 1983.

- . O poder legislativo catarinense. Das suas raízes aos nossos dias. 1934-1984. Florianópolis, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara. R.J, Vozes, col. Sociologia brasileira, 1980, v.12.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários. Brasília, Ed. da UNB, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. R.J, Campus, 1982.
- SILVA, Hélio. 1954: Um tiro no coração. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). S.P, Alfa-Omega, 1976.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. S.P, DIFEL, 1973.
- VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Coronel, Coroneis. R.J, Tempo Brasileiro, 1978.
- WEFFORT, Francisco C. (1972) Sindicatos e política, tese de livre-docência. USP - mimeo. apêndice.